UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TIARAJU SALINI DUARTE

**A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO
DO TURISMO RURAL: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto
Douro Vinhateiro.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi

**São Paulo
2016**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

TIARAJU SALINI DUARTE

**A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO
DO TURISMO RURAL: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto
Douro Vinhateiro.**

**Tese de Doutorado apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas – FFLCH da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor
em Ciências.**

**Área de Concentração: Geografia
Humana.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi

**São Paulo
2016**

DUARTE, Tiaraju Salini. A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. Área de Concentração: Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr._____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Prof.Dr._____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Prof.Dr._____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

Prof.Dr._____ **Instituição:**_____

Julgamento:_____ **Assinatura:**_____

**Dedico este trabalho a minha esposa Liz
Cristiane Dias pelo carinho e compreensão
nesta jornada e aos meus cachorros, Muay e
Thai, que me alegravam mesmo nos
momentos mais difíceis**

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha Família por me estimular e incentivar nesta trajetória. A minha esposa Liz, sem a qual eu nunca teria conseguido realizar este trabalho. A minha Mãe Zenilda e ao meu segundo Pai Claudino pelo imenso esforço e carinho, sempre acreditando no meu sucesso. Ao meu pai João Carlos e ao meu irmão Alexandre.

Ao meu orientador, Professor Eduardo Abdo Yázigi pela dedicação e paciência com a minha pessoa. Pelos conhecimentos, por compartilhar das minhas angústias, pelas conversas e o acolhimento que extrapolam a vida acadêmica.

Aos meus cunhados Aline Vila Real e Wagner Vila Real, pelo acolhimento na minha jornada em São Paulo; pelas comilanças, debates proporcionados e por serem pessoas que transformam este mundo em um lugar melhor para viver.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram no meu cotidiano diário para a minha formação enquanto ser humano.

A Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana por ter acreditado no meu projeto e pelo seu acolhimento. Agradeço também a banca examinadora pela disponibilidade em ler e acompanhar minha pesquisa.

**Carecemos desesperadamente de clarões
sobre nosso território, essa coisa que renova
o ar de nosso respiro. (YAZIGI, 2014. p. 479)**

RESUMO

DUARTE, Tiaraju Salini. A IDENTIDADE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. 381p.

A pesquisa intitulada *a identidade territorial como estratégia de planejamento do turismo rural: Interfaces entre o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro* tem por objetivo analisar, a partir das regiões representativas citadas, se as construções identitárias podem contribuir para planejamento territorial do Turismo Rural no Brasil. Parte-se do princípio que este segmento se apresenta atualmente como uma estratégia de desenvolvimento do rural que cresce significativamente na contemporaneidade e necessita de políticas de planejamento. Partindo desse prisma, a hipótese deste trabalho centra-se no pressuposto que a forma de organização adotada para o turismo rural no Brasil não está suprimindo as demandas necessárias para a consolidação deste setor. Este contexto vem contribuindo para a manutenção de um modelo imediatista de turismo que só será superado tendo como princípio um planejamento assentado nas identidades territoriais. Nosso caminho metodológico para compreender este fenômeno centra-se na perspectiva de analisar o mesmo como uma prática socioespacial que possuiu dinâmicas próprias, as quais estão intimamente relacionadas a emergência da ruralidade como uma construção centrada na autopoieses rural. Esta apresenta-se como um forte atrativo turístico, tendo em vista os novos olhares lançados ao rural brasileiro. Como universo empírico de pesquisa elencou-se duas regiões que se utilizam da identidade territorial para construir as estratégias de planejamento: O Vale dos Vinhedos, localizado no estado do Rio Grande do Sul/Brasil e o Alto Douro Vinhateiro, localizado no norte de Portugal. A partir deste universo de análise foi possível compreender as formas que ambas regiões pensam o turismo rural, os conflitos oriundos desta prática bem como as possíveis organizações que são arquitetadas para este setor. Com base nestas discussões, partiu-se para a análise do turismo rural no Brasil, visando problematizar as políticas que este país vem adotando dentro da esfera de ordenamento territorial; as leis que regem este segmento e a inserção do mesmo nos Planos Nacionais de Turismo. Concluiu-se que o território nacional ainda carece de um planejamento voltado ao turismo rural, tendo em vista as confusões teóricas acerca deste setor nas diversas escalas de planejamento. Além disso constatou-se uma ausência de integração dos roteiros municipais, a ascensão de diversos atores que falsificam as ruralidades e uma legislação na escala nacional e municipal que não contribui para a consolidação deste setor. Por conseguinte, é proposto um Plano Nacional de Turismo Rural centrado em quatro pilares: a identidade territorial como principal estratégia para organizar os roteiros; a regionalização do turismo a partir da intermunicipalidade; a multifuncionalidade da agricultura e a construção de Áreas de Proteção do Turismo Rural.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade territorial; planejamento; turismo rural; multifuncionalidade da agricultura; Vale dos Vinhedos; Alto Douro Vinhateiro.

ABSTRACT

DUARTE, Tiaraju Salini. THE TERRITORIAL IDENTITY AS PLANNING STRATEGY OF THE RURAL TOURISM: Interfaces between the Vale dos Vinhedos and the Alto Douro Vinhateiro. 2016. 381 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.

The research entitled *The territorial identity as planning strategy of the rural tourism: Interfaces between the Vale dos Vinhedos and the Alto Douro Vinhateiro* it aims to analyse, from the representative regions cited, if the identity constructions can contribute for the rural planning of the Rural Tourism in Brazil. Part of it is assumed that this segment is now present as a rural development strategy that grows up significantly currently and needs planning politics. From this perspective, the hypothesis of this work focuses on the assumption that the adopted form of organization for rural tourism in Brazil is not supplying the necessary demands for the consolidation on this sector. This context has been contributing for the maintenance of a immediatist model of tourism that will only be overcome first taking a seated planning in territorial identities. Our methodological approach to understand this phenomenon focuses on the perspective of analyzing the same as a sociospatial practice that owned their own dynamics, which are closely related to the emergency of rurality as a construction focused on rural autopoiesis. This is presented itself as a strong tourist attraction, in view of the new looks thrown into the brazilian rural. As empirical universe of research has listed two regions that use of territorial identity to build the planning strategies: The Vale dos Vinhedos, located in the state of Rio Grande do Sul/Brazil and the Alto Douro Vinhateiro, located in the north of Portugal. Starting from this universe of analysis it was possible to understand the ways that both regions think the rural tourism, the conflicts resulting from this practice as well as the possible organizations that are architected for this sector. Based on this discussions, departed to the analysis of the rural tourism in Brazil, aiming to problematize the politics that this country has taken in the ordainment territorial sphere; the laws governing this segment and the insertion of the same in the National Tourism Plan. It was concluded that the national territory still lacks a planning directed to rural tourism, in view of the theoretical confusions about this sector in the several planning scales. Besides this it was evidenced an absence of the integration of the municipal itineraries, the ascension of several actors who falsify the ruralities and a legislation at the national and municipality scale that does not contribute to the consolidation of this sector. Therefore, it is proposed a Rural Tourism National Plan centered on four pillars: the territorial identity as the main strategy to organize the itineraries; the regionalization of tourism from the intermunicipality; the multifunctionality of the agriculture and the construction of Protection Areas of the Rural Tourism.

Keywords: Territorial Identity; planning; rural tourism; multifunctionality of agriculture; Vale dos Vinhedos; Alto Douro Vinhateiro.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Regiões turísticas que utilizam o turismo rural como atratividade.....	159
Tabela 02 - Fundação das vinícolas localizadas no Vale dos Vinhedos.....	167
Tabela 03 - Bens territoriais no Vale dos Vinhedos.....	175
Tabela 04 - Iniciativa do LEADER em números.....	186
Tabela 05 - Estrutura fundiária da vitivinicultura na região do Douro.	203
Tabela 06 - Casas de Exportação do Vinho Porto.....	256
Tabela 07 - Quintas de Vinho do Porto.....	259
Tabela 08 - Valor dos imóveis no Vale dos Vinhedos ao longo de três décadas.....	314
Tabela 09 - Valores dos terrenos – Parque dos Vinhedos.....	321

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 -	Esquema teórico da pesquisa.....	35
Figura 02 -	Esquema de organização metodológica de análise dos dados.....	44
Figura 03 -	Esquema da metodologia de pesquisa em todas as fases.....	45
Figura 04 -	Esquema síntese do capítulo 01.....	48
Figura 05 -	Esquema de fixos e fluxos para formar a identidade territorial.....	72
Figura 06 -	Esquema de formação da identidade territorial.....	76
Figura 07 -	Esquema síntese do turismo no espaço rural e do turismo rural.....	77
Figura 08 -	Esquema síntese do capítulo 02.....	82
Figura 09 -	Esquema síntese do capítulo 03.....	117
Figura 10 -	Mata de Araucária mesclada com os vinhedos.....	126
Figura 11 -	Floresta ombrófila mista combinada com os vinhedos e a floresta de araucária.....	127
Figura 12 -	Folder: as quatro estações no Vale dos Vinhedos.....	130
Figura 13 -	Sistema de Latada.....	133
Figura 14 -	Sistema de Latada no Vale dos Vinhedos.....	133
Figura 15 -	Plátanos Utilizados como base para a parreiras.....	134
Figura 16 -	Sistema de espaldeira.....	135
Figura 17 -	Sistema de espaldeira no Vale dos Vinhedos.....	135
Figura 18 -	Esquema “terrasse de vigne” – Vale dos vinhedos.....	136
Figura 19 -	Esquema síntese do capítulo 04.....	176
Figura 20 -	Mesões ao longo do Rio Douro.....	204
Figura 21 -	Degraus de vinhedos nas montanhas do Vale Douro.....	212
Figura 22 -	Barco “Rabelo”	217
Figura 23 -	Cruzeiro no Vale Douro.....	226
Figura 24 -	Lixo na Margem do Rio Douro.....	255
Figura 25 -	Estrutura do planejamento territorial do turismo no Douro.....	259
Figura 26 -	Esquema síntese do capítulo 05.....	262
Figura 27 -	Tourism Area Cycle of Evolution	310
Figura 28 -	Uso da imagem turística do Vale dos Vinhedos.	313
Figura 29 -	Foto do Condomínio residencial fechado no Vale dos Vinhedos.....	324
Figura 30 -	Localização do residencial Vale dos Vinhedos.....	325
Figura 31 -	Novos atores hoteleiros nas “bordas” do Vale dos Vinhedos.....	328
Figura 32 -	Quadro síntese da estrutura para o Planejamento do Turismo Rural.....	346

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Dissertações e teses do banco da CAPES sobre planejamento territorial e turismo rural.....	27
Gráfico 02 -	Regiões turísticas com mais rotas e roteiros de turismo rural.....	163
Gráfico 03 -	Número de turistas que visitaram o Vale dos Vinhedos – RS.....	171
Gráfico 04 -	Uso da Mão-de-obra agrícola familiar – Portugal.....	190
Gráfico 05 -	Índice de envelhecimento da população rural – Portugal.....	191
Gráfico 06 -	Taxa bruta de natalidade (‰) Áreas predominantemente rurais.....	192
Gráfico 07 -	Densidade populacional do espaço rural Português.	193
Gráfico 08 -	Número de estabelecimentos e camas do Turismo no Espaço rural (1984-2007).....	197
Gráfico 09 -	Dormidas nos estabelecimentos de turismo rural e turismo de habitação...	199
Gráfico 10 -	Cruzeiros de um dia e Mais de um dia em números totais de turistas.....	228
Gráfico 11 -	Capacidade instalada da frota por tipologia de embarcações marítimo-turística.....	239
Gráfico 12 -	Número de estabelecimentos hoteleiros - Douro.....	250
Gráfico 13 -	Proporção de hóspedes estrangeiros - Douro	251
Gráfico 14 -	Número total de Dormidas - Douro.....	252
Gráfico 15 -	Índice de população em idade ativa na região do Douro.....	253
Gráfico 16 -	Superfície das explorações agrícolas (ha) - Norte de Portugal.....	254

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 01 -	Região do Vale dos Vinhedos.....	22
Mapa 02 -	Região Grande Porto e Alto Douro Vinhateiro.....	23
Mapa 03 -	Rio Grande do Sul: hipsometria da região de estudo.....	122
Mapa 04 -	Rio Grande do Sul: Precipitação média Anual.....	129
Mapa 05 -	Rio Grande do Sul: Colônias de Imigrantes Italianos.....	145
Mapa 06 -	Vale dos Vinhedos – Distribuição dos lotes coloniais.....	147
Mapa 07 -	Regiões que utilizam o turismo rural no Rio Grande do Sul.....	164
Mapa 08 -	Localização dos bens territoriais no Vale dos Vinhedos.....	173
Mapa 09 -	Localização das Sub-Regiões do Douro.....	202
Mapa 10 -	Estrutura do turismo fluvial – Rio Douro.....	233
Mapa 11 -	Casas de Exportação do Vinho Porto.....	247
Mapa 12 -	Quintas no Alto Douro Vinhateiro.....	249
Mapa 13 -	Novas áreas de expansão do capital vinícola.....	315
Mapa 14 -	Localização das empresas vinícolas nas novas regiões produtoras.....	316
Mapa 15 -	Localização do residencial Vale dos Vinhedos.....	342
Mapa 16 -	Zona de Incidência e área de Influência do PDTVD.....	339

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADV	- Alto Douro Vinhateiro
APROVALE	- Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos
APTL	- Administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo
APTR	- Área de Proteção do Turismo Rural
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMBRATUR-	Comissão Brasileira de Turismo
D.O	- Denominação de Origem
D.P	- Denominação de Procedência
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	- A Empresa Brasileira de Turismo
EUROSTAT	- Gabinete de Estatísticas da União Europeia
IBRAVIN	- Instituto Brasileiro do Vinho
I.G	- Indicações Geográficas
INE	- Instituto Nacional de Estatística
INPI	- Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IMT	- Instituto da Mobilidade e dos transportes
IVDP	- Instituto do Vinho do Porto
NUTS	- Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MTUR	- Ministério do Turismo
PAC	- Política Agrícola Comum
PDTV	- Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
PIOTADV	- Plano Intermunicipal de Ordenamento Territorial do Alto Douro Vinhateiro
P.L	- Projeto de Lei
PND	- Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNMT	- Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	- Plano Nacional de Turismo
UCS	- Universidade de Caxias do Sul
UNWTO	- World Tourism Organization

SUMÁRIO

Apresentação	16
Introdução: A gênese da pesquisa e seus caminhos	18
Hipótese	29
Objetivos	30
<i>Objetivo Geral</i>	30
<i>Objetivos específicos</i>	30
Método e Metodologia	31
<i>Produção cartográfica</i>	37
<i>Levantamento documental e pesquisa de campo</i>	39
<i>Análise dos dados de pesquisa</i>	41
 CAPÍTULO 01 - ANÁLISE TEÓRICA: produção do espaço rural, a identidade territorial e o turismo	 47
1.1 A Produção Do Espaço Rural	49
1.1.1 <i>A importância de conceituar uma teoria</i>	49
1.1.2 <i>A produção do espaço: um espaço de/da vida</i>	52
1.1.3 <i>O mito da homogeneização do espaço rural</i>	54
1.1.4 <i>O Espaço rural: um processo de autopoieses</i>	56
1.2 A identidade territorial: Construções socioespaciais	62
1.2.1 <i>A discussão sobre o território a partir da perspectiva geográfica</i>	62
1.2.2 <i>O território e a construção das territorialidades</i>	65
1.2.3 <i>Processos de identificação e o olhar da geografia: a identidade territorial</i>	68
1.3 O Turismo rural	74
1.3.1 <i>A multifuncionalidade do espaço rural</i>	75
1.3.2 <i>O turismo no espaço rural e o turismo rural</i>	76
 Capítulo 02 - A MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E A RURALIDADE: outros olhares	 82
2.1 A era Fáustica: o mito da modernização do espaço rural	85
2.2 O rural brasileiro: do fim a sua resignificação	93
2.3 Rural e ruralidades: múltiplos olhares	96
2.3.1 <i>O continuum rural-urbano</i>	100
2.3.2 <i>As ruralidades</i>	102
2.3.3 <i>Uma alquimia de sabores esquecidos e o sentir da ruralidade</i>	105
2.3.4 <i>O patrimônio ambiental natural e o discurso preservacionista da ruralidade</i>	109
2.3.5 <i>A alma do lugar, os modos de vida e a ruralidade edílica</i>	113
 CAPÍTULO 03 - CHEIRAR, OLHAR E VIVER: os vales, os vinhedos e o turismo rural	 116

3.1 A paisagem contando uma história: uma análise inicial	118
3.2 Os Vales.....	121
3.2.1 <i>O relevo: a construção da denominada “serra” gaúcha!</i>	<i>121</i>
3.2.2 <i>Da mata de araucária a floresta ombrófila mista.....</i>	<i>124</i>
3.2.3 <i>Dos solstícios e os equinócios: o clima de “montanha”</i>	<i>128</i>
3.3 Os Vinhedos.	131
3.3.1 <i>A paisagem vitivinícola.</i>	<i>132</i>
3.4 O processo de formação histórica dos imigrantes italianos no Vale dos Vinhedos.....	137
3.3.1 <i>A desterritorialização e a reterritorialização.....</i>	<i>137</i>
3.5.2 <i>Desterritorialização e a Emigração italiana para o Brasil.....</i>	<i>139</i>
3.4.3 <i>Reterritorialização e a Imigração italiana no Brasil.....</i>	<i>140</i>
3.4.4 <i>A imigração Italiana no Rio Grande do Sul.....</i>	<i>142</i>
3.4.5 <i>O Vale dos Vinhedos e a imigração Italiana.....</i>	<i>145</i>
3.5 Produção vinícola e a identidade territorial.....	149
3.5.1 <i>A produção vinícola no Brasil.....</i>	<i>149</i>
3.5.2 <i>A vitivinicultura no Rio Grande do Sul.....</i>	<i>150</i>
3.5.3 <i>A produção vitivinícola no Vale dos Vinhedos.....</i>	<i>152</i>
3.5 Contextualizando O turismo rural no Rio Grande do Sul.....	157
3.5.1 <i>O turismo rural no Vale dos Vinhedos.....</i>	<i>166</i>
 CAPITULO 04 – Entre os Vales e o Rio: do comercio vinícola ao Turismo Rural no Alto Douro Vinhateiro.	 175
4.1 Turismo rural no Contexto da União Europeia e de Portugal.....	178
4.1.1 <i>As mudanças no planejamento rural na Europa e o turismo.</i>	<i>178</i>
4.1.2 <i>O espaço rural português: da modernização a realidade do esquecimento.</i>	<i>188</i>
4.1.3 <i>Um possível caminho de reestruturação: o turismo rural português..</i>	<i>193</i>
4.2 O Alto Douro Vinhateiro: uma analisa regional	201
4.2.1 <i>Caracterização da região do Douro.....</i>	<i>202</i>
4.2.2 <i>O vinho do Porto: a primeira Denominação de origem do Mundo.....</i>	<i>204</i>
4.3 Caminhos rurais: entre o vinho do Porto e o Alto Douro.....	215
4.3.1 <i>O rio e o Barco Rabelo: uma possibilidade de integração.</i>	<i>216</i>
4.3.2 <i>Ferro e Terra: O transporte ferroviário e rodoviário.....</i>	<i>220</i>
4.3.3 <i>Do transporte de vinho ao turismo: As rugosidades espaciais da via fluvial e ferroviária.</i>	<i>224</i>
4.4 Identidade territorial como estruturação turística: os planos de desenvolvimento do alto douro vinhateiro.	232
4.4.1 <i>Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação (2003)</i>	<i>233</i>
4.4.2 <i>Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Proposta técnica)</i>	<i>237</i>
4.4.3 <i>Plano De Desenvolvimento Turístico Do Vale Do Douro – PDTVD – 2007-2013.....</i>	<i>242</i>
4.5 O Douro em números: a estrutura do turismo rural.	246

4.6 Lições do Douro: uma identidade territorial integrada ao planejamento.....	257
 CAPÍTULO 05: Por um planejamento territorial do turismo rural brasileiro.....	261
5.1 O planejamento e o território.....	264
5.2 Planejamento territorial e o turismo rural no Brasil.....	271
5.3 O rural nos planos nacionais de turismo do Brasil.....	272
5.3.1 O Plano Nacional de Turismo (2003-2007)	275
5.3.2 Diretrizes Para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.....	279
5.3.3 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010)	284
5.3.4 Turismo rural: orientações básicas.....	288
5.3.5 O Plano Nacional de Turismo – 2013-2016.....	291
5.4 Por um planejamento nacional do turismo rural.....	294
5.4.1 A legislação do turismo rural brasileiro.	296
5.4.2 O ordenamento territorial.....	306
5.4.3 Possíveis caminhos de desenvolvimento do turismo rural no Brasil.	308
5.4.4 Entre vinhedos e condomínios: desordenamentos territoriais e a descaracterização da ruralidade.	312
5.5 Propostas para um plano nacional de turismo rural.....	329
5.5.1 A identidade territorial como principal aporte.	329
5.5.2 A multifuncionalidade do espaço rural como estratégia essencial....	334
5.5.3 A regionalização turística e a intermunicipalidade.....	336
5.5.4 Área de proteção do turismo rural (APTR)	341
5.6 Entre ambição e necessidade: um possível olhar	344
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	346
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	356
APÊNDICES.....	375
ANEXOS	378

APRESENTAÇÃO

A ideia inicial deste trabalho tem como pressuposto compreender as dinâmicas territoriais que constituem a atividade do turismo rural que hoje está imersa em contextos de revalorização. Este movimento denota a necessidade de (re)pensar estruturas que viabilizem a concepção do espaço rural para além da produção agrícola. Desta forma, na perspectiva de planejar o turismo rural, surge na conjuntura da globalização discussões vinculadas ao renascer das identidades e ruralidades como formas de resistência a projetos de homogeneização do espaço.

Este processo demonstra a necessária discussão sobre o turismo como um setor que pode, quando planejado, potencializar o desenvolvimento do espaço rural. Contudo, no início desta pesquisa percebeu-se que tanto os Planos de Turismo na escala Nacional e também o planejamento regional e municipal pouco ou nenhuma alusão fazem a esse setor. Além disso, em termos de legislação, evidenciou-se que a mesma ainda carece de uma maior discussão sobre o turismo rural brasileiro.

A fragilidade com que o turismo, em especial o segmento rural, é tratado tanto nos documentos oficiais, legislação turística e no setor privado vem corroborando para abordagens teóricas muitas vezes superficiais sobre o que é o espaço rural, os atores que o produzem e como pensar e desenvolver o turismo nas regiões que optam por utilizar esta prática. Com esta discussão buscamos analisar possibilidades para planejar o turismo rural a partir da identidade territorial como uma possível estratégia de ressignificação dos atores locais.

Como regiões de análise tanto no âmbito nacional como internacional, para compreender a estruturação do turismo rural e suas problemáticas, optou-se por dois roteiros reconhecidos devido a sua representatividade: o Vale dos Vinhedos (localizado no estado do Rio Grande do Sul - Brasil) e Alto Douro Vinhateiro (localizado na região do Douro – Portugal). Tendo em vista esses, vislumbramos compreender os meandros de sua construção histórica, a complexidade de sua organização, as formas de planejamento e os problemas que ambas regiões possuem.

Com estas discussões, procurando um maior referencial teórico que vise compreender o rural e suas identidades, o turismo é analisado nesta pesquisa

como uma possível estratégia territorial que poderá a médio e longo prazo desenvolver o rural tanto para os atores locais quanto para os turistas.

Portanto, a tese que buscamos construir está centrada no turismo rural enquanto uma prática social que pode ser planejada no âmbito nacional, regional e intermunicipal a partir das identidades territoriais. É na conjuntura deste desafio que este setor poderá contribuir para a consolidação de um rural mais justo, trazendo novas possibilidades de repensar o espaço tendo como base as necessidades das populações que ali estão inseridas e que constroem no cotidiano diário a alma do lugar.

Como grande colaboração no desenvolvimento desta pesquisa, a presente tese se insere no grupo de estudos cadastrado no CNPQ sob coordenação do Professor Dr. Eduardo Abdo Yázigi. Este grupo possui como linha de pesquisa o Planejamento Territorial do Turismo brasileiro e suas diversas interfaces. Desta forma, a participação nas discussões bem como a estruturação desta pesquisa está centrada na perspectiva de pensar o turismo a partir do território e da identidade; linhas de pesquisa que vão ao encontro deste grupo.

INTRODUÇÃO:

A gênese da pesquisa e seus caminhos

A prática do turismo vem crescendo em todo globo: Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), somente entre janeiro e abril de 2016 foram 348 milhões de turistas se deslocando internacionalmente: “Destinations worldwide received 348 million international tourists (overnight visitors) between January and April 2016, some 18 million more than the same period last year (+5.3%)”. (UNWTO, 2015, p. 01)

As previsões para este setor evidenciam-se prósperas, gerando dinamismo na econômica mundial que tem atraído olhar de diversos pesquisadores tanto da área do turismo quando da geografia. Inseridos nesta lógica do movimento espacial da população voltado para a prática do turismo, os países emergentes figuram entre os que despertam, mesmo em tempos de crise mundial, uma grande atratividade. Segundo a Organização Mundial do Turismo.

Tourism's contribution to international trade for both advanced and emerging economies was highlighted in the 2015 World Economic Situation and Prospects (WESP) report, released by the United Nations Development Policy and Analysis Division. (UNWTO, 2015. p. 14)

Esta contribuição do turismo para a economia e o avanço do mesmo no Brasil denota que o setor emerge hoje como uma significativa estratégia para desenvolver este país. Além disso, o turismo possibilita, quando planejado de forma coerente, um desenvolvimento socialmente inclusivo.

Neste contexto, inserido no movimento de valorização deste setor, o denominado turismo rural apresenta-se como um segmento que vem despertando o interesse da população e o olhar de diversos atores econômicos. Devido as belezas naturais e culturais construídas historicamente no espaço rural, o turismo surge como uma possibilidade de ressignificação cultural e valorização das identidades territoriais.

Não obstante, aparecem questionamentos referentes ao planejamento do turismo rural: será este segmento baseado no “improviso”? Ou poderemos pensar em conjunto um turismo endógeno que desenvolverá de forma consolidada o território para a população local e, por consequência, para o turismo? A problemática evidencia-se a nível nacional, regional e municipal e tenciona diversos setores a buscar resposta acerca das diversas variáveis que compõe o rural.

Assim, devido a este cenário de discussão anteriormente citado, este estudo busca compreender o turismo rural como uma pratica espacial que pode possibilitar o desenvolvimento local, regional e nacional. A hipótese desta pesquisa centra-se no pressuposto que a forma de organização adotada para o turismo rural no Brasil não está suprimindo as demandas necessárias para a consolidação deste setor. Este contexto vem contribuindo para a manutenção de um modelo imediatista que só será superado tendo como princípio um planejamento assentado nas identidades territoriais.

Partindo deste princípio, buscamos analisar o turismo tendo em vista as discussões espaciais, afinal, o turismo não se trata somente do deslocamento populacional, mas sim de um movimento espacial e uma pratica social que envolve diversos atores oriundos de tempos diferentes e formas de apropriação impares. Como destaca Evander Valduga, “O turismo acontece numa relação de espaço e tempo que leva em conta o seu agente central, o sujeito turístico e a natureza de suas motivações” (VALDUGA, 2011. p. 17).

O turismo evidencia-se como uma movimentação socioespacial que pode ser definida a priori como “um fenômeno e uma prática social que possibilita afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitador de uma estética diante da busca do prazer. (VALDUGA, 2011. p. 17). Portanto, no presente trabalho parte-se do princípio que o turismo é um deslocamento dos sujeitos históricos pelo espaço que visam de alguma maneira a busca do lazer¹.

Lazer é um tempo de expressão de si mesmo, individualmente ou em grupo. É o espaço de emergência de um grande número de práticas sociais, cada vez mais estereotipadas e variadas, cada vez mais sedutoras e ambíguas, que mesmo limitadas e determinadas, exercem crescente influência sobre o conjunto da vida cotidiana. (DUMAZEDIER, 1994, p. 30)

O termo lazer na presente pesquisa será utilizado a partir da ideia de não trabalho, de ócio, no qual os atores sociais procuram desenvolver práticas relacionadas ao prazer. Neste contexto de deslocamento espacial em busca do lazer, da necessidade de organização territorial e do aumento significativo de

¹ Para uma discussão acerca da problemática do lazer na contemporaneidade ver: YÀZIGI, 2013. p. 107.

capital é que surgem planos de organização do turismo na esfera nacional, os quais vem buscando implementar projetos para dinamizar a economia nas diversas escalas espaciais (local, regional e nacional), centrados na valorização cultural, comidas típicas, paisagens naturais, etc.

Para entender este processo de planejamento de roteiros turísticos que se utilizam entre as inúmeras segmentações deste setor a ruralidade, elegeu-se como universo empírico dois roteiros de turismo rural que se utilizam de uma identidade territorial para planejar este setor. A partir destes roteiros busca-se compreender estruturas, acertos e falhas que possibilitem auxiliar em desenvolver uma Política Nacional de Turismo Rural na esfera nacional, regional e intermunicipal.

A primeira região escolhida para compreender o turismo rural localiza-se no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na denominada “serra gaúcha”: o Vale dos Vinhedos, o qual está inserido na interconectividade entre os Municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi/RS. (Mapa 01)

Mapa 01: Localização do Vale dos Vinhedos – RS.
Fonte: FREITAS, Pâmela; DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

A escolha desta região na pesquisa justifica-se, pois, a mesma recebe notável quantidade de turistas oriundos não só de diversos estados brasileiros, mas também dos mais variados países do mundo. Segundo a APROVALE (Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos), no ano de 2015, foram cerca de 397 mil turistas que visitaram a região.

Observa-se que o grande movimento dos atores sociais que buscam o roteiro denominado de Vale dos Vinhedos está relacionado a ambiência criada para o turismo. A peculiaridade da região está ligada ao seu passado histórico que construiu uma identidade territorial enraizada na imigração italiana, no cultivo da videira e no processo de produção do vinho. Estes criaram uma marca regional primordial para o desenvolvimento da prática do turismo.

Logo, a identidade territorial originada a partir da imigração italiana e do processo do fabrico do vinho nessa área de estudo imprimiu no território fortes traços culturais e manteve presente, até os dias atuais, práticas e hábitos tradicionais, tanto no que concerne ao patrimônio imaterial (práticas do saber-fazer herdadas dos antepassados presentes nos sistemas agrícolas relacionados ao cultivo de videiras, na fabricação do vinho, na produção de alimentos como queijos, salames e outros) quanto ao patrimônio material (presente nas casas de pedra, nos instrumentos agrícolas, na fabricação de pipas para armazenar o vinho), registros preservados nas propriedades, o que tornou o turismo rural nesta localidade viável, configurando como principal estratégia de desenvolvimento e planejamento deste setor a identidade territorial.

A segunda área de pesquisa elencada para discussão é a denominada região do Alto Douro Vinhateiro, localiza no Norte de Portugal na conjunção entre mais de 12 concelhos² em torno do Rio Douro e da vitivinicultura. (Mapa 02)

² Compreende o que se denomina no Brasil por municípios.

Mapa 02: Região Grande Porto e Alto Douro Vinhateiro.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

A escolha da Região do Alto Douro Vinhateiro justifica-se pela mesma apresentar-se como um roteiro de turismo rural tradicional na Europa. Além disso, esta constitui-se como uma das primeiras Denominações de Origem (DO) do Mundo (Vinho do Porto), bem como uma das primeiras regiões demarcadas de produção vinícola.³

O Douro apresenta-se como uma região que trabalha com o turismo rural secularmente, possuindo planos de desenvolvimento deste setor, tanto na escala regional como municipal. No que concerne a Portugal, o mesmo elaborou uma legislação específica para este setor visando um incentivo ao mesmo devido as suas potencialidades.

³ Semelhante ao Vale dos Vinhedos - RS que se tornou a Primeira Denominação de Procedência (DP) e Denominação de Origem (DO) do Brasil. (INPI, 2016)

Ademais, a região constitui-se não só por um produto, mas também pela construção histórica de uma identidade territorial cravada nas encostas do rio Douro, criando um Planejamento do turismo rural a partir desta e elaborando uma imagem regional que traz um sabor especial a quem degusta um Vinho do Porto. Ressalta-se que a paisagem e a identidade que a mesma possui é carregada por um produto a inúmeras distancias; este nos possibilita sobrevoar uma determinada região somente a partir da percepção do vinho em nosso paladar. Por conseguinte, o turismo rural nesta região foi planejado e idealizado a partir de uma identidade que configura e sintetiza (mas nunca totaliza) a imagem do Alto Douro Vinhateiro.

Tendo como pressuposto estas duas regiões e a problemática relacionada a necessidade de um Planejamento Nacional do Turismo rural no Brasil é que surge o principal objetivo deste trabalho: compreender como a construção da identidade territorial na região do Vale dos Vinhedos e no Alto Douro Vinhateiro criou uma dinâmica voltada para o turismo rural e se a mesma poderia servir de base para a constituição de uma Política Nacional de Turismo Rural no Brasil.

Na presente pesquisa, optamos metodologicamente em trabalhar com o conceito de turismo rural e não com o termo enoturismo. Ressalta-se que tanto o Vale dos Vinhedos como o Alto Douro Vinhateiro utilizam como nomenclatura o termo enoturismo, contudo, neste trabalho, parte-se do princípio que a ideia de enoturismo comercializada nestes roteiros torna-se uma subcategoria do turismo rural⁴.

Quando pensamos teoricamente no conceito de enoturismo, compreende-se que o mesmo é caracterizado a partir do “deslocamento de pessoas, cuja motivação está relacionada ao mundo da uva e do vinho”. (FALCADE, 2001, p. 53). Observa-se que esta motivação para conhecer o mundo da uva e do vinho nos remete a uma visão do rural, seus modos de vida, envolvendo desde o processo de colheita da uva até a forma como é produzido o vinho: cria-se uma ambiência do espaço vinícola.

O turismo do vinho também é permeado pela folclorização e uma veneração ao passado, como a entoação de canções italianas, práticas

⁴ A diferenciação teórica de turismo rural e turismo no espaço rural será desenvolvida no capítulo 01.

de utilização de roupas e chapéus da época de imigração, elaboração do vinho, participação de colheitas de uvas, exaltação do colono imigrante como herói, etc. (VALDUGA, 2011, p. 25)

O autor destaca ao longo de sua argumentação diversos aspectos relacionados ao mundo rural, como a folclorização ao passado, as roupas, o plantio da uva, as colheitas, entre outros. A ruralidade então torna-se evidente como um dos principais atrativos de ambas regiões, demonstrando que o enoturismo traz como estrutura atrativa o mundo rural e as práticas agrícolas originadas neste espaço. Desta maneira, falar somente em enoturismo no presente trabalho não permitiria a defesa da hipótese desta pesquisa.

Com isso posto, opta-se por trabalhar com o conceito de turismo rural, o qual nos conecta a todos os aspectos relacionados anteriormente, nos remetendo ao que o autor Eduardo Abdo Yázigi denomina de “a alma do lugar”, um dos mais importantes pilares para a consolidação do planejamento do turismo rural.

Nesta perspectiva, observa-se que o planejamento do turismo rural no Brasil ainda carece de políticas consolidadas para este setor, pois, as poucas estruturas existentes não estão suprimindo as necessidades do mesmo. Além disso, destaca-se que muitas vezes se planeja o turismo de forma cindida a realidade local, contribuindo para a exclusão ou submissão de atores que ali vivem e que compõe diariamente a alma do lugar. Assim, parte-se do pressuposto que devemos compreender o turismo em comunhão inseparável da realidade local, tendo em vista que somente a partir da organização do território para os atores da microescala é que poderemos pensar em roteiros consolidados.

O que o Brasil de ambição turística tem sistematicamente se recusado (e desconstruindo o pouco que já se fez) é se conscientizar da importância da organização do território – antes de tudo para si mesmo e só depois, eventualmente, para o turista. [...] a organização do território é fundamental para o turismo e indispensável para o habitante comum. Entretanto não se trata de qualquer “organização”, e sim de um procedimento que requer arte, que teimamos em ignorar. (YAZIGI, 2009, p. 33)

A temática trazida pelo autor é extremamente relevante, pois a partir do que foi apontado, o planejamento do território deve ser levado em consideração anteriormente a qualquer idealização de projetos turísticos. Contudo, o que se

percebe em alguns projetos de turismo rural no Brasil (relacionado a ausência de planejamento) é a falsificação das ruralidades⁵. As imagens rurais muitas vezes são modificadas ou até mesmo criadas em prol do desenvolvimento do turismo. A adulteração torna-se iminente, descaracterizando completamente a área de origem.

As municipalidades turísticas, coniventes com agentes privados, promovem qualquer produto que direta ou indiretamente traga dividendos. Trucida-se a alma do lugar, criando locais públicos ou não, de alta vazão sonora. Espantasse os que buscavam a paz campestre, enquanto que, em paraísos praianos de exuberância tropical, constrói-se casas com telhados inclinados para escorrimento de neve (YAZIGI, 2001, p. 110)

O autor referência está falsificação com a nomenclatura “arquiteturas de branca de neve”, as quais configuram-se como um exemplo de descaracterização da cultura local em prol de uma tentativa de desenvolvimento baseada em modelos implementados em outros territórios, com base em fenômenos temporais e espaciais completamente diferentes da realidade onde este projeto será implementado.

Observa-se que nas regiões que são analisadas nesta pesquisa (mesmo com diversos problemas referentes a organização espacial, agentes macroeconômicos se territorializando nestas áreas, as relações de poder entre atores locais e atores exógenos, ocupação do solo desordenada, etc.) o planejamento territorial do turismo está centrado em uma identidade territorial como principal estrutura de atratividade.

Estas estruturas possibilitaram ao longo da história não só a organização do turismo rural, mas também a criação de uma infraestrutura de logística para este, o qual hoje beneficia tanto turistas quanto moradores. É com fundamento na forma de organização do turismo rural nas regiões de estudo que se pretende analisar a possibilidade de construir políticas nacionais para este setor, tendo como princípio basilar as inúmeras identidades territoriais do espaço rural Brasileiro. Muito além, é a partir da heterogeneidade espacial e das diversas identidades territoriais do mundo rural no Brasil que se necessita de uma Política Nacional para o Turismo Rural centrada na unicidade que os atores sociais

⁵ O conceito de ruralidade será discutido no capítulo 02 deste trabalho.

construíram ao longo da história, visando uma ressignificação e valorização das relações locais.

Portanto, parte-se do princípio que o espaço rural nacional possui uma imensa pluralidade cultural e que o planejamento territorial do turismo não pode ignorar esta riqueza de identidades territoriais para implementar projetos de turismo que não possuiu uma ligação com a população local.

Além da relevância teórica acerca da necessidade de planejar o turismo rural anteriormente evidenciada, observou-se no cenário brasileiro de pesquisa uma significativa ausência de discussões em nível acadêmico sobre o planejamento do turismo rural no Brasil. Ao pesquisar as teses de Doutorado e dissertações de Mestrado em programas de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento vinculados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) podemos comprovar esta necessidade.

Gráfico 01: dissertações e teses do banco da CAPES sobre planejamento territorial e turismo rural

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Elaborado pelo autor. 2015

Destaca-se, desse modo, o imperativo da realização de pesquisas que visem compreender o turismo rural no Brasil e a forma como este vem sendo empregado. Busca-se então discutir teoricamente a partir das regiões analisadas as estratégias de planejamento deste segmento e as possíveis estruturas que poderão viabilizar uma base para o turismo rural, não só para uma ressignificação das culturas locais e uma valorização das identidades territoriais do espaço rural brasileiro, mas também como uma possibilidade de reprodução socioespacial das famílias que residem no espaço rural.

HIPÓTESE

A hipótese desta pesquisa centra-se no pressuposto que as formas de organização adotadas para o turismo rural no Brasil não estão suprimindo as demandas necessárias para a consolidação deste setor. Este contexto vem contribuindo para a manutenção de um modelo imediatista que só será superado tendo como princípio um planejamento assentado nas identidades territoriais.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

O presente projeto tem como objetivo principal analisar, a partir das regiões representativas do Vale dos Vinhedos e Alto Douro Vinhateiro, se as construções identitárias contribuem para o planejamento territorial do Turismo Rural no Brasil.

Objetivos específicos:

- Analisar a construção do rural e as unicidades espaciais.
- Compreender as identidades territoriais e suas formas de organização.
- Identificar as distinções teóricas sobre o turismo no espaço rural e o turismo rural.
- Discutir a modernização do espaço rural e as novas percepções deste com a emergência das ruralidades.
- Compreender como se constituiu a identidade territorial no Vale dos Vinhedos.
- Contextualizar o turismo rural no Rio grande do Sul e avaliar as estruturas organizacionais do mesmo no Vale dos Vinhedos.
- Discutir o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro e a construção da identidade territorial voltada a este setor.
- Analisar os Planos de Desenvolvimento do turismo no Alto Douro Vinhateiro.
- Identificar as possíveis proposições do planejamento territorial do Alto Douro Vinhateiro a partir da identidade.
- Compreender como o turismo rural vem se configurando no contexto Brasileiro.
- Analisar dentro dos Planos Nacionais de Turismo o rural e suas abordagens.
- Propor possíveis estruturas de planejamento territorial para o turismo rural no Brasil.

MÉTODO E METODOLOGIA

A compreensão teórica metodológica desta pesquisa tem como princípio a análise de um fenômeno socioespacial denominado de turismo rural a partir de suas diversas facetas. Para tanto definiu-se uma metodologia que de conta do recorte da pesquisa, seu objetivo geral e a discussão de sua hipótese.

Portanto, busca-se ao analisar um determinado objeto definir uma metodologia, o que torna necessário em um primeiro momento compreender o que se entende por método de pesquisa, como afirma Eliseu Savério Spósito: “Para se conceber uma metodologia [...] é preciso discutir o método científico” (SPÓSITO, 2004, p. 24)

Assim, o método é um caminho teórico a ser seguido.

É todo e qualquer tipo de método colocado a serviço do conhecimento científico pelos cientistas ou da pesquisa realizada por uma ciência. [...] o método científico é imprescindível ao planejamento de uma pesquisa. Ele coloca em evidência as etapas operacionais da pesquisa científica. (LEITE, 2008, p. 90)

Ao aprofundar a discussão, na busca pela etimologia da palavra, compreende-se que a mesma deriva da palavra *méthodos*, ou seja, *méta* e *hodos*, significando “via, caminho” (CUNHA, 1982, p. 517). Ao analisar a perspectiva da ideia de caminho a ser seguido, não é possível recorrer no erro que o método seria uma “receita de bolo” aplicável a qualquer tese, pois, como já afirmado, o método em si baseia-se em toda a teoria que busca “*sulear*” a pesquisa. Portanto, torna-se subjetivo a cada autor.

Surge o questionamento: como definir um método, se o caminho ainda está sendo trilhado na pesquisa. Esta provocação deveria ser uma das preocupações centrais de pesquisas científicas, pois, definir um método de análise antes mesmo de realizar a mesma torna a induzir o olhar do pesquisador e pode gerar uma falsa premissa de pesquisa. Desta maneira, destaca-se as palavras de Edgar Morin:

Na origem, a palavra método significa caminho. Aqui temos de aceitar caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar. O que dizia Machado: caminhante no hay caminho, se hace caminho al andar. O método só pode formar-se durante a investigação; só pode desprender-se e formular-se depois, no momento em que o termo se

torna um novo ponto de partida, desta vez, dotado de método. (MORIN, 1977, p. 25)

Desta forma, parte-se do princípio que se deva construir o caminho, caminhando. Nesta pesquisa, o caminho se aproxima de uma análise espacial que versa com a visão do autor Milton Santos.

Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas compõem como as personagens centrais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como uma união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indica como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para que. (SANTOS, 2001, p. 12)

A partir desta discussão, observa-se que a geografia tange a sua preocupação na abordagem espacial, tendo como objetivo compreender como o território vem sendo ocupado e quais as relações se desenvolvem nele. Nas palavras do autor: “como o território é usado” (SANTOS, 2001, p. 12).

Contudo, ressalta-se que esta dialética entre a análise espacial e o território infelizmente ainda é pouco estudada por planejadores do turismo rural. A preocupação ainda está centrada pragmaticamente em um curto espaço de tempo, tendo como aporte central o aumento substancial monetário de determinados grupos que utilizam o território indiscriminadamente, visando somente o acúmulo de capital.

A ideia da análise do componente territorial e da abordagem espacial para o planejamento do turismo rural neste trabalho vislumbra a busca por uma maior igualdade no uso do território, partindo do princípio que:

O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentalização do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada. (SANTOS, 2012, p. 18)

Então, compreende-se que é a partir da relação espacial definida por Milton Santos, juntamente com o entendimento da abordagem dos bens territoriais voltada ao planejamento (o qual possui como pedra angular a formação da identidade que cria a “alma de um lugar”) que torna-se possível organizar o turismo rural em prol de um desenvolvimento endógeno dos lugares

e, por consequência, possibilitar a elaboração de um projeto capaz de perdurar gerações e que sirva de base para outras localidades.

Para tanto, busca-se na visão de totalidade compreender o turismo rural como parte de uma lógica da unidade das coisas presentes no universo.

Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes [...] A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento (SANTOS, 2006, p. 74)

Nesse sentido, procuramos realizar uma análise espacial integrada, para assim compreender o espaço rural e, por conseguinte, o turismo.

Não existem no Brasil práticas de planejamento territorial que tenham em conta a tão necessária e condicionante ideia de totalidade dada pelo mundo. Para sermos mais consequentes, isso nos impõe um esforço de entender e tentar reposicionar o turismo em toda a sua complexidade espacial e social. (YAZIGI, 2009, p. 51)

Contudo, deve ficar claro para o leitor que a totalidade referida anteriormente seria o conjunto de todas as coisas, objetos, realidades, etc., em movimento contínuo. Por esta razão se diz classicamente que o todo é maior que a soma das partes.

Hoje, a questão se coloca com mais acuidade e mais urgência. O mundo se globaliza e há, mesmo, quem fale num espaço global. Se esta última asserção suscita dúvidas, não há como deixar de reconhecer a emergência dos espaços da globalização. Além disso, graças aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, a noção de totalidade permite um tratamento objetivo. Pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com uma universalidade empírica. (SANTOS, 2006, p. 73)

Esta ideia de buscar compreender a totalidade muitas vezes se confunde com uma possível homogeneização dos fenômenos espaciais. Apesar disso, a tentativa de compreender os fenômenos a partir de uma totalidade-mundo não significa que os elementos que o compõe sejam repetitivos em todas as manifestações sociais no sistema-mundo. Pode-se então compreender que este nexos entre totalidade e homogeneidade se torna uma linha tênue entre tentar compreender a ideia de totalidade e por outro lado generalizar a mesma.

Assim, no presente trabalho, busca-se analisar as singularidades espaciais do rural, em prol de uma compreensão científica que permita o entendimento do turismo rural. Para tanto, visando compreender a totalidade deste fenômeno, cindimos a mesma em subtotalidades.

Trata-se, assim, de cindir a geografia do mundo em subtotalidades, que se tornam estruturas significativas para cada conjunto de eventos. Uma cisão da totalidade é uma nova totalidade com um significado, uma estrutura num conjunto mais abrangente, uma estrutura e um sistema porque sua realidade é dada pelo movimento. (SILVEIRA, 1999, p. 24)

Desta forma, inserido no turismo rural, analisa-se vertentes deste processo que possibilitem compreender este fenômeno no território nacional. Esta discussão da totalidade aproxima-se do conceito de complexidade desenvolvido por Edgar Morin (1977, p. 15); este pressuposto vai dialogar sobre a necessidade, no mundo imerso na pós-modernidade⁶ de encontrar um método que possibilite a análise das articulações entre as formas, funções, estruturas e processos, não ocultando a complexidade, mas sim demonstrando a importância da mesma.

Assim, busca-se compreender as diversas articulações espaciais do turismo rural em subtotalidades (como a identidade, o território, a multifuncionalidade e os bens territoriais) sem deixar de visualizar o todo, ou seja, a complexidade da realidade e dos fenômenos espaciais relacionados a este.

É a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. A primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe análise e a segunda noção essencial é a de que a análise pressupõe a divisão. Daí o interesse de compreender o processo pelo qual a totalidade é cindida. (SANTOS, 2006, p. 75)

Por conseguinte, acredita-se que a partir da abordagem da totalidade, torna-se possível compreender o movimento espacial e as diferentes variáveis que compreendem o fenômeno geográfico. Obviamente que este caminho a ser percorrido ao longo da pesquisa denota a preocupação teórica-metodológica

⁶ Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente (HARVEY, 2002, p. 4)

adotada que guiara o processo de construção da tese, buscando circundar a hipótese aqui defendida, a qual baseia-se na ideia da identidade territorial como suporte para planejar o turismo rural. Para este fim, divide-se a abordagem a partir do esquema a seguir (figura 04)

Figura 01– esquema teórico da pesquisa.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Em continuidade, visando seguir a ordem apresentada na figura elencada anteriormente, divide-se o presente trabalho em duas vertentes para desenvolver o *referencial teórico* que será utilizado na pesquisa:

Na primeira subseção desta análise teórica, discute-se a produção do espaço rural a partir da perspectiva geográfica, buscando compreender a ideia de homogeneidade e heterogeneidade espacial. Para tanto, analisa-se o discurso da homogeneidade espacial do espaço rural, amplamente divulgada sob a égide da globalização, buscando demonstrar que essa caracteriza-se como um mito, tendo como base a abordagem do autor Milton Santos.

Por conseguinte, aponta-se a necessidade da revisão deste discurso, demonstrando que as especificidades dos lugares emergem como estratégias de planejamento frente a ideia de homogeneização que imperava no final do século XX e início do século XXI.

No segundo momento, analisa-se neste referencial teórico metodológico o conceito de identidade, território e a formação das denominadas identidades territoriais, tendo em vista compreender a construção das identidades, a formação do território enquanto base espacial da reprodução da vida e os marcos materiais e imateriais que constroem as identidades territoriais. Este momento torna-se essencial, pois, é a partir deste referencial teórico-metodológico sobre as identidades territoriais que se fundamenta a hipótese desta pesquisa, ou seja, a identidade territorial como possibilidade para o planejamento do turismo rural.

Após o referencial teórico, apresenta-se a discussão acerca das mudanças do espaço rural e seus múltiplos olhares, desde a ideia do fim do rural até a sua ressignificação a partir da ruralidade, centrando-se principalmente nas mudanças do rural brasileiro.

Na sequência deste trabalho, busca-se analisar as duas regiões representativas elencadas nesta pesquisa, o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro, contextualizando as mesmas dentro de seus processos históricos de ocupação territorial e desenvolvimento turístico.

Por fim, após as discussões levantadas apresenta-se o capítulo de planejamento do turismo rural, buscando neste momento entender a sua organização, legislação e planejamento na esfera nacional. Além disso, busca-se a partir da identidade territorial criar propostas para a construção de uma Política Nacional de Turismo Rural que possibilite o planejamento deste setor.

A partir das etapas apresentadas, torna-se necessário espacializar estes fenômenos turísticos tanto no Vale dos Vinhedos como no Alto Douro Vinhateiro, tendo em vista a sua visualização para realizar as análises sobre o turismo rural. Dessa forma, a confecção de mapas para o planejamento torna-se imprescindível, pois a organização das políticas públicas que visam estruturar este setor necessita especializar os fenômenos para compreender a sua dimensão em diversas escalas geográficas. É com este intuito que, a partir da

produção cartográfica, busca-se compreender o turismo rural nas regiões de estudo.

A Produção cartográfica.

Em concomitância com este referencial teórico, foram levantados e georeferenciados os principais pontos que compõem os bens territoriais de ambas as regiões representativas. No primeiro momento, no Vale dos Vinhedos, foi realizado um levantamento de campo e georeferenciados os bens territoriais elencados a seguir: Vinícolas, restaurantes, hotéis/pousadas e artesanato; os quais compõem e se utilizam da identidade territorial para articular o turismo rural na localidade. Além destes, foram especializados novos nichos que começam a surgir na região, como lojas de moveis e decoração, chocolaterias, cafeterias, todos enquadrados em outros serviços.

Em conjunto com esta produção cartográfica, necessitou-se espacializar o turismo rural no Rio Grande do Sul visando compreender a inserção do roteiro denominado de Vale dos Vinhedos neste estado. Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia para o mapeamento dos roteiros de turismo rural utilizando como base os dados cadastrados na Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul⁷.

Tendo em vista que esta secretaria possui 127 roteiros de turismo e mais de 400 municípios que trabalham com este setor, foi necessário criar parâmetros para definir o que se considera como turismo rural, aspirando a busca por uma análise espacial que demonstre as principais concentrações deste segmento no Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, para realizar a presente proposta estabeleceu-se cinco parâmetros para o levantamento dos dados que visem legitimar os roteiros de turismo rural:

- O primeiro parâmetro do roteiro diz respeito a agropecuária como atrativo turístico;

⁷ Disponível em: <http://www.turismo.rs.gov.br/inicial>. Acessado em: 12 de março. 2015

- O segundo parâmetro tem como base a multifuncionalidade agrícola para a organização do turismo rural;
- O terceiro parâmetro está relacionado com a estrutura turística relacionada aos bens territoriais;
- O quarto parâmetro diz respeito ao cadastro do roteiro na Secretaria do Turismo do estado; e,
- O último parâmetro foi o acesso a dados deste roteiro via Website, os quais possibilitem o conhecimento do mesmo sem a necessidade de deslocamento até o local.

Para o levantamento dos dados, utilizou-se de pesquisas no site da Secretaria de Turismo para visualizar os roteiros turísticos e, posteriormente, levantamento de dados em todas as prefeituras cadastradas em roteiros reconhecidos pelo estado utilizando os parâmetros supracitados.

Além desses, levou-se em consideração toda a discussão acerca da produção do espaço rural, do turismo e das ruralidades para elencar os roteiros. A importância desta produção está relacionada a ausência de um mapeamento que identifique espacialmente o turismo rural e suas concentrações, o qual possibilitará planejar as políticas para este setor.

Na outra frente de pesquisa, baseado em informações secundárias em conjunto com a coleta de Pontos *in loco* (que dizem respeito a localização das Quintas e casas de Exportação, os quais configuram-se como bens territoriais) para a organização e levantamento de dados visando a espacialização do turismo rural na região do Porto e do Alto Douro Vinhateiro.

A relevância desta espacialização em ambas regiões se dá a partir da ideia de visualizar o objeto de análise a partir da totalidade do movimento espacial do turismo rural e compreender a importância deste para a sociedade. Além disso, inserido no turismo rural, busca-se compreender a configuração territorial destas regiões a partir do que autor Eduardo Abdo Yázigi definiu como bens territoriais (2009, p. 30).

Para analisar estes bens territoriais, torna-se necessário definir que a configuração territorial “é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens ‘superimpuseram’ a esses sistemas naturais”. (SANTOS, 2006, p. 38).

Já os bens territoriais dizem respeito a herança cunhada pelo processo de acumulação do tempo no espaço. Desta forma, estes configuram-se como pedra angular para a formação do turismo rural. “Não sabem que os únicos atrativos que decidem a permanência turística de médio e longo prazo são bens territoriais [...]” (YAZIGI, 2009, p. 30). Estes bens, na presente pesquisa, centram-se nas vinícolas, casas de exportação de vinhos, quintas, etc. É a partir dos bens territoriais e da configuração criada para os mesmos que o turismo rural poderá ser planejado em conjunto com a identidade.

Levantamento documental e pesquisa de campo.

Em conjunto com a abordagem teórica e produção cartográfica elencadas anteriormente, realizou-se pesquisa em fontes documentais, na qual serão analisados diversos documentos, a fim de compreender como vem sendo discutida a temática do turismo rural no Brasil, bem como avaliar projetos e planos de desenvolvimento do mesmo e a legislação pertinente com intuito de elucidar as formas de abordagem tanto institucionais de Estado como de ordem privada, em escala nacional, estadual e municipal. Para isso foram avaliados os seguintes documentos:

- BRASIL. PNT – Plano Nacional de Turismo, 2013-2016.
- BRASIL. PNT – Plano Nacional de Turismo, 2013-2016.
- BRASIL. PNT – Plano Nacional de Turismo, 2013-2016.
- _____. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.
- _____. Turismo rural: orientações básicas.
- Plano Diretor do município de Bento Gonçalves – RS.
- Plano Diretor do município de Garibaldi – RS.
- Plano Diretor do município de Carlos Barbosa – RS.
- Materiais veiculados pela mídia (jornais, revistas e outros).

Além disso, foram analisados documentos e leis referentes a organização do turismo rural em Portugal e no Alto Douro Vinhateiro, visando compreender as estruturas de planejamento criadas para este roteiro.

- PORTUGAL. Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação. 2003.
- PORTUGAL. Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Proposta técnica). 2004.
- PORTUGAL. Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – 2007/2013.

Com relação à pesquisa de campo, a mesma foi realizada tendo como foco a região denominada Vale dos Vinhedos/RS e o Alto Douro Vinhateiro/Portugal, trazendo como instrumento de análise uma pesquisa de campo *in loco* em ambas regiões, tendo como princípio observar o turismo rural a partir do olhar do turista, buscando analisar a forma como se estrutura este segmento.

Parte-se da ideia do autor Humberto Maturana (2001, p. 126), o qual vai afirmar que “nós, cientistas, fazemos ciência como observadores explicando o que observamos”. Quando nos referimos a observar, destacamos que não é somente olhar a realidade, mas sim compreender o seu entorno, descrever os fenômenos socioespaciais e interpretar as diferentes formas em que o mesmo se apresenta.

Todos os cientistas fazem ciência como observadores, explicando o que observam [...] um cientista, em seu fazer laboratorial, não está apreendendo a essência do real, nem mesmo por aproximação: ele está efetivamente configurando, no seu observar, na mesma medida e no mesmo modo, tanto o seu objeto de observação quanto uma possível descrição desse mesmo objeto. Enquanto observadores, somos seres humanos vivendo na linguagem e enquanto seres humanos, somos seres vivos. (MATURANA, 2001, p. 20)

O observar torna-se importante para um pesquisador, podendo o mesmo trabalhar em escalas de observação. Desde observar um texto até um fato social, o que demonstra que a cada momento histórico/espacial o observador muda, e, por conseguinte, transforma-se a interpretação sobre a observação.

Dessa forma, compreender o turismo a partir da observação torna-se primordial. Para tanto, deve-se estabelecer uma metodologia para a realização desta. Partindo deste princípio, no primeiro momento estabeleceu-se um objeto a ser observado, ou seja, o fenômeno espacial do turismo rural. No segundo

plano, definiu-se trabalhar com a observação não participante, porque, o objetivo da metodologia seria colocar-se no papel de observar o fenômeno sem interferir na atmosfera turística criada, pois, quando se interfere podemos gerar um conflito/mudança na atitude dos agentes que constroem e dão vida ao ambiente, como afirma VIANNA (2003, p. 19) “As pessoas observadas, ao saberem dessa situação, podem tentar de uma forma deliberada criar uma impressão específica”.

Além da busca por tornar-se mais um no imenso movimento turístico, foram realizadas anotações que possibilitam a coleta de dados a partir do olhar, em razão que:

O observador precisa desenvolver um método pessoal para fazer suas anotações, para não ser traído por sua memória e, além disso, deve fazer um registro de natureza narrativa de tudo que foi constatado no período de observação. (VIANNA, 2003, p. 59)

Assim, as anotações de campo ao longo da observação tornam-se eficazes para além de capturar extratos do movimento espacial poder realizar análises após o ato de observar. Por fim, na metodologia da observação não participante, reúnem-se todos os dados e anotações realizadas e analisa-se os referenciais e memórias.

Análise dos dados de pesquisa

Com o término da pesquisa de campo, foi realizado o processo de análise dos dados (organização, análise e discussão), a qual buscou servir de base para a formulação de uma proposta de planejamento voltado para o âmbito Nacional do turismo rural.

Estas discussões foram desenvolvidas a partir da metodologia de análise textual descritiva. Esta, por sua vez, configura-se como “uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES e GALIAZZI, 2006, p.118).

A análise de conteúdo configura-se como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtileza em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos- é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (BARDIN, 1977, p. 09)

A inferência citada pela autora está relacionada a multiplicidade de olhares que é dado ao analisar determinados conteúdos, visando a descrição do mesmo a partir da dedução analítica.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, p. 31)

Esta busca ir além da simples leitura, demonstrando as diversas facetas de uma mensagem que deve ir além do que está escrito. Por esta razão a autora destaca que esta maneira de compreender o conteúdo não caracteriza um instrumento único, mas sim uma gama de formas analíticas. Já por análise de discurso, compreende-se que a mesma “trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido” (CARAGNATO e MUTTI, 2006, p. 680)

Entre meandros destas duas metodologias se busca compor a deste trabalho, a qual irá incidir no que se denomina de análise textual descritiva. Esta seria um híbrido das duas formas mencionadas anteriormente. A utilização da análise textual discursiva trata-se de uma ferramenta aberta, exigindo dos usuários aprender a conviver com uma abordagem que exige constantemente a (re)construção de caminhos. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p.120).

O primeiro processo que se inicia nesta metodologia diz respeito a separação de textos por unidade de significados. Esta criação levará a formação de outras unidades, fruto da interlocução empírica, teórica e vivida do autor. Esta primeira fase é denominada de *unitarização*. Este momento possibilita a estruturação de textos e autores que dialogam sobre as temáticas desenvolvidas que circundam esta pesquisa. Logo, a mesma:

Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações.

Ao expressar múltiplas vozes, o processo consiste em um diálogo com interlocutores em que participam diversificados pontos de vista, sempre expressos na voz do pesquisador. Na unitarização os textos submetidos à análise são recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 123).

No segundo momento, será realizado o que os autores denominaram de *articulação de significados* (MORAES e GALIAZZI, 2006, p.118). Esta fase se dá perante a categorização das unidades de significados reunidas anteriormente na fase da unitarização. Este caminho nos leva a formação de categorias de análise do discurso e do conteúdo. Na análise discursiva, este processo se caracteriza pela passagem das ideias empíricas para o desencadear teórico.

em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 118).

No terceiro momento, surge o novo, ou seja, uma tempestade de informações e interpretações que culminam com uma original forma de interpretar as ideias. Neste momento desencadeia-se uma desorganização teórica e o choque com teorias e ideias. Contudo, ressalta-se que:

é importante saber conviver com este momento de desorganização para possibilitar a emergência do novo. É no espaço entre caos e ordem, entre desorganização e categorização que surgem novas e criativas interpretações e compreensões. Uma escrita produtiva implica abandonar-se no espaço desorganizado da inconsciência. O processo em seu todo corresponde a um conjunto de movimentos auto-organizados. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 126).

Este processo denota o surgimento de uma série de ideias e interpretações que dão a gênese a textos que tem por excelência lançar um outro olhar sobre a realidade e análises anteriormente observadas. Assim, tudo começa a montar-se como um quebra cabeça, encaixando-se. De tal modo, no processo, novas análises devem surgir a partir desde movimento de *devir*.

Em síntese, montamos a figura abaixo:

Figura 02 – esquema de organização metodológica de análise dos dados.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Tendo em vista a sintetização da metodologia apresentada, que tem como base a análise do turismo rural e das identidades territoriais, criou-se o organograma conceitual a seguir.

Figura 03 – Esquema da metodologia de pesquisa em todas as fases.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

Além da análise dos dados anteriormente exposta, foi realizado um levantamento fotográfico⁸ que configura um acervo de mais de 500 fotografias sobre atividades relacionadas ao turismo rural no Vale dos Vinhedos e no Alto Douro Vinhateiro.

⁸ Esta técnica permite registrar ALENCAR elementos da realidade observada e a partir destes contribuir para a pesquisa, como afirma (2011, p. 01), “A fotografia nos permite a recuperação de fatos passados, a partir desse tipo de tecnologia, ‘a escrita com a luz’ que construíram memórias que se tornam objetos da história, que como fonte de informação primaria pode ser utilizada de base para estudos mais ados”.

Capítulo 01

ANÁLISE TEÓRICA: A produção do espaço rural, turismo e identidade territorial

ANÁLISE TEÓRICA: produção do espaço rural, a identidade territorial e o turismo

A Produção Do Espaço Rural

- A importância de conceituar uma teoria
- A produção do espaço: um espaço de/da vida
- O mito da homogeneização do espaço rural
- O Espaço rural: um processo de autopoieses

A identidade territorial: Construções socioespaciais

- A discussão sobre o território a partir da perspectiva geográfica
- O território e a construção das territorialidades
- Processos de identificação e o olhar da geografia: a identidade territorial

O Turismo rural

- A multifuncionalidade do espaço rural.
- O turismo no espaço rural e o turismo rural

Figura 04 – Esquema síntese do capítulo 01
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

1.1 A Produção do Espaço Rural

1.1.1 A importância de conceituar uma teoria

No início desta discussão teórica busco um entendimento acerca dos aspectos e variáveis que circundam a formação de um conceito, para, posteriormente, definir o que entendemos por produção do Espaço Rural. Para tanto, cabe ressaltar que os conceitos buscam marcar o referencial teórico para a melhor compreensão dos fatos que cercam esta pesquisa. A partir destes, tentamos “aprisionar” a realidade com o olhar de pesquisador, visando buscar uma explicação dos fenômenos que a compõe. Nas palavras de Gilles Deleuze:

Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Têm, portanto uma cifra. É uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual [...] todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes. É um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. E apenas sob essa condição que pode sair do caos mental, que não cessa de espreita-lo, de aderir a ele, para reabsorve-lo. (DELEUZE, 1992, p. 21)

Este autor aponta-nos a complexidade da criação e do entendimento sobre um conceito perante suas múltiplas facetas, suas irregularidades e diversas interpretações. Muito além, brilhantemente, demonstra como o conteúdo e a forma para a construção destes são desiguais, sendo definidos por diversos componentes. Outra ressalva que devemos realizar no início desta argumentação é que esses termos são polivalentes e, muitas vezes, possuem um caráter polissêmico, não sendo estagnados em relação ao mundo e ao movimento da vida.

Os conceitos se agitam, transformam-se e adaptam-se com o passar da história e a evolução dos olhares sobre a produção espacial. Estes sempre possuem uma história, embora a história se desdobre em ziguezague, embora cruze talvez outros problemas ou outros planos diferentes. (DELEUZE, 1992, p. 21)

Assim, com o virar da ampolheta, por consequência deste movimento, modificam-se a partir da interpretação e experiência dos atores sociais. Os conceitos correspondem a análise dos objetos, os quais possuem peculiaridades, podendo ser concretos ou abstratos.

O conceito pode-se referir à coisa abstrata ou à coisa materializada. O indivíduo vivo é materializado, mas a espécie é uma abstração. Vê-se pessoas, ninguém “vê” a espécie humana. Do mesmo modo, habitações, caminhos, rios, montanhas, fazem dos lugares concretudes materializadas, mas as cidades e as regiões são concretudes abstratas. (GEIGER, 1996, p. 234)

Aliado a esta evolução histórica, torna-se relevante compreender a própria historicidade de cada conceito, sua gênese e seu desenvolvimento ao longo do pensamento da ciência *in loco*, afinal, como foi assinalado, todo conceito está inserido em um contexto temporal e espacial, o qual vai possuir uma infinidade de interpretações.

Mesmo neste movimento do *devenir*, assinalado por Gilles Deleuze (1992, p. 23), o conceito possui uma essência, uma simetria quase beirando ao estado da arte, o qual, mesmo submetido as mais variadas e longínquas interpretações, possuirá uma gênese e elementos comuns que o identificam.

Se utilizarmos o coração dos animais como metáfora para compreender os conceitos, usando a simetria de um exemplo utilizado por Gilles Deleuze (1992, p. 21), observamos que o mesmo existe e é estruturado não pela localização no corpo, nem muito mesmo por credo ou etnia, mas sim pela função que o mesmo exerce, servindo essencialmente para a manutenção do ser vivo no plano térreo.

O conceito seria o núcleo do sistema nervoso, o qual é composto por diversos axônios; uma rede de componentes que fazem a transposição do mesmo para o restante do sistema. É por este motivo que o referido autor vai assinalar que por mais que este possua interpretações, análises, etc. o conceito possui uma alma: a endo-consistência.

Os conceitos vão, pois, ao infinito e, sendo criados, não são jamais criados do nada. Em segundo lugar, é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele: distintos, heterogêneos e, todavia, não separáveis, tal é o estatuto dos componentes, ou o que define a consistência do conceito, sua endo-consistência. (DELEUZE, 1992, p. 21)

O conceito, então, paira acima de todos os elementos que o compõe. Seria um sobrevoo (DELEUZE, 1992, p. 25), utilizando um termo deleuziano. Por este motivo, a análise do conceito corresponde a interpretação do pesquisador

que busca, no âmbito de sua ciência, conhecer seu objeto de estudo e através dos elementos que o estruturam para buscar o entendimento da realidade.

Na ciência geográfica, os conceitos são a base para entender as relações estabelecidas na sociedade. Como percebe-se, também nesta ciência houve transformações no que diz respeito ao seu léxico: o espaço, a paisagem, a região, o território, o lugar, entre outros, modificaram-se ao longo do tempo, mas mantêm uma essência que os caracterizam como conceitos. Nas palavras de Corrêa (1995, p. 16), “Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chaves que guardam entre si forte grau de parentesco”

Assim, neste primeiro momento, o enfoque teórico se desenvolverá fundamentado em um dos pilares da ciência geográfica: o espaço geográfico; consequentemente sua correlação com o mundo rural e sua endo-consistência. A escolha desta breve discussão diz respeito a ausência, muitas vezes, do debate epistemológico que pressupõe a ponderação conceitual. As análises sobre a conceitualização do que é o espaço não são suficientemente desenvolvidos por planejadores e cientistas, reduzindo-o à mera representação e descrição de um fenômeno. O autor Milton Santos já sinalizava esta preocupação com relação a ausência destas discussões espaciais ao destacar que: “O papel do espaço em relação à sociedade tem sido frequentemente minimizado pela Geografia [...] Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação”. (SANTOS, 1982, p. 01)

Mesmo sendo esta uma citação de um texto situado na década de 1980, seu teor é extremamente contemporâneo e, em pleno século XXI, pode-se pressupor que existe uma negligência por parte da academia e dos planejadores com relação a discussão epistemológica do conceito de espaço rural.

Mantendo esta linha de raciocínio, torna-se essencial nesta pesquisa a definição da produção do espaço rural, e, *a posteriori*, a discussão sobre o turismo. Percebemos, ao longo de leituras em diversas áreas do conhecimento, a utilização do termo “espaço rural” desvelado da importância da análise: que espaço é este? Este “rural” se refere a que, exatamente? Infelizmente, em muitas discussões, mergulham-se estes conceitos em um mero simplismo teórico relacionado a uma ideia de homogeneidade dos atores e das relações que existem no espaço rural.

Assim, a definição e orientação teórica abordada nesta pesquisa se revelará ao longo da análise aqui realizada. Este é um ponto essencial na discussão da Universidade: é possível vagar pelos mais diversos campos do conhecimento, até mesmo se perder em argumentações e reflexões espaciais, mas, mesmo em devaneios teóricos nossa visão de mundo nunca será desvelada de uma ideologia e um caminho de vivência trilhado pelo autor, impregnado de interrogações, confusões e erros; talvez este seja o movimento que possibilita o avançar das pesquisas.

1.1.2 A produção do espaço: um espaço de/da vida

Define-se a produção do espaço tendo como base que o mesmo é marcado pela heterogeneidade vinda do processo histórico de ocupação dos atores sociais e sua relação com a natureza. É a partir desta premissa que podemos analisar a formação e organização do turismo rural, tendo como base as especificidades dos lugares e a identidade territorial como estratégia para a organização do planejamento turístico.

Para compreender a ideia da produção do espaço, torna-se necessário entender que este possui a sua gênese a partir das interações sociais e de seus desdobramentos históricos sobre o entorno natural. Dessa forma:

O esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de “cultura”, mas como produtos. O que acarretava uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. (LEFEBVRE, 2000, p. 05)

O espaço para Lefébvre (1976, p. 30) é o espaço social, vivido; “o espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto) nem o ponto de chegada (espaço como ponto de chegada) [...] o espaço é o *lócus* da reprodução das relações sociais de produção”.

Assim, o espaço é constituído através das relações sociais de produção (Produção entendida no sentido de produção social). O mesmo é a

materialização da existência humana e de suas relações. Assim, compreender a ideia de produção do espaço, pressupõe o mesmo não como estático (espaço absoluto), mas sim como um processo no qual a relação entre os seres humanos constrói um sistema de objetos e ações que modifica o espaço, produzindo-o.

Dessa forma, para entender a ideia das relações espaciais, apresenta-se a reflexão do autor Milton Santos sobre este conceito:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1996, p.51).

O autor aborda, acima, a questão da apropriação da primeira natureza pela técnica, fruto do engenho humano. Desta forma, tendo como gênese a articulação entre os seres humanos e a natureza, sendo esta última apropriada principalmente pelos sujeitos históricos é que se desenvolve o movimento “do” e “no” espaço. A natureza assim compreendida vai ao encontro da perspectiva destacada pela autora Dirce Suertegaray (2003, p.02), a qual vai analisar a ideia de natureza artificializada ou técnica, fruto das mudanças que o ser humano acarreta no espaço.

Estas Transformações, oriunda das relações entre o ser humano e a natureza, caracterizam a dinamicidade do espaço rural ao longo do processo histórico. Logo, o espaço é fruto de uma evolução que está intimamente relacionado com o desenvolvimento das técnicas criadas pelos seres humanos e as modificações da natureza. Assim, a produção deste é invenção da criatividade humana e do acúmulo de técnicas no espaço. A técnica aqui é compreendida como meios instrumentais e sociais que possibilitam as mudanças no espaço, criando e produzindo novas formas sociais que modificam este (SANTOS, 2006, p.16).

As técnicas, criadas pelo engenho humano ao longo da história, têm como princípio não só intervir na natureza, mas também dominá-la. Por conseguinte, este domínio no espaço ocorre de maneira ponderável, em vista que são diversas as influências da natureza no modo de vida dos seres humanos.

Assim, esta abordagem espacial relacionada ao domínio das técnicas pelos seres humanos e a produção de uma unicidade do espaço denota que o mesmo é fruto das relações sociais que construíram (e constroem) marcas territoriais *sui generis*, caracterizando uma configuração territorial. Esta, por sua vez é formada por um conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos criados pela ação humana. A configuração possui uma existência material e imaterial, ou seja, é concreta, mas fruto das ações humanas dotadas de simbologias. (SANTOS, 2006, p. 38)

O espaço então produz uma configuração territorial única, sendo um produto social que cria materialidades imaterialidades vivas no imaginário social. O autor Eliseu Savério Spósito vai afirmar que “o espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isto é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social” (SPÓSITO, 2004, p. 130).

Este conceito pode ser transposto para o rural a partir da ideia que o mesmo é produto de um acúmulo das técnicas e da apropriação deste a partir de maneiras distintas pelos agricultores. Por conseguinte, para compreender determinada realidade rural e planejar a mesma para o turismo, torna-se necessário realizar análise deste tendo como pressuposto a própria historicidade/produção do mesmo, contextualizando este com o sistema de objetos e ações que constroem a configuração territorial.

1.1.3 O mito da homogeneização do espaço rural.

Mesmo com todas as análises que evidenciam as especificidades espaciais, ainda preambulam afirmações sobre a homogeneização do rural como premissa básica de sua formação. Apresenta-se, assim, o discurso da homogeneidade do rural como única possibilidade para compreendê-lo, como se o mesmo fosse oriundo de igualdades totalitárias de produção em massa, reduzindo o mesmo a mero “fabricante” de alimentos. Estas teorias acabam por não levar em consideração as diversas formas de apropriação do espaço e os modos de vida que são frutos deste movimento.

O discurso da homogeneidade espacial é vendido como premissa por grande parte dos meios de comunicação⁹ e, por consequência, aceita e reproduzida por parte da sociedade. Esta problemática vai se expandir não só para a forma como a sociedade imagina o rural, mas também incide diretamente na construção de políticas públicas de planejamento territorial voltadas ao rural (e ao turismo), muitas vezes, sem compreender a heterogeneidade e a particularidade de cada modo de vida presente neste espaço. Observa-se então confusões conceituais na contemporaneidade que dão a gênese as “verdades absolutas” ainda reproduzidas no século XXI.

Não obstante, como falar em homogeneidade se existem lugares diferentes, relações sociais díspares e formas e conteúdos distintos que dão sentido a existência humana. Por esta razão, pode-se delinear que a ideia de “homogeneização é um mito, sua percepção sendo o resultado de um ‘delírio analítico’” que associa à ideia de revolução espacial a existência de uma indiferença espacial” (SANTOS, 2006, p. 181).

Em consonância com o autor supracitado, Maria Laura da Silveira (1999, p. 25) discorre sobre a ideia que mesmo inseridos dentro do modo de produção vigente, com todo o acervo tecnológico que tenderia a homogeneizar o espaço, evidencia-se que a partir do acúmulo de tempos históricos em consonância com as ações e intencionalidades de cada lugar criam-se as diferenciações espaciais.

Se, de um lado, os lugares participam de um comando e de um ritmo unificados, graças às técnicas que permitem um maior conhecimento como o uso do satélite no campo para diagnosticar as necessidades de insumos ou o volume da safra, de outro lado, eles não se homogeneízam graças aos seus arranjos anteriores e à multiplicidade de intencional idades e ações. (SILVEIRA, 1999, p. 25)

Na tentativa de derrubar este mito da homogeneização do espaço rural que veio sendo difundido na sociedade, principalmente a partir da segunda metade do século XX, propõe-se sua compreensão a partir do conceito de *autopoieses* criado pelo autor Humberto Maturana.

⁹ Para um aprofundamento nas discussões sobre o papel dos meios de comunicação e a homogeneidade espacial ver: SANTOS (2001, p. 21)

1.1.4 O Espaço rural: um processo de autopoieses

Tendo em vista a diferenciação espacial, fruto das inúmeras ações dos atores sociais no espaço geográfico, observamos que o rural é fruto de um conjunto de objetos e ações que se estruturam de diversas formas a partir das intencionalidades dos atores sociais, criando processos de identificação que se territorializam no espaço/tempo.

Quando se discute a ideia do espaço rural a partir do sistema de objetos e ações, a premissa básica para esta análise parte da ideia que o mesmo é produzido pelos atores sociais em conjunto com suas ações dotadas de intencionalidades, as quais estão interligados ao sistema mundo vigente. *Acreditamos que o espaço rural não é um ecótono fechado ao mundo contemporâneo.* A professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001, p. 31) vai ressaltar que o rural não é um universo isolado, autônomo e intocado pela contemporaneidade; o mesmo possuiu particularidades históricas, sociais e culturais que o englobam enquanto realidade própria, mas que é influenciada e influencia a sociedade como um todo.

Logo, o esforço empreendido neste momento se traduz na busca por compreender que a produção do espaço rural é construída a partir da elaboração de objetos, modos de vida e temporalidades, produzindo sua própria organização: a sua *autopoiese*.

A ideia de *autopoiese* surge em 1974 com os Chilenos Humberto Maturana, Francisco Varela e Roberto Uribe no artigo intitulado “autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model”, no qual os autores introduziram o conceito de auto-organização dos seres vivos. A origem da palavra *poiesis*, segundo os autores, vem do grego que significa produção. Logo, a ideia da autopoiesis parte do princípio da autoprodução.

the autopoietic organization is defined as a unity by a network of productions of component of componentes which produced these components, and (ii) realize es which (i) participate recursively in the same network of production the network of productions as a unity in the space in which the components exist. Consider for example the case of a cell: it is a network of chemical reactions which produce molecules such that (i) through their interactions generate and participate recursively in the same network of reactions which produces them, and (ii) realize the cell as a material unity. Thus the cell as a physical unity, topographically and operationally separable from the background,

remains as such only insofar as this organization is continuously realized under permanent turnover of matter, regardless of its changes in form and specificity of its constitutive chemical reactions. (MATURANA; URIBE, 1974, p. 1880)

A auto-organização dos seres vivos, como as células utilizadas no exemplo citado pelos autores, tem como base uma rede de coordenadas que se interligam e tornam-se autossuficientes no seu ambiente. “Sistemas autopoieticos, ao observá-los como uma rede de produções de componentes no qual os componentes produzem o sistema circular que os produz” (MATURANA, 2002, p. 21)

Estes sistemas autopoieticos, por sua vez, possuem interligações com outros sistemas; desta forma, a sua organização por mais que conectada, existe e se reproduz. Destaca-se que esta organização não é homogênea, mas possui características semelhantes que possibilitam a sua identificação. A própria organização deste processo pode existir de maneira distinta, possuindo contato com diversos componentes tanto próximos como longínquos e mesmo assim manter uma organização que possibilita a sua unicidade. (MATURANA, 1974, p. 1880)

Ao realizar a transposição deste conceito idealizado pelos autores supracitados para a auto-organização do espaço rural, parte-se do pressuposto que este produz objetos (materialidade) únicos e ações (dotadas de intencionalidades) que criam uma lógica de vida independente de outros espaços, mas que possuem uma interligação com estes.

Esta independência e este modo de vida/ver o mundo é criado em conjunto com outros espaços. Não obstante, os mesmos mantêm características de unicidade devido as formas de apropriação espacial. Esta ideia vai ao encontro do que se denomina como plano de imanência da produção do espaço rural, ou seja, aquilo que não se perde ao virar da ampulheta do tempo; nas palavras de Milton Santos, o plano de imanência é aquilo “que atravessa o tempo e não daquilo que pertença a um tempo dado” (SANTOS, 2006, p. 151).

Compreende-se então que a *autopoieses* em conjunto com a ideia de imanência demonstra que está auto-organização do espaço rural carrega consigo ao longo do passar histórico uma evolução social características que o distinguem devido a aplicabilidade técnica neste espaço, pois, “sem dúvida, a cada sistema temporal o espaço muda” (SANTOS, 2006, p. 31) e o rural se

transforma. Desta forma, o espaço rural é diferenciado das demais organizações sociais, mas ao mesmo tempo se integra a estas últimas.

Na fala de Maria de Nazareth Baudel Wanderley:

Considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba. (WANDERLEY, 2001, p. 31)

Estas particularidades constituem formas espaciais e funções que estas desempenham na estrutura social, diferenciando-se exatamente pela maneira como é apropriada e pelo movimento incessante da vida que constrói a realidade pela população que reside no rural e produz este espaço.

Esta configuração traz consigo a necessária compreensão das categorias de análise do espaço trazidas pelo autor Milton Santos (1985, p. 52), visando analisar o espaço rural tendo como princípio que estas são ferramentas para compreender a realidade única na qual os atores sociais estão inseridos. Na perspectiva de Santos (1985), a análise do espaço deve ser feita através de quatro categorias: forma, função, estrutura e processo (1985, p. 52).

Entende-se a forma como manifestação material, ou seja, a aparência do objeto; o que é visível, esse sendo um objeto ou um conjunto de objetos. O que se destaca é que a forma não corresponde à essência desse, somente ao seu aspecto visível. Assim:

As formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem através da sucessão dos eventos, que mudam o seu sentido. O objeto tem autonomia de existência, devida à sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação. (SANTOS, 1985, p. 102)

Ao analisarmos as formas espaciais rurais, podemos compreendê-las como toda a base material que foi produzida ao longo do processo histórico, desde ferramentas, casas, moinhos, etc. Contudo, não é possível analisar a forma somente pela aparência, pois, se esvaziaria; ela, em si, não possui significado, pois necessita de uma funcionalidade e intencionalidade que delimite qual o seu propósito espacial.

A forma se complementa com a função. Esta implica uma ação sobre uma forma, um papel ou uma atividade. O significado do objeto se dá perante a função que este executa em um determinado período de tempo, sendo esta concreta ou

simbólica. A ação sobre o objeto é carregada de intencionalidade, a qual “é o traço fundamental do vivido em geral” (SANTOS, 1996, p.83).

As ações que incidem sobre uma forma, ou seja, a atribuição da sua função faz com que as relações espaciais se movimentem. Destaca-se que muitas vezes as funções dos objetos mudam ao longo do tempo, caracterizando o que o autor Milton Santos (2006, p. 92) denominou de rugosidades¹⁰.

As rugosidades podem ser definidas como algo material que ficou do passado como forma, sendo resquício do processo de acumulação de técnicas nos lugares, fruto das divisões do trabalho que se antecederam e que ainda existem (SANTOS, 2006, p. 92). Podemos expandir logicamente o exposto e pensarmos que estas rugosidades espaciais que existem no rural configuram-se também como rugosidades imaginárias, pois, ao mesmo tempo em que ainda permanecem enquanto materialidade, igualmente vivem no imaginário social que extrapola aos atores que viviam e usavam está como forma de trabalho.

Estas formas construídas que constituem uma herança socioterritorial configuram-se como um forte atrativo turístico dos espaços rurais, pois carregam em si a essência de momentos históricos longínquos e uma identidade que ainda é preservada. São “traços de resistência de tempos passados” (YAZIGI, 2011, p. 15). Doravante, esse movimento das formas e das funções está inserido em uma estrutura (socioespacial) em um determinado momento histórico, um momento único no tempo.

Por seu turno, o processo, explicado por Roberto Lobato Correa, é entendido como “a estrutura em movimento” (CORREA, 1995, p. 29). São as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, em movimento no espaço, construindo e reconstruindo o mesmo. Esse processo, como já foi mencionado, é um movimento contínuo na história, o qual não é passível de controle absoluto pela sociedade.

Entende-se que todas as categorias formam um conjunto único para entender o espaço rural e sua heterogeneidade. As relações estabelecidas entre estas quatro dimensões são indissociáveis. Milton Santos (2006, p. 33) compreende que o espaço é criado a partir das relações sociais que ocorrem nele. Por consequência, podemos compreender que a produção do espaço rural

¹⁰ Os atores que organizam o turismo rural se utilizam desta perspectiva para criar estratégias de roteiros e marketing turístico.

é fruto da autopoieses que emana de sua organização única em contato com outras organizações sociais, mas nunca submissa a estas. Assim, aferimos que devido a inserção do rural no sistema mundo complexo, as mudanças nele são constantes. Portanto, entende-se que:

Estrutura, processo, função e forma – são enfoques aplicáveis a quaisquer unidades urbanas, dentre as quais o patrimônio ambiental, a priori mais importante do que um monumento sozinho, pelo menos do ponto de vista sociológico. Ou seja, um entendimento que fornece precisões sobre a concretude social, cultural e econômica espacializada que enseja a melhor intervenção possível. Pilares que explicam a evolução até sua condição atual, indispensável às intervenções; (YÁZIGI, 2013, p. 400)

Não somente as formas urbanas são aplicáveis à ideia das categorias de análise, mas sim a mais distintas realidades, inclusive o espaço rural. Compreende-se que este pode ser analisado a partir de suas formas espaciais (ferramentas agrícolas, casas, pontes, etc.) que foram criadas para desempenhar uma função no espaço e que hoje são ressignificadas pelo turismo. Esta correlação entre as formas e as funções do espaço rural estão inseridas na estrutura social em constante modificação gerada a partir do movimento socioespacial dos sujeitos históricos.

Como destacou YÁZIGI (2013, p. 400) esta forma de analisar o espaço perpassa pela ideia de compreender o mesmo buscando sua totalidade espacial, cultural e econômica. Assim, podemos aferir que historicamente o espaço rural vem sendo produzido a partir das quatro estruturas de análise supracitadas.

A partir de toda esta revisão, evidencia-se que esta produção do mundo rural não pode ser reduzida a uma forma de organização produtiva de gêneros alimentícios, mas sim como um espaço de produção de memórias, identidades e materialidades; o que Carlos Rodrigues Brandão (1995, p. 43) define como os “lugares da vida”, como, por exemplo, o sertão, o bairro, a vila, etc., cada um criando no seu espaço de vivência formas particulares de produzir o espaço e perceber o mesmo.

As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais”. (WANDERLEY, 2001, p. 33)

O rural torna-se um espaço heterogêneo, específico e interconectado com o mundo, tanto local quanto globalmente. Pensa-se que existe uma integração entre objetos e ações espaciais que possibilitam uma circulação de informações que influenciam o rural, criando novas adaptações deste.

De tal modo, a interconexão entre as práticas espaciais (mesmo não dominante e espalhado por todo espaço) denota a interdependência das estâncias de análise espacial. A ideia então da produção do espaço rural enquanto unidade diferenciada e auto organizada significa a unificação e interligação do sistema de objetos e ações.

Estes são formas representativas da sobreposição dos objetos, dotados de funcionalidades acumuladas ao longo da história. Na atual conjuntura da contemporaneidade, observa-se que esta sobreposição de objetos oriundos da modificação da natureza primária e secundária são dotados de novas funções, ou seja, o espaço rural já modificado acaba sendo reorganizado.

Desse modo, o sistema de objetos no espaço rural é produto de uma elaboração social colocado em curso pelos atores ali inseridos a partir das ações dos mesmos. Contudo, este produto elaborado varia conforme a história da apropriação individual dos habitantes do rural. Como destaca o autor Rodrigo Dutra Gomes (GOMES, 2011, p.11): “A história não é um processo unitário como fazia crer o vínculo com o Tempo universal. Existem somente histórias diferentes. O espaço se destaca como a coexistência dessas histórias – temporalidades”.

Esta ideia leva a reflexão sobre o conceito a partir da óptica das heranças temporais, como as tradições, festas, musicalidades, etc. São momentos, ações e objetos desiguais, sendo caracterizados por períodos tecnológicos diferentes, ou seja, uma coexistência de diversos objetos e ações distintos; logo, em um “mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes” (SANTOS, 1996, p.86).

Desta forma, compreende-se que o espaço rural é construído a partir da materialidade gerada pelos sujeitos históricos, as quais contribuem para a produção simbólica deste, fruto das interações sociais e da memória coletiva herdada com o passar dos anos.

Em decorrência da ideia de *autopoiesis*, compreende-se a existência de uma auto-organização do rural e sua produção, tanto material como simbólica.

Este por sua vez diferencia-se do espaço urbano e interliga-se ao mesmo pelo seu modo de vida, fruto de uma relação única com o entorno natural. Cria-se uma temporalidade distinta e, por conseguinte, formas de se apropriar e perceber o espaço de maneira singular.

Portanto, defende-se que está autopoiese mesmo quando modificada, adapta-se ao longo do processo histórico, ao manter características distintas e cria estratégias de reprodução socioespaciais dos sujeitos inseridos neste espaço. Logo, a auto-organização do espaço rural constrói formas de apropriação únicas que criam as identidades territoriais.

1.2 A IDENTIDADE TERRITORIAL: Construções socioespaciais

O segundo aporte conceitual desta pesquisa diz respeito ao que definimos como identidade territorial. Para propormos uma discussão acerca da identidade e suas relações com o território buscamos analisar os meandros teóricos que configuram estes conceitos a partir dos aportes geográficos, para, posteriormente, compreendermos as construções socioespaciais que estruturam a identidade territorial. Tendo em vista este pressuposto, seguimos como linha de raciocínio, metodologicamente, no primeiro momento discutir o conceito de território; posteriormente as territorialidades e por fim as construções identitárias.

1.2.1 A discussão sobre o território a partir da perspectiva geográfica

A palavra território deriva do latim *territorium*, e está, segundo Haesbaert (2008, p. 20), “aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto a *térreo-territor* (terror, aterrorizar)”. Assim, a derivação da palavra na sua origem etimológica está vinculada com a dominação, seja através da terra no sentido de propriedade ou pelo terror nas relações de poder impostas pelo Estado.

Uma das principais abordagens sobre este conceito encontra-se associada com a formação do Estado-nação alemão, no século XIX. Nesta conjuntura o território surge entrelaçado com a figura político/administrativa do Estado. Este seria considerado fixo, material e em constante consolidação.

Na concepção inicial deste conceito, o autor Friedrich Ratzel (1989, p. 33) vai utilizar a noção de território para legitimar o expansionismo da Alemanha

durante o século XIX. Em sua principal obra, “Antropogeografia - fundamentos da aplicação da Geografia à História”, o autor discute os princípios do imperialismo buscando formular argumentos teóricos que justifiquem a práxis do Estado. O território, nesse sentido, representa o vínculo que uma nação possui com o seu solo. Quanto maior a proximidade com esse, maior a necessidade de manter sua posse. “A organização de uma sociedade depende estritamente da natureza de seu solo, de sua situação, o conhecimento da natureza física do país, suas vantagens e desvantagens pertence a história política”. (RATZEL, 1982, p.12). Por conseguinte, quando uma sociedade se organiza para controlar o território, temos a criação do Estado. Assim sendo, o conceito de território nesta perspectiva aparece relacionado ao solo e a dominação da terra no sentido de *terra-territorium*.

Com o passar do tempo o conceito de território vai perdendo importância no âmbito da ciência geográfica para outros conceitos como espaço, região e paisagem, ressurgindo somente na segunda metade do século XX. Na metade da década de 1990, Milton Santos retoma-o ao escrever o texto intitulado “O retorno do Território”. Segundo o autor, o território delimitado e controlado pelo Estado passa a dar lugar ao controle do território pelo capital, tanto nacional quanto internacional.

Em um tempo histórico diferente daquele abordado por Ratzel e com uma dinâmica espacial mundial transformada (com relação ao século XIX), Milton Santos (1996, p. 15) vai elaborar sua percepção de território através de duas perspectivas: o território como o espaço de todos, ou seja, o território-nação; e o território a partir do espaço transnacionalizado; o território das grandes empresas transnacionais. Contudo, o autor destaca, como antes na história, que nem todo território era “estatizado”; na pós-modernidade, não são todos os territórios transnacionalizados. “Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche”. (SANTOS, 1996, p. 15).

Para a consequente construção histórica do território é compreendida hoje através das horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e das verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais), conforme as definições de

Milton Santos (1996, p.175). Nesta análise, o território é compreendido, na maioria das vezes, em uma macroescala.

A partir do “ressurgimento” deste conceito, diversos estudos começam a ser elaborados para compreender as novas dinâmicas territoriais tanto em termos de macro escala quanto na microescala. Citando um dos principais estudos feitos abarcando a temática, Fernandes (2008, p. 282) compreende que o território não se restringe ao espaço de governança, ou seja, de atuação do Estado, pois, segundo este autor existem territórios materiais e imateriais, do espaço físico ao espaço social, fruto de relações de poder.

Em sua argumentação, o mesmo autor diferencia três tipos de território: o território do país, compreendido como território-nação; o território da propriedade privada capitalista ou não capitalista e o território formado por diferentes espaços, sendo “fluxos ou móveis controlados por diversos sujeitos”. (FERNANDES, 2008, p. 283)

Percebe-se, ainda, que Fernandes caminha ao encontro da perspectiva de Milton Santos, onde temos o território do Estado-Nação e o das transnacionais. Contudo, a terceira abordagem diz respeito aos sujeitos locais que a partir das relações sociais constroem o seu próprio território, aproximando-se da visão de Claude Raffestin, onde este considera o território a partir do enfoque de disputa de forças e confrontos, formando o que definiu como “campos de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Na abordagem de Raffestin (1993), o território não se restringe a um enfoque materialista, sendo entendido pelas relações materiais do/no espaço e, também, por uma rede heterogênea de ações de indivíduos.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Assim, este conceito possui uma vertente abstrata onde um ator, a partir de símbolos territorializa o espaço. Logo esta visão não se restringe a um território concreto (como do Estado-Nação), mas sim, a um conceito construído a partir de relações estabelecidas no espaço, por conseguinte, relações

espaciais relacionais, como por exemplo, relações de parentesco, de trabalho, de afeto.

Diante disso, percebe-se a existência de diversas vertentes teóricas que acompanham o conceito de território desde a abordagem centrada no processo de criação do Estado-nação, com um viés político-econômico, até o território compreendido pelas relações simbólicas que o constituem.

1.2.2 O território e a construção das territorialidades

Como foi assinalado anteriormente, o conceito de território possui diversos significados, que vão desde uma escala nacional ao âmbito local. Entretanto, não se pode reduzir o conceito, equivocadamente, somente a escala a ideia de formação do Estado-Nação. Mesmo com a existência do território nacional, territórios são construídos e reconstruídos nas mais diversas escalas, por diversos atores sociais.

Territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex. uma rua) à internacional (p. ex. área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) em escalas temporais mais diferentes, séculos, décadas, anos, meses ou dias. (SOUZA, 1995, p.81)

Analisando estas diversas concepções sobre o conceito de território, algumas variações, tanto em termos das relações que estão presentes desde a sua origem histórica, quanto nas diversas escalas de análise, se mantém a pergunta: o que é território? Em um primeiro momento, pode-se afirmar que todo o território está intimamente ligado as relações de poder no espaço, tanto no que se refere à ação de atores sociais locais ou globais.

O poder resulta das relações estabelecidas pelos seres humanos para atuar em comum acordo sobre um determinado espaço, (dominá-lo) e fazer deste um território. Para Arendt (1985),

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. (ARENDR, 1985, p. 18)

E, a mesma autora acrescenta:

O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade [...]. O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir. (ARENDT, 1985, p. 22)

Assim, o poder refere-se a relações estabelecidas por um determinado grupo, em diversas escalas para delimitar um território (se apropriar do espaço), seja está apropriação material ou simbólica. Um cuidado que deve ser tomado com relação à palavra poder é não considerá-la como sinônimo de violência. A violência deriva da ausência de poder estabelecida em uma determinada situação, contudo ela não representa poder ou dominação. A violência é instalada quando o poder acaba, ou seja, quando não existe mais dominação sobre o espaço, logo, busca-se está através da imposição, através da violência.

O território pode ser estabelecido por meio das relações de poder dos mais diversos atores sobre o espaço, estes agindo conjuntamente para apropriar-se do espaço e assim dominá-lo. Conforme esclarece HAESBAERT (2008, p. 21), o território a partir de relações de poder configura-se como um *continuum* que varia da escala político-econômica a apropriação simbólica do mesmo.

É importante compreender que este conceito, conforme a segunda perspectiva, é criado a partir das relações do vivido, ou seja, das relações particulares de cada indivíduo. Esse território é criado e recriado por atores sociais na escala do cotidiano, como uma comunidade, uma associação ou um grupo de pessoas que se identifica e delimita seu espaço através de diversos tipos de analogias, sendo estas materializadas no território ou criadas a partir de relações de poder simbólicas. Com isso, nas palavras de Haesbaert (2007):

O poder no seu sentido simbólico precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, de poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 41).

Partindo das diversas acepções sobre o conceito de território, Haesbaert (2008) sintetizou essas em três grandes vertentes, discutidas a seguir

Na vertente política, o território é visto como um espaço delimitado e controlado através das relações de poder em uma escala nacional, o Estado-Nação. Assim sendo, esta vertente se refere as relações de poder institucionais, sendo esta a mais difundida sobre o conceito de território.

A segunda vertente analisa o território através da economia, muitas vezes sendo reduzida ao economicismo. Esta prioriza as relações econômicas no espaço, entendendo o território como uma fonte de recursos e incorporado a disputa entre as classes sociais na relação capital-trabalho, um produto da divisão territorial do trabalho.

A terceira vertente enfatiza a dimensão cultural do território, ou simbólico-cultural. Por conseguinte, está prioriza a dimensão simbólica do território e as relações culturais dos atores sociais para a constituição do desse. Desta maneira, esta visão destaca as relações do grupo no espaço vivido, no seu cotidiano, e em escala local. (HAESBAERT, 2007, p. 50)

Com isso, confirma-se a ideia de que dentro de um território deve-se compreender as múltiplas manifestações de dominação e apropriação desse, bem como, as diversas expressões de poder material e/ou simbólico.

Esta construção se baseia em territorialidades criadas, e, estas nada mais são do que aquilo que torna o “território um território”, ou seja, atribui-se um significado ao espaço e o delimita, mesmo que por algumas horas, alguns anos ou diversas décadas. Para Saquet (2009, p. 79), o território é fruto das territorialidades efetivadas pelos seres humanos, sendo fruto das simetrias e dessimetrias produzidas historicamente.

Partindo da análise deste conceito a partir do viés relacional, pode-se entender a formação dos territórios e das identidades simbólicas construídas historicamente. Assim sendo, é necessário compreender as relações espaço/temporais que delimitam este território e como estas se reproduzem no espaço criando as territorialidades.

As territorialidades configuram-se, então, como uma construção coletiva inseridos em um território, pois, dentro deste existem diversas manifestações de poder material e simbólico. Logo, territorialidades são produzidas a partir de relações socioculturais estabelecidas pelos grupos humanos no espaço.

Ela [territorialidade] é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto imagem ou símbolo de um território, efetivamente existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia política-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja materializado manifestado. (HAESBAERT, 2007, p. 41)

Esta produção é constituída sempre de forma relacional. Sendo assim, como afirma Raffestin (1993, p. 159), “um conglomerado múltiplo do ‘vivido’ territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade”. De tal modo, pautada nas relações sociais dotadas de significados, a territorialidade se efetiva no espaço. O território pode ser compreendido então por múltiplas territorialidades, subjetivo e concreto, ao mesmo tempo coletivo e particular.

Compreender o território a partir das relações simbólicas/culturais do mesmo e suas múltiplas faces é essencial para entender as dinâmicas dos atores locais, os quais a partir destas relações criam e atribuem valor espaço, muitas vezes o delimitando; criando um território cultural baseado em relações de poder.

1.2.3 Processos de identificação e a contribuição geográfica: a identidade territorial

Como tratado anteriormente, o território pode ser entendido a partir das relações de poder no espaço, sendo estes materiais ou imateriais. Já a identidade é um processo particular de identificação dos grupos sociais no espaço e no território, consistindo em uma busca constante por uma sensação de pertencimento que a diferencia de outros grupos e outros territórios.

Na contemporaneidade, derivada de inúmeras contradições presentes na modernidade, pós-modernidade e no processo de globalização, as identidades territoriais retornam ao foco das discussões teóricas e empíricas sobre o tema.

Um dos imperativos da modernidade contemporânea, indiscutivelmente, é a busca pela identidade. Isto é da representação e construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referência de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais. É inegável a contribuição da referência identitária neste momento em que indivíduos, coletividades e territorialidades estão redefinindo-se, reciprocamente, em ritmo acelerado. (SAWAIA, 1999, p. 119)

A identidade então está intimamente relacionada aos processos sociais e culturais presentes na organização da sociedade em relação aos seus espaços,

como afirma Boaventura de Souza Santos (1997, p. 135), “identidades são, pois, processos de identificação em curso”. Estes processos se dão de forma ininterrupta ao longo do tempo, de modo que a sociedade está em constante renovação de seus valores, crenças, tradições, entre outros traços identitários.

Na pós-modernidade, percebe-se que as identidades não se tornaram rígidas, mas sim voláteis, transitórias, mutáveis, inseridas em ações de mudanças constantes, tanto dos indivíduos quanto das coletividades humanas.

Assim, torna-se complexo o entendimento deste conceito e para compreender a construção da identidade devemos partir da premissa que essa é fruto de ações sociais que territorializam-se no espaço. É interessante pensar que os seres humanos estão inseridos neste processo, pois constantemente são estabelecidas relações simbólicas e subjetivas com o mundo que os cerca, e estas estão repletas de significados culturais. Manuel Castells (2006, p. 22) vai ao encontro desta perspectiva quando afirma que a identidade é produto de uma construção de significados e atributos tanto na escala individual como coletiva.

Estes significados são entendidos aqui como uma identificação simbólica dos atores sociais. Por conseguinte, nesse processo recriam-se no imaginário individual valores e práticas que serão mobilizados na construção de uma identidade coletiva sobre o espaço, ou seja, uma identidade territorial.

Ainda acerca das identidades, Stuart Hall (2006, p. 12) define três recortes para compreender a criação das identidades: A identidade iluminista, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do novo ator social.

O primeiro se refere a visão centralizadora que repousa sobre o ser humano. Esse aparece como o centro da razão, logo, este processo o torna um ser individualista.

Na segunda perspectiva, encontra-se o sujeito sociológico, o qual inserido na época moderna encarna a complexidade do mundo e de suas relações. Esse, ao contrário do anterior, não se torna autônomo, mas sim dependente da sociedade, caracterizando a concepção clássica da sociologia com a identidade, onde a essa só existe pautada na relação dos atores com sociedade, ou seja, do individual com o coletivo.

Na terceira concepção, o autor discorre sobre o “novo ator social” que emerge da pós-modernidade, um sujeito em crise com sua identidade. Anteriormente este conceito era tido como concreto e estável, contudo, nesta

nova era, o ator social se fragmenta e mergulha em diversos processos de identificação, partindo do pressuposto que as relações no espaço e, por consequência no território, tornam-se mais velozes, criando e recriando símbolos que acarretam múltiplos significados e variadas identidades. Para Hall (2006),

O sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencialmente ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formulada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, p. 12)

Assim, atores sociais possuem distintas identidades em momentos diferentes de suas histórias. A pergunta que se faz é: será que mesmo inseridos nestes processos contraditórios e ininterruptos de identificações, pode-se construir uma identidade comum de um grupo para formar um território?

Esta resposta perpassa pela ideia de que o território também é constituído de uma dimensão simbólico-cultural, portanto, de processos de identificação. Neste espaço delimitado, seja concreto ou abstrato, existe a construção de identidades territoriais. “De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. (HAESBAERT, 1999, p. 172)

É relevante destacar que a identidade não faz referência somente a pessoas ou objetos, pois, nela se carrega signos do passado e do presente; representações que criam o processo de identificação. O processo de identificação perpassa pela noção de semelhança, igualdade, de um ser humano com outro, com um objeto ou um símbolo. Como afirma Haesbaert (1999, p.173), “na sua ‘inteireza’, encontrar um significado, um sentido geral e comum”.

Contudo, transcorre-se a ideia de que está identidade caminha sempre no campo do irreal, no âmbito simbólico-imaterial. Não obstante, por mais que esteja pautada nesta dimensão, a mesma necessita do material, ou seja, de um marco concreto, de uma referência espacial. Conforme acrescenta Haesbaert (2007),

As identidades não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, elas precisam ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, tem sempre uma fundamentação política “concreta”. “As marcas da identidade não estão inscritas no real”, diz Penna, mas os elementos sobre as quais as representações de identidades são construídas e são dele selecionados. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

Entende-se, então, que é a partir desse marco material e simbólico que serão construídas as identidades territoriais. Todavia, esta delimitação não necessariamente é material, como no caso de grupos de indivíduos que constroem no espaço territórios simbólicos¹¹, se sobrepondo ao território do Estado-nação, ou de uma divisão municipal.

O território da identidade extrapola estes “muros” administrativos, sendo construído a partir do imaginário dos grupos sociais na escala local. Ainda com Haesbaert (1999):

Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz o uso de fronteiras territoriais para se fortalecer). (HAESBAERT, 1999, p. 171)

Assim, pode-se dizer que a identidade de um grupo social se forma no território, tanto no âmbito simbólico quanto no concreto. Logo, esta identidade possui fixos e fluxos que irão percorrer toda sua estrutura. Roca (2005, p. 07) destaca que a identidade territorial “pode ser entendida como um conjunto de fixos e fluxos espaciais que irão caracterizar uma unidade territorial”.

Segundo este autor, o conjunto de fixos constitui tanto as paisagens naturais (ou modificada pelo homem) quanto as culturais. Ainda destaca que, essas servem de testemunha da formação das identidades territoriais. Já os fluxos são entendidos como a atividade, o movimento dos seres humanos através de relações e significados, que combinados com os fixos conformam uma identidade no território.

É interessante observar como o autor se utiliza de um esquema para representar, de forma sintética, a formação das identidades territoriais, considerando os fixos e os fluxos como um conjunto, e a união entre fixos e fluxos como formadores da identidade no território. (Figura 07)

¹¹ Símbolo aqui entendido não como sinônimo de representação ou substituição. “O símbolo mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e, ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados”. (HAESBAERT, 1999, p. 178)

Figura 05: Esquema de fixos e fluxos para formar a identidade territorial
 Fonte: ROCA, 2005, p. 07.

Ainda segundo Roca (2005, p.09), o conjunto de fixos espaciais pode ser compreendido como um memorial, uma planta centenária, uma estrada antiga onde passavam viajantes, e a partir desses símbolos levar a população de um determinado local a identificar-se com esse, graças aos fluxos espaciais, ou seja, as relações socioculturais estabelecidas no espaço.

Tanto os fixos como os fluxos espaciais localizam-se no tempo e no espaço, e, por consequência disso, possuem uma base territorial, mesmo está sendo subjetiva. Como afirma Hall (2006):

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Eduard Said chama de suas “geografias imaginárias”, suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas [...]. (HALL, 2006, p. 76)

Parte-se da compreensão de que toda identidade é concebida a partir de aspectos únicos, criados em um dado momento histórico, e tendo como referência um aporte territorial. Rogerio Haesbaert sintetiza de maneira pontual e clara o que se entende por identidades territoriais neste trabalho.

No que estamos aqui denominando de identidades territoriais, escolham-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e

tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comum. (HAESBAERT, 2007, p. 44)

A partir dos referenciais apresentados e, baseado no esquema representativo de Roca (2005), sintetiza-se a formação da identidade territorial na figura a seguir:

Figura 06: Esquema de formação da identidade territorial.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

Observa-se neste esquema que a identidade é formada a partir de três pilares: o processo histórico de um determinado grupo social, onde, a partir deste tem-se a formação da cultura comum ao grupo e que irá se constituir a partir do reconhecimento e pertencimento espacial, criando um processo de identificação no território.

No segundo momento, apresentam-se quatro pilares para sintetizar a construção de um território: o primeiro é a base físico-espacial, essencial para a formação desse, pois localiza-se no espaço. O segundo é formado pelas relações sociais e as representações criadas materialmente e imaterialmente. O

terceiro aporte faz referência as relações de poder que constituem o processo de apropriação espacial. Por fim, têm-se os significados criados a partir dos símbolos que os atores sociais criam e recriam sobre o território. A junção dos quatro elementos irá formar um território.

Assim, buscou-se realizar uma análise dos principais conceitos que cercam o entendimento das identidades territoriais. Seguindo o princípio de que as identidades são construção em movimento e derivadas de processos sociais. Por conseguinte, demonstra-se que os roteiros que tem como base o turismo rural deve levar em consideração está problemática para a sua organização. Na próxima subseção, buscamos definir o que seria turismo rural.

1.3 O Turismo rural

O espaço rural como foco de análise tem na sua produção uma ambiência e uma construção de modos de vida significativos que acabam criando uma atratividade para a população citadina. Contudo, uma das bases do denominado turismo rural está na ideia de multifuncionalidade da agricultura, tendo como pressuposto que a pedra angular que caracteriza esta prática socioespacial são as práticas agrícolas e o simbolismo gerado por estas.

Como destaca a autora Maria José Carneiro (1997, p. 56), em consonância com o que foi exposto anteriormente sobre a auto-organização do espaço, surgem na contemporaneidade estudos que visam analisar as múltiplas funções do rural que visam romper com a ótica do rural segmentada.

Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento. (CARNEIRO, 1997, p. 56)

Desta forma, para compreender os fluxos turísticos destinados ao turismo rural, torna-se necessário definir a ideia de multifuncionalidade agrícola como estratégia de organização para o turismo.

1.3.1 A multifuncionalidade do espaço rural.

O surgimento do conceito de multifuncionalidade foi inicialmente explorado na Europa, ganhando uma significativa importância no Brasil somente no final do século XX e início do século XXI. Desta forma, este conceito pode ser considerado uma nova perspectiva de analisar os fenômenos presentes no espaço rural, reconhecendo a existência de outras funções, além da sua função principal que é a agricultura.

A partir dos anos 1980, segundo Graziano da Silva (2002, p. 39), surgem novas formas de organização das atividades no meio rural brasileiro, características que podem ser associadas ao processo de modernização da agricultura. O referido autor divide o “novo rural” em três grandes grupos; agropecuária moderna, atividades não agrícolas ligadas a moradia e lazer e novas atividades impulsionadas por nichos de mercado.

Observa-se que o autor discorre sobre uma possível segmentação das atividades no espaço rural, em vista que existem diversas atividades realizadas concomitantemente no rural brasileiro, devido principalmente a sua magnitude. Esta perspectiva provoca um debate sobre quais seriam realmente as funções e/ou as “novas” funções da agricultura. Na percepção de Maria José Carneiro:

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. (CARNEIRO, 2003, p. 19).

Desta forma, a multifuncionalidade seria uma das estratégias de reprodução socioespacial dos agricultores, de modo que valoriza as práticas particulares de cada recorte espacial, rompendo com a ideia de setores da economia (primário, secundário e terciário).

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO, 2003, p 19).

A partir desta perspectiva, Maria José Carneiro e Renato S. Maluf (2003, p. 19) analisam as funções da agricultura familiar centrados principalmente em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade:

1º Reprodução socioeconômica das famílias, onde se analisa as fontes geradoras de renda, as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade;

2º Promoção da segurança alimentar da sociedade em geral e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização;

3º A manutenção do tecido sociocultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais;

4º Preservação e conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, entendido como o uso e gestão da natureza e as relações com as atividades produtivas.

Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam a possibilidade de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores. Dentro desta concepção multifuncional da agricultura familiar o turismo rural vem crescendo e se desenvolvendo como mais uma alternativa de obtenção de renda complementar, além de propiciar a manutenção dos traços culturais e de formas de uso e gestão das riquezas naturais, constituindo o binômio paisagem e memória no contexto do desenvolvimento local.

1.3.2 O turismo no espaço rural e o turismo rural

O espaço rural vem passando por diversas transformações, principalmente, a partir da emergência da denominada revolução verde: “A partir das décadas de 1960 e 1970, o Brasil passa a engajar-se definitivamente na chamada 'revolução verde', a qual se baseia no aumento da produtividade agrícola, [...] e do uso intensivo de insumos químicos, mecanização e irrigação.” (SALAMONI, 2005, p.51)¹².

¹² A modernização do espaço rural será analisada no capítulo dois do presente trabalho.

As consequências da adoção de inovações no meio rural, a partir da década de 60, já começam a ser visíveis com o início de 1990, quando o contingente populacional nas cidades aumenta drasticamente, levando a população vinda do campo à marginalização.

Uma parte dessa “urbanização” é o resultado, antes de tudo, da expulsão em massa de trabalhadores que até então residiam nas grandes propriedades e que continuam a trabalhar na agricultura como assalariados temporários. A transferência do campo para a cidade não significa necessariamente, maior bem-estar dos trabalhadores, praticamente “abandonados” em novas favelas que se multiplicam por todas as cidades do interior do país. (LAMARCHE, 1993, p.184)

As mudanças, tanto no que concerne ao meio urbano como ao rural, irão possibilitar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo, de modo que é a busca por novas paisagens; as denominadas amenidades do espaço rural.

Desta forma, torna-se relevante diferenciar o turismo rural e o turismo no espaço rural visando romper com a confusão teórica que permeia ambos conceitos. Metodologicamente, parte-se do princípio que o turismo rural é uma subcategoria dentro do que se denomina de turismo no espaço rural (figura 07)

Figura 07: Esquema síntese do turismo no espaço rural e do turismo rural.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

O turismo no espaço rural consiste em uma abordagem abrangente, onde o turista não se direciona essencialmente para uma propriedade onde irá se relacionar com as atividades agrícolas; o turismo no espaço rural acaba abarcando diversas atividades que acabam por extrapolar os limites das propriedades. Como destaca José Francisco Graziano da Silva (1998, p. 115), diversas atividades que se apresentam como produto turístico do rural correspondem essencialmente a atividades de ócio citadinos desenvolvidas em espaço aberto que nada tem de ligação com a vida rural. Utiliza-se o rural apenas como base física.

O atrativo deste não diz respeito essencialmente ao modo de vida rural, sendo ligado a outras modalidades já mencionadas, as quais, muitas vezes, encontram-se desconectadas da realidade da população que reside e produz o espaço rural. Assim, o espaço rural apresenta-se dentro da lógica do turismo somente como uma plataforma de ócio. A autora María Paz Such Climent (2009, p. 186) destaca que “El medio rural se ha convertido en los últimos años en un espacio cada vez más atractivo para la realización de actividades turístico-recreativas, fenómeno que ha contribuido a su revalorización”.

Contudo, devemos ficar atentos a esta ressignificação ressaltada pela autora, pois muitas das atividades geradas pelo turismo no espaço rural são extremamente desastrosas para a população que reside no espaço rural, como, por exemplo, o turismo de grande movimentação populacional (turismo de massa), o qual possui uma série de aspectos negativos, como, a diminuição da qualidade de áreas naturais e históricas pelo número excessivo de turistas e de equipamentos específicos; Aumenta os ruídos e afluentes líquidos e sólidos, desencadeando processos de degradação socioambiental; pode sobrecarregar o espaço rural com uma poluição sonora e visual, etc. Dessa maneira, dentro deste perspectiva, torna-se necessário planejar também o denominado turismo no espaço rural, visando diminuir estes impactos.

No que diz respeito ao conceito de turismo rural, definimos este como uma atividade eminentemente espacial na qual a população desloca-se com o intuito de vivenciar determinadas práticas agrícolas e busca nas ruralidades o principal atrativo para este deslocamento.

Inserido no turismo rural, destacam-se várias ramificações deste, ou seja, diversas atividades que são desempenhadas pelas propriedades rurais, que tem

como aporte: a identidade, o território, as ruralidades e a multifuncionalidade da agricultura.

Assim, pode-se pensar que cada propriedade e região produtora desenvolve atividades de turismo rural que culminam com a construção de roteiros que tem na sua essência as práticas espaciais que foram construídas historicamente por esta população. Desta forma, afere-se que no espaço rural, as diferentes técnicas desenvolvidas produziram e produzem diferentes formas de apropriação espacial, dando gênese aos processos de identificação.

A diferença básica entre ambos conceitos é que o turismo no espaço rural abarca diversas categorias de atividades, enquanto o turismo rural tem sua própria endo-consistência pautada na produção do espaço rural. Quando se apresenta a ideia de endo-consistência, refere-se a ideia do particularismo que este segmento possui em relação aos outros, pois, o turismo rural destaca-se por possuir uma alma; uma essência relacionada ao modo de vida e na forma de ver a própria natureza.

O turismo rural, conforme já destacaram Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais (1998). (SCHNEIDER, 2000, p. 27)

Dessa forma, o turismo rural está conexo a atmosfera criada diretamente na propriedade rural gerada a partir do particularismo deste modo de vida. Esta identidade rural é o que atrai o turista para este segmento.

Além de visar somente à questão econômica da população local, também resgata a história deste espaço, sua valorização patrimonial e a sustentabilidade dos seus recursos naturais e culturais. “A insensatez, e aí há uma incrível incapacidade de reconhecer que, queiramos ou não, em maior ou menor grau, o turismo dinamiza a economia do lugar onde é explorado”. (YAZIGI, 2009, p. 43)

Desta forma, ressalta-se os aspectos positivos gerados por esta múltipla função da agricultura, a qual serve muitas vezes de subsídio para, em alguns casos, a reinvenção e ressignificação da/para a comunidade que organiza o turismo rural.

Positivos:

- Constituir a chave na revitalização dos recursos culturais e históricos de uma área rural. (Valorização da alma do lugar e do modo de vida)
- Promover e estimular transformações na organização socioespacial das propriedades rurais. (Multifuncionalidade)
- Estimular a preservação de recursos naturais com valor excepcional. (Preservação do patrimônio ambiental natural)
- Reconhecer a cultura local como essencial para a tração turística. (Valorizar identidade territorial)
- Melhorar a infraestrutura do espaço rural. (Ressignificar os bens territoriais)

Mesmo com todos estes possíveis benefícios que o turismo rural pode proporcionar, estruturar um programa de turismo em uma área rural constitui-se um desafio, principalmente, porque a comunidade local tem o poder e a habilidade de decidir sobre o seu desenvolvimento futuro, o que nem sempre ocorre. (RUSCHMANN, 2000, p 71).

Destacamos que “não se trata de transformar tudo em espetáculo como o ingênuo pensamento binário sugere, e, sim, de aperfeiçoar lugares potencializando funções” (YAZIGI, 2009, p. 53). Assim, está potencialização do turismo rural deve ser feita partindo da identidade territorial; mas não é qualquer potencialização, mas sim uma que possua arte, que reestruture o espaço e melhore as condições de vida da população que reside neste espaço. “A rigor, uma organização exemplar do espaço abarca toda a vida cidadina, mas não é da noite para o dia que qualificações são alcançadas. ” (YAZIGI, 2009, p. 52)

Um dos pressupostos básicos para a realização de projetos no espaço rural que visem a construção e o planejamento do turismo rural perpassa pela discussão com a comunidade e uma aproximação da história deste espaço e da construção de sua autopoiesis, primando-se por um planejamento territorial de médio e longo prazo pautado nas especificidades locais e na identidade territorial.

O modo mais adequado de aperfeiçoá-los reporta-se as questões estruturais, com investidas no processo social e a relação entre a identidade e cultura material. Em outras palavras, o que mais interessa trabalhar são os valores. (YAZIGI, 2009, p. 54)

A partir desta organização estrutural e social pode-se reconhecer e compreender a identidade territorial como forma de planejamento do turismo rural no Brasil. Portanto, o turismo rural quando bem planejado, tende a desenvolver a economia local, aumenta a possibilidade de divulgar a cultura e os costumes, tornando-se mais uma fonte de renda, acessória à atividade agrícola, demonstrando, assim, que existem possibilidades para os proprietários familiares garantirem sua reprodução socioespacial e a permanência no campo a partir da multifuncionalidade.

Capítulo 02

A MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E A RURALIDADE: outros olhares

A MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E A RURALIDADE: outros olhares.

Figura 08: Esquema síntese do capítulo 02
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

“A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais etc– surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. ”
(WANDERLEI, 2001, p. 31)

Algo mudou no espaço rural brasileiro? Será que o mesmo não é mais observado com aquela conotação dicotômica clássica entre o rural atrasado e o urbano adiantado? O turismo rural é fruto destas mudanças? As respostas a estes questionamentos permeiam toda a discussão aqui iniciada.

O que se evidencia no Brasil e no mundo na contemporaneidade são novos olhares sobre o rural em contraposição à visão clássica deste como tão somente produtor de alimentos. O denominado turismo rural se utiliza destas “novas” características para estruturar-se, configurando o principal aporte deste segmento: a ruralidade tendo como base as identidades territoriais. Este alicerce emerge em um contexto espacial e temporal de grandes mudanças, tanto de ordem produtiva como também territorial.

Desta forma, a importância deste capítulo para a presente pesquisa parte da premissa que compreender as mudanças ocasionadas no espaço rural nos últimos sessenta anos caracteriza-se como essencial para analisar o turismo rural e as políticas de planejamento deste setor até os dias atuais.

O intuito principal neste momento é o de compreender a evolução das relações no espaço rural, os discursos que estão emergindo e a relação da ruralidade com o “outro” olhar sobre o rural no início do século XXI, no qual se insere o turismo rural.

Por conseguinte, divide-se o presente capítulo em duas subseções. Na primeira, busca-se criar um recorte temporal a partir da metade do século XX. Justifica-se o escopo tendo em vista que a partir da década de 1950 ocorre um aumento significativo do número migratório do espaço rural para o urbano, a introdução de “novas” tecnologias no espaço rural e a expansão da fronteira agrícola, sendo seu apogeu a década de 1960. Observemos que:

As atividades agrícolas chamadas modernas são cada vez mais avançadas tecnologicamente, empregando baixa quantidade de mão

de obra e utilizando maquinários, adubos químicos, inseticidas e herbicidas. Esse modelo de produção agrícola intensificou-se principalmente nas décadas de que sucederam à segunda guerra mundial. (ROSS, 2001, p. 225)

Estas transformações na produção modificaram a visão secularmente construída do espaço rural, decompondo e excluindo modos de vidas tradicionais, tornando estes espaços meramente receptáculos produtivos a partir do discurso do “fim dos alimentos”; argumento que não se demonstrou verídico ao longo da segunda metade do século XX.

A segunda subseção adentra na discussão das ruralidades e da ressignificação do espaço rural no século XXI, o qual advém de um olhar que ultrapassa a barreira da produção de alimentos, demonstrando e revivendo neste um sentimento idílico de busca por prazeres esquecidos. Para tanto, é analisada a ruralidade a partir de três enfoques: a questão alimentar, a preservação do patrimônio ambiental natural e a alma do lugar.

2.1 A era Fáustica: o mito da modernização do espaço rural

É só no século XX que o modelo Fáustico assume a sua forma plena, emergindo de modo mais intenso no mundo capitalista.
(BERMAN, 1986, p. 41)

Realizar uma análise da modernidade do espaço rural a partir da metáfora *goethiana* torna-se pertinente para compreender o desenvolvimento e as transformações do espaço estudado, principalmente após os anos de 1950. A obra “O Fausto” de Goethe busca compreender a tragédia do desenvolvimento relacionando este a produção do espaço.

Para analisar a obra e sua relação com a modernização do rural, primeiramente apresenta-se o autor. Johann Wolfgang von Goethe foi um escritor alemão do século XVIII, fazendo parte de diversos movimentos deste momento histórico, como, por exemplo, o romantismo e o expressionismo (BERMAN, 1986, p. 44)

Para tanto, Goethe vai demonstrar como a percepção do indivíduo molda-se ao longo da história, evidenciando que a cada momento da vida, o ser humano vai modificando-se conforme se depara com adversidades durante a sua caminhada. Segundo Marshall Berman (1986, p. 41), uma das ideias mais

originais e frutíferas do *Fausto* diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico.

Neste romance, Goethe apresenta o protagonista não só a partir dos percalços que o personagem irá transcorrer, mas também dos acordos que o mesmo irá realizar. O personagem principal é apresentado como um cientista astuto e bem-sucedido que atravessa uma crise existencial que faz guinar sua vida ao ponto de conceber um pacto com Mefistófeles.

Torna-se importante relatar que muito além de uma obra que retrate somente a ganância de um homem que realiza um pacto com a encarnação do mal para tornar-se rico, o *Fausto* demonstra a transição de um período de crises:

[O fausto] tem sua origem em uma época de crise, a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, época caracterizada por profundas mudanças, na qual conceitos até então inquestionáveis começam a ser colocados em xeque. Nesses novos tempos de inquietação, ligados a pesquisas no campo das ciências naturais e outras ciências, pode-se entender que aquele que manifesta sua descrença em relação a verdades, tidas como absolutas, é considerado um homem não temente a Deus, um pactuário do demo. (HEISE, 2008, p. 03)

Destaca-se então que o protagonista é o palco de conflitos internos que refletem a época no qual Goethe está inserido, demonstrando a visão de contradição deste momento histórico. Entre idas e vindas, crises existenciais e amores eloquentes, doutor Fausto no início da narrativa sente-se vazio com o movimento da vida e ausente de conhecimento, que faz jus a limitação do ser humano.

Mas, com te suplantar, fatal credulidade,
que bens reais lucrei? gozo eu felicidade?
Ah! nem a de iludir-me e crer-me sábio. Sei
que finjo espalhar luz, e nunca a espalharei
que dos maus faça bons, ou torne os bons melhores;
antes faço os bons maus, e os maus inda piores. (GOETHE, 2011, p. 24)

Neste espaço temporal, o protagonista se encontra de um lado bem-sucedido enquanto profissional (doutor, filósofo, cientista, intelectual), mas ao mesmo tempo vazio perante o movimento da vida. Este seria o embrião que deu origem a obra; fase está idealizada por Marshall Bernan (1986, p.49) como “a Sonhadora”. A segunda metade da obra, denominada de “o amador” (BERMAN,

1986, p. 51), Doutor Fausto aparece como o apaixonado, amante de Margarida, que se vê envolvido em uma trama que culmina com a morte de sua amada.

Encerrada a segunda parte da obra, surge então (publicado *post mortem*,) o terceiro componente da tragédia goethiana. Neste momento, o autor mergulha nos problemas oriundo da modernidade, tendo como principal pano de fundo o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Como destaca o autor Marshall Berman (1986, p. 56), na terceira fase denominada “o fomentador”, *Fausto* conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo: “aprende a construir e a destruir”.

A ideia de desenvolvimento a partir deste momento nos remete à lógica do crescimento e da modificação espacial a qualquer custo, imposto principalmente pelo desejo de modernidade que se anuncia como o exclusivo caminho a ser seguido pela humanidade.

Assim, se não existe outra alternativa - se todas as estradas levam ao mesmo lugar - encontramos o embrião do que conhecemos como totalitarismo da modernidade. Como afirmava Milton Santos (2001, p. 19), discutindo sobre a ideia de totalitarismo e globalitarismo, as bases ideológicas hegemônicas justificam ações que levam ao “império das fábulas”; ao discurso único de mundo. Este discurso de homogeneidade do processo de globalização se reveste de um véu de “verdade” que culmina por excluir outros olhares sobre este movimento.

Esta lógica de totalitarismo baseada na visão hegemônica dos atores macroeconômicos na segunda metade do século XX mergulha o espaço rural no chamado capitalismo financeiro e, a partir deste período, cria-se uma ruptura nas relações territoriais. Na entrada da era moderna, o rural vive o mito do “Fausto” evolutivo, o qual impera o famoso jargão maquiavélico que afirma: “Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens [...] o que conta por fim são os resultados” (MAQUIAVEL, 2001, p. 85).

Os fins desse modo justificavam os meios para chegar à “verdadeira” modernidade no espaço urbano e estendê-la ao rural. O ideal do desenvolvimento a qualquer custo imperaria sobre um modo de vida que se estruturou secularmente no rural. O mito *Fáustico* denota-se novamente como uma metáfora eficaz neste momento complexo da história do espaço rural, principalmente dos países ditos “em desenvolvimento”, pois, a partir do ato IV da

obra de Goethe, os personagens passam a tornar-se frios e calculistas, demonstrando a inversão de um paradigma. O próprio protagonista relata desejos imensos sobre o domínio da natureza; torna-se obstinado a este grande feito.

E pode ser. – se flutuante ele é,
Onde há morro, amolda-se-lhe ao pé;
Por mais que incessante flux se agite,
Qualquer elevação lhe impõe limite;
Qualquer baixada o atrai possantemente.
Criei plano após plano então na mente,
Por conquistar o gozo soberano
De dominar, eu, o orgulhoso oceano,
De o lençol áqueo impor nova barreira,
E ao longe, em si, repelir-lhe a fronteira.
Consegui passo a passo elabora-lo.
Eis meu desejo, ousa tu apoiá-lo. (GOETHE, 2011, p. 476)

Observa-se a metamorfose à qual o personagem foi sendo submetido pelo autor ao longo da obra. Fausto não é mais o sábio em crise existencial, nem muito menos aquele homem apaixonado por Margarida. Agora aparece como um elaborador de planos que visam dominar a natureza.

No espaço rural, a passagem histórica pós-1950 demonstra um rural que começa a se tornar mecânico, produtivista e linear. Nos últimos cinquenta anos, a visão sobre o rural incidiu diretamente a partir de uma lógica apenas de produção e mecanização do espaço e dos modos de vida.

Assim, esta visão avança sobre a história construída por estes atores sociais ao longo de mais de dois mil anos de existência. Milton Santos (1996, p. 157) aponta esta mudança no meio técnico a partir da passagem de um espaço de natureza herdada para um processo de nova natureza.

O meio técnico será então composto por objetos maquínicos, os quais juntam a própria razão natural a uma lógica instrumental. “O espaço maquinizado é lócus de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais” (SANTOS, 1996, p. 157).

A superposição de forças demonstra a tentativa Fáustica do domínio da natureza, tornando a mesma submissa à vontade do ser humano. Lembramos então da fabula da autora Rachel Carson em seu clássico livro “silent spring”, um dos primeiros grandes trabalhos do século XX que busca analisar o impacto da modernização na natureza.

A autora, a partir do subtítulo “uma fabula para o amanhã”, desdobra o pensamento produtivista, demonstrando as mudanças ambientais sobre a corrente migratória de aves que preenchem, de maneira transumante, a paisagem com sua beleza no outono e na primavera e que seriam impactadas diretamente pela revolução verde.

Relata a autora a partir de uma visão romântica do espaço rural:

The countryside was, in fact, famous for the abundance and variety of its bird life, and when the flood of migrants was pouring through in spring and fall people traveled from great distances to observe them. Others came to fish the streams, which flowed clear and cold out of the hills and contained shady pools where trout lay. So it had been from the days many years ago when the first settlers raised their houses. (CARSON, 1962, p. 12)

Contudo, já no seu prelúdio, Rachel Carson sinaliza a interferência das “pessoas”¹³ na natureza, demonstrando que grande parte da história do espaço rural e de seu conhecimento começava a ser esquecido perante este novo modelo ideal que se impunha. “Man has lost the capacity to foresee and to forestall. He will end by destroying the earth” (CARSON, 1962, p. 04).

O ser humano inicia um duelo contra a natureza que se desdobra em uma nova guerra. A existência de harmonia entre sociedade e natureza é rompida de maneira nunca antes observada. Salienta-se que não somente as mudanças no meio ambiental evidenciam esta modernidade que assola os nossos dias. Os impactos chegam nos portões das cidades a partir de alimentos, movimentos migratórios, agrotóxicos, etc. Esta “desruralização” atinge a própria estrutura social urbana a partir do intenso movimento populacional imposto pela mecanização, gerando uma intensificação do processo de favelização.

A “desruralização” caracteriza-se por um processo de redução da população que reside no espaço rural. Muito além da ideia de diminuição da população, o rural ao esvair-se de pessoas cria um hiato social que irá refletir no espaço urbano. Deixam de existir histórias, modos de vida, formas de saber-fazer determinados alimentos, etc; esvazia-se a alma de parte da sociedade, perdemos parte do “Sal da terra”.

Em uma das passagens mais marcantes do livro de Goethe, Fausto será o precursor desta lógica da “desruralização” em prol da produtividade, quando

¹³ No original: “The people had done it them selves” (CARSON, 1962, p. 13).

de maneira impar e cruel, visualizando o desenvolvimento de seu projeto de modernização busca expulsar dois residentes, Filemo e Baúcia, que se fazem presente no único espaço ainda não modificado por Fausto e seu projeto.

O casal de idosos possui uma pequena casa em um espaço ainda intocado pela modernidade. Estes dois representam as formas de convívio que vão além do desenvolvimento econômico imposto em nossos tempos, o qual incomoda profundamente o protagonista do drama.

Esse aqui maldito!
É o que me deixa irado e aflito.
Contigo, esperto e apto, é que falo;
Ofende e fere-me em excesso;
Não me é possível aturá-lo,
E envergonhado é que confesso:
Das tílias quero a possessão,
Ceda o par velho o privilégio!
Os poucos pés que meus não são
Estragam-me o domínio régio.
La quero armar, de braço em braço,
Andaimes sobre o vasto espaço,
Afim de contemplar, ao largo, tudo o que aqui fiz, sem embrago,
E com o olhar cobrir, de cima,
Do espírito humano a obra-prima. (GOETHE, 2011, p. 553)

O campo de tílias que Fausto faz referência é o espaço rural ainda com seu modo de vida tradicional que pertencia ao casal de idosos, o qual representava o entrave para a modernização. Não tendo opção, o personagem cria uma estratégia para se apoderar deste recorte espacial: Oferece dinheiro para os idosos se retirarem de sua propriedade, pois, este seria uma afronta a seu poder político, visto que entendia que o casal representava uma resistência ao seu domínio.

Sem sucesso, Fausto é questionado por Mefisto: “que cerimônia, ora até quando / Não estas Colonizando? ” (GOETHE, 2011, p. 553). O desfecho do enredo, mais triste não seria: o casal de velhos é assassinado em prol dos ideais de um rural moderno.

Da mesma maneira, a lógica do capital impõe-se em muitos casos sobre o espaço rural sem escrúpulos: agricultores ou se submetem a uma lógica meramente produtivista ou acabam sendo excluídos do sistema. Por conseguinte, na tragédia, o fim da harmonia entre seres humanos e a natureza se aproximava pelas mãos do projeto de modernização.

Observa-se, ao longo das últimas décadas, a passagem de um modo de vida que na medida do possível era harmonioso, mas que será submetido a uma lógica nova: um olhar indiferente sobre o modo de vida rural. Não se nega aqui a existência de outras revoluções agrícolas, muito bem assinaladas por Marcel Mazoyer e Laurence Roudarte em seu livro “a história das agriculturas no mundo”, contudo é perceptível que nos últimos cinquenta anos ocorreram mudanças a ponto de ecossistemas complexos transformarem-se em simples, defensivos naturais substituídos por a indústria química pesada; o ser humano trocado por máquinas. Neste intervalo de tempos nefastos, descartamos parte do conhecimento adquirido ao longo da história, sendo que a tragédia do desenvolvimento acabou imperando na dita modernidade.

O mundo rural, com a revolução verde e suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto, está sofrendo mudanças ecológicas, sociais, culturais e, sobretudo, políticas. (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 226)

A revolução verde, em termos práticos, retirou a autonomia do trabalhador e reduziu a discussão acerca da fome a um mero cálculo matemático. Este movimento despolitiza a discussão a introduzir na modernidade somente a lógica numérica, deixando a deriva milhares de trabalhadores que ali existiam.

Esta lógica economicista foi analisada pelo pesquisador Celso Furtado em seu livro intitulado o “o mito do desenvolvimento econômico”, onde é feita uma reflexão acerca da ideia de desenvolvimento imposto pelo centro do sistema produtivo, conjecturando a lógica do crescimento a todo preço como um mito criado nas últimas quatro décadas do século XX.

Mas, como desconhecer que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas culturais arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1974, p. 85)

Celso Furtado (1974, p. 85) ainda busca demonstrar que inseridos no sistema capitalista, a ideia de igualdade de renda e de modo de vida parecem-lhe equivocados. Acreditar que os povos pobres irão desfrutar um dia da igualdade de renda da população rica é simplesmente irrealizável defende o

autor. Isto posto, torna-se premente o discurso da homogeneidade do espaço rural, analisado anteriormente, criando um descredito nas discussões acerca do rural como heterogêneo.

Retornando a Goethe, somos brindados com a discussão acerca da tentativa de compreender o espaço a partir da homogeneização. O fim trágico do casal anteriormente citado revela uma tendência praticamente *sine qua non* do processo de modernização: encarar o espaço como uniforme, desconsiderando a beleza e particularidade dos lugares. Marshall Berman (1986, p. 65) nos lembra que esta tendência, trazida por Goethe, tem como objetivo criar um espaço modernizado, homogêneo e sem marcas do passado. As rugosidades não têm lugar na lógica da revolução verde.

Para os planejadores do pós-segunda guerra mundial, o rural não passava de um mero receptáculo dos pacotes tecnológicos que seriam testados em um laboratório a céu aberto, revestidos do discurso humanitário de suplantar a fome mundial.

A relação temporal passa a ser modificada, a própria coerência do tempo da natureza passa a ser substituída pela lógica da produtividade. “Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar” (SANTOS, 1996, p. 158)

A confusão torna-se tamanha que acreditamos (ou fingimos acreditar) que esta seria a singular opção. Novamente, caímos na metáfora do totalitarismo da modernização como única saída. A relação temporal no rural passa a ser cronometrada.

Para além do discurso difuso pelos atores hegemônicos, criou-se uma contradição: por um lado a revolução aumenta a produtividade por hectares e do outro impulsiona a fome no mundo a partir dos “viúvos” da modernidade; sem comida e desterritorializados. A promessa estava posta, mas o que sobrou somente foi a fábula de um mundo igualitário.

O fim da tragédia denota o próprio contrassenso inerente ao sistema que até então vem se impondo. Após toda a modificação da personalidade, pactos com Mefistófeles, amores por margaridas até mesmo seu ato de maldade ao mandar retirar o casal de idoso, Fausto se vê preso ao sentimento de contradição, pois, ao mesmo tempo em que destruiu tudo que existia no velho

mundo, se observa ainda apaixonado por ele. Nas palavras de Marshall Bernan, as figuras do velho mundo possuem uma beleza única. (BERMAN, 1986, p. 66).

É exatamente por não ter mais o que amar, por ter destruído grande parte do mundo existente e todas as razões para continuar o movimento da vida, que Goethe então resolve encerrar sua obra, levando a óbito o personagem central.

A contradição inerente de Fausto e a forma como a modernidade se apresenta no espaço rural demonstra que não somente de modernidades e homogeneização vive o rural. O trágico final da obra de Goethe denota hoje não um fim, mas sim o movimento de ressignificação do espaço rural, não mais somente como produtor de alimentos, mas sim como um espaço único de reprodução da vida.

A narrativa sobre Fausto, assim como o da modernidade a todo custo de um espaço homogêneo pouco existiu e está fadada ao se fim. Por escolha da humanidade ou pela destruição dos recursos naturais. Será o fim do “sal da terra”?

2.2 O rural brasileiro: do fim a sua ressignificação

O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, [...] (SANTOS, 2012, p. 41)

O desemprego em larga escala do Brasil rural depara-se com o capital cada vez mais presente neste espaço. Ao analisar a tragédia de Fausto e construir uma conexão do quarto e do quinto ato da obra de Goethe com a realidade do rural brasileiro pós-1950, percebe-se que a mesma se assemelha à lógica imposta pelo capital a este país nos últimos sessenta anos.

O país entra nesta nova era voltado para a logística capitalista, na qual milhões de pessoas acabam desamparadas, sendo excluídas de seus espaços de vivências. O processo de desterritorialização dos atores sociais do espaço rural rege a era moderna do capitalismo brasileiro.

Milhões de pessoas têm sido vítimas por desastrosas políticas de desenvolvimento, concebidas em compasso megalomaniaco, executadas de maneira primária e insensível, que ao fim desenvolveram pouco mais do que a fortuna e o poder dos seus mandantes. (BERMAN, 1986, p. 75)

Destaca-se que neste momento da história, os projetos megalomaniacos de desenvolvimento a todo o custo geram fortuna e concentração de terras para uma minoria. A centralidade das propriedades é evidenciada como uma das maneiras mais perspicazes para desterritorializar a população que vivia neste espaço, a partir das mais arguciosas artimanhas.

Em nenhum outro país foram contemporâneas e concomitantes processos como desruralização, as migrações brutais e desenraizadas, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa. (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 25)

O dualismo entre o rural e o urbano começa a ser pregado com mais intensidade no século XX. O rural como espaço atrasado, sendo um entrave econômico para um Estado que seria o “país do futuro” da década de 1970. O rural brasileiro não teria “cultura”, devendo se submeter a lógica urbana. Torna-se muito comum ouvir simploriamente os termos colonos, caipiras, caboclos, entre outros, como sinônimos de ignorância e atraso. Personagens como o Jeca Tatu contribuíram significativamente com este ideal da modernização.

A cultura local é reprimida e rebaixada em prol de uma lógica do capital global, “modernizadora e progressista”. Fala-se em commodities e exportações, mas não se olha para o “Brasil profundo¹⁴”, simplesmente para o Brasil econômico. Torna-se possível visualizar claramente o imperialismo Fáustico se impondo perante a cultura local.

A autora Estelle Deléage (2005, p.17) vai analisar que os discursos da modernidade trazem consigo uma lógica maquiavélica, na qual impera o ideal que os camponeses são agentes externos a este processo estes seriam considerados como “*éléments extérieurs à la modernité et donc comme des «résidus» de l'Histoire, condamnés à disparaître.*” (DELÉAGE, 2005, p.17)

Nos cinquenta anos em que impera este discurso, o Brasil foi jogado dentro desta lógica a partir do processo de industrialização analisado pela autora Rosane Balsan como um modelo agrícola centrado no consumo de capital e tecnologia externo:

Grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o

¹⁴ Termo Utilizado por Eduardo Abdo Yázigi durante as orientações.

endividamento e a dependência dos agricultores. (BALSAN, 2006, p.126)

Seria errôneo acreditar que estas mudanças percorreram de maneira uniforme o espaço rural brasileiro, contudo este processo acaba abarcando as principais áreas de exploração do território nacional.

Estelle Deléage traz uma reflexão muito interessante no seu artigo intitulado “la fin des paysans: mythe ou réalité” (baseada na obra do sociólogo Henri Meandras em seu livro “La fin des paysans”). A autora busca compreender se ocorria ou não o fim do espaço rural na França. Toma-se como um dos principais pontos da análise da autora a discussão sobre os três mundos rurais coexistentes em pleno fim do século XX e início do século XXI e que muito bem poderiam ser discutidos na lógica do rural brasileiro devido a sua imensa heterogeneidade espacial.

Ainsi, sous l'effet conjoint de l'industrialisation et de la libéralisation, dans les pays en développement comme dans les pays développés, on peut distinguer, à partir des écrits de ces auteurs, trois figures de la ruralité ou trois mondes ruraux. (DELÉAGE, 2005, p.18)

O primeiro mundo exposto corresponde à pequena parcela da população que reside no espaço rural e que muito bem se adequou a lógica capitalista monopolista. Refere-se aos grandes latifundiários que desfrutam de alto poder aquisitivo (concedido na maioria das vezes por auxílios e até mesmo subsídios do Estado), considerada uma agricultura intensiva e mecanizada. Este primeiro mundo muito bem se encaixa na lógica do grande monocultor do espaço rural brasileiro, o qual detém a maior parcela da “propriedade” da terra e um significativo peso nas decisões políticas locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

O segundo mundo corresponde aos agricultores familiares que são a pedra angular da produção de alimentos de diversos países, inclusive do Brasil. Desprezados por grande parte do primeiro mundo rural e pouco assistidos pelo Estado enquanto agente mediador da produção de alimentos, estes agricultores acabam sobrevivendo as peripécias da modernização a partir de créditos fundiários dificilmente disponibilizados ou se submetendo a grandes empresas, firmando contratos de produção e perdendo completamente a sua autonomia.

Como exemplo, pode ser citado o trabalho do Autor José Vicente Tavares dos Santos intitulado “Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”. Neste livro, o autor faz um estudo exaustivo acerca da subordinação dos agricultores familiares da chamada região de produção da uva no Rio Grande do Sul, demonstrando desde a instalação na colônia Dona Isabel, a evolução das relações produtivas e comerciais em torno do vinho até a subordinação completa do agricultor familiar às grandes empresas vinícolas. (SANTOS, 1978, p. 10)

Por consequência deste processo, a indústria vai configurar-se pelo domínio do capital sobre o agricultor, que sofre com os preços baixos pagos pelo seu produto. Após a sua “opção” por somente produzir matéria-prima para as indústrias, esse perde a sua liberdade e autonomia, caracterizando-se como integrado e dependente do capital urbano-industrial.

O terceiro mundo rural traz o que a autora define como “les paysans à la limite de la survie” (DELÉAGE, 2005, p.18), ou seja, aqueles agricultores que estão no limite da sobrevivência. Estes, completamente abandonados por políticas públicas e jogados “à sorte” no mundo da produção capitalista do espaço rural, vivem no limiar entre o abandono do rural e a tentativa de sobrevivência. Nas palavras de Milton Santos:

Esse homem do campo é menos titular de direitos do que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e a eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais. (SANTOS, 2012, p. 41)

Segundo esta visão, este agricultor defronte da economia de mercado está mais ameaçado de desaparecer do espaço rural. Contudo, pode-se compor um quarto mundo rural no Brasil: o mundo da ressignificação. Neste, agricultores inseridos nesta lógica de mercado ressurgem a partir de novas estratégias, as quais possibilitam a reprodução socioterritorial a partir de múltiplas funções que este vem a desempenhar.

As transformações pelas quais tem passado, nas últimas décadas o meio rural brasileiro contribuem para não considera-lo como essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento as atividades agrícolas. (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000, p 145)

Este quarto mundo que denominamos vem demonstrando as particularidades do espaço rural que podem se transformar em estratégias produtivas que vislumbram a permanência dos agricultores e a ressignificação cultural desses. Existe hoje um novo movimento que começa a insurgir levemente na sociedade e que merece um olhar mais atento.

Emergem movimentos contrários ao raciocínio produtivista do espaço rural e avessos a (in)segurança alimentar de diversos produtos gerados pela lógica Fáustica da década de 1950. Podemos citar aqui o ressurgimento da agricultura familiar como conceito importante no início do século XXI. Esta não mais é encarada como estática, mas sim dinâmica e pautada em questões como: a agroecologia; os produtos orgânicos; o turismo rural e os circuitos locais, etc. Por isso:

Se estamos, hoje, discutindo o significado do conceito de agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileira. (WANDERLEY, 2003, p. 185)

Pode-se mencionar, em acréscimo, movimentos que surgem no ocidente e que ganham força no mundo inteiro como o Slow Food e a ecogastronomia. Além disso, temos o aumento significativo das indicações geográficas de produtos, as quais demonstram a importância de saber a procedência do mesmo, qual a história, o *terroir* deste produto, quem produziu e como foi produzido.

Este movimento evidencia a preocupação não só com o produto, mas sim com a cadeia produtiva, a qualidade alimentar e a historicidade do mesmo. Outra característica destes discursos são os movimentos ambientais que pressionam as políticas públicas para que se apliquem leis mais severas, visando uma maior sustentabilidade.

Não obstante, faz-se a ressalva que não ocorreu uma mudança total, mas sim que, se anteriormente existia uma nevoa sem saber a direção exata que rumava o espaço rural brasileiro, nos parece que surge uma alternativa viável. Se algo está sempre mudando no espaço, cabe aos planejadores buscar entender este movimento. Nesta pesquisa, buscamos compreender estas

transformações a partir das ruralidades e a necessidade de múltiplos olhares sobre este espaço heterogêneo.

2.3. Rural e ruralidades: múltiplos olhares.

Neste momento, passaremos discutir a emergência da ruralidade como possibilidade de outros olhares sobre o rural, visando compreender a mesma e suas relações com o turismo. Para dar início a reflexão acerca desta abordagem, primeiramente será analisado o dualismo histórico criado entre o chamado mundo rural e o urbano, para a posteriori chegar na definição de ruralidade na sociedade contemporânea. A lógica do dualismo entre estas duas categorias supracitadas remete ao que o autor Eric Hobsbawm (1985, p. 10) definiu como uma tradição inventada, a qual apresenta-se como um conjunto de práticas reguladas por regras aceitas ou não por parte de agentes sociais, visando criar valores através da repetição continua.

As tradições são inventadas pela sociedade sempre que rotinas se repetem e se incrustam no tempo/espaço. No referido período da modernização brasileira, a criação da dualidade entre o rural e o urbano constitui-se contrapondo dois grupos, como se os mesmos fossem completamente excludentes.

Inventou-se uma tradição na qual o rural atrasado necessitaria do pacote tecnológico e de um upgrade modernizador, o que contribuiu para o discurso fantasiado no qual a lógica urbana-industrial tornar-se-ia o centro do processo produtivo.

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. (CARNEIRO, 1997, p. 54)

Estes ritmos de mudanças que construíram estas invenções simbólicas do dualismo a partir do discurso hegemônico criaram simbolicamente representações espaciais, as quais abarcariam a realidade brasileira como um todo. Constrói-se então um conceito fechado de agricultor, negando uma das principais características dos mesmos: a historicidade da sua autopoieses.

Como ressalta Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003, p. 49), enclausurar o agricultor na abstração de um tipo ideal é negar a sua própria história enquanto ator social ativo.

Além desta perspectiva, encarcera-se não somente o agricultor, mas também todo o espaço rural como categoria fechada. Em contraposição a esta visão, compreende-se nesta pesquisa que o rural é uma categoria de pensamento do mundo e uma categoria política, ideológica e transicional. Podemos então, através dele, compreender a sociedade, distinguir pessoas e símbolos espaciais e construir uma representação social de mundo (WANDERLEY, 2009, p. 246). Estas representações sociais são fruto da auto-organização dinâmica que os atores sociais criam historicamente, emergindo destas identidades territoriais que ressignificam sua história.

Contudo, muitos têm se esforçado para defender o fim do rural, pautados na criação segregacionista entre o rural e o urbano. Esta alocação exclui as especificidades locais e a heterogeneidade dos diversos modos de vida do espaço rural brasileiro, os quais reagiram de diferentes formas ao movimento da modernização.

É importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como está reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. (CARNEIRO, 1997, p. 54)

Assim sendo, os fenômenos espaciais se dão de maneira distinta em cada localidade. A reação de cada recorte e localidade e as mudanças da produção rural se dão de maneiras diversa ao longo da história. Citamos então a reflexão do autor Milton Santos (2006, p. 213) acerca dos lugares e de sua diferenciação na era global: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...], mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”.

Cada lugar no mundo corresponde à especificidade e reage de maneira diferente a movimentos globais. Na sua gênese, todo movimento global tem seu início em um lugar, o qual representa no seu espaço as relações vividas e sentidas

Cada recorte de análise corresponderia então a singularidades que se manifestariam de formas dessemelhantes ao se defrontarem com o processo da modernização. “Evidentemente, a transformação do meio rural, longe de ser um processo homogeneizador, resulta em uma profunda diferenciação dos espaços rurais (WANDERLEY, 2009, p.222)

Assim, nem no espaço urbano, muito menos no espaço rural, as relações diretas e indiretas pertinentes a modernização se manifestam de maneiras iguais. Contudo, ocorre que no rural brasileiro esta lógica foi velada por um discurso macroeconômico que afirmava o sentido inverso: inventou-se a necessidade da denominada “urbanização do campo”.

Destaca-se que o termo “urbanização do campo” foi difundido ao longo deste processo histórico como um “processo que resulta no controle das cidades sobre o campo” (WANDERLEY, 2009, p. 240). Esta visão gerou o que apontamos anteriormente como a tradição inventada da submissão do rural ao espaço urbano. Não obstante, ao contrário desta perspectiva que levaria a submissão do rural ao urbano, defende-se nesta pesquisa a teoria que possui como base compreender a estrutura rural brasileira a partir do princípio da interconexão entre o rural e o urbano, a qual caracteriza um *continuum*.

2.3.1 O *continuum* rural-urbano

A partir da conectividade entre o urbano e o rural, emerge uma série de abordagens acerca desta dependência. Entre estas, analisaremos o conceito de *continuum rural-urbano*. Destacamos que existem duas vertentes de pensamento sobre este conceito:

A primeira se refere ao *continuum* rural-urbano como uma camuflagem do discurso da modernização, no qual este conceito seria vinculado a lógica do olhar do urbano sobre o rural, ou seja, da submissão do segundo pelo primeiro. Esta corrente pregaria a posteriori o fim do rural e o sobrevoio do urbano no mundo. “O extremo rural do *continuum*, visto como o polo atrasado, tenderia a reduzir-se sob a influência avassaladora do polo urbano, desenvolvido”. (WANDERLEY, 2001, p.32). Esta teoria levaria ao “esvaziamento” do rural, ao um processo de homogeneização do espaço, e por consequência o seu fim.

A segunda perspectiva diz respeito a um outro olhar, no qual não existiria esta relação sádica que levaria ao fim do rural, mas sim uma dialética que tenderia a aproximar dois polos, dotados de particularidade. De acordo desta teoria, por mais que existem diversas semelhanças ao longo do *continuum rural-urbano*, os mesmos permanecem existindo a partir de suas particularidades, denotando o que antes definiu-se como autopoiesis do rural.

As relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações. (WANDERLEY, 2001, p.33)

Defende-se então que mesmo estas duas categorias de análise (o rural e o urbano) sendo distintas, não significa que as mesmas sejam desconexas, muito pelo contrário: o que se evidencia é uma aproximação entre ambas; justaposição esta que não denota o fim destas categorias de análise. Como relata MOREIRA (2012, p. 50), o rural não desapareceu neste processo tampouco parou no tempo. O rural é dinâmico, e este dinamismo cria a adaptabilidade deste modo de vida.

Reafirma-se então a ideia do rural enquanto espaço de singularidades espaciais e modos de vida que não tendem a se diluir no *continuum rural-urbano*, mas sim transformar-se com o caminhar do tempo. Argumenta-se, por conseguinte, que o espaço rural não mais pode ser pensado a partir da tradição inventada da dualidade segregacionista colocada por algumas correntes teóricas.

Afirma-se que o movimento de modernização do espaço rural não leva ao fim deste ou a sua homogeneização; muito pelo contrário, defende-se a tese que o rural não está perecendo, mas sim sofrendo transformações frente ao movimento do tempo, demonstrando a sua particularidade e unicidade de adaptação das mais diversas maneiras (entre elas destaca-se o turismo rural) frente ao que seria denominado de urbano. “As ‘novas’ e ‘velhas’ funções se mesclam e se contrariam, numa convivência entre a ruralidade tradicional e a contemporânea” (MOREIRA, 2012, p. 50).

Estas velhas e novas funções coexistem no espaço e se reinventam. Falar que o rural está acabando seria o mesmo que afirmar que o urbano como o

conhecemos também o está, afinal este não é o mesmo de ontem e não será igual ao urbano dos anos 1950. O movimento do tempo no espaço não cessa, as visões do mundo se transformam e as análises espaciais também devem tentar compreender estas mutações.

O rural não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, ao pesquisador compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes. (WANDERLEY, 2009, p.204)

Assim, quando se analisa o espaço rural hoje, deve-se não compreendê-lo a partir da ideia de enclausuramento, mas como um mundo rural interligado aos movimentos globais que não só é visto, mas também vê o movimento espacial. Nesta perspectiva, WANDERLEY (2001, p. 32) vai destacar que quando nos referirmos ao rural pensemos em um espaço socialmente integrado as relações nacionais e internacionais, não sendo um universo isolado, mas sim em pleno funcionamento e reprodução.

Portanto, este espaço rural ao qual nos referimos é dotado de particularidades, de histórias, momentos, características, culturas, sabores e odores; está beleza do rural e está auto-organização é que gera o (re) encantamento que o mesmo começa a sentir neste início de século.

2.3.2 As ruralidades

Haja visto toda a discussão acerca da dualidade do rural-urbano, neste momento busca-se compreender como o movimento do espaço/tempo vem transformando a visão da população acerca do rural.

Para entender as ruralidades, torna-se essencial visualizar as convergências de olhares entre o rural e o urbano. Quando analisamos o *continuum rural-urbano*, o fazemos a partir da história dos atores sociais, das experiências vividas e ideologias que são construídas com o caminhar das estações. Por conseguinte, as ruralidades emergem hoje exatamente perante uma mudança de importância que o rural começa a ganhar, tanto por parte de cidadãos como dos próprios agricultores que o compõe. Destaca-se a discussão levantada por Sergio Schneider (2009, p. 68), o qual vai afirmar que por mais

que ainda não consolidado, existe uma mudança cognitiva acerca do espaço rural, tanto por parte de estudiosos, planejadores de políticas públicas e atores sociais.

Estas novas referências trazidas pelo autor começam a aflorar no século XXI principalmente sobre a visão do rural como um espaço de amenidades, ainda “purificado” e dotado de uma identidade territorial estabilizada frente a um mundo (in)consolidado de identidades flutuantes.

É, sobre esse rural, que a sociedade urbano-industrial vai deter-se em valorizar, com medo da perda desse patrimônio que vai sendo absorvido pelo processo de urbanização e da lógica de produção capitalista. (MATOS, 2011, p. 05)

Estes espaços ditos tradicionais (não só de ordem da natureza “intocada”, mas também de culturas ainda preservadas) são imbricações históricas que:

- Seguem um paralelismo com a natureza e a valorização da terra.
- Estimam saberes passados historicamente.
- Possuem simbologias e formam um imaginário social rural.
- Construíram historicamente uma identificação com o território.

Um dos fatores que não pode ser negado, mas que muitas vezes é negligenciado, é o isolamento espacial destas culturas tradicionais rurais, que por um longo período da história do Brasil perdurou. A ideia de culturas tradicionais também é fruto de seu esquecimento, onde os sujeitos históricos construíam vínculos territoriais que se conservavam por longínquas gerações. A mudança nestes espaços era lenta, o tempo era lento assim como o ritmo de vida (SANTOS, 2006, p. 222).

Estas culturas tradicionais que por um longo tempo se eram em grande parte isolada, sendo praticamente autossustentáveis dentro de sua própria lógica de modo de vida, começam, contudo, a se integrarem territorialmente com o espaço urbano.

Esta conexão denota que hoje as sociedades tradicionais não estão completamente separadas da estrutura urbana, mas em grande parte ligadas em redes, o que evidencia uma nova relação local-global. Este espaço reticular permite não só um contato maior no *continuum rural-urbano*, mas também o que

Milton Santos (2006, p. 179) definiu como sociabilidade a distância, a qual constitui-se como uma linguagem de normas e ideias que se espalham pelo espaço.

Evidencia-se que o aumento dos meios de comunicação permite a difusão destas informações, normas e tendências que se alastram de maneira heterogênea, afinal de contas, estas não cobrem todo o território nacional. Conquanto, analisar o espaço rural brasileiro e as ruralidades sem compreender está maior conectividade proporcionada pelo processo de globalização torna-se um erro.

O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local [...]O espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos fatores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação dos componentes urbanos, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental [...] (CARMO, 2009, p. 274)

É importante então compreender a necessidade de análise das culturas tradicionais a partir da integração e não do isolamento (SUZUKI, 2013, p. 630). Parte-se do princípio que estas têm vínculos hoje que cada vez mais denotam uma interligação com o espaço urbano, seja pelo contato físico ou através dos meios de comunicação.

Não obstante, se existe um maior contato do mundo rural com o urbano, o sentido inverso também se faz verdade. A degradação do meio ambiente, a inconstância de segurança social e a diminuição da qualidade de vida de grande parte da população residente em espaços urbanos torna o olhar sobre o rural mais atento e até mesmo revestindo-se de um discurso preservacionista, fruto das contradições da própria pós-modernidade.

A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a

simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial (CARNEIRO, 1997, p, 57).

Desta forma, o movimento de modernização e a extensão deste para o espaço rural gera ao mesmo tempo a criação de novos olhares sobre diversas estruturas deste espaço, como, por exemplo, a produção alimentar; os impactos ambientais e as alterações dos modos de vida. A partir desta problemática, o presente trabalho discutirá a lógica da ruralidade a partir destes três recortes: a questão alimentar, o patrimônio ambiental natural e a alma do lugar.

2.3.3 Uma alquimia de sabores esquecidos e o sentir da ruralidade

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

Cio da terra.
HOLANDA, Chico Buarque de.

A música “cio da terra” de Chico Buarque de Holanda expressa a relação do plantar até a consumo de alimentos, demonstrando a simbologia dos mesmos e a importância de redescobrir os sabores esquecidos pela sociedade na dita pós-modernidade.

Não obstante, a denominada revolução verde gerou uma grande tensão entre o que é produzido e consumido. Em certa medida, os consumidores acabam não se preocupando com a procedência do produto, sua formação nutricional e muito menos a história do mesmo. Por um longo período, cerca de quarenta décadas contando a partir de 1950, poucos estudos faziam referência sobre o que estava sendo consumido.

Inserido no contexto do final do século XX e início do século XXI, mudanças de paradigmas começam a surgir no espaço urbano e rural. São os conflitos entre os denominados tempos rápidos e tempos lentos e que irão caracterizar de certa forma a estrutura alimentar. Os tempos rápidos denotam a

necessidade do consumo exacerbado, da produtividade eloquente e da vida ligeira (SANTOS, 2006, p. 180).

A pós-modernidade modifica profundamente o tempo até mesmo da natureza, tudo em prol do aumento da produtividade. São inúmeros produtos carregados das mais variadas substâncias que alteram nossa vida cotidiana sorrateiramente. Desta forma, existe ainda um desconhecimento alimentar “constitutiva de uma ansiedade urbana contemporânea em relação à alimentação”. (MENASCH, 2011, p. 202)

A provocação da autora Renata Menasch (2011, p. 202) nos remete a uma profunda reflexão sobre nossa posição social: “Se não sabemos o que comemos, não se tornaria difícil saber não somente o que nos tornaremos, mas também o que somos?” (MENASCH, 2011, p.202)

Afirmar que somos o que comemos demonstra que todo o ato de ingerir um alimento cria uma simbologia pautada na percepção dos sentidos. Portanto, alimentar-se é:

O movimento através do qual fazemos o alimento transpor a fronteira entre o mundo e nosso corpo [...], incorporar um alimento é, em um plano real, como em um plano imaginário, incorporar toda ou parte de suas propriedades: tornamo-nos o que comemos. (MENASCH, 2011, p. 202)

Contudo, a sociedade ao longo destas últimas cinco décadas esqueceu que alimentar-se não é somente ingerir determinada quantidade de nutrientes, mas sim um ato prazeroso, pois: quando se alimenta o corpo, alimenta-se a alma.

Sin embargo, el alimento no es simplemente un objeto nutritivo que permite saciar el hambre sino algo que también tiene un significado simbólico en una determinada sociedad (Álvarez 2002:5). Diferentes culturas parten de elementos similares y preparan sus platos de formas muy distintas. Esta variedad en la preparación de los alimentos está condicionada por los valores culturales y los códigos sociales en los que las personas se desarrollan. (SCHLUTER, 2006, p. 46)

Portanto, uma sociedade não se sustenta somente a partir de alimentos que tem como função nutrir o corpo, essa, necessita que esses possuam significados que caracterizem e identifiquem aquele povo, fazendo parte de sua cultura, remetendo-os a sua própria história. Conforme nos lembra MACIEL

(2001, p. 146), o ser humano nutre-se do imaginário, sendo além de uma necessidade nutritiva, um ato que possui um valor simbólico.

Em um artigo (decorrente de tese de doutoramento) intitulado: campo e cidade, comida e imaginário: percepção do rural a mesa, a autora Renata Menasche traz à tona uma discussão acerca do imaginário que diversos produtos trazem ao consumidor. Entre eles a autora destaca o leite de saquinho, considerado por seus interlocutores mais “natural” em contraposição ao leite em caixinha, estimado como artificial.

Dessa forma, o leite de saquinho, especialmente a partir da ausência presumida de aditivos suspeitos – e nisso diferenciado do leite de caixinha –, era considerado mais puro, daí natural e saudável. Cleomar chega a mencionar que esse seria o leite da vaquinha, como se o leite acondicionado em embalagem tipo longa vida tivesse alguma outra origem, que o privaria de autenticidade. (MENASCH, 2011, p.200)

A fala transcrita e analisada expressa a preocupação com a denominação de origem deste leite, onde no cognitivo do entrevistado, o “leite de vaquinha” oriundo do sítio, seria mais “natural”, demonstrando uma simbologia da ruralidade criada no espaço urbano. Assim, evidencia-se o conflito entre o natural e o artificial, fruto de um desraizar da sociedade acerca dos alimentos consumidos diariamente.

Esta análise revela que existe um hiato entre o que consumimos e o que acreditamos ser saudável. A pesquisa traz à tona uma problemática relevante, a qual analisa que alimentos naturais acabam ganhando uma conotação diferenciada, sendo idealizados como mais saudáveis frente aos que são industrializados.

A denominação de origem destes alimentos também começa a surgir como uma preocupação, os quais dão a gênese a criação de nichos de mercados pautado em produtos locais, com denominações variadas (produtos da fazenda; ovos caipiras; do sítio, etc.) que remetem ao mesmo sentido: o rural e a natureza como princípio de qualidade. “O alimento natural não seria apenas considerado o de melhor gosto. Em oposição ao alimento industrializado, seria apontado como puro e, dessa forma, saudável” (MENASCH, 2011, p. 205-206).

Observa-se que o alimento está associado diretamente ao rural como espaço ainda preservado e a ruralidade acaba ressaltando as vantagens que diferenciam o alimento industrializado do dito natural.

Destaca-se a fala de Bruno Jean (2006, p. 06), o qual discute que se existe uma ruralidade, esta é uma visão que foi construída historicamente, e que hoje começa a ser novamente observada. O autor vai afirmar que: “Ces questions montrent que si la ruralité existe, elle n’est pas seulement un objet observable mais aussi, et peut-être surtout diront certains, une réalité socialement construite”. (JEAN, 2006, p. 06)

Se a ruralidade se torna uma realidade construída, temos então que analisá-la frente a diversas formas de representação da mesma. Assim, neste momento, realizamos uma análise sobre a ruralidade e sua relação com os alimentos, os quais são carregados de simbologias e signos pelos consumidores. Estes podem nos remeter, muitas vezes, a outro espaço/tempo tanto no processo produtivo quanto no consumo dos mesmos.

El elemento cultural de la alimentación de alguna manera es la “gastronomía”. El hombre pocas veces consume directamente lo que la Naturaleza le ofrece, comienza por transformarlo, originando tradiciones culinarias que sólo modifica lentamente con el tiempo; pero además no se contenta con nutrirse, no es un acto automático: crea, alrededor de este acto una serie de hábitos, costumbres, ritos, tabúes [...], en una palabra, crea todo un entorno distintivo (SCHLUTER, 2006, p. 46)

Além disso, demonstrou-se que existe uma percepção que os alimentos oriundos do espaço rural se apresentam mais “puros” e saudáveis que os industrializados. Esta mudança de olhar também incide sobre o turismo rural, o qual acaba por utilizar destas transformações para reorganizar a produção local, valorizando os produtos que fazem parte da tradição dos lugares.

Estas transformações fazem parte de uma série de sabores esquecidos pela modernidade e que hoje são revividos pelas ruralidades. O paladar pode nos remeter a uma caminhada por todos os sentidos da percepção, quase uma alquimia de sabores criada na boca e que muda por um instante a percepção da realidade em determinado tempo. Como afirma Schuleter (2006, p. 46): “la cocina de un país es un paisaje puesto en la cazuela”, a qual pode ser observada a partir dos sabores rurais. Logo podemos concluir que o imaginário baseado na alimentação da população urbana faz parte do conceito de ruralidade.

2.3.4 O patrimônio ambiental natural e o discurso preservacionista da ruralidade

Onde se encontrar palavra tão doce
Tão mais rural
Do que no falar dos matos que se balançam
quando o vento vai
E vento vai
O falar dos matos me faz bem
Tudo que reluz é ouro em pó real, rural
Tão real quanto é a chuva com
Suas formas de cristal,
Rural, rural, rural
Tudo reina em harmonia calma
Na poesia vegetal normal, sinal, rural.

Rural
TEIXEIRA, Renato.

A visão idealizada do espaço rural enquanto ambiência naturalizada é demonstrado na música de Renato Teixeira, o qual traz a discussão da harmonia da natureza e a visão da ruralidade enquanto espaço de amenidade. Dessa maneira, o segundo pilar do conceito de ruralidade que será discutida neste trabalho tem como pressuposto a valorização do patrimônio ambiental natural.

A escolha do conceito de patrimônio ambiental natural caminha no sentido de compreender este como uma expressão do passado, um vestígio histórico preservado. O conceito de Patrimônio remete, segundo Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 151) em sua etimologia a palavra *pater*, que seria o pai; ou seja, a herança que nos foi legada. Daí vem toda a construção teórica¹⁵ dos mais diversos tipos de patrimônio, como, por exemplo, o cultural, o urbano, o histórico, etc.

Já a ideia do conceito de ambiental diz respeito não somente a lógica de cenário/lugar, mas também sobre a égide da ideia de relação. Este vem do latim *amb+aire*, ir junto (YAZIGI, 2009, p. 152). Logo, compartilho a visão de Carlos Walter Porto Gonçalves, o qual, tecendo críticas a visão do ambiente como sinônimo de natureza, irá considerá-lo como foco de relações.

A relação sociedade com seu outro, a natureza, desenvolve-se através de um agir comunicativo que estabelece os fins imaginários, sócio historicamente instituídos, plano em que a razão técnica-científica não dispõe de plena autoridade para decidir, pois este é o campo da

¹⁵ Para compreender a evolução teórica do conceito, ver A alma do lugar - Eduardo Abdo Yázigi.

relação sujeito-sujeito e não sujeito-objeto. (PORTO GONÇALVES, 1989, p. 141)

Esta relação sujeito-sujeito concilia-se com o conceito de natureza, o qual tem como princípio a ideia de natureza não somente natural (PORTO GONÇALVES, 1989, p. 23), pois a mesma só existe enquanto construção histórica da própria relação do ser humano com essa.

A partir desta união conceitual entre patrimônio, ambiente e natureza, configura-se então a conexão de um espaço herdado, fruto de uma construção social existente graças as relações estabelecidas neste. Esta denominação (patrimônio ambiental natural) aqui levantada possui uma historicidade marcada pela intervenção humana com maior acuidade nos últimos cinquenta anos. Destaca-se que grande parte deste patrimônio está em plena contradição, ora sendo espaço de produção ora considerado espaço de preservação; infelizmente, são poucas as vezes que este é considerado de maneira complexa (produção e preservação em conjunto)

A ladainha da destruição do patrimônio ambiental já vai cansando os ouvidos, mas é preciso repetir sempre e sempre, por que o patrimônio não se configura só por produções do passado, mas também pelo que hoje se faz de melhor e pode se consagrar como tal para gerações presentes e futuras (YAZIGI, 2011, p. 165)

Assim, o patrimônio ambiental natural encontra-se hoje inserido nas discussões sobre a ruralidade, principalmente na perspectiva do autor supracitado, onde o discurso da preservação insurge para demonstrar que patrimônio não é somente feito de passado, mas também de cuidados com o presente. A valorização do rural estabelece esta relação ambígua entre as atividades tradicionais envolvidas em equilíbrio com a natureza. É sobre este rural que a sociedade urbana ira se preocupar, principalmente relacionada a perda deste patrimônio que vai sendo absorvido pela lógica de produção capitalista (MATOS, 2011, p. 05).

Esta mudança de paradigma ganha maior conotação nas últimas décadas, derivado do forte impacto ambiental ao qual o espaço rural é submetido. Destaca-se, como exemplo, o desrespeito ao código florestal brasileiro, práticas de manejo insustentáveis, poluição de mananciais de água, alteração o ciclo hidrológico, uso indiscriminado de agrotóxicos, avanço de áreas desmatadas, etc. ou seja, uma gama de impactos que despertam hoje o

movimento em prol da reestruturação deste espaço. Se antes o patrimônio ambiental natural era somente visto como um empecilho para o aumento da produtividade, hoje o mesmo ganha outras perspectivas. “Os espaços rurais deixaram de ser percebidos como um objeto do interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um patrimônio da sociedade (WANDERLEY, 2001, p. 216)

Esta crise ecológica evoca a reintrodução da ideia de natureza no espaço rural, a qual será concebida como herança; um patrimônio (SUERTEGARAY, 2003, p. 05). Esta tendência do patrimônio ambiental natural conecta-se ao conceito de ruralidade, tendo na vertente preservacionista uma nova frente para reestruturar o olhar sobre o espaço rural.

Nas sociedades modernas, o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconciliação sociopolítica do rural. Assim, a associação – e mesmo, para alguns, a assimilação – do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, dada pela importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos. (WANDERLEY, 2001, p.247)

Assim, a discussão que remete à questão do patrimônio ambiental natural conjuga-se com a ideia de que a natureza seria por excelência uma companheira inseparável do ser humano no espaço rural. Esta noção, carregada de simbolismo, configura-se como uma homília, atribuindo ao agricultor esta tarefa. O meio rural passa a ser visto como indispensável para o futuro do mundo, sendo os agricultores possíveis mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais (WANDERLEY, 2001, p. 247).

Não obstante, este discurso torna-se perigoso, tendo em vista que se carrega toda a problemática da sustentabilidade nas “costas” do produtor rural, o qual muitas vezes não possui recursos e assistência para este fim, sendo muitas vezes, pressionado pelo mercado para a produção de maneira insustentável.

Mesmo com esta problematização, demonstra-se que esta visão possui um potencial significativo que vem ressignificando o olhar sobre o rural. A autora Maria José Carneiro (1997, p. 57) nos lembra que a busca pela natureza tem atraído o desejo dos cidadãos, transformando está em consumo a partir do turismo

Desta discussão cria-se um choque entre dois modelos de produção do rural brasileiro; de um lado a produção em larga escala, mecânica e destrutiva e do outro os discursos preservacionistas. “A consequência deste embate foi a ressignificação do “rural”, expressão que nos discursos dominantes é substituído pelo meio ambiente a ser preservado como um bem para todos” (WANDERLEY, 2001, p. 216).

Em meio a este embate, nas entrelinhas, estão os agricultores buscando estratégias para sua reprodução socioespacial. Esquece-se, todavia, que o espaço rural não somente é povoado e “utilizado” pelos agricultores: dele fazem parte empresas mineradoras, parques nacionais, restaurantes; um espectro bastante amplo de atividades. Não obstante, é sobre os agricultores que incidem as perspectivas de mudança de paradigma, pois, este não só tem o espaço rural como estrutura de reprodução do capital, mas também vive o rural constituindo modos de vida; são as microescalas das relações vividas que criam uma identidade territorial que hoje também carrega consigo a responsabilidade da sustentabilidade.

A partir desta identidade territorial, os diversos grupos, social e politicamente organizados, polarizam suas posições, defendendo o espaço rural, ora como um espaço de prioritariamente produtivo, ora como um espaço de preservação ambiental. (WANDERLEY, 2001, p.217)

Os agricultores tornam-se os maiores responsáveis pela preservação deste patrimônio ambiental natural, necessitando de apoio para reestruturar este espaço impactado em grande parte pelo movimento de modernização.

Assim, patrimônio ambiental natural faz parte da construção de uma ruralidade, afinal, este espaço “verde” e “azul” compõe de certo modo uma das faces mais chamativas e consumidas no espaço rural pela população. Podemos analisar que o próprio turismo rural se utiliza desta preservação como um forte atrativo a partir das amenidades do campo, as quais constroem um sentimento bucólico: “um possível reencontro com a natureza”.

Junto com este movimento, torna-se necessário pensar em políticas de planejamento que sirvam de subsidio a estes agricultores. Este suporte das políticas públicas, incluindo as direcionadas ao planejamento do turismo rural, não podem apenas estruturar-se a partir do campo econômico, mas sobretudo,

pensar o rural como um espaço percebido, concebido e vivido pelos atores sociais (WANDERLEY, 2001, p. 216)

2.3.5 *A alma do lugar, os modos de vida e a ruralidade edílica.*

*De que me adianta viver na cidade
Se a felicidade não me acompanhar
Adeus, paulistinha do meu coração
Lá pro meu sertão, eu quero voltar
Ver a madrugada, quando a passarada
Fazendo alvorada, começa a cantar[...]
Que saudade imensa do
Campo e do mato
Do manso regato*

Adeus Paulistinha
PEREZ, João Salvador; PEREZ, José Salvador.

Na terceira análise sobre a ruralidade que será elencada neste trabalho, levanta-se a reflexão acerca da “alma” rural e suas ambiências. Na música dos autores Tonico e Tinoco, nas entrelinhas da canção surge uma ruralidade poética e um sentimento edílico de um campo intocado.

A ideia de analisar a alma do lugar e a ruralidade vem à tona na denominação criada pelo Professor Eduardo Abdo Yázigi em seu livro: *A alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas*. Percebe-se que grande parte daquilo que o autor discute na obra supracitada engloba em grande parte a ideia de ruralidade, afinal, esta é criada a partir de características específicas do lugar e de seus habitantes: são estes os verdadeiros “compositores” da ruralidade.

Destaca-se que existe na sociedade moderna uma visão quase lírica deste espaço, o qual é percebido pela ausência do urbano, pelo silêncio, o possível contato com a natureza e modo de vida dito simples. Todos estes olhares são lançados pelos cidadãos, mas também emergem da população que reside no espaço rural.

Assim, uma das grandes questões que devem ser analisadas nos estudos sobre a ruralidade diz respeito a compreender a escala do lugar como espaço de solidariedade. O autor Júlio César Suzuki (2013, p. 633) ressalta que os modos de vida se constituem pelos grupos sociais que criam materialidades e

imaterialidades espaciais, apropriando-se deste, criando praticas territoriais a partir do caminhar histórico do mundo.

Torna-se essencial compreender a conectividade do lugar vinculado ao global, afinal o mesmo está em consonância com o espaço de vida, o cotidiano, as identidades construídas e as próprias mudanças que estes atores estão inseridos e submetidos. Contudo, a medida que estes sujeitos históricos são transformados pela lógica global, ao mesmo tempo, modificam a mesma.

Cada lugar é aqui definido pela sua própria história, ou seja, pela soma das influencias acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantem maior relação com as forças do presente. (SANTOS, 2012, p. 112)

Este lugar, representado pela construção histórica do grupo social, firmado pela identidade materializada no espaço, é fruto de relações construídas com o passar das décadas, ou até mesmo séculos, que se reinventam diariamente a partir das ações no espaço.

Nesta visão, esse processo, ao invés de diluir as diferenças, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Essa âncora territorial seria a base sobre a qual a cultura realizaria a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garantiria a manutenção de uma identidade. (CARNEIRO, 1997, p. 59)

Compreende-se, assim, na atual discussão da ruralidade que o lugar, por mais que o processo de globalização use o discurso da homogeneização, representa a unicidade de cada porção espacial, aparecendo inclusive como uma resistência. O autor Milton Santos (2006, p. 213) ressalta que “cada lugar é, à sua maneira o mundo, criando e recriando resistências ao movimento global. Maria Adélia de Souza (1995, p. 65) nos lembra que quando maior é a “globalidade” maior a individualidade.

O lugar então tende a ressaltar a singularidade, demonstrando a heterogeneidade do espaço. Como destaca Milton Santos, “Os lugares, desse ponto de vida, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo. (SANTOS, 2006, p. 212).

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se

individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p. 218)

É no lugar que o modo de vida rural se cria e reinventa-se cotidianamente, tendo como suporte o espaço vivido, símbolo das relações sociais cristalizadas no tempo. A alma do lugar no espaço rural cria a própria lógica da ruralidade, não pautada na grande propriedade agrícola moderna e exportadora, mas sim no modo de vida tradicional do rural. Eduardo Abdo Yázigi (2011, p. 43) destaca que os sotaques na língua falada, uma culinária tradicional, etc. são aspectos que temperam a vida, pois, certos traços culturais são menos suscetíveis a globalização, mesmo não sendo intocados.

Esta alma criada com o caminhar dos anos sofreu e sofre diariamente incursões que tendem a modificá-la, ou até mesmo extingui-la. Contudo, existe o movimento no qual tradições são mantidas, e, muitas vezes, são estas que dão o suporte necessário para a continuação do rural. Esta continuidade representa um movimento de resistência hoje usado como atrativo turístico.

Para finalizar, defendemos que não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial neste espaço. Na atualidade o rural cria e recria uma série de símbolos que configuram práticas culturais que são reconhecidas como sendo próprias do chamado mundo rural.

Nesse sentido, olhar além das fronteiras estabelecidas até então entre o rural e o urbano é essencial. Devemos redefinir as fronteiras entre o “campo” e a “cidade”, ou, até mesmo, derrubar estas barreiras e criar uma nova forma de olhar este como um *continuum* (CARNEIRO, 1997, p. 59).

Assim, devido a emergência destes múltiplos olhares sobre o rural é que se procura, no próximo capítulo, realizar uma reconstituição histórica-geográfica acerca da ocupação e formação da identidade territorial de um dos principais roteiros de turismo rural do Brasil: o Vale dos Vinhedos, localizado no Rio Grande do Sul. Busca-se, além disso, a partir do supracitado roteiro perceber a estruturação do mesmo e as perspectivas de sua organização para uma discussão e análise *a posteriori* do turismo rural no Brasil.

Capítulo 03

CHEIRAR, OLHAR E VIVER: os vales, os vinhedos e o turismo rural

Figura 09: Esquema síntese do capítulo 03
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

3.1 A paisagem contando uma história: uma análise inicial.

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança [...] ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram. (AB'SABER, 2003, p.102)

A ideia de compreender a paisagem como herança denota que a mesma é entendida a partir da apreensão do mundo e da realidade por meio dos sentidos. Por isso, construímos em nosso imaginário diversas percepções que em conjunto dão significado a paisagem. Podemos então definir que está “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 1988, p. 61) que criam uma ambiência em nosso inconsciente. Como nos relata Paul Claval (2007, p. 81), a visão, audição, odor e gosto compõe elementos que constituem a paisagem além da materialidade.

A partir desta perspectiva defendida pelos autores supracitados, o capítulo três edifica-se para compreender a produção do espaço rural que constitui a formação da região denominada Vale dos Vinhedos. Acredita-se que a observação deste como objeto turístico ocorre a partir do olhar a paisagem e percebê-la de forma material e imaterial.

Ao se pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é precisamente dela que nos chega muito da percepção. [...] é o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz [...]. Para o turista ou para o cidadão comum, ela é objeto de contemplação e dos mais diversos significados. (YAZIGI, 2011, p. 34)

Ao caminhar pelos Vales, torna-se possível aguçar os sentidos ao perceber no ar o cheiro da uva sendo colhida e transportada para as vinícolas, o aroma do mosto oriundo da produção do vinho, saborear a harmonia da culinária italiana, observar as diversas cores ao longo das estações do ano; ou seja, despertar todos os sentidos a partir da ruralidade deste roteiro.

Quando olhamos no horizonte do Vale dos Vinhedos torna-se possível observar os verdes mares da floresta ombrófila que se estende no sentido vertical até a copa da mata de araucárias; ambas mescladas na horizontal com os vinhedos. Além disso, observa-se que a parreira é plantada a partir de um

modo de vida que evidencia a forma como o ser humano se apropriou, produziu e organizou o espaço, não só para a sua reprodução social, mas também para a prática do turismo.

Estes atores sociais apropriaram-se deste recorte espacial e criaram uma identificação com o território, originando signos e símbolos culturalmente enraizados na memória de quem reside neste lugar, despontando hoje como um forte atrativo.

Olhar a paisagem natural do Vale dos Vinhedos é praticamente viajar no tempo. A mesma se localiza na intersecção, e concomitante adaptação, entre dois domínios paisagísticos brasileiros¹⁶ distintos, que carregam consigo as marcas não só da natureza já modificada, mas também das paisagens vitícolas criadas e recriadas materialmente e imaterialmente pelos agentes sociais.

Quando se percorre os caminhos que permeiam os Vales é possível avistar a intervenção humana no espaço, formando um conjunto de objetos que se configuram como rugosidades espaciais, mesclados com uma natureza secundária que não mais representa a sua essência, mas que ainda preserva alguns dos seus aspectos mais marcantes.

Do alto da copa das araucárias, avista-se os vinhedos, as relações sociais e técnicas¹⁷ imbricadas neste território, a forma de plantio (seja em espaldeira ou em latada) e o processo de fabrico do vinho. Estes elementos fazem parte da paisagem material e criam uma ambiência no imaginário social que possibilitou a construção de uma identidade territorial.

Pode-se constatar que a paisagem conta uma história. A mesma é detentora de um simbolismo que poucos conceitos possuem. O palimpsesto discutido por Milton Santos (1996, p. 70) denota com veemência o caráter histórico desta forma de análise espacial. A paisagem, consequentemente,

¹⁶ Por domínio paisagístico, define-se um conjunto de domínios morfoclimáticos e fitogeográficos definido por Aziz Ab-Saber como: “um domínio espacial de certa grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solo, formas de vegetação e condições climáticas-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal”. (AB’SABER, 2003, p.12)

¹⁷ “As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”. (SANTOS, 2006, p. 33)

participa do movimento dialético, principalmente, a partir dos significados e percepções que os seres humanos atribuem a mesma.

Nas palavras de Milton Santos:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim, pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento da paisagem. (SANTOS, 2006, p. 70)

Assim, carregada historicamente de simbolismos que misturam aspectos naturais e sociais, a paisagem vai possuir uma funcionalidade e especificidade na região de estudo. Para tanto, visando uma análise da paisagem do Vale dos Vinhedos, em um primeiro momento, opta-se metodologicamente por “desconstruir” o nome da região, analisando separadamente as duas formas paisagísticas que o compõe: O vale e posteriormente os Vinhedos.

A priori, discute-se a formação do vale enquanto unidade natural a partir da perspectiva de Yázigi (2013, p. 222 – 223):

A natureza continua sendo a eterna fonte onde cientistas, artistas e doentes vão beber, procurar remédios. Ela é um recurso vital que para muitos, não sem razão assume o caráter de santuário. [...] neste tempo em que o consumo nos consome, a única saída válida para tal sufoco está na contemplação da natureza por ser ela uma das poucas coisas que nos coloca em condição passiva.

Para compreender este “santuário” denominado pelo autor, será realizada uma análise das principais características que constituem esta região turística. Posteriormente a este recorte, será debatida a formação dos vinhedos e a história de apropriação destes pelos seres humanos. Esta junção constitui-se como essencial para pensar o turismo, tendo em vista que a identidade turística regional é acentuada pela natureza em conjunto com a identidade local e seus modos de vida que compõe a ruralidade (YAZIGI, 2011, p. 49).

No terceiro momento, origina-se a discussão acerca da formação vitivinícola na área de estudo, visando compreender o processo de constituição da identidade territorial. Todas estas características configuram-se como atrativos turísticos que compõe uma ambiência que desponta hoje na estruturação de um dos principais roteiros de turismo rural do Brasil. Por fim,

discute-se o turismo rural no Rio grande do Sul e a estruturação do planejamento territorial do Vale dos Vinhedos.

Busca-se, com base no caso do Vale dos Vinhedos, demonstrar neste capítulo como este roteiro se estruturou tendo como fundamento a identidade territorial. De tal modo, visamos compreender a partir de um caso concreto se as manifestações identitárias do rural poderiam servir de base para uma política de planejamento do turismo no Brasil.

Desta forma, analisar a estruturação do turismo rural nesta região se apresenta como essencial para entender e a posteriori discutir os percalços e estratégias que vem sendo e que podem ser criadas para planejar o turismo rural, tanto na escala local, regional e nacional¹⁸.

3.2 Os Vales

Analisar a constituição do “Vale dos Vinhedos” como objeto turístico é tarefa complexa, tendo em vista as diversas estruturas que foram criadas e recriadas na região ao longo do tempo. Assim sendo, podemos compreender que a produção do espaço que irá constituir o roteiro supracitado será cunhada com o andar histórico; o mesmo forma-se muito antes deste se tornar um atrativo planejado para o turismo.

O que se evidencia na referida região é que muitos dos aspectos que “saltam aos olhos” dos turistas que se deslocam para o Vale dos Vinhedos constituíram-se antes da interferência dos seres humanos no espaço, os quais vão definir a paisagem natural da região de estudo.

Do relevo a denominada Serra Gaúcha, da mata de araucária a floresta ombrófila mista¹⁹ e dos solstícios e os equinócios; o Vale dos Vinhedos se caracteriza por possuir uma beleza natural única, a qual possui uma exuberância que ainda é preservada (mas constantemente ameaçada) e que se torna um dos principais atrativos para os turistas.

3.2.1 O relevo: a construção denominada Serra Gaúcha!

¹⁸ Estes percalços e estratégia serão analisados no capítulo cinco da presente pesquisa.

¹⁹ Ambas denominações juntas formam a chamada Floresta ombrófila Mista.

De tamanha importância para a população que ali reside e também devido à sua magnitude enquanto formação arbórea, a definição mata de araucária foi atribuída não apenas para uma definição, mas também a uma unidade fitogeográfica, além de uma unidade geomorfológica. O Vale dos Vinhedos está inserido na nomenclatura batizada como “planalto de araucárias” (AB’SABER, 2003, p. 101).

Localizada no planalto meridional (mapa 03), o planalto das araucárias se estende deste o estado do Paraná até a porção norte do Rio Grande do Sul. “Cumprasse assinalar que as araucárias estão vinculadas aos planaltos ondulados da vasta hinterlândia do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde predominam climas temperados úmidos de altitude”. (AB’SABER, 2003, p.102)

Mapa 03 – Rio Grande do Sul: hipsometria da região de estudo.
Fonte: Embrapa 2014. Adaptado pelo Autor.

Um fator que ganha destaque na província geomorfológica denominada Planalto das araucárias são as altitudes elevadas, que variam de 300 metros até aproximadamente 900 metros:

A topografia ondulada no topo, com bordas escapadas e recortadas, resulta do processo de dissecação verificada no sul do Brasil, a partir de alterações climáticas, quando se desenvolveu uma rede de drenagem com maior capacidade de erosão vertical, o que preservou áreas mais elevadas, testemunhos de uma superfície anterior. Estas superfícies mais elevadas servem de divisores de água dos pequenos córregos que correm na direção sul e sudeste para os tributários do Rio Cai, e, na direção norte e nordeste, formando os tributários do rio das Antas. (FALCADE, 1999, p. 37)

O relevo preponderante, somado à paisagem vinícola e a mata de araucária são fatores paisagísticos de excelência para o turismo. Em meio ao planalto de araucárias, é possível observar como o relevo torna-se um denominador determinante na constituição dos vales e na forma de exploração da terra. Os pontos elevados formam verdadeiros divisores de água, os quais se findam como rios no fundo dos vales.

Segundo FALCADE,

As superfícies mais elevadas formam o divisor de águas, numa linha que passa a nordeste da cidade de Caxias do Sul, seguindo pela Cidade de Farroupilha até Garibaldi, quando inflete para o sul. Este patamar termina de forma escarpada a leste e, ao sul, oeste e norte, vigorosamente recortado e festonado pela rede hidrográfica, que formam as bacias do Rio Caí e Rio das Antas, respectivamente. (FALCADE, 1999, p. 35)

As cotas topográficas evidenciam o relevo descrito acima, tendo uma altitude elevada para os padrões brasileiros, possuindo áreas íngremes com inclinação superior a 45°. Logo, podemos aferir que existe uma dificuldade as práticas agrícolas, evidenciando um caráter de adaptação das culturas locais a topografia e ocasionando uma ausência de maquinário de grande porte que auxilie, tanto o plantio, quanto o cultivo das culturas ali existentes.

Em conjunto com sua formação geomorfológica do planalto das araucárias, deve-se salientar a formação geológica do Vale. Esta área é oriunda de um processo que data da era Mesozoica (períodos Triássico, Jurássico e Cretáceo), formando-se a partir da segunda fase da morfogênese do relevo do Rio Grande do Sul²⁰:

A partir de então, a pangeia passou a fragmentar-se, provocando o rompimento da Gondwana que levou a separação da América do Sul e da África com a abertura do oceano atlântico (iniciada a 132 M.a).

²⁰ Para informações acerca da primeira fase da morfogênese do relevo do Rio Grande do Sul VER: SUERTEGARAY e FUJIMOTO, 2004.

Grandes falhas segmentaram o Gondwana, por onde extravasou enorme volume de lavas que formaram sucessivas camadas de derrames básicos e ácidos do planalto meridional do Rio Grande do Sul e adjacentes. (SUERTEGARAY e FUJIMOTO, 2004, p. 17)

Por conseguinte, geologicamente a região do Vale dos Vinhedos localiza-se na batizada serra geral. Ivanira Falcade (1999, p. 34) ressalta que esta região se configura a partir de uma sucessão de derrames magmáticos, dando origem a formações basálticas.

Após a sua formação, com a passagem de um clima seco (característico da antiga Formação Botucatu) para um clima úmido pós-cretáceo, temos a origem dos vales e da drenagem exorréica. Devido a ação intensa do intemperismo e por consequência da erosão ocorre o início da degradação da rocha ali existente, dando origem a um tipo de solo característico desta região; o Latossolo Bruno Intermediário para Latossolo Roxo. Este tipo de solo caracteriza-se por uma coloração avermelhada e pela coloração ligeiramente brunada quando roxo. Os baixos teores de bases trocáveis conferem a estes solos baixa fertilidade natural e os teores de alumínio ocorrem em níveis prejudiciais ao desenvolvimento da maioria das culturas, havendo necessidade de aplicação de corretivos. São muito utilizados para cultivo de soja, trigo, maçã, pastagens e uva.²¹

O planalto das araucárias, como exemplifica o próprio nome, torna-se no contexto do Vale dos Vinhedos um ponto de excelência para a formação da percepção do turismo rural, valendo minimamente uma descrição acerca desta formação fitogeográfica de tamanha importância.

3.2.2 Da mata de araucária a floresta ombrófila mista

As características do relevo e dos solos são propriedades singulares que compõe o domínio geomorfológico e fitogeográfico. No recorte espacial, destaca-se a mata de araucária. Esta possui uma formação imponente, a qual chamava a tenção dos viajantes que por ali passaram muito antes dos primeiros imigrantes italianos se estabelecerem nesta região.

²¹ Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/solos.htm>. Visualizado em: 06 de setembro de 2015.

As referências de Boroa ao pinheiro brasileiro também merecem comentário, nem que seja por sua primazia, pois, antecedem em quase 200 anos a primeira descrição científica da espécie, realizada pelo florentino Antônio Bertoline, 1820, ao dar-lhe o nome de *Colymbea angustifolia*. Mesmo desprovida da terminologia botânica, não resta a menor dúvida sobre a identidade da araucária angustifolia na descrição do jesuíta. (MARCHIOR, 2008, p. 07)

O primeiro relato sobre esta árvore de tamanha importância e imponência para a paisagem turística da área de estudo remonta ao século XVII, o qual tem a primeira descrição em 1632-1634 do jesuíta Diego Boroa.

Em termos de designações, a espécie pode ser apresentada com o nome científico de araucária angustifolia, sendo nativa do Brasil, possuindo uma ampla área de distribuição. Esta árvore apresenta-se como perinófila, com alturas que chegam a aproximadamente 35 metros e, mesclando-se com a fauna, constituindo um elemento importante para a dispersão das sementes (ANGELI, 2003)²²

Aliado à floresta de Araucárias, em um extrato de menor altitude, observa-se a floresta ombrófila. A mesma se apresenta densa, com folhas largas e dependente de grande quantidade de umidade durante o ano, o que não caracteriza um problema visto as condições pluviométricas do Rio Grande do Sul. As matas de araucárias ocorrem na transição entre as matas subtropicais nas regiões com relevos mais baixos. (CONTI e FURLAN, 2003, p. 184)

A união entre a mata de araucária e a floresta ombrófila recebe o nome de floresta ombrófila mista.

Na Floresta Ombrófila Mista, a Araucária angustifolia, que constitui o dossel superior dessa tipologia florestal, é uma espécie que apresenta um caráter dominante na vegetação, representando uma grande porcentagem dos indivíduos do estrato superior e ocorrendo como espécie emergente, atingindo grandes alturas e diâmetros. [...] Essa conífera, sem dúvida, é a espécie mais importante que caracteriza a fitofisionomia dessa formação florestal. (NASCIMENTO, 2001, p. 107)

O mesmo autor ainda acrescenta a distinção entre ambas formações:

Embora Araucária angustifolia apresente predominância no estrato superior da floresta, os estratos médio e inferior possuem grande diversidade de espécies que se regeneram nesse ambiente. Esses estratos são importantes centros de dispersão de um grande número de espécies, principalmente, das

²² Disponível em: <http://www.ipef.br/identificacao/araucaria.angustifolia.asp>. Visualizado em: 06 de setembro de 2015.

pertencentes às famílias Myrtaceae e Lauraceae. (NASCIMENTO, 2001, p. 107)

A partir do exposto, observa-se a concomitante existência no extrato superior da mata de araucária mesclada com os vinhedos e no extrato inferior espécies de plantas menores, com uma grande diversidade de flora e fauna. (Figura 10 e 11)

Figura 10: Mata de Araucária mesclada com os vinhedos.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Figura 11: Floresta ombrófila mista combinada com os vinhedos e a floresta de araucária
 Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

A floresta ombrófila mescla-se com a mata de araucária tendo como extrato emergente inferior: “o angico-vermelho (*paraptadenia rígida*) e a grápia (*apuleia leiocarpa*) [...] além de possuir extratos menores constituindo, assim, uma estrutura bastante variada” (FALCADE, 1999, p. 38).

Além da floresta ombrófila mista (composta por araucárias e extratos menores), destaca-se a Floresta Estacional Decidual, caracterizada pela queda das folhas em uma determinada estação, classificada como caducifoliada, recebendo uma ampla quantidade de luminosidade durante o ano. (FALCADE, 1999, p. 38).

Ressalta-se que estas formações fitogeográficas foram de fundamental importância para o assentamento da imigração italiana e sua consolidação, deste a utilização da mata para a construção de casas que mesclavam os porões de rochas basálticas com a madeira extraída (principalmente a araucária) até o posterior uso para confeccionar pipas voltadas para o armazenamento do vinho. Por isso, a funcionalidade desta formação fitogeográfica foi de suma importância para o estabelecimento dos imigrantes italianos no Vale dos Vinhedos.

De acordo com depoimento de Elias Giordani, o primeiro abrigo foi montado com um lençol ao redor de um pé de açoita-cavalo, onde também foi feita a primeira roça (na propriedade da família Valduga). Posteriormente, as casas foram sendo construídas de pedra, palha e barro que era assentado no interior de treliças de madeira. A araucária (*Araucária angustifolia*) se constituía da principal madeira de trabalho e a mata era abatida por meio de derrubada e queimada. (POLITA, 2006, p. 69)

Além da geomorfologia da região de estudo e de sua peculiar formação fitogeográfica, outra característica que se destaca é relacionada às condições climáticas e pluviométricas da região, contribuindo não só para a produção vinícola, mas também para a construção da anamorfose turística do Vale dos Vinhedos.

3.2.3 Dos solstícios e os equinócios: o clima de “montanha”

Uma das características marcantes desta porção territorial pode ser definida a partir do seu clima: ou seja, a diminuição da temperatura ao sul do trópico de capricórnio, a qual possibilita estações bem definidas, caracterizada em grande parte por temperaturas baixas ao longo do ano.

Destaca-se que, arraigados nesta lógica de diminuição de temperatura e aumento latitudinal, os solstícios de inverno tornam-se mais intensos do que no restante do Brasil. Assim, a porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul possui quatro estações do ano bem delimitadas, predominando a característica de clima temperados úmidos de altitude, o qual possui cortes de temperatura que variam em momentos temporais distintos durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano.

Outro fator reduz a temperatura durante o ano neste domínio paisagístico é a intensa atividade da massa de ar polar, a qual diminui consideravelmente a temperatura da região, principalmente, nos meses de junho, julho e agosto. Os meses anteriormente citados indicam, segundo a APROVALE (associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos) como o período de maior fluxo turístico da região, o qual cria a visão do turismo de “frio”, característico do “clima de montanha”. Mescla-se, assim, as condições climáticas típicas do sul Brasileiro com a geomorfologia de altitude regional.

Neste domínio climático, pode-se destacar que:

[...] se processa, sobretudo, o envelhecimento das massas de ar polar atlântica, fato que abaixa os índices térmicos globais de toda a área (desde o Paraná até Santa Catarina e o nordeste do Rio Grande do Sul). Existem precipitações relativamente bem distribuídas pelo ano inteiro, fato que garante um caráter extensivamente perene para toda a rede de drenagem regional. (AB'SABER, 2003, p.20)

O caráter perene denota que a pluviosidade se mantém distribuída durante o ano inteiro, caracterizando uma homogeneidade pluviométrica. A umidade na região do Vale dos Vinhedos possuiu uma continuidade elevada. (Figura 14)

Mapa 04 – Rio Grande do Sul: Precipitação média Anual.
Fonte: Embrapa, 2015. Adaptado pelo Autor.

Não só existe manutenção pluviométrica regular durante o ano, mas também continuidade da temperatura, não sendo homogênea, mas possuindo média regular, sem alterações bruscas. Durante o ano de 2009, em estudos publicados por MANTELLI, TONNIETO E ZAT: A média térmica do ano variou entre 16,5°C a 19,6°C. A temperatura máxima oscilou entre 21,9°C e 28,0°C e a temperatura mínima entre 12,3°C a 14,2°C. A umidade relativa do ar variou entre 73 e 80% e a precipitação pluviométrica anual manteve-se na casa de 1.758mm a 1.878mm. (MANTELLI, TONNIETO e ZAT, 2009, p. 03). Há, assim,

uma média térmica característica de um “quase absoluto clima mesotérmico do tipo temperado” (NIMER, 1989. p. 195)

Devido a esta diversidade climática, um dos fortes atrativos do Vale dos Vinhedos é o roteiro denominado de “as quatro estações no Vale dos Vinhedos” (figura 12). Esta estratégia de marketing visa demonstrar para o turista as mudanças na paisagem natural e nos vinhedos em todas as estações do ano, variando desde o período da colheita da uva no solstício de verão; passando pela queda das folhas no equinócio de outono; o processo da poda do parreiral no solstício de inverno; e, por fim, o renascer da planta no equinócio de primavera.

Figura 12 – Folder: as quatro estações no Vale dos Vinhedos
Fonte: FALCADE, 2011.

Salienta-se que além deste foco, cada período de solstício e equinócio é marcado por festividades diferentes, as quais tem como objetivo manter elevado o fluxo de visitantes. Por conseguinte, a geomorfologia de altitude, a fitogeografia caracterizada pela floresta ombrófila mista (com destaque para a *araucária*

angustifolia) e a característica climática do Vale dos Vinhedos recriam a noção de paisagem natural juntamente com a ressignificação do espaço rural como natureza “intocada”. Contudo, não só as paisagens naturais constituem o roteiro turístico aqui estudado; a intervenção do ser humano na natureza torna-se um dos imperativos maiores, principalmente a partir dos vinhedos e do processo de fabrico do vinho

3.3 Os Vinhedos

A autora francesa Fabienne Joliet (2005. p. 23) descreve a paisagem vinícola francesa como uma arte, relacionando a simbologia da construção dos vinhedos com a criação de uma paisagem rural típica. Esta é comparada, segundo a autora, a uma obra minuciosa da jardinagem devido a sua beleza e particularidade.

La culture de la vigne dessine un paysage rural original. En effet, de par ses qualités physiologiques, ses exigences agronomiques et les techniques qu'elle requiert, elle est à l'origine d'un portrait de nature sculpté, architecturé, parfois même comparé à l'art des jardins. (JOLIET, 2005, p. 23)

Se a natureza é a grande responsável pela gênese da vinha, os créditos de seu modelamento devem ser dados ao jardineiro por proporcionar tamanha beleza aos desenhos criados pelas parreiras no horizonte. Logo, está paisagem ligada aos vinhedos é criada e recriada pelo ser humano, sendo que é a sua criatividade que vai modifica e desenha o espaço. “Ce paysage et son produit sont tous deux la résultante d'un long apprivoisement entre les hommes et la nature, traduit par un produit et un paysage très ouvragés”. (JOLIET, 2005, p. 23)

A autora supracitada considera a paisagem em uma perspectiva semelhante à do geógrafo Milton Santos (2006. p. 67), o qual parte do pressuposto que a materialidade espacial constitui um conjunto de formas que configuram as sucessivas relações entre o ser humano e a natureza. Além disso, os autores supracitados definem a imaterialidade que este conceito possui, sendo detentora de um simbolismo espacial que reside no imaginário social.

A paisagem vinícola nesta perspectiva se diferencia por possuir de um lado a materialidade criada pela natureza (a videira) e do outro a forma cunhada

pelo ser humano (o conjunto de linhas e curvas regulares ou irregulares que o vinhedo desenha no espaço). Estes dois aspectos configuram-se hoje como uma paisagem única que é utilizada em conjunto com a identidade territorial como um atrativo turístico.

3.3.1 A paisagem vitivinícola

Para compreender a paisagem vitivinícola na região do Vale dos Vinhedos, apresenta-se neste momento duas formas de análise elencadas por FALCADE (2011, p. 119): as tradicionais e as modernas.

Nas paisagens ditas tradicionais:

Verifica-se que todos os vinhedos são conduzidos na forma de latada, variando o elemento de sustentação, o que confere à paisagem formas distintas, às vezes muito significativas. Genericamente, na latada, os vinhedos formam um teto sobre o solo, que só é visto quando as videiras estão sem folhas. (FALCADE, 2012, p. 199)

Observa-se que neste sistema o dossel é horizontal, sendo as videiras alinhadas mantendo-se uma distância que varia de 1,50m a 2,00m. A grande vantagem deste tipo de condução diz respeito a alta adaptabilidade desta a terrenos com declives acentuados, sendo este um dos sistemas mais utilizados na denominada “Serra Gaúcha”. (Figura 13 e 14).

Figura 13 - Sistema de latada.
Fonte: MIELE e MANDELLI, 2015.

Figura 14 - Sistema de Latada no Vale dos Vinhedos.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Uma das características da paisagem vitícola tradicional no Vale dos Vinhedos é a utilização de taipas e pilares para o apoio das videiras. Outra maneira de apoio das parreiras é a partir dos plátanos. Os agricultores plantam

estes nas bordas dos vinhedos, visando utilizar os mesmos como apoio para o parreiral.

Quando o viticultor planta as videiras, ele também planta as estacas de plátanos no entorno do vinhedo. Nos primeiros anos, enquanto o plátano cresce, o vinhedo é sustentado, provisoriamente, por postes de madeira. Após atingir cerca de 4m, o plátano começa a ser podado todo ano, aproximadamente a 2,5m. Quando o plátano tiver um diâmetro de tronco suficiente para suportar o peso da fileira de videiras, o viticultor retira o poste e o cordão de aço começa a ser absorvido pelo tronco. (FALCADE, 2011, p. 199)

A utilização destes tutores vivos (figura 15) torna a paisagem vitícola única, pois, no período do equinócio de outono e a passagem para o solstício de inverno, tanto os plátanos como os parreirais começam a perder suas folhas, deixando estas com uma coloração primeiramente avermelhada e a posteriori amarela até a sua queda por completo.

Figura 15 - Plátanos Utilizados como base para a parreira.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

O segundo “modelo” da paisagem vitícola é caracterizado por FALCADE (2011, p. 210) como moderno. A forma de condução do vinhedo muda de latada para espaldeira, tendo o dossel vertical. (Figura 16 e 17)

Figura 16: Sistema de espaldeira.
Fonte: MIELE e MANDELLI, 2015.

Figura 17: Sistema de espaldeira no Vale dos Vinhedos
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Esta forma de organização do vinhedo é mais característica de áreas menos íngremes, podendo até mesmo ser viável a utilização de maquinários.

A paisagem vitícola moderna [...] ocorre em relevo de encosta suave e os vinhedos são conduzidos na forma de espaldeira, sustentados por postes de madeira ou cimento, formando ondas (verticais). [...] ocorre em relevo plano e os vinhedos são conduzidos na forma de "Y" (livro

aberto), sustentados por postes de cimento nas regiões. (FALCADE, 2011, p. 210)

Joliet (2005, p. 26) classifica estas formas de paisagem como “terrasse de vigne”. Estes terraços de videiras (Figura 18) constituem verdadeiras ondas horizontais em linhas retas que acompanham o relevo. Juntamente com este tipo de posicionamento dos parreirais, destaca-se a videira em paisagem aberta em conjunto com a condução por espaldeira.

Figura 18- Esquema “terrasse de vigne” – Vale dos vinhedos.
Fonte: FALCADE, 2011. p. 211. Adaptado pelo autor.

Desta forma, a viticultura moderna convive com a tradicional. Contudo, a primeira apresenta-se tecnificada e voltada para o aumento da produtividade por hectare de terra plantado. O uso de diversas formas de condução do vinhedo impactou diretamente na paisagem do Vale, pois, mudou-se a disposição dos objetos no espaço.

A paisagem vitícola moderna eliminou outras culturas do interior e do entorno do vinhedo, tendo sido mantidos exemplares de araucárias no interior ou mesmo na margem, mais por força da lei. Desse modo,

nessa paisagem, a tendência é ter poucos elementos emblemáticos. (FALCADE, 2011, p. 210)

Com a expansão desta agricultura modernizada na região do Vale dos Vinhedos, fruto também da modernização do espaço rural, diversos aspectos ligados à particularidade cultural foram desaparecendo em prol do aumento de produtividade e expansão do capital vitivinícola e imobiliário. Uma das características marcantes é a substituição da policultura (característica marcante da imigração italiana) pela monocultura da uva e a intensa urbanização do Vale dos Vinhedos²³.

Ao observar a paisagem do Vale dos Vinhedos ao longo de linhas horizontais, depara-se com uma imersão contraditória do espaço rural; porque, de um lado apresenta-se o modo de produção tradicional do vinho e do plantio de videiras e do outro a evolução da modernização da agricultura, das técnicas voltadas para o plantio da uva e produção do vinho.

Após a análise das rugosidades vitivinícolas associadas à disposição das videiras e a forma como estas são criadas e recriadas pelos seres humanos, cabe analisar o papel histórico da colonização italiana no Vale dos Vinhedos a partir do denominado processo de des-re-territorialização.

3.4 O processo de formação histórica dos imigrantes italianos no Vale dos Vinhedos

A região denominada Vale dos Vinhedos possui sua formação histórica relacionada à imigração italiana, tendo sua gênese a partir do ano de 1875. A lógica a qual os imigrantes estão inseridos pode ser definida a partir do processo de desterritorialização e reterritorialização. Acredita-se ser essencial compreender como os referidos imigrantes se apropriaram deste espaço e os motivos que os levaram para realizar este movimento horizontal para o Brasil no final do século XIX.

3.4.1 A desterritorialização e a reterritorialização

²³ O processo de urbanização do Vale dos Vinhedos será analisado no Capítulo 05.

O século XIX é caracterizado pela expansão da revolução industrial, a qual acarretou profundas mudanças na organização espacial de vários países europeus, culminando com processo de êxodo rural e crescimento desordenado das cidades. Esta condição²⁴ resulta em reflexos significativos em outras partes do mundo.

O fim do regime feudal, a urbanização, a mecanização da agricultura e a desvalorização da produção camponesa são algumas das características que ocasionaram o movimento de desterritorialização dos agricultores que foram atingidos pelas transformações do processo de modernização.

Podemos compreender que a ideia da desterritorialização está ligada a um movimento constante do tempo.

A terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização in loco, pelo qual ultrapassa todo território: ela é desterritorializante e desterritorializada. Ela se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território, lagostas que se põem a andar em fila no fundo da água, peregrinos ou cavaleiros que cavalgam numa linha de fuga celeste. (DELEUZE e GUATARRI, 1993, p. 109)

Consequentemente, a lógica deste conceito corresponde a um processo no qual o indivíduo ou grupo de indivíduos por algum motivo são “compelidos” a abandonar o seu território, abrindo mão de vínculos históricos que até o momento se estabeleciam neste espaço delimitado a partir de relações de poder. O movimento de desterritorialização, doravante, culmina por modificar o *ente* em sua essência.

Este ser humano agora modificado cria uma simbologia sobre um novo recorte espacial, mantendo ainda vínculos com o primeiro processo de territorialização. Logo, torna-se imprescindível considerar o movimento de desterritorialização e reterritorialização como processos que modificam as identidades territoriais constantemente.

Para compreender este movimento, torna-se essencial analisar o mesmo a partir da ideia de des-re-territorialização. O autor Rogerio Haesbaert (2012, p. 127) vai destacar que de maneira simples, podemos encarar o processo de desterritorialização como a perda de um território e a reterritorialização como a construção de um território.

²⁴ Trato como condição, pois esta mudança não foi estabelecida como opção aos agricultores, mas sim como a única forma de “escapar da pobreza”.

A partir desta perspectiva, podemos pensar este movimento tendo como base o conceito de ritornelo elencado por DELEUZE e GUATARRI (1997, p. 76), o qual faz referência ao constante ir e vir do processo construção e destruição de territórios.

Ao aprofundar a discussão, observa-se que a lógica elencada do ritornelo está vinculada ao movimento incessante da des-re-territorialização. Trata-se da ideia do “ora, ora, ora”. Ora um aspecto... ora um outro... e ora ainda um outro... (DA COSTA, 2011, p. 03). Os autores, se utilizam deste conceito para demonstrar que a vida é movimento incessante no espaço de destruição e reconstrução territorial.

Ao inserir a lógica do movimento na discussão acerca do processo histórico da imigração italiana, denota-se que a mesma possui uma identidade territorial fruto não só de uma desterritorialização da população da Itália, mas também constituída a partir da reterritorialização deste grupo no Brasil. Este movimento incessante criou hibridismo espacial, no qual convivem elementos de ambos os países em constante transformação.

3.4.2 Desterritorialização e a Emigração italiana para o Brasil.

Para entender a imigração é necessário compreender o porquê da desterritorialização de grande contingente populacional. Primeiramente, a expansão do progresso técnico e suas consequências sobre a agricultura e agricultores camponeses:

A aplicação da ciência à tecnologia, que resultou no surgimento da máquina, teve como efeito o aumento da produtividade do trabalho. [...] Ao produzir mais em menos tempo, intensificando o ritmo de trabalho, a máquina barateia não só a mercadoria, mas o próprio valor do trabalho. (PESAVENTO, 1983, p. 18)

A autora caracteriza as mudanças nas propriedades baseada em uma agricultura de subsistência/autoconsumo, que valoriza o trabalho familiar com a comercialização somente do excedente, para uma agricultura totalmente atrelada ao capital e a comercialização: “Como norma geral, a industrialização pressupõe a completa separação entre capital e trabalho, o assalariamento, o progresso técnico” (PESAVENTO, 1983, p.14).

A Itália, no século XIX, passava por intensas mudanças políticas e territoriais, de modo que a revolução industrial, que estava no seu auge, provocou a reorganização espacial do campo e das cidades a partir da lógica da produção do capital.

Com a industrialização da agricultura, aumentou-se a produtividade da terra, todavia diminuiu-se a o contingente de mão de obra necessária para realizar este processo. Este caráter da agricultura moderna, acompanhado de uma série de transformações políticas (unificação da Itália, por exemplo) e econômicas, levou a uma fuga dos campos para as cidades; movimento migratório que gerou uma mão de obra excedente nos espaços urbanos se transformando em um problema social para o país.

Após a unificação italiana em 1871, permaneceram grandes problemas, levando muitos indivíduos à condição de miséria e à fome. De acordo com Cerqueira (2003, p. 04)

Camponeses italianos fugiram do desgaste do solo, das expropriações de terras, do orgulho ferido por décadas de domínio austro-húngaro no norte da Itália. Sonhava-se com liberdade, com uma pequena porção de terra. O sonho de fazer a América era também de construir uma outra Itália com dignidade.

É neste contexto histórico que o Brasil é inserido como foco de uma possível reterritorialização desta população até então parcialmente desterritorializada. Uma das soluções que se figurava para esta situação que estava chegando ao seu limite para a sociedade italiana era a emigração em massa para este “novo mundo”.

3.4.3 Reterritorialização e a imigração italiana no Brasil

*Merica, Merica
Cossa sarálo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica
L'è un bel mazzolino di fior.
GIUST, Angelo.*

A canção Merica, Merica, Merica, de Angelo Giust²⁵ retrata de maneira marcante o processo de deslocamento horizontal desta população para o Brasil,

²⁵ Oficialmente reconhecida como hino da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul – Lei nº 12.411 de 2005.

configurando o princípio da reterritorialização que estava em processo. A música demonstra as angústias passadas por estes migrantes que mal sabiam qual seria seu real destino.

Em pleno refrão, o que “salta aos olhos” é a frase: *Cossa saràlo ‘sta Merica?* Esta indagação nos remete a agonia de um real sentimento de perda do território que assolava estas pessoas que para este “novo” mundo se dirigiam. Como ressalta HAESBAERT (2012, p. 131), “não nos desterritorializamos sozinhos, mas sim em grupo”, sendo este processo agonizante devido a uma história deixada para trás em conjunto com a esperança de uma nova forma de organização que se aproxima.

Os imigrantes, neste processo, ao chegarem nestas terras desconhecidas reterritorializam-se e sofrem com as significativas mudanças no que concerne à organização do espaço rural deste país.

No Brasil, diferente do problema italiano da emigração, as dificuldades com relação à organização espacial eram outras: já existiam as grandes propriedades de terras, monocultoras de exportação e de base escravocrata. Contudo:

O capitalismo não admitia a escravidão, porque este não forma um mercado consumidor. Ele recusa também o domínio físico sobre a pessoa do trabalhador, atendendo-se apenas a compra da força de trabalho, e deixando ao trabalhador os cuidados com a subsistência e o sustento da família. (DE BONI e COSTA, 1984, p.85).

A questão principal no que concerne a substituição da mão de obra escrava pela assalariada se apresentava devido à forte influência da Inglaterra sobre o país, praticamente obrigando a mudança. A elite cafeeira dividida por estas ideias adotou a imigração como solução para os problemas; afinal, o preconceito estava embutido em nossa elite e tornar o escravo um trabalhador assalariado estava praticamente fora de cogitação. Dessa maneira, a imigração no Brasil opera dentro de um contexto de conflitos ideológicos, onde de um lado tínhamos a mão de obra escrava e do outro, substituição dessa por colonos²⁶ que seriam assalariados.

²⁶ No sul do Brasil, segundo Seyferth (1990, p. 25) “o termo colônia designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. ” No caso do recorte empírico desta pesquisa, os termos colônia e colonial se

A Inglaterra, país que lucrou durante séculos com o contrabando de negros e índios escravos para diversos países, passava por um impasse: o processo pelo qual este país havia se capitalizado deveria ser abolido para que emergisse uma nova forma de exploração: era necessário a penetração do capital nas relações sociais de trabalho.

O Brasil, pressionado pela Inglaterra, concentra-se, então, na substituição dessa mão de obra pela assalariada. Esta mudança de estrutura é lenta e gradual, levando mais de meio século para ser efetivada. Dessa forma, a substituição da mão-de-obra escrava ocorre de forma conservadora, buscando agradar os desejos da elite cafeeira. Neste contexto, os primeiros imigrantes italianos chegam a São Paulo para trabalhar na lavoura de café formando o chamado colonato paulista. Além deste ponto de chegada, parte destes imigrantes que possuíam um mínimo de capital deslocam-se para a região sul do Brasil em busca da propriedade privada e uma nova vida.

3.4.4 A imigração Italiana no Rio Grande do Sul

A imigração italiana tem seu maior movimento a partir de 1875. Conforme nos relata DE BONI e COSTA (1984, p. 65), não se sabe ao certo a data precisa de quando o império tomou para si a empresa de colonização. Contudo, tem-se como data oficial da imigração italiana o dia 20 de maio de 1875.

Os arquivos são omissos a este respeito. Não há dúvida, porém, quanto a presença de colonos italianos já antes de 1875, disseminados pelas outras colônias da província. (...) Dados do governo provincial revelam que entre 1859 e 1975, teriam entrado no Rio Grande do Sul cerca de 7290 italianos. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 65)

Devido ao momento histórico no qual está população está inserida, a mesma já se enquadrava na denominada Lei de Terras²⁷ de 1850. A partir desta Lei ficam proibidas as doações de propriedades por parte do Estado. Assim,

referem, simultaneamente, às áreas de colonização europeia não portuguesa e ao caráter familiar camponês das propriedades rurais. Já os colonos são os residentes da colônia.

²⁷ BRASIL, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Art. 1º - ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

existe a obrigação de compra, evidenciando neste momento, o início das relações de capital entre o imigrante e o governo provincial e imperial.

Desta forma, a referida lei determinava que os lotes fossem vendidos ou financiados aos imigrantes. No segundo caso, estes teriam prazo máximo de cinco anos sem juros para quitar a dívida.

Com estas relações de compra e venda de terras e a condição de baixa capitalização dos imigrantes no Rio Grande do Sul, a colonização se dá de forma diferenciada do restante do território sulino: se na porção sul, a base da agricultura era representada pelo latifúndio pecuarista e, também, pela presença das charqueadas; na porção nordeste têm-se o estabelecimento de pequenos lotes de terra, mudando a estrutura da organização territorial. De BONI e COSTA (1984, p. 83) relatam que a imigração italiana modifica a estrutura produtiva, contrapondo-se ao modelo até então encontrado no Brasil. A imigração italiana ira se organizar em pequenas propriedades policulturas baseadas na mão de obra familiar. Está diferente organização territorial, baseada em propriedades de pequenas dimensões físicas, estava voltada para produção de bens para o autoconsumo das famílias de imigrantes e para abastecer o mercado interno.

Os imigrantes, em um primeiro momento, enfrentaram muitas dificuldades, lutando contra a floresta ombrófila mista fechada; todavia tiveram vantagens em relação aos índios, pois, possuíam o título da terra legitimado pelo Estado.

Os colonos se dedicaram à produção de milho, trigo e uva. O milho voltado para a alimentação de animais domésticos e para o consumo humano (depois de transformado em farinha, usado para elaborar a “polenta”); do trigo utilizava-se a palha para fazer cestos e o grão para farinha; e a uva para o fabrico do vinho voltado para o consumo doméstico e, posteriormente, como um dos responsáveis pela industrialização e ampliação da estrutura comercial desta região.

No território nacional, permeava a ideia que a imigração abasteceria o mercado interno, podendo voltar o ciclo do café essencialmente para a exportação. Contudo, este objetivo, principalmente no sul do país, no início não teve êxito devido às condições de trabalho e a ausência de redes de integração para o transporte. Os imigrantes tiveram que derrubar as matas para instalar as lavouras e suas residências.

A configuração territorial das colônias de imigração possui importância na medida em que vai influenciar, a posteriori, na formação das cidades e na matriz produtiva da região norte do estado do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região. (PANIS, 2007, p. 59)

Somente a partir da urbanização e industrialização de Porto Alegre é que a comercialização com os italianos começa a ganhar maior importância. Os italianos eram hábeis comerciantes e após a expansão da indústria na capital começam a ligar-se a esta cidade por diversos modais, abastecendo o mercado com produtos produzidos pela agricultura familiar (VALDUGA, 2011, p. 104). A partir desta comercialização, teremos a valorização da vitivinicultura e, posteriormente, a sua especialização para o mercado regional e nacional.

Destaca-se também que os imigrantes que foram deslocados para a porção sul do país, mais especificamente ao que se trata do Rio Grande do Sul, foram instalados (na sua grande maioria) na região fisiográfica da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. “Escolheram a serra gaúcha, especificamente a região do campo dos bugres em decorrência de sua localização: eram as terras mais próximas da capital”. (CERQUEIRA, 2003, p. 3). Além da “serra gaúcha”, os imigrantes se deslocaram para outras áreas do estado do Rio Grande do Sul, tendo como destaque, respectivamente: A colônia de Silveira Martins, localizada hoje no município de Santa Maria; e a colônia Maciel, localizada no município de Pelotas (mapa 05).

Primeiras Colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul

Mapa 05 – Rio Grande do Sul: Colônias de Imigrantes Italianos.

Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2013.

3.4.5 O Vale dos Vinhedos e a imigração Italiana.

Como já salientado anteriormente, a imigração italiana no Rio Grande do Sul possui uma característica peculiar com relação a estrutura produtiva do espaço rural gaúcho. De um lado predominava a monocultura voltada para a exportação e do outro a pequena propriedade familiar, a policultura para o abastecimento familiar e regional.

Inserido nesta lógica, o Vale dos Vinhedos tem sua constituição a partir do ano de 1876, com as primeiras famílias de imigrantes italianos que desembarcavam em Porto Alegre e acabavam sendo deslocados para as Colônias Conde D'EU e Dona Isabel.

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Vale dos Vinhedos, provenientes de Trento, foram as famílias Valduga, Festa, Longhi e Panno, que se instalaram na Linha 6 da Leopoldina, em 1876, na então colônia Dona Isabel. No Brasil, chegavam a Porto Alegre e de lá eram enviados a Barracão, sendo posteriormente encaminhados a Bento Gonçalves. (POLITA, 2006, p. 69)

Segundo entrevista feita com um proprietário durante uma visitação, sua família chegou no Vale dos Vinhedos no ano de 1876, oriundo da região norte da Itália, mais especificamente da cidade de Rovereto. Ainda de acordo com o entrevistado, o patriarca da família chegou no Brasil com um filho de 4 anos de idade; houve uma grande dificuldade para se instalar, devido, principalmente, à grande inclinação do terreno e a existência de muitos animais nativos (principalmente onças). Destaca, porém, que os imigrantes se utilizavam de muitas das características naturais da região para a sobrevivência. A partir do barro e do basalto em comunhão com a araucária criou-se condições para a construção das casas. Estas tinham um porão a base de basalto (no piso inferior), utilizado no primeiro momento da colonização como estrebaria (os animais à noite, por ficarem no piso inferior aqueciam a casa durante o inverno) e posteriormente para a fabricação do vinho e hoje como atrativo turístico. No piso superior, construído com a madeira da araucária, se estabeleciam os aposentos da família.

A distribuição de terras no Vale dos Vinhedos seguiu a mesma perspectiva já mencionada da imigração italiana; pequenos lotes voltados a policultura. Estes eram divididos a partir de léguas que posteriormente eram desmembrados em travessões, variando cada lote com um tamanho de 25 a 30 hectares.

Por todo o sul do Brasil, o tamanho médio da propriedade de um colono da mata é de 25 a 30 hectares. É de surpreender como a maioria dos colonos e até agrônomos aceitam este tamanho, sem sequer duvidar da sua justificação e sua conveniência. Na minha opinião, uma propriedade de 25 a 30 hectares é excessivamente pequena para a aplicação do sistema de rotação de terras, especialmente em regiões montanhosas. (WAILBEL, 1958, p.239)

Doravante, a partir destes lotes coloniais é que se estabelecem, no Vale dos Vinhedos as famílias. FALCADE (2010, p. 226) vai destacar que não se sabe com precisão a orientação correta dos lotes coloniais originais da primeira colonização. O que se encontra nas prefeituras são croquis e desenhos sobre gênese da ocupação. Ressalta-se que, com muito esforço, a pesquisadora e Professora da UCS (Universidade de Caxias do Sul) Ivanira Falcade, em conjunto com uma equipe de diversos profissionais, confeccionou um mapa no qual podemos visualizar os primeiros lotes coloniais na região de estudo.

Mapa 06: Vale dos Vinhedos – Distribuição dos lotes coloniais.
 Fonte: FALCADE, 2011, p. 227.

Após a distribuição dos lotes coloniais, observa-se concomitantemente a formação do primeiro processo de constituição dos núcleos coloniais. A autora SEYFERTH (2009, p. 48) analisa que em cada núcleo colonial era previsto um povoado, uma sede administrativa a partir da qual se demarcavam as principais linhas.

Com a formação dos núcleos coloniais, temos a passagem de uma identidade ligada ao Emigrante, calcada no processo de desterritorialização, para a formação de uma reterritorialização e doravante a construção de um novo processo de identificação: o colono.

Observa-se que, mesmo sendo denominado de imigrante, surge a nomenclatura o colono da “serra gaúcha”. Este processo de transposição identitária é explorado por VALDUGA (2011, p. 95) quando discute o processo de identificação, afirmação e posterior consolidação não mais de uma identidade individual, mas sim de uma identidade coletiva, sendo esta a base para um processo de reprodução socioespacial.

Há muitos relatos que mostram a conversão do imigrante a colono e em todos pode ser percebida a vinculação comunitária relacionada à linha ou picada (termos usados como sinônimos), construída pela noção de sociabilidade, e também o destaque simbólico dado à propriedade familiar como resultado da domesticação da floresta. Nesse sentido, a categoria colono é usada positivamente, sugerindo um estilo de vida marcado pelo trabalho árduo realizado em família, em um espaço preciso, o lote colonial. (SEYFERTH, 2009, p.55)

Esta conversão origina o “modo de vida do colono”, pautado na policultura e na pequena propriedade. Assim, consolidados territorialmente, os denominados “colonos” criam vínculos entre si, os quais contribuem para a manutenção e reprodução social da cultura local. Um exemplo claro de sociabilidade é representado pelo denominado “filó”.

Os filós são um dos aspectos da vida social das comunidades. Desempenham papel importante no conjunto das atividades dos grupos. São reuniões de pessoas da comunidade, em que também eram difundidas notícias vindas por meio das cartas, enviadas por parentes e amigos que ficaram na Itália. Fazem parte da cultura italiana e foram os primeiros imigrantes que trouxeram esse costume para o Brasil (GOMES, 2010, p. 31)

Outras práticas de sociabilização e identificação ficam evidentes; entre elas destaca-se o jogo da “mora” e o dialeto “vêneto”. A partir desta perspectiva, seguindo a lógica anteriormente citada do autor Rogério Haesbaert (2007, p. 128), o qual vai destacar que “jamais nos desterritorializamos sozinhos” (HAESBAERT, 2007, p.), podemos afirmar que nunca nos reterritorializamos sozinhos. Logo, a sociabilidade se tornou no Vale dos Vinhedos uma das formas de identificação não somente relacionada a cultura, mas também a um espaço de pertencimento. Os jogos, as crenças religiosas, o dialeto, entre outros, nos remetam a uma territorialidade que vem sendo criada e recriada no Vale dos Vinhedos historicamente.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão o território econômico. (HAESBAERT, 2007, p. 72)

Esta simbologia criada oriundo do processo de colonização serviu de base para constituição de uma identidade territorial que se relaciona não somente as práticas trazidas e reconstruídas pelos imigrantes, mas também as originadas no Vale dos Vinhedos. Entre elas, destaca-se o plantio da uva e a produção de

vinho, práticas que contribuíram para a construção do imaginário do rural e que hoje são utilizadas como atrativos turísticos.

Desta forma, demonstra-se que o movimento migratório para o Rio Grande do Sul pode ser caracterizado pela criação de territórios e de territorialidades. No Vale dos Vinhedos, este foi um processo muito significativo, sendo marcado pela presença de imigrantes italianos.

Por conseguinte, o vinho passa a ser possuidor de um poder simbólico que se constitui como uma referência na cultura local e nacional, remetendo a lembranças de outros territórios e, até mesmo, a outro espaço/tempo. Logo, para compreender a importância do vinho enquanto símbolo cultural, remonta-se a partir do próximo tópico, a evolução da produção vinícola no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região do Vale dos Vinhedos.

3.5 A Produção vinícola e a identidade territorial

Quando analisamos o histórico da imigração italiana no Brasil, invariavelmente nos deparamos com a produção vinícola. Por conseguinte, este processo é carregado de símbolos e significados que permeiam grande parte do tecido social da região do Vale dos Vinhedos.

A vitivinicultura constitui-se como um dos principais aportes regionais que configuram a identidade territorial, desde o processo de plantio da uva até as barricas onde o vinho é envelhecido. Assim, pensar no turismo rural na região do Vale dos Vinhedos nos remete a necessária discussão sobre a produção vitivinícola.

3.5.1 A produção vitivinícola no Brasil

. No Brasil, a vitivinicultura teve seu início com a colonização portuguesa. O primeiro colonizador a introduzir a vitivinicultura neste país foi Martin Afonso de Souza, em 1532. “Martin Afonso de Souza, em 1532, levou as videiras da Ilha da Madeira, em Portugal, ao Brasil, onde foram plantadas inicialmente por Brás Cubas no Litoral paulista e depois na região de Tatuapé”. (VALDUGA, 2007, p. 21)

A introdução desta atividade ocorre a partir do litoral brasileiro, principalmente no estado de São Paulo, como afirma Gabriel Soares de Souza, no tratado descritivo de 1557:

Na capitania de São Vicente porque não tem formiga que lhe faça nojo, onde há homens que colhem já a três e quatro pipas de vinho cada ano, ao qual dão uma fervura no fogo por se lhe não azedar o que deve de nascer das plantas. (SOUZA, 1587, p. 166)

Além disso, neste tratado descritivo, o próprio autor ressalta como a introdução dos vinhedos se expandia por toda a capitania.

Das árvores a principal é a parreira, a qual se dá de maneira nesta terra, que nunca lhe cai a folha, se não quando a podam que lhe lançam ora; e quantas vezes a podem, tantas dá fruto; e porque duram poucos anos com a fertilidade, se as podam muitas vezes no ano; é a poda ordinária duas vezes para darem duas novidades, o que se faz em qualquer tempo do ano conforme ao tempo que cada um quer as uvas, porque em todo o ano madurecem e são muito doces e saborosas, e não amadurecem todas juntas; e há curiosos que têm nos seus jardins pé de parreira que têm uns braços com uvas maduras, outros com agraços, outros com frutos em flor e outros podados de novo; e assim em todo o ano têm uvas maduras, numa só parreira; mais não há naquela terra mais planta que de uvas ferais e outras uvas pretas, e não há nessa terra muitas vinhas é por respeito das formigas, que em uma noite dão numa parreira, lhe cortam a folha e fruto e o lançam no chão; pelo que não há na Bahia tanto vinho como na ilha da Madeira. (SOUZA, 1587, p. 166).

Ao longo da história da colonização, os vinhedos continuaram a se proliferar pelo território nacional, geralmente como uma atividade secundária nas propriedades rurais. A variedade de uva mais utilizada era *Isabel*, uma uva híbrida natural oriunda do cruzamento genético de duas outras variedades: *vitis labrusca* e *vitis vinífera*. Esta uva possui fácil adaptação aos ecossistemas tropicais e subtropicais e uma grande produtividade, originando vinhos de mesa, geleias, sucos, vinagres, etc.

Permeando a história da vitivinicultura brasileira, percebe-se uma grande dificuldade em identificar o processo de implantação e desenvolvimento da vitivinicultura no âmbito nacional. O processo de constituição deste setor no Brasil ganhara maior importância a partir do contexto histórico da chegada de imigrantes italianos para o estado de São Paulo e principalmente no Rio Grande do Sul.

3.5.2 A vitivinicultura no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, como relata Valduga (2011), “a videira foi introduzida por volta de 1626 pelo jesuíta natural de Buenos Aires, Roque Gonzales que, em São Nicolau, na fase que antecedeu os sete povos das missões, plantou videiras”. (VALDUGA, 2011, p. 91)

Esta é uma das hipóteses de introdução da videira no Rio Grande do Sul. O fato é que não era interesse da Coroa Portuguesa incentivar a policultura nas suas colônias, logo, o cultivo foi proibido no período de 1500 a 1822. Não obstante, esta restrição não foi decisiva para impedir o cultivo doméstico, nos quintais das propriedades rurais e urbanas.

Em meados de 1820, Auguste Saint-Hilaire, no seu livro “Viagem ao Rio Grande do Sul” descreve a produção vinícola em Porto Alegre: “A vinha medra muito bem, há quem fabrique vinho, mas de qualidade inferior e sem aceitação”. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 54)

Ainda, descrevendo a questão vinícola no Brasil neste período histórico, o autor critica o governo por não oferecer estrutura para a expansão da produção neste país.

A implantação generalizada do hábito de beber qualquer qualidade de vinho, entre os brasileiros, seria, pois, um verdadeiro benefício e, por consequência, o Governo devia encorajar, por todos os meios possíveis, o plantio da vinha e a fabricação do vinho nas regiões do Brasil onde possa haver esperança de sucesso. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 54)

O relato do autor especula que existia no Brasil uma potencialidade para produção vinícola, a qual deveria ser explorada pelos colonizadores. Não obstante, o incentivo não se concretizou devido à concorrência que esse enfrentaria com os vinhos portugueses. SAINT-HILAIRE (2002, p. 54) observa que a vitivinicultura se dava de forma artesanal, em pequena escala e voltada para a população mais carente, tendo em vista de que a parcela da sociedade melhor estabelecida economicamente tinha preferência pelos vinhos portugueses.

O desprezo pela produção nacional era compreensível partindo do pressuposto de que o Brasil se tornava um grande importador do vinho português. O aumento da produção ocorre somente a partir da chegada dos imigrantes europeus não portugueses ao Rio Grande do Sul, principalmente alemães, italianos e franceses.

O vinho era o principal produto importado pela Brasil colônia e sua importação atendia à demanda da elite econômica e cultural na época. A importação de vinhos somente começou a declinar depois de 1850, a partir da chegada de imigrantes italianos, inicialmente em São Paulo para o trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul. Esses imigrantes começaram a cultivar videiras em maior escala. (VALDUGA, 2011, p. 92)

Diversas foram as etnias que tentaram produzir vinhos no Rio Grande do Sul, principalmente franceses na região de Pelotas (GRANDO, 1987, p.1), os alemães no centro do estado (FURTADO, 2003, p. 131) e, por fim, os italianos em diversas regiões. Contudo, o aumento exponencial da vitivinicultura no Rio Grande do Sul se dá, de fato, pela presença da imigração italiana nas colônias localizadas na porção nordeste deste estado.

3.5.3 A produção vitivinícola no Vale dos Vinhedos.

A autora Ivanira Falcade (2011, p. 76) divide a produção de vinho na Serra Gaúcha em quatro grandes períodos: a policultura (1875 a 1920); o período da monoculturação da videira comercial (1930 a 1960); o período da especialização da viticultura (de 1970 até fim dos anos 1980/meados dos anos 1990); o período do aumento do número de pequenas vinícolas, especializadas em vinhos finos (1990 *circa*) até os dias atuais.

A partir desta periodização, demonstra-se que cada momento histórico carrega consigo traços do sistema temporal que modificou a organização territorial e paisagística da região. Milton Santos (1988, p. 08) analisa que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel no espaço.

A cada sistema temporal, muda-se as variáveis e os sujeitos históricos se adaptam a tais mudanças. A importância e os elementos espaciais tendem a mudar de significado dentro do modo de produção, variando ao longo do passar do tempo. No primeiro recorte temporal analisado por FALCADE (2011, p. 76), o processo de constituição da vitivinicultura começava a se formar e inserir-se na lógica local, ressignificando toda a estrutura comercial da região.

Pode-se denominar este período como a gênese do processo de produção vinícola. Dentre várias culturas no Vale dos Vinhedos, a videira seria somente mais uma variável inserida no processo de reprodução territorial. A

difficuldade imposta pela localização geográfica e o isolamento desta população com relação aos centros urbanos também se evidenciava como um empecilho para a possível especialização de alguma cultura.

Com o passar histórico, já na primeira década do século XX, observa-se a valorização de uma cultura em relação as demais. Ressalta-se que cada lugar, atribui um valor diferente a determinados atributos espaciais (SANTOS, 1988, p. 08). Este valor particular possui uma simbologia histórica; no caso dos imigrantes italianos está relacionado ao cultivo da videira, a colheita da uva e o fabrico do vinho.

O vinho na área de colonização italiana foi produzido, inicialmente, para consumo doméstico e mais tarde começou a ser comercializado, especialmente pela melhoria das estradas e dos transportes com a expansão comercial da colônia. [...]a motivação para essa especialização tem origem em diversos fatores, entre eles, destaca-se o domínio tecnológico do cultivo da videira por um número significativo de imigrantes, e outro, de natureza econômica, o incentivo do estado na especialização produtiva, já que a policultura havia sido incentivada em todos os estados da Federação e que, num futuro, haveria competição. (VALDUGA, 2011, p. 101)

Conforme o autor supracitado, podemos analisar que se encaminhava a produção para uma nova fase da vitivinicultura. Assim sendo, vários aspectos devem ser mencionados com relação ao fim deste período e a transição para o próximo. O estado, analisando uma possível reterritorialização destes imigrantes a partir da vitivinicultura, emerge como um dos propulsores deste segmento. As políticas públicas eram responsáveis pelos ensinamentos e por dinamizar a economia do Vale, tendo como grande impulso a chegada da ferrovia.

O colono imigrante, continuou a fomentar a atividade, e 1910 foi o ano mais marcante da década, especialmente pela chegada da ferrovia na região. No dia 09 de dezembro de 1910, foi inaugurada a estação férrea Santa Luiza, no distrito de Carlos Barbosa, em Garibaldi. (VALDUGA, 2011, p. 107)

Consequentemente, “O Estado desempenhou um papel central no fomento a vitivinicultura e pode-se sugerir que foi o principal agente” (VALDUGA, 2011, p. 107). A melhora na logística modal de transporte juntamente com o surgimento de agroindústrias e pequenas vinícolas aumenta a área plantada da uva e a produção de vinhos.

O segundo momento é a evidência de que cada lugar escolhe seu produto a partir de características históricas da população que ali está inserida. Este

recorte temporal é caracterizado pelo abandono do sistema de policultura como o “norte” das propriedades para um sistema de monocultura da uva.

É o período do paulatino processo de abandono da diversificação dos cultivos, especialmente, os temporários, como os cereais, e do crescimento da monocultura comercial da videira, da década de 1930 aos anos 1960. Nele, a viticultura adquiriu mais importância e variedades viníferas e híbridas foram disseminadas, principalmente, pelo esforço das Estações de Viticultura e Enologia. (FALCADE, 2011, p. 79).

Neste período histórico, ocorre a alteração da legislação sanitária em âmbito nacional e estadual, o que dificultava a comercialização do vinho artesanal. Esta nova legislação serviu como base para a instalação e sobrevalorização das vinícolas de médio e grande porte em detrimento das vinícolas menores que, ou se adequavam a legislação ou simplesmente eram obrigadas a fechar as portas. José Vicente Tavares do Santos (1978) em seu livro “colonos do vinho” vai destacar esta situação e a posterior subordinação do pequeno produtor rural a grande indústria vinícola.²⁸

A expansão da grande indústria vinícola é acompanhada por uma pequena especialização produtiva, proposta por iniciativas privadas e novamente por políticas estaduais. No ano de 1929, é criado o Sindicato do Vinho, o qual visava uma maior mudança na legislação, tanto no que concerna a produção, como também no armazenamento do vinho. Muitos dos pequenos produtores não possuíam condições econômicas necessárias para se integrar e esta nova logística produtiva, abandonando a produção.

Uma das facetas mais interessantes neste processo são as estratégias criadas pelos agricultores na tentativa de manutenção do vínculo com a produção de vinhos. Entre elas, destaca-se a criação de cooperativas como a Aurora e a vinícola Garibaldi.

Podemos observar então as relações de solidariedade em prol da tentativa de não perder o vínculo com a produção vinícola. “De fato, o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço a história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos da solidariedade entre ambos” (SANTOS, 1996, p. 34).

²⁸ Mais informações ver: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, Os Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucnec. 1978.

Na divisão do trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada de dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura (SANTOS, 1996, p. 34). Esta solidariedade evidencia-se como uma estratégia de reprodução socioterritorial no espaço. “A Solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização” (SANTOS, 1996, p. 34).

A sucessão de eventos superpostos correspondem a conexão entre a movimentação em prol da organização socioprodutiva e a tentativa de dar continuidade a uma prática cultural histórica. As vinícolas cooperativas e particulares surgem ligadas a esta premissa.

Além disso, neste momento, mudanças de ordem estruturais começam a emergir. Ivanira Falcade (2011, p. 82) vai analisar as mudanças técnicas e paisagísticas que irão ocorrer no Vale dos Vinhedos nos anos de 1930 até 1960. Entre elas destaca-se um aumento na estrutura modal, a substituição de casas de madeira por alvenaria, a substituição de pequenas igrejas de madeira por alvenaria ou rochas.

Outra característica é a criação das festas relacionadas ao cultivo da uva e a produção do vinho. Em 1931, ocorre em Caxias do Sul a primeira festa da “Uva e do Vinho”. Se antes era sofrido e árduo o processo de reterritorialização, à medida que as gerações vão surgindo, com elas emerge o sentimento de “italianidade”. A visibilidade cria uma maior integração com o comércio estadual e até mesmo nacional. A industrialização da produção vinícola para de engatinhar e ensaia seus primeiros passos.

Agora era fundamental mostrar a evolução da colônia e a riqueza produzida nela pela indústria e pelos seus “heróis”, sendo possível, portanto, num grande evento folclorizado: A Festa da Uva. [...] A italianidade, como sentido identitário, era reforçada pela diferenciação em relação à cultura do gaúcho e do brasileiro, que para o italiano era sinônimo do negro, além das próprias forças operadas no interior do conjunto social, como a produção agrícola, a religiosidade, os valores e as crenças. (VALDUGA, 2011, p. 124)

FALCADE acrescenta:

As festas são comuns nas civilizações para marcar passagens, para demonstrar poder, para afirmar a identidade e, também, para celebrar a vitória. As características das festas da uva e do vinho, na Serra Gaúcha, são um pouco de tudo isso. (FALCADE, 2011, p. 90).

Antony Giddens (1990, p. 37) ressalta que nas sociedades tradicionais o passado é venerado e os símbolos são valorizados e transpostos de geração para geração. Esta revalorização simbólica impactou diretamente no “enclausuramento” identitário e a mescla de um sentimento de origem italiana com a perspectiva da nova identidade se consolidando: a brasileira.

Poderíamos aferir que neste período existe uma crise de identidade na região da serra gaúcha. As festas surgem para denotar de um lado o sentimento de identificação com o processo da primeira territorialização de seus antepassados na Itália e a nova reterritorialização que se apresentava próspera e necessitava de uma maior valorização.

Nos anos 1970, surge uma nova fase, definida pela autora Ivanira Falcade (2011, p. 83) como a especialização da vitivinicultura. Agora, tem-se a criação do Centro Nacional de Pesquisa em Uva e Vinho (posteriormente denominado de Embrapa Uva e Vinho), em 1975 e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em 1977 (em substituição à ASCAR). (FALCADE, 2011, p. 83).

A região vinícola se inseri no processo de modernização da agricultura brasileira que data principalmente a partir da década de 1960. As mudanças ocasionadas por este processo denotam no espaço rural um maior incremento de insumos agrícolas bem como novas técnicas de plantio e colheita.

A criação destes centros especializados voltados para o aumento da produtividade no espaço rural da serra gaúcha acompanha a ideia de especialização da vitivinicultura. No Vale dos Vinhedos, timidamente começam a aparecer pequenas vinícolas familiares, respectivamente a vinícola *Marco Luigi* no ano de 1946; posteriormente já inserido na especialização da agricultura a vinícola *Valduga* em 1973; no período de transição para o próximo recorte temporal surgem as Vinícolas *Don Candido* em 1986; *Adega Cavalleri* 1987 e por fim *Milantino Vinhos Finos* em 1989.

Conforme Falcade (2011) indica: “Na década de 1980, iniciaram mudanças na indústria vinícola, diretamente relacionada à busca de indicações geográficas”. (FALCADE, 2011, p. 85). Esta movimentação denota uma modificação não só na especialização da produção para buscar uma certificação, mas também uma mudança de rumo na política nacional com relação aos nossos países vizinhos e sua produção vinícola. Em 1985, o presidente da república

José Sarney, juntamente com o presidente argentino Raul Alfonsín, assinam a Declaração de Iguaçu, a qual lançava as primeiras ideias de uma possível integração da economia no cone sul. Em seguida, em 1988 os mesmos presidentes assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento o qual tinha como meta a constituição de um espaço econômico comum.

Está maior integração entre estes países e, posteriormente a criação do MERCOSUL impactou diretamente na economia do Vale dos Vinhedos. A redução das taxas alfandegárias insere no mercado brasileiro uma enxurrada de vinhos argentinos, uruguaios, entre outros. Logo, a vitivinicultura a partir da década 1990 necessita uma reestruturação para sobreviver neste mercado competitivo.

A internacionalização da economia brasileira, na criação do MERCOSUL e na abertura do mercado do Brasil, através da eliminação de taxas de importação, impactou, diretamente, o setor vitivinícola nacional, que passou a sofrer acentuada concorrência com os vinhos estrangeiros. (FALCADE, 2011, p. 83).

A nova lógica da política internacional brasileira com relação a importação de vinhos, os quais entravam no mercado nacional com preços menores criam novas formas de encarar a produção e a maneira como se deve produzir o vinho. Surge juntamente com este imperativo do mercado o turismo rural (que anteriormente era relacionado somente as festas da uva), as pequenas vinícolas familiares que abrem suas portas para os turistas e a especialização da produção em vinho finos.

Inseridos nesta lógica, o turismo rural na década de 1990 no Vale dos Vinhedos começa a se organizar em torno do denominado enoturismo. Visando compreender este processo, bem como a organização deste roteiro, no primeiro momento do próximo subtítulo será contextualizado o turismo rural no Rio Grande do Sul visando compreender a espacialização do turismo rural neste estado e posteriormente analisar a construção do roteiro denominado de Vale dos Vinhedos.

3.5 Contextualizando o turismo rural no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, evidencia-se uma organização diversa e bastante significativa do turismo rural. Observa-se que este processo de organização está

inserido na lógica da modernização do espaço rural pós-1950 e no excedente de mão de obra ocasionado por este, principalmente a partir de 1970.

O processo de modernização implicou, no Rio Grande do Sul, em visível redução de postos de trabalho, com a eliminação das formas transitórias de trabalho antes vigentes, como o pequeno arrendamento, a parceria e o trabalho de agregados nas propriedades maiores antes dedicadas principalmente (como atividade propriamente comercial) à triticultura, posteriormente o mesmo acontecendo na principal zona de produção da soja, o chamado Planalto Médio. (SCHNEIDER, 2000. p. 18)

Esta expansão da modernização foi acompanhada pela passagem de uma agricultura tradicional para a uma agricultura tecnificada. Por conseguinte, estas transformações ocasionaram o êxodo rural, principalmente para a região metropolitana de Porto Alegre. Além desta, destaca-se o Vale do Caí e dos Sinos, na região central do estado (polo calçadista), a Cidade de Caxias do Sul (polo metalomecânico), metalomecânica a Maria e Pelotas (investimentos federais em Universidades) e a cidade de Rio Grande (portuária)

Desta forma, o espaço rural do Rio Grande do Sul acabou sendo inserido em uma lógica de modernização que teve como consequência o aumento significativo do movimento espacial para o espaço urbano gerando uma significativa desruralização. O espaço urbano tornou-se praticamente a única saída da população que residia no rural gaúcho, pressionada pela modernização.

Em uma contracorrente, os agricultores que decidiram por manter-se no espaço rural ou tornaram-se submissos a grandes corporações agrícolas ou acabaram buscando alternativas de reprodução socioespacial visando diversificar tanto a produção como os atrativos que a propriedade rural oferecia. Desta forma, insere-se a multifuncionalidade anteriormente discutida como estratégia para a reterritorialização destes atores.

O autor Sergio Schneider (2000, p. 18), em uma de suas pesquisas, aponta para esta tendência no espaço rural gaúcho. Os dados apresentados pelo autor supracitado demonstram as diversas formas de ocupação dos postos de trabalho no rural do Rio Grande do Sul, os quais, em grande medida não estão relacionados diretamente a produção agrícola.

Assim, com a emergência de novas formas de organização do espaço rural, surgem diversos roteiros de turismo no referido estado como uma estratégia produtiva para a organização de diversas regiões. Desta forma, tendo como base a metodologia apresentada, especializou-se estas regiões que se utilizam do turismo rural como estratégias de reprodução socioespacial visando compreender como se estrutura o turismo rural neste estado.

A partir disso, apresenta-se a seguinte tabela que divide este estado em regiões turísticas, rotas e municípios que utilizam o turismo rural como atrativo (Tabela 01):

Região Turística	Rotas e Roteiros	Municípios de Abrangência	Atrativo do roteiro
Yucumã	Caminhos da Produção	Augusto Pestana	Cantina de vinho com pratos típicos Italianos, café colonial, agroindústrias de rapaduras, doces e cachaças, além do artesanato e a diversidade cultural das famílias descendentes de imigrantes Italianos e Alemães.
Hidromineiras	Caminhos da Agricultura Familiar	Marcelino Ramos	Observação das formas de agricultura familiar; apreciação da culinária típica, aquisição de produtos cultivados pelos próprios agricultores.
	Vale dos Parreirais e Vale Dourado	Erechim	Atividades ligadas à produção de uvas, vinhos e embutidos e Café Colonial. Ocorre também a Feira da Agricultura Familiar e Festa Di Bacco.
Missões	Caminhos de Santiago do Brasil - Roteiro Missões	Capão do Cipó, Santiago, Bossoroca, São Miguel das Missões	O roteiro começa em São Miguel das Missões, passando por Bossoroca, Capão do Cipó e chegando a Santiago. Durante o percurso o turista poderá desfrutar da hospitalidade das comunidades locais e das Fazendas Missionárias, que oferecem comida campeira.
Rota das Terras	Caminho das Belezas e dos Sabores Rurais	Quinze de Novembro	O roteiro leva o visitante a conhecer propriedades da agricultura familiar, museus, casa do artesão, gruta de pedras semipreciosas, além de tendas com produtos coloniais e a culinária típica.
	Caminho de Cultura e Alegria	Lagoa dos Três Cantos	A diversificação das propriedades rurais destaca-se com a produção de flores, ovos, leite, grãos, cucas, vinho e agroindústrias.
	Rota Turística Della Cuccagna	Tapera	O roteiro possui sete pontos de visitação que contemplam a arte, a cultura, o lazer, a religiosidade, a gastronomia típica italiana, chás, licores, café colonial, preservação da história através de antiguidades e artesanato.
Serra Gaúcha	Roteiro Rural Alemães do Sul	Nova Petrópolis	Apreciação de paisagens rurais, costumes alemães (turistas recebidos pelos descendentes desses povos, tipicamente trajados) propriedade rural atual, culinária típica e produtos provenientes do óleo da Rosa mosqueta.
	A Estrada do Sabor	Garibaldi	Oportunidade de estar em contato com a paisagem, caminhar pelos vinhedos, degustar vinhos elaborados com um minucioso processo de vinificação, provar os pães cozidos em forno a lenha, geleias, grapa, salame e licores caseiros, produzidos através da agricultura ecológica. Há a possibilidade de interagir com os agricultores e pelas suas mãos o turista ser servido.

	Caminho das Pipas	Rolante (Localidade de Boa Esperança)	Cantinas de vinhos e produtos coloniais, gastronomia típica italiana, pousada, casa de massas e produtos coloniais de um sítio que trabalha com arte terapia e trilhas terapêuticas onde é possível degustar e comprar vinhos, sucos, pães, queijos, salames, schmiers, geleias, compotas e licores.
	Caminho dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra	Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes e Vacaria.	Apreciação do campo, rios e cachoeiras; Matas de Araucária, os Aparados da Serra, a Curicaca e a Gralha Azul; fazendas serranas, tiros de laço, cavalgada, baile gaúcho; comida caseira no fogão a lenha; churrasco na vala, paçoca de pinhão, soquete de ovelha e vinho.
	Caminhos da Colônia	Caxias do Sul e Flores da Cunha	Nas atividades da colônia há a oportunidade de provar produtos da região como pão, queijo, salame e vinho e também de conhecer o dialeto vênето, a arquitetura, a religiosidade, os costumes do povo italiano.
	Caminhos de Pedra	Bento Gonçalves (Distrito de São Pedro)	Visitação a casas de pedras, espaçosos porões, moinho colonial, ferraria, tecelagem artesanal, cantina colonial, produtos típicos e casas de madeira de até três pisos, além de capelas e capitéis, num total de mais de 50 pontos de interesse. Visitação a propriedades particulares de descendentes dos imigrantes, com atendimento realizado geralmente pelos proprietários.
	Caminhos de Pedra II	Dois Irmãos	Visitando o roteiro, pode-se verificar como era o cotidiano dos primeiros imigrantes alemães chegados ao Rio Grande do Sul, através da colheita de verduras e ovos, além de passeios de carroça.
	Rota das Cantinas	Garibaldi	Produção artesanal de vinhos, passeio em vinhedos, passeio nas cantinas, degustação de produtos e gastronomia típica italiana.
	Rota das Salamarias	Marau	O visitante pode saborear a cachaça produzida em alambique artesanal, apreciar as vinícolas, com degustação e varejos de produtos coloniais, provar o amargo do mate, tomar banho de cachoeira, tirar água de poço, andar de carretão, ver o artesanato em madeira, em palha de milho e trigo, além de saborear a culinária legada dos colonizadores. Encontram, ainda, o produto local mais nobre, o salame, ícone da história e do desenvolvimento de Marau.
	Rota Vale dos Vinhedos	Bento Gonçalves, Garibaldi, Monte Belo do Sul	Pequenas propriedades rurais compartilham o território com vinícolas de diferentes portes, contemplando desde cantinas familiares, boutique e de garagem, assim como grandes empresas que contam com parcerias internacionais.
	Roteiro Colonial Estrada do Imigrante	Caxias do Sul	O roteiro resgata a trajetória do percurso realizado pelos primeiros colonizadores para a Serra Gaúcha por volta de 1870. Apresenta a arquitetura, costumes, artesanato, gastronomia e festas da colônia. É possível participar das atividades da colônia, saborear a gastronomia, visitar igrejas, conhecer a arquitetura, comprar artesanato e produtos coloniais e praticar modalidades esportivas.
	Roteiro Vale do Rio das Antas	Bento Gonçalves (Distrito de Tuiuty)	Ao longo do trajeto encontram-se produtos de como licores, cachaças, vinhos, espumantes, sucos naturais e chimias. Na maioria dos estabelecimentos o turista é tem atendimento das próprias famílias produtoras.
	Roteiros da Criúva	Caxias do Sul (Distrito de Criúva)	Gastronomia típica e cavalgada noturna.
	Vinhos de Pinto Bandeira	Pinto Bandeira	Visita à vinícolas, degustação e varejo de produtos típicos.
Central	Caminhos de Santiago do Brasil - Roteiro Missões	Idem à região turística das Missões	Idem à região turística das Missões

	Quarta Colônia	Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine, Silveira Martins	Nesta rota o turista pode: Percorrer uma Via Sacra composta por 15 capitéis e culmina numa Capela em homenagem à Nossa Senhora Della Guardia; percorrer o Caminho da Uva e das Águas envolvendo as comunidades de Val de Buia e Val Feltrina, em Silveira Martins, berço da Quarta Colônia, visitar propriedades rurais caracterizadas pela tradição centenária de produção de uvas e onde é possível adquirir produtos coloniais como vinho, massas, cachaça, hortifrutigranjeiros, entre outro; visitar a localidade de Vale Vêneto, em São João do Polêsine, que preserva fauna e flora ricas e que, em conjunto com o casario do entorno da Igreja Corpus Christi, compõem um belíssimo e típico cenário rural das comunidades italianas no estado.
	Rota Nostra Colônia	Jaguari	A Rota Nostra Colônia mostra a organização de uma comunidade rural, o Chapadão, que é o berço da colonização e que continua com as suas características originais, com suas casas de pedra, suas cantinas, parreirais e pequenas propriedades.
	Rota Turística e Gastronômica	Santa Maria e Silveira Martins	Gastronomia típica italiana

Vales	Delícias da Colônia	Colinas, Estrela e Imigrante	Na área rural (em Estrela) o roteiro inclui uma visita ao Recanto do Avestruz, onde é possível observar a criação, apreciar o artesanato e também degustar os produtos derivados do avestruz; é oportunizado também o acompanhamento do processo da destilação da cachaça, vivenciando as instalações e o ambiente colonial, com degustação de seus produtos. No vizinho município de Colinas, mais conhecida como “Cidade Jardim” o turista pode conhecer a Associação dos Artesãos e Produtores Coloniais, que oferece Café da Colônia e aquisição de produtos coloniais.
	Rota Caminho dos Tropeiros	Candelária	A Rota Caminho dos Tropeiros abrange cinco propriedades agrícolas. As agroindústrias nas propriedades permitem ao turista provar produtos coloniais.
	Rota Colonial Linha Stein	Salvador do Sul	A Rota de Linha Stein inclui visitas a quatro propriedades rurais. O turista pode apreciar diferentes produtos coloniais. É uma oportunidade de conhecer a realidade da vida colonial e minifundiária, que se baseia na produção de hortifrutigranjeiros, acacicultura, ovinocultura e silvicultura. Em cada propriedade são degustados e comercializados os produtos coloniais produzidos pelas famílias
	Rota do Chimarrão	Venâncio Aires	Floriculturas, agroindústria, restaurante colonial, balneários, artesanato e turismo religioso estão presentes no roteiro. No museu agrícola, o turista verá peças antigas usadas na lavoura e na casa do homem da roça. Na Escola do Chimarrão o visitante aprenderá tudo sobre a bebida mais tradicional dos gaúchos. Além de visualizar o processo de fabricação da erva-mate, o turista terá palestra e oficina para aprender a preparar 36 modelos de chimarrão e saborear petiscos à base de erva-mate.
	Rota dos Casarões	Sobradinho	A Rota dos Casarões consiste de um passeio pelo interior do município, onde se conhece um pouco sobre a região e também da cultura trazida pelos descendentes oriundos do Vêneto, na Itália. No passeio, o visitante poderá andar de carroça e saborear produtos coloniais, como vinhos, queijos, salames, biscoitos, geleias, etc. Os casarões são propriedades particulares com visita guiada.
	Rota Germânica do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul e Sinimbu	Os cafés, pousadas, restaurantes e artesanato permitem uma convivência com as famílias de descendentes alemães no seu dia-a-dia, acompanhando as rotinas e atividades tão comuns à vida no interior.
	Rota Sabores e Saberes do Vale do Caí	Bom Princípio, Capela de Santana, Harmonia, Montenegro e Tupandi	A Rota Sabores e Saberes do Caí envolve 12 propriedades e agroindústrias, tendo como base a agroecologia e apresentando atrativos variados, dentro do turismo rural, trilhas ecológicas, passeios de carroção, charrete, cachaçaria, herbário, café colonial, gastronomia típica colonial.

Grande Porto Alegre	Caminho Farroupilha Cultura Tradição Gaúcha &	Porto Alegre	Culinária campeira
	Caminhos de Jacobina	Sapiranga	Visitação a propriedades rurais que oferecem passeios de carroça e a cavalo e venda de artesanato e produtos coloniais.
	Caminhos Rurais de Porto Alegre	Porto Alegre	Possibilidade de conhecer pequenas propriedades com pomares e parreirais, produção de sucos e vinhos, geleias, pastas e outros produtos coloniais feitos com frutas, legumes e verduras livres de ingredientes químicos, totalmente ecológicos. Pousadas, hospedarias e cabanas que oferecem comida caseira preparada em fogões à lenha.
	Rota das Especiarias	Viamão	Produção orgânica de hortifrutigranjeiros, a diversidade produtiva como cogumelos, floricultura, criação de chinchila, cavalos, capricultura, ervas medicinais, oleaginosas, óleos essenciais e chás. O Roteiro ainda oferece vivências em sítios de lazer ou de moradia de famílias.
	Roteiro Rural de Lomba Grande	Novo Hamburgo	Os turistas encontram balneários, sítios de lazer, restaurantes, hípicas, haras, produtos coloniais, artesanato e mel.
Pampa Gaúcho	Caminho Farroupilha Cultura Tradição Gaúcha &	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Rosário do Sul, Sant'Ana do Livramento, São Gabriel.	(ROTA PAMPA GAÚCHO DE CAVALGADAS): visitação a pousadas que oferecem culinária campeira, cavalgadas; visita a haras, onde o turista tem a oportunidade de conhecer como se dá a vida no campo, tipos de criações de animais e os produtos de origem agrícola. Visitação e hospedagem em fazendas que oferecem ao turista passeios a cavalo, culinária típica (como churrasco de cordeiro, café campeiro) demonstração de atividades campeiras, como esquila e tiro de laço e visitação a hortas orgânicas. Passeios e roteiros temáticos por estâncias, museus e charqueadas, com oferecimento de culinária típica.
Litoral Norte	Roteiro Vale do Paraíso	Três Cachoeiras	O Roteiro combina passeios pela mata nativa da região, passeios a cavalo, conhecimento da história local e a convivência rural, por meio de visitas aos sítios, engenhos de cachaça, moinhos d'água e a degustação do café rural, feito em fogão à lenha. Nestes locais, artesanato típico e produtos coloniais são comercializados.
Costa Doce	Caminho Farroupilha Cultura Tradição Gaúcha &	Camaquã, Guaíba, Pelotas, Piratini, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul.	Visitação a sítios, contato com animais domesticados, passeios a cavalo e culinária típica (churrasco); Oferece à turista hospedagem em pousadas e fazendas, culinária típica campeira e cavalgadas.
	Caminho Pomerano	São Lourenço do Sul	O roteiro oferece ao turista degustar e adquirir produtos da gastronomia tradicional em empreendimentos como queijaria, café colonial, ervas medicinais, schimiers, linguiça, cuca pomerana, artesanato, coleção de relógios.
	Rota Pelotas Colonial	Pelotas	Pelotas Colonial é uma Rota de Turismo Rural que oferece natureza, hospedagem, alimentação, cultura, lazer e arte. O turista pode usufruir da produção de uvas e pêssegos, identificação de árvores nativas e exóticas, identificação de aves, culinária típica de povos alemães, italianos e pomeranos.

Tabela 01: Regiões turísticas que utilizam o turismo rural como atratividade.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

O levantamento de dados possibilitou evidenciar que este fenômeno está dividido em doze regiões turísticas institucionalizadas pela secretaria do turismo do Rio Grande do Sul. Inseridos nelas, buscou-se levantar quantos roteiros turísticos trabalhavam eminentemente com o turismo rural. Do universo de 497 municípios, apenas 42 utilizam do turismo rural como estratégia de planejamento.

Além disso, evidencia-se que existe uma maior concentração destes na denominada região da Serra Gaúcha, seguido pela região dos Vales que compreende a área central do estado e pela região metropolitana de Porto Alegre (gráfico 02).

Gráfico 02: Regiões turísticas com mais rotas e roteiros de turismo rural.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

O turismo rural na região da serra gaúcha apresenta-se como principal atrativo, possuindo uma maior diversidade de roteiros em comparação com outras regiões. Ao espacializarmos a tabela apresentada, observa-se esta tendência de concentração e dispersão do turismo rural (Mapa 07).

Regiões e Rotas Turísticas Rurais no Rio Grande do Sul

Legenda

Yucumã	Roteiros da Criúva	Grande Porto Alegre
Caminhos da Produção	Roteiro Vale do Rio das Antas	Roteiro Rural de Lomba Grande
Hidrominerais	Roteiro Estrada do Imigrante	Rota das Especiarias
Caminhos da Agricultura Familiar	Rota das Salamarias	Caminhos Rurais de Porto Alegre
Vale dos Parreirais e Vale Dourado	Caminhos da Colônia	Caminhos de Jacobina
Missões	Caminho dos Tropeiros de Cima da Serra	Caminho Farroupilha Cultura e Tradição Gaúcha
Caminhos de Santiago do Brasil	Rota Vale dos Vinhedos	Pampa
Rota das Terras	Central	Caminho Farroupilha Cultura e Tradição Gaúcha II
Caminhos das Belezas e dos Sabores Rurais	Rota Nostra Colônia	Litoral Norte Gaúcho
Caminho de Cultura e Alegria	Rota Quarta Colônia	Roteiro Vale do Paraíso
Rota Turística Della Cuccagna	Rota Turística e Gastronômica	CostaDoce
Serra	Vales	Rota Pelotas Colonial
Roteiro Rural Alemães do Sul	Rota Colonial Linha Stein	Caminho Pomerano
A Estrada do Sabor	Rota Caminho dos Tropeiros	Cultura e Tradição Gaúcha II
Caminho das Pipas	Rota do Chimarrão	Sede de Municípios
Caminhos de Pedra	Rota dos Casarões	
Caminhos de Pedra II	Sabores e Saberes do Vale do Caí	
Rota das Cantinas	Rota Germânica do Rio Pardinho	
Vinhos de Pinto Bandeira	Delícias da Colônia	

Sistema de Projeção Cartográfica: SIRGAS 2000
 Datum: D_SIRGAS_2000
 Prime Meridian: Greenwich
 Angular Unit: Degree
 Data: 20/08/2014.
 Organização: SILVA, P. F.; DUARTE, T. S.

Mapa - 07: Regiões que utilizam o turismo rural no Rio Grande do Sul.
 Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini; SILVA, Pâmela. 2015.

A partir do mapa, visualiza-se que o posicionamento geográfico perto das grandes concentrações populacionais urbanas demonstra uma maior articulação dos roteiros de turismo rural. Além disso, observa-se na tabela que a maioria dos roteiros busca elementos “tradicionais” ou “típicos” para atrair turistas, contudo, poucos são os roteiros que baseiam-se diretamente na identidade territorial para organizar o planejamento.

Muitos investem somente na denominada culinária, principalmente o churrasco; não obstante não planejam o roteiro com o intuito de criar uma “pedra angular”, ou seja, uma identidade que possibilite o turista identificar esta região; no final, tudo se reduz a culinária. Em uma crítica pertinente, Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 30) vai ressaltar que todo mundo oferece comida típica! E problematiza: que singularidades deste gênero poderiam existir em quase seis mil municípios? O que essa gente espera do turista? Que comam a mesma coisa típica, no desjejum, almoço, jantar e ceia durante uma semana ou duas semanas [...] nunca pararam para pensar que comida é complemento e não o centro da viagem?

Os questionamentos pertinentes do autor nos remetem à ideia da reprodução de discursos prontos para atrair turistas. Ressalta-se que a culinária é essencial, pois, a mesma dinamiza a região, contudo reduzir um roteiro a um tipo específico de comida torna-se inconsistente. Não obstante, muitas vezes um determinado alimento pode caracterizar uma região, mas torna-se necessário criar uma gama de atratividades que possibilitem ao turista a escolha por outros caminhos no mesmo roteiro.

Propõe-se então, em concomitância com a hipótese defendida nesta pesquisa, a necessidade de criar uma ambiência turística tendo como base a identidade territorial, a qual possui em um dos seus aportes a construção simbólica em torno da alimentação. Assim, destaca-se que o planejamento do turismo a partir da identidade territorial em determinadas regiões possibilitou que o mesmo se consolidasse e, a partir da multifuncionalidade agrícola, tornando-se uma peça chave na manutenção da população rural neste espaço.

Desta forma, analisa-se no próximo subtítulo uma das regiões que no Rio Grande do Sul e do Brasil que se consolidou em termos de turismo rural tendo como pedra angular a identidade territorial. Buscamos então compreender a

forma como este roteiro foi organizado, o número de visitantes e os bens territoriais que tornam possível esta estruturação.

3.5.1 O turismo rural no Vale dos Vinhedos

Seguindo a linha de raciocínio anteriormente analisada a partir dos recortes espaço-temporais da Autora Ivanira Falcade (2011), observa-se que a estruturação do denominado roteiro de turismo rural do Vale dos Vinhedos encontra-se temporalmente no último recorte de análise da autora.

Este se configura como um momento que a produção vitivinícola busca sua afirmação através das indicações geográficas e da roteirização deste recorte espacial a partir do turismo. Ao observar a tabela abaixo, evidencia-se a formação histórica das vinícolas do Vale dos Vinhedos, principalmente após a década de 1990, demonstrando o crescimento da importância do setor vinícola e posteriormente do turismo para a região. (Tabela 02)

FUNDAÇÃO DAS VINÍCOLAS LOCALIZADAS NO VALE DOS VINHEDOS	
VINÍCOLA	ANO DE FUNDAÇÃO DA VINÍCOLA
<i>Vinícola Marco Luigi</i>	1946
<i>Vinícola Valduga</i>	1973
<i>Vinícola Don Candido</i>	1986
<i>Adega Cavalleri</i>	1987
<i>Milantino Vinhos Finos</i>	1989
<i>Vinícola Miolo</i>	1990
<i>Vinhos Don Laurindo</i>	1991
<i>Vinícola Calza</i>	1995
<i>Vinícola Cave de Pedra Winery</i>	1997
<i>Vinícola Pizzato</i>	1998
<i>Angheben Adega de Vinhos Finos</i>	1999
<i>Vallontano Vinhos Nobres</i>	1999

<i>Vinícola Laurenti</i>	2001
<i>Vinícola Cavas do Vale</i>	2005
<i>Vinícola Almaúnica</i>	2008
<i>Vinícola toscana</i>	Ainda em construção.
<i>Vinícolas não informadas</i>	Vinícola Gran legado, Vinícola Peculiare, Vinícola Maximun, Vinícola Terragnolo, Vinícola Torcello, Vinícola Capoani

Tabela 02 – Fundação das vinícolas localizadas no Vale dos Vinhedos.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Das vinícolas fundadas no Vale dos Vinhedos e que possuem registro, das 16 visitadas, somente quatro possuem fundação anterior à década de 1990 (contando que duas são originárias do final da década de 1980). Este processo corrobora para compreender que o movimento da criação de vinícolas familiares especializadas em vinhos finos caminha lado-a-lado com a modernização agrícola e o crescimento da importância deste setor no Brasil.

O Vale dos Vinhedos passa a explorar a sua especificidade: a identidade territorial criada historicamente a partir da vitivinicultura. Como nos lembra Milton Santos (1996, p. 213), cada lugar, em contato com o mundo, torna-se diferente. A região turística aqui analisada soube utilizar esta unicidade para planejar o turismo.

O aumento exponencial do número de vinícolas a partir da década de 1990 denota a especificidade do lugar em relação ao global e a ressignificação de uma prática tradicional: a produção do vinho. Assim, a especificidade e a identidade territorial pautada no mundo da uva e do vinho em conjunto com a imigração italiana originou uma unicidade espacial, a qual torna o lugar um atrativo para o mercado, principalmente o dito mercado globalizado.

A partir de meados dos anos 1990, aumentou o número de vinícolas, no espaço rural, começou o processo das indicações geográficas, que consolidou a produção de vinhos de qualidade e ancorou o vinho, explicitamente, no espaço geográfico e na paisagem. Além disso, o enoturismo criou um novo fluxo, na direção do espaço rural. (FALCADE, 2011, p. 83).

Este movimento de fluxos turísticos no Vale dos Vinhedos começa a ganhar corpo principalmente a partir de 1995, com a criação da APROVALE. No intuito de dinamizar a especificidade do local, a APROVALE surge,

primeiramente, como uma estratégia criada pelos agricultores para reduzir custos relacionados a produção de vinho.

A fundação da APROVALE torna-se um evento marcante na organização espacial do Vale dos Vinhedos. Maria Laura da Silveira, ao discutir a logística espacial defini que um evento é baseado em uma continuidade temporal o qual gera uma coerência espacial. (SILVEIRA, 1999, p. 22). Este evento maior rompe com a situação²⁹ atual, buscando uma nova sucessão de eventos, os quais mudam o lugar e a forma como este será observado no mundo.

A partir da APROVALE, muda-se a situação anteriormente vigente, gerando uma nova conjuntura em relação ao mercado, recriando no espaço estratégias para se organizar. Muito além, esta organização, em comunhão com a Embrapa (e diversos profissionais da Universidade de Caxias do Sul), criaram uma articulação que vislumbrava a busca pela primeira Indicação de Procedência (IP) do Brasil³⁰.

Após a delimitação da região, bem como estudos aprofundados acerca dos aspectos, físicos e humanos do Vale dos Vinhedos, em 2002, a região conquista a primeira Indicação de Procedência brasileira, gerada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Posteriormente à indicação de procedência, o Vale do Vinhedos torna-se a primeira região do Brasil a conquistar o selo de Denominação de Origem (DO)³¹, no ano de 2012.

Considerando este movimento em busca de uma certificação, percebe-se no Vale dos Vinhedos uma situação de decisão, “onde a busca por preços competitivos e/ou produtos diferenciados assume uma importância estratégica

²⁹ A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis. (SILVEIRA, 1999, p. 25)

³⁰ Indicação de Procedência - é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. É importante lembrar que no caso da Indicação de Procedência, é necessária apresentação de documentos que comprovem que o nome geográfico seja conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço. (INPI, 2014)

³¹ Denominação de Origem - é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Na solicitação da IG de Denominação de Origem, deverá ser apresentada também a descrição das qualidades e as características do produto ou serviço que se destacam, exclusiva ou essencialmente, por causa do meio geográfico, ou aos fatores naturais e humanos. (INPI, 2014)

para o setor, face as consequências sociais, econômicas e culturais” (FALCADE, 1999, p. 83).

A partir da denominada Indicação de Procedência e posteriormente a Denominação de Origem buscou-se atingir uma fatia do mercado de vinhos não somente local, mas também mundial. Os lugares, por conseguinte, se reinventam, se adaptam ao mercado e sobrevivem ao sistema. Obviamente está sobrevida é fruto de um processo de planejamento territorial.

Após a formação de associações de pequenos produtores, outra grande movimentação em prol da produção de vinho urge agora em direção a uma busca por uma legislação nacional. Cria-se então a necessidade de uma formação legal que regesse a fabricação de vinho em âmbito estadual e nacional.

O governo do estado do Rio Grande do Sul aprovou a Lei nº 10.989, que “dispõe sobre a produção, circulação e comercialização da uva, do vinho e dos derivados da uva e do vinho, cria o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado – FUNDOVITIS, e dá outras providências”, em 1997. (FALCADE, 2011, p. 83).

Além da concepção da legislação, outra instituição foi de suma importância para a região: o IBRAVIN (Instituto Brasileiro do Vinho), cuja gênese é em 1998, localizado no município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. Este tem como principal intuito criar uma rede de diálogos e legislar sobre a produção do vinho em âmbito nacional.

O instituto é formado por pessoas jurídicas de cunho privado, as quais possuem representatividade de produtores rurais, representantes de cooperativas, da indústria vinícola, de organização do setor, da associação de enólogos, do conselho consultivo e representante do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Todo este movimento em prol da produção vinícola visa criar uma cultura nacional relacionada ao consumo do vinho. A partir do IBRAVIN, busca-se estruturar uma identidade para o vinho brasileiro, tornando o mesmo competitivo no mercado mundial. Doravante, juntamente com esta instituição são criados

marcos legais para institucionalizar a produção de vinhos e as zonas de produção no Brasil³².

A partir de toda a regulação proposta para a produção de Vinho, o Vale dos Vinhedos se organizou a partir da produção vinícola e da identidade territorial, se tornando um dos principais roteiros turísticos brasileiros. Além da arrecadação, fruto do movimento turístico, o mesmo implica uma estrutura que replica a imagem regional e implica indiretamente na venda de vinhos.

Cria-se uma lógica de cadeia de contatos, os quais se estruturam diretamente a partir de indicações de visitantes que replicam a imagem regional, indicam determinadas vinícolas e gerando uma rede de ligação que aumenta a venda do vinho. Esta lógica configura-se como uma estratégia para as pequenas vinícolas se organizarem e sobreviverem frente ao grande capital das cooperativas e empresas privadas da região.

Após a indicação de procedência e a posterior denominação de origem, o Vale dos Vinhedos se preparou de maneira acentuada para a estruturação do turismo rural. Como é possível visualizar no gráfico a seguir (gráfico 03), a partir do início do século XXI até o ano de 2015 o aumento do fluxo de turistas no Vale dos Vinhedos ressalta que as estratégias adotadas até então para atrair os mesmos têm se apresentado como frutíferas para pensar o turismo rural em outras escalas.

³² As zonas produtivas institucionalizadas pela lei a Lei no 7.678, de 8 de novembro de 1988 são Respectivamente: I - Rio Grande do Sul: a) Alto Uruguai; b) Campanha; c) Campos de Cima da Serra; d) Depressão Central; e) Encosta do Sudeste; f) Encosta Inferior do Nordeste; g) Missões; h) Planalto Médio; i) Serra Gaúcha; e j) Serra do Sudeste; II - Santa Catarina: a) Litoral Sul Catarinense; b) Planalto Catarinense; c) Vale do Rio do Peixe; e d) Vale do Rio Tijucas; III - Paraná: a) Região da Grande Curitiba; e b) Região de Maringá; IV - São Paulo: a) Região de Jundiaí; e b) Região de São Roque; V - Minas Gerais: a) Cerrado Mineiro; b) Região Sul - Sudoeste de Minas; e c) Vale do Alto São Francisco; VI - Espírito Santo: Região Serrana do Espírito Santo; VII - Mato Grosso: Região de Nova Mutum; VIII - Goiás: Centro-Sul Goiano; IX - Bahia: Região de Petrolina e Juazeiro; X - Pernambuco: Região de Petrolina e Juazeiro.

Gráfico 03: Número de turistas que visitaram o Vale dos Vinhedos – RS
 Fonte: APROVALE, 2016. Organizado pelo Autor.

A partir do gráfico, evidencia-se que, desde a Indicação de Procedência no ano de 2002 até a denominação de origem em 2012, tivemos incremento de mais de 200.000 mil turistas. Desta forma, podemos compreender que o roteiro aqui analisado utiliza uma identidade territorial para planejar o turismo rural em conjunto com uma série de bens territoriais que dinamizam o movimento turístico na região.

Destacam-se vinícolas, restaurantes, hotéis e pousadas, lojas de artesanato, etc. Ou seja, uma série de atrativos que configuram o destino denominado Vale dos Vinhedos. Este conta hoje com vinte e seis vinícolas, dezesseis restaurantes, nove hotéis e pousadas, quatro casas de artesanato, três lojas de móveis e decoração e outras atratividades, como chocolaterias, queijarias, destilarias; como evidencia a tabela a seguir (Tabela 03).

Vinícolas		Restaurante	Hoteis e Pousadas	Artesanato	Moveis e decoração	Outros	Agência de turismo
Adega Cavalleri	Adega Casa de Madeira	Farina Park Hotel	Artes e Delicias	Castello Benvenuti	Chocolataria Vale	Salini Turismo	
Adega de Vinhos Finos Dom Elizario	Giordani Gastronomia Cultura	Hotel e Spa do Vinho Caudalie	Artesanato do Vale	Engenho do Vale	Couros do Valleh Memorial do Vinho e Casa do Filó		
Angheben Adega de Vinhos	Itallini Biscotteria	Hotel Laghetto Viverone	Atelier Postal	SCA Ind. De Móveis			
Casa Valduga	Restaurante Cantá Maria	Hotel Villa Michelin	Atelier Refúgio da Colina		Queijaria Valbrenta		
Cooperativa Vinícola Aurora	Restaurante Casa di Paolo	Pousada Borghetto Sant'Anna			Union Distillery		
Famiglia Tasca	Restaurante Del Filippi	Pousada Ca'di Valle			Vivatto Parque		
Gran Legado	Restaurante Dona Carolina	Pousada Castello Benvenuti					
Milantino Vinhos Finos	Restaurante e Adega Casa de Madeira	Pousada Florenza e Vanius Turismo					
Miolo Wine Group	Restaurante e Café Vallontano	Pousada Villa Valduga					
Peculiarie Vinhos Finos	Restaurante Maria Valduga						
Pizzato Vinhas e Vinhos	Restaurante Valle Rustico						
Terragnolo Vinhos Finos	Restaurante Zandonai						
Vallontano Vinhos Nobres	Ristorante Nonna Metilde						
Vinícola Dom Cândido	Sbomea's Restaurante						
Vinhos Don Laurindo	Trattoria e Armazém Mamma Gema						
Vinhos Larentis	Trattoria Primo Camilo						
Vinhos Michele Carraro							
Vinhos Tifton							
Vinícola Calza							
Vinícola Capoani							
Vinícola Cavas do Vale							
Vinícola Cave de Pedra							
Vinícola Torcello							
Vinícola Toscana							
Vinícola Almaúnica							
Vinícola Boutique Lídio Carraro							

Tabela 03: bens territoriais no Vale dos Vinhedos.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

A partir do levantamento de dados realizado, foram georeferenciados todos os bens territoriais que estruturam o Vale dos Vinhedos (mapa 08). Além destes, ressalta-se que existe uma estrutura viária que permite o deslocamento de pessoas via automóveis; principal forma de acesso ao Vale dos Vinhedos (APROVALE, 2015).

Mapa 08: Mapa da localização dos bens territoriais no Vale dos Vinhedos.
 Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. SILVA, Pâmela. 2015.

A partir do mapa e da tabela fica evidente que toda a estruturação do turismo no Vale dos Vinhedos circunda a identidade territorial criada devido ao processo histórico de reterritorialização da imigração italiana em junção com a prática tradicional do fabrico do vinho. A escala local, a partir deste processo constitui uma “alma” e constrói uma ambiência que, devido a sua legitimidade, passa a ser utilizada como atrativo turístico.

O Vale dos Vinhedos, por conseguinte, se utiliza de diversos bens territoriais para atrair a atenção do turista. Dentre estes destaca-se a história do

lugar, a paisagem natural marcante nesta região; a identificação do ser humano com a natureza e sua importância para a formação da identidade territorial italiana; a produção especializada para o mercado; a oferta de um produto de qualidade, entre outros fatores que constituem este destino turístico.

Todos estes elementos possibilitaram a formação de um roteiro de turismo que hoje desponta não só no Rio Grande do Sul, mas também no Brasil como o principal indutor de turismo rural em número total de turistas. Assim, analisar o turismo rural brasileiro e as formas de planejamento do mesmo sem levar em consideração o Vale dos Vinhedos, a sua estrutura bem como seus problemas torna-se um erro.

Por conseguinte, demonstrou-se que a autopoiesis do espaço rural originou o planejamento desta região. Este, mesmo interligado a outros setores da economia e ao espaço urbano, mantém na sua essência uma organização produtiva em conjunto com a multifuncionalidade da agricultura. Estas estruturas de planejamento viabilizaram a construção de estratégias de reprodução socioespacial desta população no espaço rural.

Portanto, o turismo rural na área de estudo ressignificou em grande medida a história da população e sua identidade territorial; criou relações de solidariedade que configuram a unicidade deste recorte, as quais, viabilizaram em conjunto com os atores que organizam este setor, o planejamento dos bens territoriais voltados ao turismo. Mesmo com esta importância, o Vale dos Vinhedos hoje não escapa da ausência de estruturas de planejamento tanto no âmbito nacional, regional e municipal³³.

³³ Esta discussão será analisada no capítulo 05.

Capítulo 04

*ENTRE OS VALES E O RIO: do comércio vinícola ao
Turismo Rural no Alto Douro Vinhateiro*

ENTRE OS VALES E O RIO: do comércio vinícola ao Turismo Rural no Alto Douro Vinhateiro.

Turismo rural no Contexto da União Europeia e de Portugal

- As mudanças no planeamento rural na Europa e o turismo
- O espaço rural português: da modernização à realidade do esquecimento
- Um possível caminho de reestruturação: o turismo rural português

O Alto Douro Vinhateiro: uma análise regional

- Caracterização da região do Douro
- O vinho do Porto: a primeira Denominação de origem do Mundo

Caminhos rurais: entre o vinho do Porto e o Alto Douro

- O rio e o Barco Rabelo: uma possibilidade de integração
- Ferro e Terra: O transporte ferroviário e rodoviário
- Do transporte de vinho ao turismo: As rugosidades espaciais da via fluvial e ferroviária

Identidade territorial como estruturação turística: os planos de desenvolvimento do Alto Douro Vinhateiro

- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação (2003)
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Proposta técnica)
- Plano De Desenvolvimento Turístico Do Vale Do Douro – PDTVD – 2007-2013

O Douro em números: a estrutura do turismo rural.

Lições do Douro: uma identidade territorial integrada ao planeamento.

Figura 19: Esquema síntese do capítulo 04
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

O turismo rural é, hoje, uma das possibilidades de repensar as múltiplas funções que o espaço rural desempenha em diversos países. Contudo, o mesmo necessita de planejamento territorial para se desenvolver, o qual muitas vezes é negligenciado pelos agentes públicos e privados responsáveis pela organização deste setor.

É a partir desta importância que extrapola as fronteiras nacionais que o presente capítulo visa compreender como as formas de planejamento do turismo rural vem se organizando tendo como base planos de desenvolvimento do turismo rural em diversas escalas de análise. Para tanto, utilizamos como estudo a denominada região do Alto Douro Vinhateiro, localizada em Portugal. Esta escolha justifica-se, pois, o supracitado roteiro não só se apresenta atualmente como um dos principais destinos de turismo rural da Europa, mas também se estrutura tendo como base Planos de Desenvolvimento do Turismo na escala local e regional.

A busca por analisar o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro tem como premissa compreender como os agentes públicos e privados planejam o turismo para desenvolver a região e criar uma imagem conhecida mundialmente. Destaca-se que tal roteiro foi construído a partir de um andar histórico que ultrapassa mais de duzentos anos, tendo como principal foco a identidade territorial baseada na vitivinicultura para edificar toda a sua organização turística. Além disso, compreender a forma como o Estado Português planejou o turismo rural nesta região torna-se primordial, tendo em vista as discussões legais e o peso que este setor possui para o país.

Além disso, tendo como base a identidade territorial criada e utilizada para o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro, buscamos suscitar discussões acerca dos desacertos/acertos deste planejamento e as possibilidades que poderiam ser utilizadas para pensar o turismo rural no Brasil; sempre tendo como princípio as inúmeras realidades das identidades rurais nacionais.

Concordamos neste momento com a afirmação do autor Jorge de Jesus Cardoso (2007, p. 167), o qual vai lembrar que ao pensarmos em planejamento, devemos sempre ponderar qualquer modelo ou plano diretamente já vivenciado, pois, cada realidade apresenta-se de uma forma específica e única. Assim, tentar aplicar modelos prontos passa a ser um erro. Não obstante, compreender como as regiões estão sendo organizadas para o turismo rural em outras partes

do mundo é essencial para trazer embates e discussões que possibilitem pensar as realidades brasileiras.

É dentro desta perspectiva que ressaltamos que não visamos a construção de um modelo aplicável, mas sim compreender como a região do Alto Douro Vinhateiro poderá viabilizar debates que levem a refletir sobre o turismo rural no Brasil.

4.1 Turismo rural no Contexto da União Europeia e de Portugal

4.1.1 as mudanças no Planejamento rural na Europa e o turismo

O turismo rural tem como um dos seus berços, em termos de organização de roteiros, a Europa; possuindo esta denominação principalmente após a segunda guerra mundial. Contudo, falar do turismo rural na Europa configura-se como um desafio, tendo em vista a grande quantidade de países que possuem roteiros relacionados ao espaço rural. Como afirma Javier Solsona Monzonís:

Resulta muy difícil tratar de hacer una breve síntesis del turismo rural en Europa debido a la complejidad del fenómeno, sus diferencias respecto a otras formas de turismo y los impactos, problemáticas y beneficios que genera, además de la casuística y diversidad del producto que prácticamente presenta tantas formas como regiones europeas existen, diferencias en unos casos de matiz y profundas en otros. (MONZONIS, 200, p. 26)

As formas de estruturação do turismo rural na Europa variam conforme as políticas organizacionais dos países que compõe este continente, sendo que o desenvolvimento deste segmento é diverso. Buscando um recorte de análise, a presente pesquisa centra-se na configuração do turismo rural na União Europeia.

Começamos esta discussão pelos motivos que levaram este bloco econômico a criar programas de auxílio ao espaço rural. A trama para compreender a mudança no espaço rural europeu está atrelada à análise apresentada no capítulo dois desta pesquisa, ou seja, a *revolução verde*. Este movimento do capital financeiro pós-década de 1950 propagava os denominados pacotes tecnológicos como política de desenvolvimento rural que adentrou também no continente Europeu, sendo que este se territorializou no rural, modificando as estruturas sociais e produtivas.

As próprias perspectivas de desenvolvimento rural (teóricas e práticas) ressaltavam a necessidade da inserção de insumos agrícolas como o “único” caminho para o pleno desenvolvimento do rural da Europa. Observemos que:

Essa concepção de desenvolvimento rural também foi adotada na Europa no momento da elaboração da Política Agrícola Comum [...]. Desde a implantação da PAC, na década de 1950, considerou-se que um instrumento de política setorial favorecedor da produção e da produtividade seria suficiente para responder à demanda social desse momento, logo, a melhor forma de apoiar o meio rural seria através do fomento à produção agrícola. (LOCATEL, 2006, p. 06)

Ao pensar em políticas de planejamento do rural, destaca-se a denominada Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, a qual tem sua gênese no ano de 1962 tendo como objetivo principal traçar um planejamento igualitário para os países então membros do denominado Mercado Comum Europeu³⁴. Naquele momento histórico, coloca-se como possibilidade de desenvolvimento a política da revolução verde, a qual considerava o espaço rural homogêneo, sendo as mesmas práticas agrícolas impostas nos quatro cantos dos países membros do Mercado Comum Europeu.

Mesmo com estes pressupostos de adesão da modernização da agricultura, os documentos oficiais da União Europeia sobre a gênese da Política Agrícola Comum ressaltam que esta tinha como objetivo principal a segurança alimentar. A ideia acima veiculada está relacionada não ao que concebemos hoje como segurança alimentar, mas sim a uma visão quantitativa de alimentos produzidos para abastecer os mercados europeus.

Nasce a política agrícola comum (PAC) O objetivo fundamental desta política consiste em assegurar bons preços aos agricultores. A cada ano que passa, os agricultores produzem mais alimentos. As prateleiras das lojas estão cheias de gêneros alimentares a preços acessíveis. Foi cumprido o primeiro objetivo: a segurança alimentar. (UNIÃO EUROPEIA, 2012, p. 05)

Ao realizarmos análise de conteúdo do documento que originou a PAC, observamos a tentativa de maquiagem as reais intenções da revolução verde. O trecho supracitado deixa claro que a origem da Política Agrícola Comum se

³⁴ Os países membros do Mercado Comum Europeu em 1962 eram: Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos.

preocupava somente com o aumento da produtividade do espaço rural, a qual possibilitaria a todos os europeus adquirir alimentos a preços acessíveis.

O discurso se assemelha muito ao implantado pela revolução verde no Brasil, pois esta seria a solução para a fome que afligia o território nacional. A problematização da fome ainda hoje aparece corriqueiramente relacionada a falta de alimentos no Mundo. Acerca desta problemática, destaca-se a discussão elencada pelo autor Milton Santos.

Seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade. A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente. Ela atinge 800 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes, sem exceção. (SANTOS, 2000, p. 29)

A fome³⁵ que existe em diversas regiões do mundo, inclusive na Europa, não foi solucionada pelo aumento da produção de alimentos. A argumentação baseada na necessidade de aumentar a produtividade por hectare criada pela revolução verde demonstrou-se incapaz de superar o espectro da fome no mundo.

Ainda que consciente desta problemática, os planejadores dos Estados tendem a resolver o problema da fome com medidas não estruturais (como somente o aumento da produtividade por hectare), o que leva a geração de mais problemas tanto de ordem social como ambiental. A busca pelo aumento da produção sem a necessária intervenção na distribuição dos alimentos a partir de políticas de planejamento de médio e longo prazo acarretam o desenvolvimento de mais desordem e insegurança alimentar, tornando esta questão latente na sociedade contemporânea.

O modelo implantado pelos Estados que aderiram a revolução verde na Europa foi baseado no aumento significativo dos maquinários agrícolas, inserção de fertilizantes e agrotóxicos na produção, a homogeneização do espaço rural e o desenvolvimento de diferenciações econômicas. Por isso:

No espaço agrário europeu essas transformações não ocorreram com a mesma intensidade em todas as regiões, em todos os segmentos

³⁵ A fome no ano de 2016, segundo o relatório do programa “The Sustainable Development Goals Report” (2016, p. 14) da Organização das Nações unidas (ONU), ainda se apresenta com o número alarmante de 790 milhões de pessoas no mundo.

produtivos, nem em todos os tipos de unidades de produção agropecuárias. Como consequência disso, frente a uma agricultura tecnicamente avançada e com estruturas produtivas e comerciais adequadas para competir vantajosamente no mercado coexistem explorações, setores e regiões que, por não ter havido políticas específicas para eles ou não ter tido possibilidades ou iniciativas, ocupam uma posição marginal por não terem viabilidade econômica. (LOCATEL, 2006, p. 04)

Os setores produtivos que mais se desenvolveram neste período na União Europeia estavam relacionados às grandes corporações agrícolas que disponibilizavam insumos para a modernização do espaço rural. Contudo, este capital disponibilizado pelos agentes hegemônicos concentra-se em determinadas áreas da Europa, criando grandes disparidades regionais.

Estas desigualdades econômicas entre as regiões e o capital que ali se territorializou resultam em um desenvolvimento no espaço rural heterogêneo. Determinadas regiões ficam abandonadas tendendo a envelhecer e diminuir sua população através do êxodo rural e da atratividade que os centros urbanos geravam em termos de infraestrutura. Na outra ponta do processo temos regiões que se capitalizam, as quais em grande medida passam pelo processo de modernização.

Nessas condições o campo imita a indústria numa busca permanente de precisão [...]. Nesse mundo rural assim domesticado, implanta -se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. (SANTOS, 2006, p. 207)

A busca por transformar a lógica da produção rural em uma perspectiva industrial, com a inserção da mecanização teve como consequências sociais, para a Europa pós-1962, o processo de desruralização. Não obstante, cabe ressaltar que existiram diferenças dos modelos da revolução verde que influenciaram o rural da Europa e do Brasil.

Mesmo ambos implantando a composição produtivista como linha de pensamento e planejamento rural, a diferença mais evidente com relação ao paradigma teórico que se sobressaía neste momento histórico diz respeito ao foco da modernização. Enquanto os fundamentos teóricos no Brasil da década de 1960 influenciavam o capital para se territorializar no espaço, principalmente tendo como objetivo o produtor rural que já estava capitalizado (o grande latifundiário); a Política Agrícola Comum teve como objeto principal estender as

linhas de acesso ao capital para o pequeno produtor rural, o qual pode adquirir maquinários e insumos agrícolas muitas vezes subsidiados pelos Estados.

Os países europeus assumiram com a PAC, o compromisso pelas explorações agrícolas do tipo familiar, com adoção de medidas estruturais para melhorar as condições de produção dessas unidades através da expansão de suas áreas e da modernização do processo produtivo. Mesmo assim, dado o caráter produtivista dessas políticas, algumas consequências negativas geradas são semelhantes, como o desequilíbrio regional e a exclusão dos produtores menos “eficientes”. (LOCATEL, 2006, p. 04)

Os agentes detentores do capital, mesmo tendo objetos diferentes de investimentos, criam disparidades regionais que se acentuam e geram conflitos no seio da União Europeia até os dias de hoje. Muitos destes conflitos estão relacionados ao discurso de desenvolvimento rural que cada país adota ao longo da história. Na década de 1960 até meados da década de 1980, por exemplo, a preocupação da União Europeia era diretamente o aumento da produtividade, a qual levaria para longe o espectro da fome e desenvolveria o espaço rural europeu.

Não obstante, estas prerrogativas acabam não vigorando e o rural europeu sofre hoje com a contradições entre a teoria da homogeneização e a realidade da heterogeneidade do espaço rural. Estas incoerências do processo de modernização denotam o aumento do êxodo rural e a concentração de capital.

Inserido neste contexto, quando pensamos em políticas de planejamento do turismo rural, analisa-se que organização deste setor no período da década de 1960 a 1980 esteve ligado as grandes disparidades criadas ao longo deste espaço/tempo pelo PAC. Citamos:

Las diferentes fases de desarrollo en las que se encuentra el turismo rural en unas y otras áreas europeas hacen aconsejable que se consideren dos ámbitos territoriales muy diferenciados en lo que respecta a la evolución de la actividad turística rural en Europa. (MONZONIS, 2006, p. 26)

As diferentes fases ressaltadas pelo autor estão relacionadas ao paradigma teórico de desenvolvimento rural que estava sendo implementado, gerando pontos de turismo rural luminosos (que possuem investimento de capitais) e pontos opacos (que não possuem investimento de capitais). A ideia

de espaços de luminosidade baseia-se nos autores Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001, p. 264,) os quais definem espaços luminosos e opacos a partir da intensidade de capital, tecnologia e organização de determinados lugares, sendo mais aptos a atrair investimentos.

A partir da década de 1990, a visão sobre o espaço rural começa a transformar-se. Surge um movimento em busca da qualidade e procedência dos alimentos. A preocupação da União europeia e as mudanças na Política Agrícola Comum se acentuam em 1992, após o denominado tratado da União Europeia³⁶. A envergadura teórica a partir deste ano começa a se relacionar com os conceitos de sustentabilidade alimentar e ambiental.

Esta preocupação surge dentro do paradigma ambiental e das práticas insustentáveis da revolução verde. Coube ao agricultor e as políticas que estariam por vir buscar uma transformação do modelo produtivista para o sustentável.

Os agricultores desempenham, portanto, dois papéis: a produção de alimentos que comemos e a gestão do espaço rural. [...] Agricultura e natureza influenciam-se mutuamente graças as reformas sucessivas no PAC, os nossos métodos agrícolas estão se tornando mais ecológicos. (UNIÃO EUROPEIA, 2012, p. 08)

Influenciado pela discussão ambiental e as pressões deste movimento, a Política Agrícola Comum se reformula. O apoio torna-se mais direto ao agricultor, aumentando significativamente a política de subsídios agrícolas ao espaço rural. Criam-se metas de produção e qualidade alimentar, sendo até mesmo estabelecidas premiações a produtores que atingem as mesmas.

Concomitante a estas mudanças de discurso e teoria, temos a criação de uma legislação específica não somente para a agricultura orgânica, mas também a gênese de um marco legal acerca do que seria considerado como alimento orgânico.

A PAC passa a centrar-se mais na qualidade dos alimentos. A política introduz medidas novas para apoiar o investimento nas explorações agrícolas, formação, melhor processamento e marketing. São dados passos com vista à proteção dos produtos alimentares regionais e

³⁶ Tratado da União Europeia (EU) é assinado em Maastricht, nos Países Baixos. Trata-se de um momento histórico, já que o tratado estabelece regras claras para a futura moeda única, bem como para a política externa e de segurança além do reforço a cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos.

tradicionais. Foi implementada a primeira legislação europeia em matéria de agricultura biológica. (UNIÃO EUROPEIA, 2012. p. 03)

A própria União Europeia define esta fase como a “segunda geração da Política Agrícola Comum”. A partir destas transformações, o turismo rural passa a desempenhar um novo papel para a sociedade europeia, surgindo como uma possibilidade de ofertar produtos locais que transformam o próprio conceito de rural para a população urbana.

A palavra sustentabilidade emerge com maior força, tornando o produtor rural o grande responsável pela preservação do meio ambiente. O manejo sustentável desponta como uma ferramenta essencial e as políticas agrícolas voltam-se para esta demanda.

la sostenibilidad tienen en el desarrollo turístico de las áreas interiores una doble importancia. Por una parte son los agentes determinantes en el equilibrio del crecimiento, lo que hace necesaria su preservación. Por otra parte, se configuran en la materia prima para el impulso del sector. Esto es, con su interrelación se convierten en los propios recursos o atractivos ante la demanda potencial (MONZONIS, 2006, p. 29)

A União Europeia formula uma nova política para o campo e o turismo rural passa a ser uma estratégia para os agricultores. O conceito de multifuncionalidade agrícola começa a ser utilizado de maneira mais intensa nos meios de comunicação e documentos oficiais.

No final da década de 1980, já se evidenciava a preocupação com espaços opacos do rural europeu. Surgem propostas de planeamento voltadas para áreas marginais e abandonadas até então por políticas públicas.

Considerando, por outro lado, que devido à existência de desvantagens permanentes a eficácia das estruturas de exploração nestas zonas apenas pode ser melhorada se as ajudas aos investimentos forem reforçadas e se puderem ser concedidas para investimentos limitados de carácter turístico ou artesanal que permitam combinar as atividades agrícolas com as atividades ligadas ao turismo. (UNIÃO EUROPEIA, 1985, p. 67)

Observa-se no discurso que o turismo a partir da multifuncionalidade da agricultura emerge como uma destas possíveis estratégias para reestruturar estas áreas. Artur Fernando Cristóvão (2000, p. 02) vai destacar que as zonas frágeis que possuem dificuldades também detêm vantagens territoriais, como, por exemplo, produtos artesanais, profissões tradicionais, produtos agrícolas

específicos, etc. Estes podem ser utilizados para pensar as políticas de planeamento do turismo rural e, porque não, do espaço rural.

Esta busca por uma nova organização do rural, principalmente em áreas que não dispunham de estrutura física para a organização de atividades económicas que pudessem garantir o sustento da família (quer seja pela distância dos grandes centros urbanos, pela ausência de infraestrutura, por negligência do poder público durante décadas, etc.) tornam-se centrais nas discussões teóricas. CRISTÓVÃO (2000, p. 01) define estas áreas a partir de um termo: “áreas rurais marginais” (as quais necessitam um olhar mais atento, tendo em vista o seu esquecimento durante anos).

Em vista da existência destas zonas marginais, a União Europeia busca na década de 1990 estratégias para diminuir o abismo entre os espaços opacos e luminosos no rural. Para atingir este objetivo, são criados programas de incentivo à produção agrícola, pautados em produtos com procedência e qualidade, diversificando a produção e reconhecendo as múltiplas funções do espaço rural.

Um dos programas que ganhou destaque foi o denominado LEADER (*Liaisons Entre Activités de Développement de L'Economie Rural*). O objetivo deste programa seria construir um novo entendimento de desenvolvimento rural.

Surge dentro da União Europeia como resposta aos interesses produzidos em torno da nova concepção de desenvolvimento rural, como medida para fazer frente a crise do mundo rural e da incapacidade constatada na implementação das políticas agrárias até o início da década de 1990, para [tentar] resolver problemas como esvaziamento populacional de determinadas regiões, envelhecimento e masculinização da população rural, degradação de recursos naturais, entre outros (LOCATEL, 2004, p. 353).

Este programa tem como princípio criar um equilíbrio no espaço rural que possibilite a reprodução socioespacial dos agricultores. Podemos observar que o mesmo não só foi a tentativa de uma mudança estrutural do desenvolvimento agrário europeu, mas também uma política compensatória ao paradigma de desenvolvimento adotado até os anos 1990.

Hasta estos años las zonas rurales desfavorecidas o bien habían cumplido su papel como suministradoras de mano de obra y recursos para el crecimiento y desarrollo de otras áreas (años sesenta y setenta), o bien habían «padecido» un enfoque agrarista-productivista de las políticas rurales que las situaba en franca desventaja respecto a

áreas rurales más dinámicas, que no contribuía a frenar la crisis de la sociedad y de la economía rural en estas zonas desfavorecidas (PEREZ, 2000, p. 97)

A história da denominada abordagem LEADER está dividida em três grandes projetos: O LEADER I, o LEADER II e o LEADER + (ou Plus). Os programas implantados a partir de 1991 vem com o princípio da aproximação entre os agentes planeadores das políticas do programa e a população local. Tem como objetivo uma política territorial integrada de planeamento e desenvolvimento rural.

O sucesso do programa deveu-se à estrutura criada e ao incentivo gerado pela política da União Europeia. Contudo, a sua implementação despertou um jogo de poderes à medida que agentes locais se beneficiavam dos incentivos monetários que eram colocados por este programa. “LEADER también fue concebido como un instrumento de poder, a diferentes niveles administrativos, y por su control disputaron los diferentes agentes de la escala local” (PEREZ, 2000, p. 97)³⁷

Mesmo com diversas controvérsias, LEADER foi um programa de sucesso, tendo uma grande expansão nos dois segmentos posteriores do programa (Tabela 04).

Iniciativas Leader	Número de grupos de ação local	Superfície abrangida	Financiamento UE
Leader I	217	367 000 km ²	442 milhões de euros
Leader II	906	1 375 144 km ²	1 755 milhões de euros
Leader +	893	1 577 386 km ²	2 105,1 milhões de euros

Tabela 04: Iniciativa do LEADER em números
Fonte: UNIÃO EUROPEIA, 2006. Organizado pelo autor.

As discussões sobre este programa são importantes para a presente pesquisa, pois grande parte dos investimentos são destinados a roteiros de turismo rural.

Dentro de los programas de iniciativa comunitaria hay que mencionar los programas LEADER, PRODER e INTERREG. Las dos primeras, bajo un enfoque de desarrollo multisectorial de las áreas rurales, han

³⁷ O programa, seus incentivos e resultados são muitas vezes utilizados para fins partidários, o que corrobora com a ideia de um programa de desenvolvimento que desperta relações de poder no âmbito local, regional, nacional e internacional. Para um aprofundamento nestas discussões; ver: PEREZ, 2000.

permitido importantes incentivos en zonas económicamente poco desarrolladas, en sus sucesivas etapas desde finales de los años 80 (por ejemplo LEADER I, LEADER II Y LEADER PLUS - actualmente en vigor-). Gran parte de los fondos destinados a los mencionados programas ha revertido en el turismo rural. Sirva como ejemplo que casi el 50% de los fondos del LEADER I se invirtieron en proyectos de turismo. (MONZONIS, 2006, p. 30)

Dessa forma, o panorama de turismo rural na União Europeia é influenciado diretamente por programas de incentivo a este segmento, tendo em vista a concepção que este pode revalorizar áreas até então abandonadas por políticas públicas. Dentro desta perspectiva, cabe a discussão: como estruturar uma política de planejamento do turismo que possibilite a permanência e a reestruturação do rural europeu? Qual seria a pedra angular deste movimento? As respostas a estes questionamentos relacionam-se com as mudanças que acompanham a própria visão do rural pelos agentes do planejamento. A visão do rural denota olhares principalmente sobre multifuncionalidade da agricultura, trazendo a ruralidade a partir das identidades territoriais.

Esta nova legitimidade é fundada na percepção do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde. Figueiredo (1999, p. 263) sublinha também que “... os urbanos têm desenvolvido uma crescente procura de bens materiais e ambientais, à qual, aparentemente, somente o meio rural (particularmente os meios que os modelos de desenvolvimento dominante das últimas décadas deixaram à margem) é capaz de dar resposta. (CRISTÓVÃO, 2000, p. 03)

O rural deixa de ser encarado com um espaço unilateral de produção de bens alimentares para transformar-se em um espaço de reprodução da vida, aparecendo a autopoiesis de sua organização, utilizando a mesma para o turismo. Além disso, o campo torna-se de certa forma um espaço de “consumo”, tanto de produtos como de simbologias.

A região do Alto Douro Vinhateiro e a produção do vinho do Porto é um exemplo característico destas mudanças. Seu planejamento enquanto roteiros turísticos acompanha não só os programas mencionados anteriormente, mas também as políticas nacionais que começam a pensar o rural a partir de uma perspectiva de desenvolvimento territorial.

Este desenvolvimento é voltado ao turismo nesta região pela simbologia criada a partir da identidade territorial dos atores sociais. Nesta perspectiva, originam-se ações e programas que visam melhorar a infraestrutura para a

população local e por consequência para o turismo. Javier Solsona Monzoní (2006, p. 29) corrobora com esta perspectiva ao destacar que “han existido muchas acciones y programas que estando orientadas a otros aspectos del mundo rural, han permitido la mejora de las condiciones del entorno rural para la práctica de la actividad [...]”.

Por fim, em conjunto com as políticas da União Europeia, destaca-se o incentivo dos Estados para o desenvolvimento do turismo rural. Após esta discussão sobre as mudanças no espaço rural na União Europeia, adentramos agora nas políticas do Estado Nacional Português e a forma como o mesmo vem estruturando o planeamento rural e o turismo.

4.1.2 O espaço rural Português: da modernização a realidade do esquecimento

Inserido no contexto histórico mencionado anteriormente, o Estado Português possuiu o desenvolvimento da agricultura e as políticas de turismo rural relacionadas a Projetos vinculados tanto a União Europeia (LEADER I, II e LEADER +), como também por incentivo do Estado Nacional. Este último estimulou a criação de projetos e planos de desenvolvimento do turismo em áreas específicas, como no Alto Douro Vinhateiro.

Para compreender estes projetos de turismo que se instalam em diversas regiões portuguesas, deve-se analisar o contexto histórico que os agricultores estavam inseridos. Os mesmos, ao longo da década de 1960, tornam-se dependendo das integrações verticais do mercado. Podemos pensar nesta conjuntura a partir da subordinação do agricultor ao grande capital. Neste momento, temos uma redução significativa de sua autonomia; como afirma José Vicente Tavares dos Santos (1978, p. 15), o trabalho está submetido ao capital, tornando o agricultor dependente de empréstimos, financiamentos, etc., criando a falsa sensação de autonomia que logo será substituída pela subordinação.

O espaço rural torna-se então uma arena de forças e disputas territoriais, nas quais atores sociais criam na escala local horizontalidades e são subordinados a um macroescala de verticalidades mercadológicas. Milton Santos nos lembra que o território é uma arena de forças que opõe o mercado e a sociedade civil:

O território é a arena da oposição entre o -mercado - que singulariza com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. O território e suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 2006, p. 175)

As decisões que antes eram de âmbito local, tornam-se agora estranhas aos atores sociais do espaço rural. As verticalidades predominam e acabam influenciando grande parte do território português. Assim, créditos internacionais são postos à disposição das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do capital (SANTOS, 2006, p. 194). Os atores locais que residiram durante décadas no espaço rural não conseguiram competir com o grande capital que territorializa-se, ocasionando a perda de autonomia e, em muitos casos, a migração para os centros urbanos.

Outro fator significativo de mudanças do rural português foi seu ingresso na União Europeia no ano de 1986, o que contribuiu significativamente para o maior abandono do espaço rural a partir da discrepância entre os investimentos no rural e urbano. Desenvolveu-se, por conseguinte, uma atratividade no espaço urbano e a “desvalorização” do rural enquanto discurso político e ideológico. Consequentemente, criou-se vazios demográficos e o envelhecimento da população que residia no interior do país.

Em meados do século XX os campos do país entraram num processo de mudança traduzido num triplo movimento de perda demográfica, retração dos usos agrícolas do solo e desenvolvimento da atividade turística. Por volta de 1960, as freguesias rurais de Portugal entraram num processo progressivo de perda demográfica que inverteu a tendência de crescimento contínuo que se vinha verificando desde os finais do Antigo Regime. Este decréscimo populacional deveu-se aos movimentos migratórios em direção às áreas mais industrializadas de Portugal, da Europa e da América do Norte e à consequente emergência de uma taxa de crescimento demográfico negativa, em que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos. (SILVA, 2009, p. 21)

Este decréscimo da população foi acompanhado ao longo dos anos de 1980 por um processo de sucateamento da infraestrutura do campo. Em conjunto com este processo, desvalorizou-se o patrimônio rural material e imaterial por parte do Estado e dos agentes privados.

Os reflexos da Política de Portugal sobre o espaço rural durante a segunda década do século XX ainda influencia significativamente a estrutura populacional deste país, refletindo-se na organização produtiva atual. Ao observamos o uso da mão-de-obra Agrícola Familiar em Portugal tendo como referência o período de 1999 até 2013, fica claro que a desvalorização do rural português no período mencionado ainda se apresenta como uma realidade. (Gráfico 04)

Gráfico 04: Uso da Mão-de-obra agrícola familiar – Portugal
Fonte: Base de dados do INE, 2015. Organizado pelo autor.

O gráfico demonstra que a política adotada ao longo do processo de implementação dos ideais da revolução verde no espaço rural português criou problemas que ainda não foram superados. Observa-se que:

Nas últimas quatro décadas, a aplicação de novas tecnologias na produção agrícola conduziu a uma drástica diminuição do número de trabalhadores e do volume de trabalho. Em 1973, o sector agrícola empregava mais de 30% da população ativa em Portugal, enquanto em 2001 este valor rondava os 9%. Os agricultores passaram em muitas comunidades rurais a constituir aquilo que H. Newby (1979 citado em Rogers 1989, 107) designa como «comunidades encapsuladas», sendo que a diminuta população agrícola, incluindo proprietários e trabalhadores, encontra-se rodeada por outros grupos sociais que não têm qualquer relação com a agricultura. (SILVA, 2009, p. 22)

A ideia de comunidades “encapsuladas” centra-se no pressuposto do enclausuramento espacial que os agricultores acabam sofrendo. De um lado pela territorialização de grandes investidores (grupos sociais estranhos as necessidades locais) e de outro a partir da indústria de insumos agrícolas, a qual pressupõe uma adesão a determinados pacotes ou a perda de competitividade no mercado devido a oferta de produtos.

Outra perspectiva de calamidade do espaço rural português está relacionado ao envelhecimento da população. O último censo português (2014) demonstrou que ainda existe um aumento significativo da população idosa em contrapartida a uma baixa taxa de natalidade. (Gráfico 05)

Gráfico 05: índice de envelhecimento da população rural – Portugal

Fonte: Base de dados do INE, 2015. Organizado pelo autor.

O gráfico demonstra que no período de 2010 até o ano de 2014, todas as áreas rurais portuguesas evidenciaram um significativo aumento no índice de envelhecimento da população rural. Além disso, destaca-se neste processo a ausência da renovação populacional.

Gráfico 06: Taxa bruta de natalidade (‰) Áreas predominantemente rurais
 Fonte: Base de dados do INE, 2015. Organizado pelo autor.

Um dos problemas gerados por este processo de calamidade nas últimas três décadas é o aumento significativo da concentração de terras, oriundo da venda de propriedades a agentes econômicos detentores de capital. O autor Artur Cristóvão (2007, p. 16) nos lembra que o esvaziamento do rural português implica não somente no abandono do campo, mas também o fim de uma cultura tradicional e um modo de vida que se perde no esquecimento da modernização agrícola.

Menos gente significa, cada vez mais, dado a idade avançada dos ficam e a juventude dos que saem, a dificuldade ou impossibilidade da transferência intergeracional de saberes populares, muitas vezes instrumentais para a valorização dos recursos locais, naturais e outros. São os saberes sobre as culturas, os animais e os sistemas agrícolas e florestais, sobre a fauna e a flora bravias, sobre os rios, os solos, o fabrico de queijos, enchidos e artesanato, sobre as riquezas e as agruras do quotidiano agrícola e rural. (CRISTOVÃO, 2007, p.16)

Por fim, os dados do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT) sobre a população rural que reside em Portugal demonstram a tendência da diminuição da densidade demográfica nos últimos nove anos; o que torna verídico a premência do abandono do espaço rural pela população.

Gráfico 07: Densidade populacional do espaço rural Português.
 Fonte: Base de dados da EUROSTAT, 2015. Organizado pelo autor.

Frente a este problema causado pela modernização agrícola que está latente no rural português, o Estado tem buscado alternativas nos últimos vinte anos para corrigir este caminho tortuoso que vai levando o rural ao declínio. Um dos pilares desta reestruturação é o planeamento rural a partir do turismo

4.1.3 um possível caminho de reestruturação: o turismo rural português

O turismo rural surge neste quadro dramático como uma possibilidade de planeamento para inverter a situação exposto acima. Dentro desta perspectiva deve-se ressaltar que este segmento sofre duras críticas, principalmente por ser apontado como uma espécie de “salvação” do rural.

De uma forma geral, esta retórica encontra-se em relação direta com as novas visões sobre a diversificação da economia rural e a valorização dos recursos endógenos, associadas à ideia de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de alimentos. É, no fundo, um espaço multifuncional, que, a par das suas atividades agrárias tradicionais (agricultura, pecuária e silvicultura), pode também desempenhar funções ambientais e territoriais (Ribeiro, 1999, p. 23)¹. Na verdade, é reconhecido que o mundo rural tem hoje um valor simbólico para os urbanos. (CRISTOVÃO, 2007, p.03)

O desafio apresenta-se aos planeadores do turismo rural, os quais não somente devem olhar os dividendos que este possa gerar, mas sim o pilar básico

que estrutura este segmento: a população local e sua identidade. Como já mencionado, por mais que existam críticas ao turismo rural, o mesmo insurge como uma possível estratégia para reestruturação de áreas que sofreram um forte impacto da modernização agrícola.

Tendo em vista esta possibilidade, a partir da década de 1980, aparecem formas de planejamento que buscam superar o quadro de abandono e trazer novas alternativas para o mundo rural. Estas tentativas de mudanças estão inseridas nas já mencionadas transformações da Política Agrícola Comum, como afirma Manuel Carlos Silva:

Também em Portugal, perante o declínio da atividade agrícola, autores como Avillez (1997:17), em parcial consonância com algumas das diretivas da comissão e do conselho da União Europeia, apontam dois princípios sobre a evolução e reforma do PAC: (i) O princípio da multifuncionalidade, pelo qual se atribui ao espaço rural comunitário, para além da produção de alimentos, uma variedade de funções nomeadamente a conservação do ambiente, dos recursos naturais, da paisagem e o fomento ao turismo rural. (SILVA, 2000, p. 61)

O turismo sendo categoria vinculada ao mundo rural e ao seu modo de vida se desenvolve dentro do planejamento do estado Português a partir do final da década de 1970. A gênese da inserção desta categoria está vinculada ao denominado turismo de habitação, tendo seu planejamento no Decreto Regulamentar n.º 14/78.

Este decreto normatiza os denominados “aldeamentos turísticos”, definindo como:

Os conjuntos turísticos constituídos por um complexo de instalações interdependentes, objeto de uma exploração integrada, que se destinem a proporcionar aos turistas, mediante remuneração, qualquer forma de alojamento para-hoteleiro, acompanhado de serviços acessórios e com equipamento complementar e de apoio. (PORTUGAL, 1978, Art. nº. 01)

Neste contexto, o espaço rural se enquadra na normatização supracitada, possibilitando aos agricultores recorrerem a linhas de financiamento que contemplem os aldeamentos turísticos. Contudo, a normatização explícita sobre o turismo rural surge somente na década de 1980. A partir deste período, a Política Agrícola Comum na União Europeia transforma-se para suprir um problema criado nos anos anteriores.

Em Portugal, nos anos oitenta, temos a gênese de diversos decretos que visam regulamentar o turismo de habitação, como, por exemplo, o Decreto-Lei n.º 423/83 e o Decreto-Lei n.º 251/84, os quais criam o regime de inserção do turismo de habitação na oferta turística portuguesa, decretando que o mesmo “não se esgota na exploração de alojamento turístico” (SILVA, 2009, p. 33).

Dois anos após o Decreto-Lei n.º 251/84, é lançado um novo decreto que regulamenta a atividade do turismo rural. O decreto-lei de nº 256/86 estabelece o Plano Nacional de Turismo em Portugal, sendo inserido o termo turismo de habitação nas zonas rurais, com vias de valorização e proteção ao patrimônio cultural e reconhecimento da arquitetura regional como forte expressão do turismo.

A definição do turismo rural começa a galgar uma maior autonomia, principalmente a partir do artigo n.º 03 do ano de 1996, o qual defini o turismo rural como:

Reveste a forma de turismo rural o exercício da atividade a que se refere o artigo 1.º em casa rústica com características próprias do meio rural em que se insere, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele e satisfazendo os demais condicionalismos aplicáveis. (PORTUGAL, 1986. Art. nº. 03)

A demarcação busca ainda de maneira superficial demonstrar a preocupação com a conservação do patrimônio rural e das suas características próprias como forma de atrativo para os turistas. Além disso, ao longo do decreto, há a regulamentação da atividade, bem como a inserção da mesma em um cadastro nacional de turismo rural, o qual será de suma importância para o acesso a linhas de créditos e subsídios. (Artigo n.º 05, 06 e 07 do Decreto-Lei n.º 251/86)

Tão importante quanto o artigo n.º 03, destaca-se o artigo n.º 28 do referido decreto, o qual vai regulamentar a tentativa de harmonização das práticas turísticas com a realidade de cada região, demonstrando-a preocupação com a heterogeneidade das atividades rurais nas diversas regiões portuguesas.

Após as discussões que desenvolvem toda a política e regulamentação do turismo rural, no ano de 1987, no decreto de lei nº 05/87, temos pela primeira vez a clareza sobre o tipo de organização desta atividade, relacionando está diretamente a agricultura familiar.

O turismo rural e o agro-turismo, definidos no Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de agosto, são formas de acolhimento de natureza familiar destinadas a prestar aos turistas um serviço personalizado e a facilitar-lhes o contato com o mundo rural. (PORTUGAL, 1987, Art. nº. 01)

Observa-se que existem mudanças legais para a valorização da agricultura familiar e o modo de vida rural como um dos principais atrativos para o turista rural. Como destaca Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 212) a imagem do turismo rural [...] precisa ser entendida segundo histórias, geografias, sociologias, literaturas, mitologias, políticas, publicidade e outras informações que dão cor e ânimo aos tipos humanos e lugares”.

O Estado português, a partir das medidas mencionadas, demonstrava a preocupação em preservar a imagem do rural e suas diversas facetas, tendo em vista que o modo de vida e a identidade territorial se tornam um possível atrativo para o turista. Desta forma, destaca-se que a pedra angular do turismo rural português centra-se na agricultura familiar e no seu modo de vida³⁸.

Onze anos após toda a regulamentação, o decreto de lei nº 169/97 vai substituir o decreto de lei 251/86 e, por conseguinte, trazer a ideia de turismo no espaço rural.

Turismo no espaço rural consiste no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. (PORTUGAL, 1997, Art. nº. 01)

Seguindo a própria problematização da definição de turismo rural e turismo no espaço rural no presente trabalho, o Estado Português define o turismo rural como uma subdivisão do turismo no espaço rural. Este último possui uma serie de subdivisões: a) Turismo de habitação; b) Turismo rural; c) Agro-turismo; d) Turismo de aldeia; e) Casas de campo.

³⁸ A realidade e teoria são bem distintas: enquanto as legislações buscam preservar a agricultura familiar, observamos o movimento contrário na realidade, pois, a ausência de infraestrutura no rural português bem como outras problemáticas já elencadas demonstram a diminuição da mão de obra familiar no espaço rural de Portugal.

O papel do turismo no espaço rural seria a ocupação de tempo livre dos turistas, sendo este o responsável pela divulgação das características locais, como tradições, património, produtos, gastronomia, etc. das zonas rurais³⁹.

No mesmo decreto, define-se as formas de hospedagem do turismo rural, evidenciando uma preocupação com a arquitetura local, qual deve preservar as características específicas para não romper com a ambiência da ruralidade. A preocupação eminente está relacionada a preservação das características originais (que devem ser mantidas nos planos de turismo – como será analisado posteriormente), buscando fugir da falsificação da ruralidade.

Toda esta normatização incidiu diretamente nas possíveis linhas de créditos e subsídios que os agricultores portugueses teriam acesso bem como na legislação trabalhista. Por exemplo, ao observarmos o gráfico compilado pelo autor português Luís Silva (gráfico 08), evidencia-se o aumento significativo da importância do acesso ao capital que as regulamentações e programas como o LEADER e outros de carácter Estatal possibilitaram o desenvolvimento da atividade.

Gráfico 08: número de estabelecimentos e camas do Turismo no Espaço rural (1984-2007)

Fonte: SILVA, 2009. p. 45

³⁹ Consideram-se zonas rurais as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural. (PORTUGAL, 1997, Art. nº. 03)

Observa-se, então, aumento significativo de camas em comparação com o número de propriedade que utiliza o espaço rural. Este movimento decorre, principalmente, pelo incentivo a melhorias na qualidade e capacidade de alojamento no espaço rural a partir de projetos e linhas de financiamento. Mesmo com tentativas de organizar de forma igualitária o turismo rural, em termos de regionalização existe um abismo significativo entre as regiões portuguesas.

Com a finalidade de compreender as disparidades regionais e espacializar o fenômeno do turismo rural em Portugal, metodologicamente o presente trabalho utilizou como base de dados as Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – NUTS. Esta regionalização foi criada pela EUROSTAT em conjunto com os Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos diferentes países da União Europeia.

Em Portugal, a regionalização baseia-se em dados populacionais. A NUTS possui como base demográfica mínima de 3 milhões a 7 milhões de habitantes. A NUTS II tem como critério o mínimo de 800 mil e o máximo de 3 milhões; e por fim a NUTS III tem como parâmetro populacional, 150 mil habitantes e com o número teto de 300 mil habitantes.

Na presente pesquisa, foram utilizadas como base duas regionalizações oficiais: a NUTS II, que subdivide Portugal em sete unidades, cinco no continente (Norte, Algarve, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo) e duas regiões administrativas (Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) e a NUTS III⁴⁰, que regionaliza Portugal em 25 unidades territoriais, que em 2015 passaram se denominar “unidades administrativas”.

A partir dos critérios de regionalização aqui utilizados podemos constatar uma significativa concentração do turismo rural. A centralização dos principais roteiros ocorre em três regiões: Norte, Centro e Alentejo. A infraestrutura relacionada ao turismo rural vem aumentando principalmente nestas três áreas, desde roteiros de turismo rural até o aumento de número dos bens territoriais turísticos. Doravante, o turismo rural ainda se apresenta como um desafio, tendo em vista que as disparidades regionais inviabilizam muitas vezes a distribuição

⁴⁰ A regionalização com Base na NUTS III será utilizada para a discussão sobre o turismo no Douro.

de financiamentos e, por conseguinte, corroboram para a construção de espaços opacos e luminosos de turismo rural.

Em face a isso, podemos constatar que as políticas de planeamento do turismo rural em Portugal ainda carecem de uma melhor distribuição no território. Existe uma flagrante concentração de capital e, por conseguinte, um quadro de problemas estruturais.

As regiões com maior capacidade de alojamento, quer a nível do número de estabelecimentos quer das camas disponíveis foram o Norte (37,5% do total de estabelecimentos e 36,5% das camas), o Alentejo (22,1% e 25,7%) e o Centro (18,7% e 18,4%). A procura e ocupação dos estabelecimentos fixou-se em 371,6 mil hóspedes e 855,7 mil dormidas, movimento que correspondeu a aumentos de 14,7% e 14,9%, respetivamente. (PORTUGAL, 2014, p. 51)

O crescimento do turismo rural como uma possível estratégia de revitalização do espaço rural português não atinge de maneira igualitário o todo o território, seja pela atratividade, pela infraestrutura ou por investimentos públicos e privados. Esta afirmação pode ser constada a partir do número de dormidas nos estabelecimentos de turismo rural e de habitação.

Gráfico 09: Dormidas nos estabelecimentos de turismo rural e turismo de habitação
Fonte: Base de dados do INE, 2015. Organizado pelo autor.

Por mais que exista um aumento significativo da procura pelo turismo rural, é sabido que entre a teoria e a prática há um mar de possibilidade e aplicabilidades. A legislação portuguesa, mesmo possuindo uma estruturação e regulamentação para a prática do turismo rural, não conseguiu criar uma

harmonia. As disparidades regionais e os problemas no espaço rural ainda são latentes.

Políticas agrícolas, como o PAC, LEADER e demais projetos do Estado Português, acabam gerando além de incentivos, desigualdades. A autora Elisabeth Kastenholz destaca:

Muitas das áreas rurais em Portugal vivem um círculo vicioso de desvalorização da sua função produtiva tradicional, pelo declínio da agricultura, de uma consequente perda de populações e envelhecimento das comunidades que permanecem, observando-se uma ausência de investimentos relevantes, e até um desinvestimento em serviços e equipamentos públicos e privados, também devido a uma falta de aposta pública de discriminação positiva contrariando o efeito da desertificação do espaço rural. (KASTENHOLZ, 2014, p. 01)

Este circuito de desvalorização rural tem ligação ainda com a estruturação do capital e a sua distribuição pelo espaço rural português. Um dos principais problemas desta desvalorização está relacionado ao abandono do campo, ao modelo agrário industrial ainda não superado e a concentração de terras que vem se destacando nos últimos anos.

As verticalidades das decisões (em termos de Estado Português) favorecem o grande capital internacional. As centralidades europeias vêm dificultando a própria reestruturação do espaço rural deste país. Produtos com um valor menor tem adentrado no território, tornando inviável a competitividade dos pequenos agricultores familiares.

As medidas impostas pelos mercados mundiais hegemônicos acabam criando no espaço rural português um deserto de pessoas, e, nas palavras de Artur Cristóvão: “espaço abandonado é espaço que empobrece” (CRISTÓVÃO, 2007, p. 03).

Este empobrecimento denota que é necessário reinventar políticas públicas que possibilitem a manutenção das populações do espaço rural. Um dos conceitos que vem crescendo significativamente em Portugal é a mencionada multifuncionalidade. Contudo, mesmo a multifuncionalidade, turismo no espaço rural, turismo rural, etc. todas estas estratégias de manutenção dos agricultores no espaço rural estão cada vez mais a mercê dos atores internacional.

A consequência deste processo é clara: o rural português se esvazia de pessoas, de histórias e geografias. Um triste fim para estes sujeitos históricos.

Cabe então aos planejadores do Estados, teóricos, estudiosos, a sociedade civil, entre outros, analisar esta realidade e buscar soluções igualitárias em conjunto, pois, com as formas de planejamento até então adotadas, inclusive no rural brasileiro, estamos tapando o sol com a peneira.

Frente a estes problemas, o turismo rural, busca, na medida do possível, tornar-se uma válvula de escape para situações de desvalorização não só do espaço rural, mas também do modo de vida que existe nele. Iremos a partir do próximo tópico analisar como um destino de turismo rural pode planejar o seu território a partir de sua identidade e reinventar estratégias para a manutenção do agricultor no espaço rural. Não obstante, também veremos como o capital vem se organizando para se utilizar desta identidade ao seu favor.

4.2 O Alto Douro Vinhateiro: uma análise regional

Os caminhos que saem da cidade de Porto e se dirigem à denominada região do Alto Douro Vinhateiro nos remetem a belezas paisagísticas sem igual.

Agora vou lembrar o que é o douro regional, o que são as montanhas em que se cultiva, colhe, feitoria e embarca o vinho português, comercialmente chamado de Porto [...], falo aos que não conhecem a região – Tão distante do Porto e da sua geologia, e dos seus costumes, e das suas tradições. E aos que não conhecem, em verdade lhes digo que ignoram uma das mais características regiões da Europa - Fisionomia vincada de relevos pessoais, forte como a vida e calma como a morte. (COSTA, 2012, p. 53)

O trajeto seguido pelo rio Douro é cunhado pelas vertentes dos paredões da margem esquerda e direita deste em conjunto com a bela planície fluvial, que cria meandros tanto na paisagem como em nossos pensamentos.

A distinção entre a região do Douro e o Porto está intimamente ligada aos a estruturas espaciais nas quais os mesmos estão inseridos - urbana e rural. Esta possibilita uma diferenciação clara entre modos de vidas, os quais criam formas de ver e encarar o mundo que se diferem do Rio ao Porto; do plantio às balanças comerciais internacionais, da identidade territorial ao uso da mesma para a reprodução do capital.

Para entender o processo que culmina com o Vinho do Porto e o Douro como marca regional/internacional, torna-se necessário compreender sua história, as relações no território bem como sua estrutura de planejamento; a

qual tem em um de seus pilares, na atualidade, o turismo rural pautado na identidade territorial criada na conjunção entre o comércio e a produção do vinho.

4.2.1 Caracterização da região do Douro

A denominada região do Douro está localizada no nordeste de Portugal, possuindo uma área aproximadamente de 250.000 hectares⁴¹. Esta região se estende de oeste para Leste do Mesão Frio (uma vila Portuguesa pertencente ao Distrito de Vila Real) até o Freixo da Espada à Cinta (Vila Portuguesa pertencente ao distrito de Bragança) sendo dividida em três recortes: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior. (Mapa 09)

Mapa 09: Localização das Sub-Regiões do Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

⁴¹ Ver Mapa 02 – Página 26.

As sub-regiões do Douro denotam o processo de ocupação, a densidade demográfica e as diferentes paisagens que se estende ao longo do leito fluvial. Este percorre uma distância de 195 quilômetros em território português e cerca de 135 quilômetros em uma área de intersecção entre a Espanha e Portugal.

O rio Douro é um dos principais referenciais simbólicos e econômicos do Estado português, sendo o único rio de Portugal navegável, possuindo a possibilidade de integração internacional (com a Espanha) e fazendo parte do imaginário social da população. A caracterização dos três recortes supracitados e sua subdivisão centra-se principalmente a partir da hidrografia, a qual divide a região.

Em termos de regime hidrográfico, o rio Douro possui uma abrupta diminuição de altitude desde a entrada em terras portuguesas. Nos seus primeiros 130 quilômetros diminui-se de altitude cerca de 400 metros, tendo as maiores quedas no Douro Superior, o que dificultou a navegação durante um longo período histórico, sendo superada pela primeira vez a partir do Barca Rabelo. O Douro Superior possui uma maior importância em relação a integração com a Espanha, mas em termos de desenvolvimento é a sub-região que mais sofreu com o isolamento territorial.

Desta forma, a região que possui uma maior integração econômica e turística centra-se na área entre o Baixo Corgo e o Cima Corgo. Em termos de vitivinicultura, a área de vinha assume maior importância no Baixo Corgo, onde ocupa cerca de 32,2% da área desta sub-região. (Tabela 05)

Sub-Região	Área Total (ha)	%	Área com vinha (ha)	% da Área total
Baixo Corgo	45.000	18	14.501	32,2
Cima Corgo	95.000	38	20.915	22,0
Douro Superior	110.000	44	10.197	9,3
Total	250.000		45.613	18,2

Tabela 05: estrutura fundiária da vitivinicultura na região do Douro.

Fonte: IVDP, 2010. Organizado pelo autor.

A área da vinha é trabalhada por aproximadamente 33.000 viticultores, possuindo cada um deles, em média, cerca de um hectare de vinha. São os pequenos produtores que têm um grande peso na produção de Vinho do Porto

(IVDP, 2010. p. 30). Em termos de ocupação territorial, predomina a pequena produção em propriedades essencialmente familiares.

Com relação à climatologia, a mesma apresenta-se como tipicamente mediterrânea, sendo mais acentuada à medida que se adentra na região (RIBEIRO, 2000, p. 11). Devido aos vales profundos denominados de Mesões (figura 20), as montanhas que cercam a região criam uma climatologia própria com invernos de baixa temperatura e verões quentes e secos.

Figura 20: Mesões ao longo do Rio Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014UNESCO.

A distribuição pluviométrica é mais intensa de dezembro a janeiro. Os verões quentes, com uma média de 25 a 30 graus Celsius nos meses de junho e julho possibilitam que a uva ganhe mais em açúcar, o que torna especial a região e o vinho.

A cobertura vegetal também se apresenta com uma característica mediterrânea, com plantas nativas como carvalhos, a azinheira e o teixo; além disso existem as exóticas como eucalipto, acácia, a oliveira e a vinha; sendo esta última a que mais impactou na paisagem natural.

Assim, o Douro caracteriza-se por uma região heterogênea intensamente impactada pela ação humana, tanto na construção de socalcos para a produção vinícola que alteram o relevo, como na construção de barragens ao longo do rio. O Douro possui uma paisagem única, a qual é patrimônio da humanidade pela UNESCO e que salta o olhar do turista que busca a essência da ruralidade portuguesa. Para entender as autopoieses rurais que são criadas no Alto Douro Vinhateiro é imprescindível compreender a história da ocupação espacial que deu origem a primeira região de denominação de origem do mundo.

4.2.2 O vinho do Porto: a primeira denominação de origem do Mundo

O vinho do Porto constitui, sem dúvida, o mais importante produto da história económica portuguesa dos últimos três séculos. (MARTINS, 1988, p. 381)

A frase do autor português Conceição Andrade Martins respalda-se na importância do Vinho Porto ao longo da história, constituindo-se como o principal produto de Portugal ao longo do século XVIII. Desde então, não só sua produção cresceu, mas também sua importância em termos internacionais. Além disso, o número de videiras e a expansão das mesmas desde o referido século até os dias atuais vem aumentando, mantendo o vinho do Porto como um pilar essencial da economia da região do Douro e do Estado Português.

Historicamente, os primeiros registros da produção vinícola na região datam do século I a.C., Não obstante, é devido as intensas guerras entre Inglaterra e França ao longo dos Séculos XV, XVI e XVII que o vinho do Porto ganha maior importância no mercado.

O Porto, no papel de marca regional, tem sua gênese ainda no século XIV, quando a conjuntura política e econômica europeia com relação ao vinho transforma-se drasticamente. A França, um dos países mais tradicionais em produção e exportação de vinhos altera suas taxas de exportação neste período, aumentando significativamente o valor dos impostos sobre este produto devido a confrontos com a Inglaterra.

Ao aumento de taxas de exportação dos vinhos de Bordéus, altamente apreciados em Inglaterra, respondeu o rei inglês Carlos II com um boicote. Este ato obrigou os ingleses a procurarem outros mercados produtores de vinho, ganhando alguma vantagem o vinho do Douro, pelo facto de no Porto existir uma forte colónia inglesa, particularmente ligada à área têxtil. (LEITÃO, 2015, p. 77)

Desta forma, temos a inserção do vinho produzido na região do Douro e exportado pela cidade do Porto nos mercados ingleses. A relação comercial entre Portugal e Inglaterra ao longo dos séculos começa a se consolidar, tendo como um grande marco histórico o ano de 1703, com o tratado de Methuen.

O interesse de Portugal em adentrar no comércio inglês estava relacionado com o fato de a Inglaterra ser o maior mercado consumidor mundial, possuindo um grande dinamismo econômico. Por consequência disso, os

interesses em comercializar com a Inglaterra se consolidavam a partir do referido tratado.

Com a estabilização da política de exportação do vinho Porto para a Inglaterra, a partir do século XVIII, Portugal vê seu mercado vinícola despontar como uma pedra angular da economia.

O comércio com a Inglaterra cresceu rapidamente na viragem do século XVII para o século XVIII (passou de 3800 hl/ano em 1678-79 para 48400 hl em 1690-99 e 104 400 hl em 1720-29) e em finais do século XVIII (subiu de 131 000 hl/ano na década de 1770 para 282 000 hl duas décadas depois) [...] Entre 1740 e o final do século, cerca de 75 % do vinho comprado pela Inglaterra no mercado internacional era português e, deste, 90% era vinho do Porto. (MARTINS, 1988, p. 397)

Este aumento substancial da procura incide diretamente sobre a produção, tendo um alastramento geográfico das videiras para outras regiões de Portugal que visavam atingir o mercado inglês usando a imagem do vinho Porto. A partir deste momento, o Estado orienta uma política de protecionismo que incidirá sobre a produção de vinho e a região do Douro. Trata-se da primeira delimitação geográfica que visava o protecionismo territorial de um produto. Cria-se, na região do Alto Douro Vinhateiro a primeira denominação de origem: o vinho do Porto.

Obviamente que esta atitude do Estado português tinha como intuito não proteger os agricultores, mas sim garantir um preço satisfatório e manter uma qualidade de seu produto para o mercado inglês. Para tanto, Marquês de Pombal cria em 1756 a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Anexo 01).

A intencionalidade era regulamentar a produção e o comércio do vinho do Porto.

De acordo com o diploma da instituição da Companhia, foi criada a partir de uma representação enviada ao rei pelos lavradores do Alto Douro e homens bons da cidade do Porto, com o objetivo de sustentar a reputação dos vinhos do Douro, a cultura das vinhas e beneficiar o comércio de tal produto, estabelecendo para ele um preço regular, de forma a evitarem-se os preços excessivos que tanto prejudicavam os lavradores como os negociantes, assim como de travar a adulteração dos vinhos estruturais, como sucedia com a «multidão de taberneiros» da cidade do Porto. (SOUZA, 2009, p. 44)

A ideia de nacionalizar a produção, bem como estabelecer regras gerais para manter o valor do produto veio institucionalizada pelo Estado. A política

pombalina centrava-se no pressuposto que o Estado é o grande responsável pelo ordenamento territorial. Assim, deste deve partir a criação de medidas que assegurem as melhores condições econômicas para o desenvolvimento do país, e, por consequência, de determinadas regiões. Seria então papel do Estado a organização do espaço a partir do planejamento territorial.

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e da infraestrutura, [...] Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. (MORAES, 2005, p. 43)

De tal modo, a centralização e regulamentação da produção do vinho Porto, a partir de 1756 passa a ser desempenhado em grande parte pelo Estado Português. A demarcação do território para a constituição da primeira região com uma denominação de origem seria responsabilidade de uma política nacional. (Anexo 02).

É possível observar então que a primeira delimitação não possui uma organização que fixa limites territoriais do plantio da uva e da produção do vinho, mas sim um cadastro com produtores e quintas. Estes teriam o direito de plantar a uva, produzir o vinho e vendê-lo para determinadas lojas que comercializariam direto com outros países.

Após este levantamento que levou a formação das quintas que poderiam plantar uvas e produzir o vinho Porto, temos a primeira demarcação territorial entre os anos de 1757 e 1761:

A Companhia das Vinhas do Alto Douro ordenou que se procedesse à demarcação dos terrenos do Douro capazes de produzir vinho idêntico ao que tradicionalmente se exportava para a Inglaterra⁴³. Através da demarcação, Pombal limitou geográfica e quantitativamente a produção de vinho do Douro e, através da Companhia, fomentou e fiscalizou a cultura da vinha no Alto Douro. (MARTINS, 1988, p. 400)⁴²

Um dos objetivos claros desta era a proibição que outras localidades utilizassem o nome “vinho do Porto”, visando proteger e garantir a qualidade deste produto. Contudo, destaca-se que neste período em outras localidades era

⁴² Para delimitar a região, foram instalados 335 marcos de granito espalhados pelo território do Douro (anexo 03).

comum o uso da marca (a mesma já possui um valor simbólico nos mercados internacionais) pelos então denominados vinhos do Sul de Portugal. Para viabilizar e delimitar a produção, Marquês de Pombal em conjunto com a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cria uma série de regras que visam estabelecer os parâmetros da produção e comercialização do produto. Como atributo da companhia destaca-se:

- a demarcação dos terrenos do Alto Douro em que o vinho de embarque devia ser produzido;
- a qualificação dos vinhos produzidos no distrito da demarcação, de primeira, segunda e terceira qualidades (este último, também designado por vinho separado);
- o controlo da genuinidade do vinho de embarque, impedindo a sua adulteração com vinho produzido fora da região demarcada;
- a taxaço do vinho de primeira e segunda qualidades, de acordo com o volume da produção e a procura do mercado, de forma a evitar a ruína dos lavradores, mas a garantir, também, o consumo. (SOUZA, 2009, p. 48)

Estes seriam os primeiros parâmetros para a produção e o comércio do vinho; padrões estes que compõe a primeira Denominação de Origem. Além disso, temos a construção de uma dicotomia entre os agricultores e comerciantes, sendo obrigado a venda para um entreposto localizado na cidade de Vila Nova de Gaia.

A defesa e a promoção dos vinhos portugueses, muito particularmente do vinho do Douro, junto dos mercados externos são seguramente princípios explícitos e permanentes de toda esta atuação. Mas o *proteccionismo regional* (defesa do vinho do Douro perante a concorrência dos restantes vinhos portugueses, especialmente os designados «vinhos do Sul») parece ser o principal objetivo. A proibição de entrada de outros vinhos na região e o exclusivo da barra do Douro para o embarque dos vinhos do Porto serão aliás normas centrais de quase todas as futuras estratégias intervencionistas. (BARRETO, 1988, p. 376)

Esta organização e o proteccionismo na produção e comercialização geraram ao mesmo tempo um descontentamento na cidade do Porto, tendo em vista que a Companhia possuía alguns privilégios relacionados à comercialização do Produto no mercado interno. Existia em conjunto com a Denominação de Origem um monopólio de produção e comercialização. Como dizia o cântico popular daquele período:

Viva o Rei de Portugal
E viva o nosso Chanceler
Porém não à Companhia
Porque o povo a não quer.⁴³

A instauração da política protecionista sobre a “barra dourado” e o vinho do Porto trouxe consigo uma série de revoltas e manifestações na cidade do Porto devido ao monopólio. Neste contexto de final do século XVIII e início do XIX, temos uma nova demarcação com objetivo de expandir a área da vinha plantada, bem como tentar diminuir a pressão sobre a Companhia. Esta delimitação ocorre entre os anos de 1788 a 1793. A expansão da área gera por consequência um aumento da produção e uma diminuição do valor do vinho para os agricultores.

As casas de exportação, mesmo não atingidas diretamente pela política pombalina, também tiveram que se adequar a algumas normas, principalmente em relação a quantidade de vinho que era exportado.

Ao longo do século XIX, as políticas protecionistas na marca regional são submetidas às volatilidades do mercado mundial, às crises internas envolvendo liberais e absolutistas, o processo de abertura dos portos no Brasil, independência de diversas colônias e revoltas populares, etc. A conjuntura política e econômica internacional influenciara diretamente a produção, tendo uma queda de 37% comparado ao século passado (MARTINS, 1988. p. 404)

Logo, o processo de protecionismo vai decair significativamente e ocorre maior liberdade da produção de vinho e do plantio da uva.

A contração das exportações repercutiu-se internamente tanto no sector comercial como no produtivo. No entanto, embora algumas casas exportadoras tenham chegado a abrir falência em 1842, aparentemente a crise foi menos grave no comércio do que na lavoura. Não só porque os preços à exportação se mantiveram relativamente altos e as receitas estabilizadas, mas sobretudo porque desde cedo os exportadores se souberam organizar e criar as estruturas necessárias à defesa e ao apoio da sua atividade. (MARTINS, 1988, p. 408)

⁴³ A insurreição contra a Companhia do Vinho do Porto, em que entraram o povo amotinado juntamente com os interessados taberneiros e intermediários da distribuição do vinho, teve como alvo de saque os escritórios desta Companhia. In: OLIVEIRA, Fernando. O motim popular de 1757: Uma página na história da época pombalina, Porto, 1930

O binômio rural e urbano começa a se consolidar, criando subordinação do primeiro ao segundo. O campo e a cidade já se diferenciaram na forma de estruturas produtivas; o primeiro produz, o segundo comercializa. Com a crise do século XIX, o comércio mantém-se de certa forma ainda estruturado devido acordos com Estados Nacionais, os quais mantiveram elevado o preço do vinho do Porto. Além disso, foram criadas associações comerciais bem como o banco comercial do vinho do Porto no ano de 1835. Outro motivo plausível para a manutenção da estrutura comercial foi a diminuição do poder da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro neste período.

É o período mais «liberal» da história. Em certo sentido se pode dizer que se mantém a região demarcada, mas tão-só porque existe um produto já diferenciado (o vinho do Porto) e com denominação de origem geralmente aceite. (BARRETO, 1988, p. 407)

Se no espaço urbano o comércio do vinho ainda se mantinha próspero devido a um produto regional que possui uma identidade territorial centrada no, a dicotomia entre produtor e comerciante trazia consigo a decadência da lavoura no Alto Douro Vinhateiro. Devido ao aumento significativo da área de plantio da vinha e expansão da produção nas quintas, o preço do produto cai drasticamente para os agricultores, demonstrando a fragilidade do setor.

Como possível saída da crise que estava destruindo a lavoura duriense, novamente destaca-se a intervenção do Estado. Mesmo a política interna sendo de cunho mais liberal, a crise se generalizou em tamanhas proporções que foram necessárias medidas de intervenção. Um exemplo destas foi a concessão de subsídios para os produtores. Além disso, em termos de produção, liberou-se o uso de aguardente, o que diretamente acabou influenciando na qualidade do vinho. Outra medida de intervenção foi a determinação da compra do vinho pela Companhia das vinha do Alto Douro, buscando desta forma manter a produção e o plantio da vinha.

A primeira metade do século XIX foi caracterizada pela crise que se alastrou pelo espaço rural português. Esta estava vinculada diretamente com a superprodução, o que desvalorizou a venda do produto para a Companhia e comerciantes do Porto.

Após 1850, temos o período dito mais liberal da economia portuguesa com relação à política econômica do vinho Porto, mergulhando o espaço rural em um novo período de esquecimento.

Com uma ou outra exceção, o poder político preocupou-se, protegeu e apoiou preferentemente o comércio em detrimento da lavoura, apesar da grave situação de crise da viticultura duriense neste período. A lavoura sofreu as consequências das doenças que assolaram a região (a filoxera em 1870-80 e o míldio em 1892) e o impacto da extinção da Companhia, em 1863, e da liberalização do comércio e da produção, em 1865. (MARTINS, 1988, p. 411)

Em conjunto com o desmantelamento da Companhia, temos o fim da restrição da produção do vinho do Porto na área demarcada, bem como a liberalização do uso da marca. A normatização para o controle de qualidade que havia sido instituído pela companhia é reduzida; estas medidas liberais acabam por impulsionar os vinhos ditos do “Sul”, caracterizando novamente a crise da lavoura no Douro.

Soma-se a isso as doenças que começam a assolar a região vinícola, como a Filoxera e o Mildio. Desta forma, criam-se necessidade técnicas para buscar resolver estes problemas, o que muda em grande parte a produção e as características espaciais da viticultura do Douro.

Na segunda metade do século XIX, o aparecimento das doenças da videira (em especial, o oídio em 1852, a filoxera em 1863 e o míldio em 1893) e a introdução e difusão de meios de combate a essas doenças provocaram profundas transformações nas técnicas vitivinícolas. A filoxera obrigou à introdução de porta-enxertos americanos e a novas formas de armação dos terrenos, com a disposição regular dos bardos e a construção de socalcos mais largos, que tiveram quer um impacto decisivo na paisagem quer implicações importantes na cultura da videira. O Douro vinhateiro conheceu, na segunda metade do século XIX, uma verdadeira revolução técnica. (PEREIRA, 2005, p. 189)

As mudanças de ordem técnica deste momento histórico estão relacionadas a busca de adaptações a problemas na produção. As transformações técnicas incidem diretamente em transformações da organização espacial da região, não só pela ocupação do solo, mas pela introdução de maquinários que trazem consigo novos métodos de organizar a produção. A respeito das técnicas, o autor Milton Santos nos lembra que a influência da técnica sobre o espaço se exerce a partir dos novos métodos de produção e de existência (SANTOS, 2006, p. 19).

As mudanças técnicas que os novos métodos de produção causaram durante o século XIX modificaram a organização espacial e, por conseguinte, a estrutura produtiva da região. As transformações técnicas que a região do Douro foi sofrendo ao longo dos anos influenciaram diretamente na constituição da paisagem rural que hoje transforma-se em atrativo. No solo, podemos evidenciar que este período trouxe novas formas de organizá-lo, tendo uma ampliação dos degraus nas montanhas a partir de socacos mais largos.

Os degraus cravados nas montanhas do Douro presenteiam o visitante com um ar de imponência e vislumbre por tamanha obra de engenharia que foi elaborada ao longo dos anos. São verdadeiras “escadarias” de vinhedos que seguem o caminho tortuoso do Rio Douro, criando a sensação de uma sinfonia na paisagem (Figura 21). Como destaca o autor Sousa Costa:

Basta subirdes a uma das suas quintas, em escadarias trabalhadas na abada das vertentes - vinhetadas pelos seus solares dum só pavimento, que os ciprestes e a que se encostam armazéns de vinhos, moradias de caseiros e feitores. (COSTA, 2012, p. 54)

Figura 21: degraus de vinhedos nas montanhas do Vale Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

As mudanças na paisagem do Douro estão relacionadas as transformações técnicas de ocupação do solo. Contudo, estas mudanças são acompanhadas pelas tentativas de manutenção de uma base de produção

tradicional que conferia ao vinho do Porto produzido no Douro as suas principais características.

Além disso, durante o supracitado século, temos mudança na vinificação. Os vinhos ganham um teor mais adocicado e maior quantia de aguardente. Destaca-se que existem teorias que buscam compreender as mudanças no processo de produção do vinho centrada na colheita de 1820. Uma delas foi a excepcional colheita que teria transformado completamente a produção do vinho. O autor Joseph James Forrester, no ano de 1844, se dirigindo à população britânica e tentando explicar a adulteração do vinho, ressalta a denominada safra de 1820 e as possíveis adulterações no processo vinícola que culmina com a mudança na produção do vinho do Porto.

O gosto que gradualmente ocasionou este estado de cousas provavelmente foi bom, e causado por uma excelente novidade como a de 1820, em que todos os vinhos foram naturalmente (e fora de costume) cheios, doces, e saborosos. Os negociantes, vendo a grande procura destes vinho, insistirão em obter sempre iguais; mas como raras vezes se podia obter puro um tal vinho, sendo mui raras tão boas estações, recorreu-se à adulteração (é esta, em suma, a frase rigorosa,) a fim de produzir cousa que o imitasse (porque, enfim, o que o comprador consome, seja bom ou mau, alguém tratara sempre de suprir); e os esforços entre muitos dos exportadores (se não as mais consideráveis pessoas, o maior número de é para recluir) tendiam a que cada um exportasse vinho mais doce, encorpado, e de mais cor que o do vizinho. (FORRESTER, 1844, p. 06)

A ligação feita entre a adulteração do processo e a colheita ressaltada pelo autor não se apresenta como uma total verdade, segundo a historiografia portuguesa. É sabido que a adulteração do vinho e a adição de aguardente era uma prática de produção já utilizada pela Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro no século XVIII. O objetivo da adição de aguardente era para “travar” a fermentação e, desse modo, conservar a doçura natural das uvas” (PEREIRA, 2005, p. 188)

Na segunda metade do século XIX, os vinhos encorpados e licorosos e os novos processo de vinificação ganham uma maior importância tanto no processo produtivo, como nas exportações. Devido a este momento de aquecimento do comércio e de questões políticas do final do século XIX, é possível vislumbrar o retorno do Estado enquanto agente planejador.

Quando adentramos no século XX, observamos que as medidas protecionistas retornam ao centro das discussões. A demarcação da produção

do Douro para o vinho do Porto é reconstituída no ano de 1907. Além disso, cria-se um entreposto exclusivo de exportação em Vila Nova de Gaia, fortalecendo as casas que ali haviam se instalado. Além disso, existe um conjunto de regulamentações que são impostas a produtores e exportadores para fins de organizar a região.

Mesmo com a primeira guerra mundial e a crise que assola o mundo no final dos anos de 1920, a produção do vinho se mantém estável. Isso ocorre principalmente pela busca por uma diversificação dos mercados que consumiam o vinho.

O desenvolvimento das exportações para os mercados nórdicos, belga, holandês, alemão, suíço, russo e norte-americano ficou a dever-se também à melhoria das condições económicas e à subida dos padrões de consumo das populações destes países, bem como à ação diplomática portuguesa, que permitiu estabelecer acordos e convénios que facilitaram as importações de vinho do Porto e protegeram e salvaguardaram a marca de origem da concorrência dos falsos Port Wines. (MARTINS, 1988, p. 416)

Ainda no início do século, também serão criadas a Casa Douro (criada em 1907 e extinta em 1931), o grémio de exportadores e o Instituto do Vinho do Porto (1908). A casa douro tinha como finalidade proteger a produção; o Grémio de Exportadores, regular o comércio e o Instituto do Vinho do Porto que disciplinava a relação entre a produção e o comércio, regulando a qualidade do produto e atribuindo certificados aos mesmos.

Após os anos de 1960, com a inserção de técnicas modernas em conjunto com o aumento das exportações, o vinho Porto ganha uma significativa importância na economia portuguesa.

A partir de então, todo o sector entra numa nova fase de expansão e de evolução. Evolução ao nível dos mercados, das formas de comercialização e do tipo de produto. E expansão da produção (aumenta a produção total e o benefício), das exportações, do consumo interno (de vinho do Porto e dos vinhos de mesa do Douro) e dos preços (à produção e à exportação). (MARTINS, 1988, p. 421)

A intervenção do Estado enquanto agente regulador manteve-se, a qual ainda hoje vigora. A presença deste agente está relacionada ao vinho do Porto ser um dos produtos com maior rentabilidade para o governo português. Desta forma, desde o famoso Marquês de Pombal até o século XXI, este produto aparece como essencial para a balança comercial deste país.

Assim, o Estado como regulador da produção e a Denominação de Origem do Vinho Porto serviram como base para a valorização do produto e da identidade territorial do mesmo. Contudo, ressalta-se a falsificação do Vinho do Porto por parte de outras regiões que buscam na identidade do Douro construída secularmente angariar dividendos para a sua marca. O Instituto do Vinho do Porto classifica estas “falsificações” em sua galeria de fraudes.

A denominação de origem busca então defender os interesses não somente do produto, mas também da identidade territorial de uma população que ao longo do processo histórico criou e recriou estratégias de reprodução espaciais para se manter ativa no espaço rural. Desta forma, podemos analisar que o interesse neste produto em detrimento de outros de Portugal está intimamente vinculado não só a uma questão econômica, mas também a construção histórica de um produto que carrega consigo uma identidade secular construída e que ainda hoje é um enclave econômico para Portugal.

4.3 Caminhos rurais: entre o vinho do Porto e o Alto Douro

As mudanças nas bases técnicas desenvolveram significativamente a cultura da uva e a produção do mesmo na região do Alto Douro Vinhateiro, sendo intermediadas pelos atores sociais - agentes privados e o Estado. As mudanças cíclicas e as possíveis transformações nas políticas na região do Douro estão intimamente relacionadas com o acúmulo de capital pelos comerciantes, as relações dos agricultores com este espaço de/da vida e as intervenções protecionistas do governo Português.

Neste momento, analisaremos a constituição das redes de transporte que possibilitaram o desenvolvimento da região do Douro e que ainda hoje servem para escoar a produção e levar passageiros. Contudo, além de ser uma estrutura que tem por base o deslocamento do vinho do Douro até a cidade de Vila Nova de Gaia, estes meios de transporte tornam-se essenciais para o desenvolvimento do turismo rural.

Aos visitantes que chegam a cidade do Porto e dirigem-se ao Vale Douro, o direcionamento pode ser realizado de três formas: ferrovia, hidrovia ou rodovia. A densidade das redes de transporte que existem na região é fruto de uma construção histórica que tinha como princípio básico o escoamento da produção

do Douro as adegas da cidade de Gaia. Estas redes constituem um emaranhado de linhas e nós que possibilitam o deslocamento pelo espaço. Não obstante, como afirmava Milton Santos, “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam” (SANTOS, 2006, p. 177).

Valores estes que derivam de cada sociedade e do momento histórico no qual elas estão inseridas. As redes, constituem inclusive símbolos que são construídos ao longo do tempo no imaginário social, por isso, transportam uma mensagem em conjunto com os valores ali estabelecidos. Ao analisarmos, por exemplo o papel das redes no Douro, fica evidente que organização dos transportes derivou do aparato técnico de cada momento temporal que fez parte desta região e que tinha como princípio o deslocamento não só de mercadorias e pessoas, mas também de símbolos e modos de vida.

4.3.1 O rio e o Barco Rabelo: uma possibilidade de integração

De que adiantaria ter um produto de excelência se não existia uma base técnica que possibilitasse seu transporte? Como desenvolver economicamente uma região se a mesma não possui redes de ligação com seu entorno? Estes questionamentos construíram ao longo do tempo a busca por uma estruturação viária que viabilizasse a conectividade de produtores e comerciantes entre o Douro e o Porto.

As montanhas, mesmo que apropriadas para o plantio da vinha pelos portugueses ainda constituíam um empecilho para o comércio do produto. Os produtores então olharam para o Rio Douro! Este possuía uma série de corredeiras e quedas d'água que inviabilizavam o transporte. Entre tentativas e erros, nasce um barco denominado de Rabelo (figura 22)

Figura 22: Barco Rabelo
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Pensa e repensa, concerta e reconserta, experimente e reexperimenta – encontrando, por fim. Sim senhor, encontra o que procura, a salvação e a prosperidade. Vai ao barco grego de ovar e copia-lhe a proa investigadora de trirreme. Toma a barca fenícia do Mondego e reproduz-lhe o fundo chato do caverne. Ao barco romano das invasões tira-lhe o “gubernaculum”, o leme em rabo de raposa [...]. Aparelhado, o Bojo do cavername assenta na “chumaceira”, no espigão da ré ou “óca da ré”, o comprido leme, ou “espadela”, ergue-lhe a um terço da popa a ponte de comando para a manobra do leme. NO ângulo agudo da popa forma um cacifo afunilado, o “coqueiro”, destinado a condução de roupas e mantenças. E de todos estes elementos conjugados, faz o barco “rabelo” o único capaz de vencer os cachões. (COSTA, 2012, p. 58)

Como o autor relata, o barco “rabelo” é fruto de tentativas e acertos, de técnicas de tempos remotos mescladas com a necessidade do local. Esta embarcação é um exemplo de como uma rede pode transformar-se em um símbolo, desde sua gênese até os dias atuais, sendo parte do imaginário social Duriense. Historicamente, esta embarcação possibilitou a superação das montanhas e dos tortuosos vales, desenvolvendo o comercio entre o interior de Portugal e o litoral.

A origem do barco Rabelo é imprecisa em termos históricos, contudo, a bibliografia indica que sua gênese está relacionada as invasões nórdicas ainda na idade média. Contudo, a utilização desta embarcação no Douro constitui-se como base técnica voltada ao transporte de vinhos após o século XVIII.

Às quintas produtoras do vinho eram somente acessíveis através do rio, tendo o Barco como sua principal ligação. Esse media aproximadamente 20 metros e tinha capacidade de transporte 100 litros de vinho, levando cerca de 12 pessoas, que eram denominados de marinheiros.

Se era simples a arquitetura da embarcação tradicionais do Douro e célere a sua construção, o mesmo não se pode dizer da arte de nelas navegar as águas do rio. Com efeito, eram muitas as adversidades, e só a perícia dos “marinheiros”, assim gostavam de ser designados os tripulantes do rebelo para se distinguirem dos barqueiros, ou seja, daqueles que se encarregavam da travessia do rio em inúmeros locais ao longo do seu curso, mas também por que sua missão chegava as águas salgadas. (CARDOSO, 1998, p. 119)

O Rabelo, em seu período técnico, foi o suprasumo do desenvolvimento naval da região, sendo o enclave primordial para o crescimento econômico da região. Talvez, sem esta tecnologia, muito provavelmente o vinho Porto e a Região da denominação de Origem não existissem.

Assim, muito além de uma embarcação comum, esta faz parte da paisagem do Douro, construindo uma simbologia no imaginário social que até hoje existe na região. Como destaca o Autor José Murilo de Carvalho, o imaginário social constitui a identidade de uma População, pois, nele “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro...O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias ...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos.” (CARVALHO, 1987, p. 11)

O imaginário social nesta região, derivado da importância econômica e cultural que o vinho possui, produz simbologias através da materialidade do barco. O autor Jérôme Monnet discute a ideia de simbologia, a partir da ideia de materialidade do símbolo.

Comme tous les signes, les symboles « signifient », c’est-à-dire qu’ils portent le sens qu’un individu ou un groupe leur prêtent. Mais à la différence des autres signes, les symboles sont reconnaissables à une particularité : ce sont des réalités concrètes, des objets ou des actes physiques, dont l’existence factuelle est relativement indépendante des significations qu’on leur donne. Cela différencie les symboles d’autres signes, comme les mots ou même certains objets dont l’existence est entièrement associée à leur fonction de signe. (MONNET, 1998, p. 02)

A materialidade pertence a um grupo, assim como o grupo também pertence à materialidade; o barco Rabelo torna-se uma realidade concreta que

durante o seu apogeu no século XVIII torna-se um marco econômico e identitário, vigorando até a segunda metade do século XIX, quando um novo sistema de transporte o superou.

Com a evolução técnica e o uso do carvão mineral (e posteriormente do motor a combustão interna e o petróleo), o barco Rabelo deixa de ser a base principal do transporte para tornar-se uma rugosidade espacial: cria-se um fato novo, novas relações. Milton Santos (2004, p. 129) vai ressaltar que “Desde que instalados sobre um pedaço de espaço, as variáveis [...] formam um precipitado, um fato novo, dotado da capacidade de criar ou estabelecer novas relações: uma nova qualidade”.

Assim, um novo sistema técnico se impõe no espaço do Douro, criando combinações e dando gênese a variáveis novas no espaço rural duriense; como destaca Milton Santos (2006, p. 25), com relação as mudanças no sistema técnico: “A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área”. Entre as diversas influências diretas na vida cotidiana na região, destaca-se o fim de profissões como marinheiros e artesões que construíam os barcos e a necessidade do aumento da produtividade devido ao aumento da demanda e, por conseguinte, uma mudança na base técnica vitivinícola.

O novo sistema técnico construído que substituirá o Rabelo é a Ferrovia. Contudo, esta mudança não põe fim ao barco enquanto simbologia e transporte de passageiros, tendo em vista outras atividades econômicas.

Os barcos rabelos desapareceram! ... ultrapassados pelo comboio, vêm-se, no entanto, recuperados nos dias de hoje para fins turísticos. Estes dois meios de transporte associaram-se, inclusivamente, para obterem uma maior rentabilidade. De facto, os cruzeiros que se efetuam com regularidade Douro acima desde 1986 conjugam os dois meios de transporte, possibilitando ao viajante duas perspectivas aliantes e complementares. Mas o transporte de mercadorias por via fluvial originárias da Região Demarcada do Douro, esse, desapareceu (PINA, 1996, p. 115)

Com o fim do sistema de transporte do vinho via fluvial, o rio passa a ter um papel secundário em termos de escoamento de produção. A partir da substituição do sistema técnico, o barco e o Rio ganham uma nova Funcionalidade em pleno final do século XX e início do XXI: uma rede rural de

acesso ao turismo; são velhas formas (carregadas de simbologias) desempenhando novas funções.

4.3.2 Ferro e Terra: O transporte ferroviário e rodoviário

O sistema técnico ferroviário revolucionou as estruturas de transporte no século XIX, sendo o emblema de desenvolvimento nos países que passavam pelo processo de industrialização. Este sistema substitui em grande medida o sistema de transporte terrestre (carroças) e fluvial, devido a capacidade de transporte que o mesmo possuía.

As trilhas e os caminhos foram progressivamente substituídos pelas estradas de ferro no transporte de bens e mercadorias [...] todas estas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, se inscreveram e modificaram os espaços nacionais, doravante sulcados por linhas e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações. (DIAS, 2000, p. 142)

As redes técnicas no Alto Douro Vinhateiro modificam a estrutura espacial e paisagística deste espaço a partir da segunda metade do século XIX, quando temos a introdução da ferrovia. Este movimento de capital para a efetivação de um transporte ferroviário se dá devido as pressões que a burguesia comercial da cidade do Porto imprimia ao governo Português, tendo em vista a necessidade de ampliação do sistema de transporte do vinho. Citemos:

Sua majestade El Rei há por bem, nos termos do artigo 3º. Da carta de lei de 02 de julho de 1867, nomear para constituírem a comissão encarregada de ajustar amigavelmente ou promover judicialmente as expropriações necessárias para a construção do lanço das linhas férreas do Minho e Douro. (GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO, 1888, p. 10)

Desta forma, evidencia-se um esforço significativo do Governo português em desenvolver a linha férrea para o interior da região norte. Anterior a este processo, as principais redes de transporte ferroviários e rodoviários ligavam somente os principais centros urbanos de Portugal. As redes de transporte se territorializam no espaço a partir de diferenciações econômicas que viabilizem a reprodução do capital, espalhando-se de maneira distinta pelo território. Assim, “onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou

tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas”. (SANTOS, 2006, p. 181)

Em Portugal, existia descontinuidade de redes de transporte para o interior, tendo em vista que as constelações dos pontos de ligação se dirigiam na direção sul para norte. As redes ligavam os principais agentes sociais no momento histórico português do século XIX, ou seja, os centros urbanos que se desenvolviam. Em contrapartida, existiam espaços opacos que não possuíam uma densidade de ligações, pois não teriam função econômica definida.

O interior de Portugal não possuía em grande parte a aptidão para reproduzir o capital neste momento histórico, logo as redes que existiam se “esfarelavam” no espaço rural. Contudo, o Vale Douro, ao longo do século XIX tornou-se a pedra angular do sistema de produção vinícola, obrigando o Estado português, pressionado pela burguesia comercial, a criar uma estrutura de transporte.

Os fixos produtivos criados no Douro (quintas) e as casas comerciais do Porto pressionaram o Estado à construção de vias de transporte que possibilitariam os fluxos⁴⁴ de informação, mercadorias e pessoas. Não obstante, o desenvolvimento destas redes possibilitou a concentração do capital nas mãos da burguesia comercial do Porto.

Na realidade, apesar dos obstáculos a vencer serem múltiplos, o facto é que o caminho de ferro da linha do Douro teve o seu início em 1873 apoiado pela burguesia portuense que se associara a organizações bancárias, particularmente quando foi necessário prosseguir para além do Pinhão. Existiam, efetivamente, grandes interesses económicos subjacentes. (PINA, 1996, p. 14)

Os interesses econômicos que estavam em jogo não diziam respeito diretamente à população que residia no Douro. Os agricultores tornaram-se subordinados ao capital comercial das casas do Vinho do Porto, as quais ganharam influência na região e levavam o “desenvolvimento” tendo em vista os seus interesses⁴⁵.

⁴⁴Como destaca Milton Santos: “À criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento”. (SANTOS, 2006, p. 167)

⁴⁵ A marca Porto é o exemplo mais marcante desta dicotomia, tendo em vista que mesmo produzido no Alto Douro Vinhateiro, simbolicamente recebia o nome de Porto, denotando a criação de uma imagem não ligada ao rural, mas sim aos comerciantes do espaço urbano.

Os obstáculos trazidos pela autora tinham relação direta com o acentuado relevo do Vale Douro, que se tornava um empecilho tanto para o transporte rodoviário, como para o Ferroviário. Contudo, os percalços da paisagem natural começam a ser superados pelo sistema técnico ferroviário.

Os primeiros eixos de ligação deram-se no sentido vertical, ligando os centros urbanos. Posterior a esta etapa surgem os eixos horizontais, que entram nos vales do interior do país.

No início de 1879 o comboio chegava à Rede, estação que dava acesso à vila de Mesão Frio, enquanto em julho atingia a Régua. Em maio de 1880 chegava ao Pinhão e dois anos mais tarde, depois de acesas discussões públicas, tinham início os trabalhos com vista ao prolongamento desta nova via até Barca d'Alva, obra concluída em dezembro de 1887. (PINA, 1996, p. 14)

Entre as vantagens que a construção da linha Douro trazia para o Estado era a possibilidade da integração entre Portugal e Espanha. Assim, esta será construída a todo vapor, interligando-se no ano de 1887 com a cidade de Salamanca, proporcionando a junção entre as linhas férreas dos dois países e se configurando como uma importante ligação internacional.

O traçado da rede ferroviária do Douro, do mesmo modo que o da rodoviária, ao sair da cidade do Porto em direção ao interior, caminham no sentido horizontal até as proximidades da cidade de Louzada e Amarante, na estação de Vila Meã, na qual temos uma envergadura no sentido noroeste – sudeste, até as proximidades de Santa Leucádia, Viradouro e Baião, na estação Apeadeiro de Pala. A partir deste momento, a linha férrea vai margear o Rio Douro por todo seu percurso, chegando à última estação hoje em funcionamento, a estação do Pocinho, em Vila Nova de Foz Côa.

A ferrovia domina significativamente o Douro ao longo do século XIX e início do XX, a partir do caminho supracitado. Em termos de densidade de transporte e acessibilidade, torna-se claro que existe uma diferença na constituição histórica das redes na região, fruto dos interesses comerciais da cidade de Porto. Entre o Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro superior; o primeiro citado é o que possui a maior quantidade de acesso devido a maior proximidade com o espaço urbano. Em contrapartida, quando mais adentra-se ao território, verifica-se uma significativa deficiência na acessibilidade da região, o que influi diretamente na organização do turismo rural no Douro Superior.

A falta de acessibilidade e as dificuldades encontradas na agricultura, tornaram os caminhos de ferro do Douro uma via de escoamento não só de vinhos, mas também de pessoas que deixavam o rural e se dirigiam ao espaço urbano. Será no caminho de ferro que, sobretudo os jovens, depositarão as réstias de esperança, abandonando a Região com destino ao litoral, considerado atrativo, ou, inclusivamente, emigrando (PINA, 1996, p. 94).

Além dos caminhos de ferro, na segunda metade do século XX surgem em grande proporção, causados pela ampliação do motor a combustão interna, os percursos rodoviários. As transformações que o modal ferroviário na região do Douro passou durante este período estão relacionadas a uma mudança do modo de transporte que tornar-se-ia mais eficiente dentro do território Português. As mudanças que foram impostas ao longo do final do século XX e o possível abandono deste tornam este modal obsoleto neste período. Cito:

Com a divulgação dos motores de explosão a gasolina ou outros combustíveis líquidos, a sobrevivência dos caminhos de ferro foi posta em causa, situação que direcionou um pouco mais as entidades públicas para a precariedade da rede viária. Não obstante na Região, e neste contexto, dominariam ainda os "retoques com ares de modernidade". De facto, observou-se sobretudo o alargamento das tradicionais vias e só ocasionalmente a correção do seu traçado tão sinuoso. (PINA, 1996, p. 121)

A mudança técnica implicou diretamente sucateamento das redes ferroviárias por todo o território Português. A região do Douro não escapou a esta transformação. Na lógica produtiva, as transformações nos modais estão relacionadas diretamente a possibilidade de reprodução mais veloz do capital, mesmo que esta implique diretamente na substituição total de uma estrutura viária já existente.

Os problemas que o modal ferroviário enfrentava neste momento estão relacionados ao relevo íngreme na região do Douro, ocasionando velocidade inferior ao modal rodoviário. Além disso, a pouca densidade de redes que possibilitavam o deslocamento do vinho até as ferrovias também aparecia como um problema na estrutura do Douro.

A substituição por um novo modo de transporte transforma novamente a estrutura viária, tanto de logística voltadas para mercadorias, como também para o transporte de passageiros. Na década de 1980, surgem significativos investimentos em vias terrestres (rodoviárias) devido a inserção de Portugal na

União Europeia. Este modal passa a ser o principal eixo de ligação com a cidade do Porto, sendo estas as principais formas de transporte até hoje no Douro.

O incentivo a este modal se deu também pelos comerciantes vinícolas da cidade do Porto e Vila Nova de Gaia, os quais influenciaram significativamente o adensamento da rede rodoviária para escoar a produção. E a Ferrovia, foi esquecida? De fato, Portugal ingressou na era dos transportes rodoviários,

Dá camionagem e dos transportes particulares, muito mais versáteis e polivalentes, penetrando com facilidade em espaços difíceis, alguns a sofrerem um elevado índice de despovoamento. A concorrência foi de tal modo acentuada que o final dos anos oitenta observou o encerramento de diversos ramais da linha férrea, como foi o caso da linha do Sabor, que viu os seus 105 km entre o Pocinho e Duas Igrejas fechados em 01 de agosto de 1988, enquanto era 18 de outubro deste mesmo ano, a linha do Douro via a sua extensão reduzida em 28 km. (PINA, 1996, p. 127)

Como existe um movimento do/no tempo incessante de transformações técnicas e espaciais, podemos compreender que igual ao Barco Rabelo que foi ultrapassado, hoje os caminhos de ferro são substituídos pelos rodoviários tornando-se uma rugosidade espacial reestruturadas hoje para o mercado do turismo, pois a região está hoje à era do automóvel e dos caminhões.

4.3.3 do transporte de vinho ao turismo: as rugosidades espaciais da via fluvial e ferroviária

As rugosidades espaciais se assemelham a um retrato “preto e branco” que hoje se transforma em estruturas que ressignificam o rural. São velhas marcas deixadas no espaço que se transformam e/ou perduram ao longo do tempo, não pela sua funcionalidade, mas por todas simbologias que existem nelas.

Milton Santos (2006, p. 92) discorre acerca desta temática referindo-se ao conceito de paisagem, o qual representa um tempo do passado nem sempre visível, nem sempre redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento.

As rugosidades são o “resto”; o que sobrou de um tempo e que hoje existe materialmente e no imaginário social. As redes de transporte fluvial e ferroviária no Douro, por exemplo, constituem-se como uma rugosidade espacial, tendo em vista que elas são hoje o que “resta” do processo de supressão, acumulação,

superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (SANTOS, 2006, p. 92)

As transformações espaciais modificaram as redes técnicas existentes no Douro e, por conseguinte, transformaram as antigas redes em rugosidades que ao longo de um tempo foram esquecidas enquanto estrutura de transporte. Somente a partir da segunda metade do século XX que as estruturas navegáveis, por exemplo, vão despertar um maior interesse nos atores econômicos devido a construção de eclusas, o que viabilizou novas formas de deslocamento pelo Rio Douro.

Na atualidade, o trecho navegável possui cerca de 210 Km (anexo 04), tendo como ponto de partida a cidade do Porto e como chegada a cidade de Barca d'Alva. Ao longo do percurso, existem cruzeiros com diversas modalidades, despontando o turismo rural e o acesso às quintas.

Com as modificações que ocorreram no Rio Douro, tornando-o navegável para transportes de maior carga no século XX, criou-se a possibilidade de diversificar o acesso ao turismo rural na região com os denominados cruzeiros. A estrutura de transporte fluvial para as quintas se dá a partir de embarcações que variam de tamanho, possuindo estruturas que vão desde 20 passageiros até 350 passageiros. (Figura 23)

Figura 23: Cruzeiro no Vale Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

A região em termos totais conta com aproximadamente 50 embarcações em funcionamento, segundo a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL)⁴⁶.

A via navegável do Douro desenvolve-se numa extensão aproximada de 210 km, entre a cidade do Porto e a confluência do Rio Douro com o Rio Águeda, junto à fronteira, sendo considerada uma via navegável comercial com características internacionais modernas. Ao longo deste percurso dispõe de estruturas de apoio à navegação turística e comercial, bem como serviços básicos para as embarcações. (PORTUGAL, 2004, p. 26)

Os embarques são destinados a diversos pontos, possuindo roteiros que variam de:

- a) Cruzeiros de mais de um dia (embarcações hotel)
- b) Cruzeiros de um dia (que utilizam eclusagens)
- c) Cruzeiros na mesma albufeira (viagens com duração variável, de meia e uma hora, e que se concentram nas zonas: Porto/Gaia; Entre-os-Rios; Régua; Pinhão, Foz do Sabor e Pocinho)

⁴⁶ Dado estatístico concedido na pesquisa de campo na cidade do Porto sobre a estrutura de transporte para a região do Douro.

d) Navegação de Recreio

e) Navegação Comercial. (PORTUGAL, 2014, p. 01)

Assim, o turismo fluvial emerge como uma estratégia de dinamização econômica no Douro, ressignificando o papel do Rio Douro na região a partir da navegação fluvial turística;

A navegação fluvial turística apresenta uma especificidade em relação aos outros sistemas de movimento, pois possibilita uma maior interação entre o homem e a natureza, a observação de fauna, o contato direto com a água, escalas em centros urbanos para apreciação de atrativos históricos e culturais e o reconhecimento e valorização dos recursos naturais. (SILVA, 2014, p. 96)

No contexto do Alto Douro Vinhateiro, a navegação fluvial turística possibilita um contato com o espaço rural de forma significativa, tendo em vista que as paradas não se dão somente em centros urbanos, mas também em quintas que trabalham diretamente com o turismo rural e a produção do vinho do Porto. Esta estrutura de turismo gera em toda cadeia produtiva um incremento de renda a partir de empregos ligados ao setor de comércio e serviços voltados a atividade turística.

Ao analisarmos os dados dos anos de 2007 a 2014, evidencia-se a crescente procura por esta modalidade de turismo para acessar as Quintas, principalmente em cruzeiros de um dia. (gráfico 10)

Gráfico 10: Cruzeiros de um dia e Mais de um dia em números totais de turistas
Fonte: IMT, 2016. Organizado pelo autor.

O aumento significativo da procura para o acesso ao Douro via rio, possibilita compreendermos que existe nos planos de desenvolvimento do turismo rural uma preocupação quanto ao acesso a áreas rurais longínquas. Esta dificuldade deve ser superada, não só para que o turista tenha acesso a área rural, mas também partindo do princípio que a rede de transporte possibilitara maior (e melhor) acesso da população rural aos centros urbanos.

Doravante, é necessário que os planejadores do turismo rural criem estratégias para o desenvolvimento de um ordenamento territorial que viabilize a ampliação das redes de transporte no interior dos países tendo em vista uma ótica multimodal.

A possibilidade de uso do território para fins turísticos depende essencialmente de políticas de intervenção que visem maior integração deste setor. Daí o papel do Estado enquanto agente planeador, pois, é a partir de sua organização e da infraestrutura criada que poderá se viabilizar e dinamizar o espaço rural para que ele não caia no esquecimento.

No Douro, a pluralidade da rede de transportes possibilita uma maior diversificação da produção e também, no século XXI, o aumento da procura turística. O acréscimo deste movimento nos últimos anos vem criando a necessidade de uma ampliação da frota para atender esta demanda. De 2010 a 2014, o sistema técnico marítimo fluvial teve um aumento considerável em termos de estrutura, como evidencia o gráfico a seguir (Gráfico 11).

Gráfico 11: Capacidade instalada da frota por tipologia de embarcações marítimo-turística

A estrutura diversifica-se cada vez mais para atender a demanda do turismo. Hoje, são diferentes embarcações que trabalham diretamente com este setor. Como havia mencionado anteriormente, a rede, além de possuir um papel na logística territorial, também é um elemento do imaginário social e torna-se no Douro parte de uma espetacularização e atratividade turística.

O barco rabelo, por exemplo, configura-se hoje como um dos maiores destaques do turismo, integrando parte da paisagem sob as águas do rio; sendo uma materialidade simbólica que figura no imaginário social desde o Douro ao Porto.

Desta forma, constrói-se possibilidades de reinventar o uso destas rugosidades a favor de novas práticas econômicas. Em pleno século XXI, o barco Rabelo, anteriormente esquecido devido a evolução do sistema técnico, retorna como uma atração turística a partir dos cruzeiros pelo rio Douro. Além disso, destaca-se como uma retomada simbólica da história do Douro a partir do rio e da embarcação, tendo como evento turístico a regata anual dos Rabelos no dia de São João⁴⁷.

Além do Rabelo, outra estrutura que vem despontando com relação ao turismo rural são os denominados “caminhos de ferro”. A partir da década de 1990, as ferrovias que ainda restavam ativas na região começam a ser pensadas dentro de uma estrutura que viabilizaria o deslocamento não mais de matéria prima, mas sim de turistas. Nascia assim, os caminhos de ferro do Douro. Este roteiro viabiliza o deslocamento pela região para acessar algumas quintas. Ressalta-se que a forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. (SANTOS, 2006, p. 25)

Os sistemas técnicos então combinam-se em prol de uma nova atividade econômica. Por sua vez, existe de maneira direta uma mudança na organização produtiva e social da região. O turismo rural começa a despontar como uma estratégia de reprodução econômica e socioterritorial. Através dos vales sinuosos, torna-se possível percorrer o antigo caminho de ferro que ora

⁴⁷ Dia 24 de junho.

substituiu o Barco Rabelo. As rugosidades espaciais então demonstram sobre a paisagem a antiga divisão do Trabalho e suas novas estruturas emergentes.

Imaginar aqueles vagões tomados por comerciantes, políticos da época e produtores de vinho do Porto que em algum momento histórico utilizavam estes caminhos para ligar-se aos centros urbanos é uma experiência única que o turista pode vivenciar. Entrar nos vagões é mergulhar em um tempo/espaço único, fruto de técnicas e da organização social de um determinado período histórico.

Desta forma, os caminhos de ferro possibilitam a inserção em um outro momento temporal. Contudo, ressalta-se que existe uma necessidade latente no Douro no que se refere a acessibilidade turística, o que torna indispensável a construção de planos multimodais para o turismo. As limitações existentes ao nível da acessibilidade ao longo do Vale do Douro obrigam ao máximo aproveitamento das vias de comunicação existentes na Região (AROSO, 2005, p. 01)

A distância entre os centros urbanos e o Alto Douro Vinhateiro evidencia-se como um entrave para o turismo rural. Desta forma, as ferrovias possibilitarão, se reestruturadas em plenitude para o turismo, um dos principais acessos as Quintas no Alto Douro.

Outra problemática que aparece na região diz respeito às diferenças entre a acessibilidade e os atrativos turísticos. O principal trecho utilizado pelos turistas é da cidade de Porto a cidade de Pinhão, tendo como número de viagens algo em torno de 40 mil anuais (AROSO, 2005). Outros segmentos da linha férrea não possuem tanta movimentação (de Pinhão a Pocinho), seja pela distância, acesso as quintas ou atrativos turísticos que justifiquem o deslocamento de pessoas.

Mesmo nesta conjuntura existe um aumento da demanda do turismo nos últimos anos, o que torna necessário reestruturar a rede que viabiliza o acesso as quintas, buscando diversificar a mesma.

O aproveitamento da infraestrutura ferroviária existente ao longo do Vale do Douro, representa uma das melhores opções de curto prazo com vista à manutenção e aumento dos atuais níveis de procura da região para fins turísticos. (AROSO, 2005, p. 01)

Ao analisarmos o tempo de viagem entre o Porto e a cidade de Régua (principal rota), atualmente, o trajeto tem como demora aproximadamente duas horas (pelo modal ferroviário). A integração intermodal não só possibilitaria uma maior acessibilidade a turistas e passageiros regulares, mas também uma interligação que poderia contribuir com a diminuição do êxodo rural. Como destaca o autor Alberto Aroso, existe ainda uma grande deficiência no transporte entre o Douro e Porto.

A rede viária existente não é completa e é composta por estradas que se reportam a tempos idos e que refletem a difícil orografia da região que se caracteriza por uma sucessão imensa de declives pronunciados e sistematicamente quebrados pelos afluentes do Rio Douro. (AROSO, 2005, p. 07)

Outra possibilidade seria a ligação ferroviária Porto, Douro, Foz Côa e Salamanca, a qual possibilitaria novamente o acesso direto do Douro a Espanha. “A reabertura dos 105 km de linha encerrados permite dinamizar os fluxos turísticos daí inerentes, uma vez que a Linha do Douro é a única via de comunicação comum a estes quatro pontos”. (AROSO, 2005, p. 08)

A diversificação dos modais e a sua ressignificação para o turismo, a partir das rugosidades espaciais, configuram-se como um enclave no qual a região do Douro pode se apoiar. As velhas formas, resquícios de técnicas produzidas no espaço hoje se estruturam como uma nova alternativa para a reprodução do capital podendo auxiliar o turismo rural. Assim, a perspectiva multimodal no Douro aparece como estratégia essencial que, em conjunto com a identidade territorial da região, pode impulsionar o turismo rural.

Frente a estas potencialidades, deste a integração modal até a identidade territorial historicamente construída, o Alto Douro Vinhateiro constituiu-se como uma região potencialmente turística, tendo nas Quintas produtoras do vinho do Porto a principal atração. Desta forma, devido aos modais que integram a região e a atratividade que a mesma proporciona, o Estado Português no início do século XXI começa a estruturar planos de desenvolvimento da região, visando reestruturar a mesma para o turismo.

4.4 Identidade territorial como estruturação turística: os planos de desenvolvimento do Alto Douro Vinhateiro.

Tendo em vista todos os problemas acarretados não só pelas mudanças nas bases produtivas no Douro, mas também pela concentração do capital vinícola na mão dos comerciantes (entre outros problemas da região), foi necessária a criação de uma política de Planeamento territorial que possibilitasse uma reinvenção do Alto Douro Vinhateiro.

Assim, como uma forma de quebrar este ciclo maquiavélico instituído no rural desta região surgem diversos planos de organização do turismo, os quais passam a ser vistos como uma possibilidade e esperança para a população residente no interior do Douro⁴⁸.

Frente a uma necessidade de mudança, o Estado Português, em conjunto com uma série de pesquisadores, buscou criar Planos de Desenvolvimento Territoriais que visassem romper com a estrutura até então vigente. O turismo rural no Alto Douro Vinhateiro será estruturado a partir da identidade territorial desta população; ou seja, tem como base o processo de identificação da população local com o território, a história da região, as práticas tradicionais, a paisagem natural e a produção vitivinícola. Todas estas variáveis estão inseridas nos Planos de Desenvolvimento do Turismo.

Neste trabalho, para fins metodológicos, optou-se por analisar três documentos referentes ao planeamento do turismo no Alto Douro Vinhateiro, são eles: Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação (2003); Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Proposta técnica) do ano de 2004; Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – 2007/2013.

A escolha destes documentos está baseada no pressuposto analítico de compreender a estruturação do planeamento territorial do turismo por parte do Estado Português na região do Douro, as relações com a população e as possíveis intervenções públicas e privadas desde no século XXI.

⁴⁸ Dentro da problemática desta pesquisa, torna-se essencial compreender como estruturam-se estes planos, tendo em vista que no Brasil inexistia um planeamento específico voltado para o turismo rural nem na escala Nacional muito menos na escala Local, o que se configura como um problema e uma demanda emergente no território nacional, como será analisado no capítulo 05.

4.4.1 Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação (2003)

A criação do Plano Intermunicipal de Ordenamento territorial do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) teve como principal objetivo apresentar garantias (teóricas) para a candidatura da região ao Patrimônio Mundial da UNESCO. Tendo este foco, o plano se organizou a partir de uma apresentação detalhada da região, perpassando por aspectos como o relevo, altimetria, pluviometria até as características humanas; aglomerados urbanos, localização da população residente no Douro, características da mesma, etc.

Na apresentação teórica acerca da viabilidade turística no Douro, o discurso apresentado centra-se no patrimônio cultural da produção vinícola e na identificação deste com o território.

Tendo por base os instrumentos de Planeamento existentes e o quadro geral do sector vitivinícola, que determinou a “construção” da paisagem até os nossos dias, é necessário saber aperfeiçoar a “gestão tradicional”, criando um processo mais ativo de intervenção, orientando agora, de forma expressa, para a proteção e valorização da paisagem cultural evolutiva viva. (PORTUGAL, 2003, p. 01)

A busca por uma quebra na gestão tradicional mencionada no documento faz referência a análise e planejamento do turismo setorial até então estruturado na região, na qual os municípios não dialogam. Desta forma, o PIOTADV tem como princípio a definição de uma estratégia intermunicipal para proteger e gerir a paisagem cultural, criando uma política de articulação entre as escalas nacionais, regionais e locais a partir da estrutura existente na região e as suas principais atividades econômicas (PORTUGAL, 2003)

Ao longo do discurso, palavras como “proteção” e “valorização da paisagem cultural” surgem como propostas de intervenção territorial, o que corrobora com a hipótese defendida neste trabalho, a qual pauta-se na ideia da identidade como estratégia para o planejamento. A ideia de proteger o patrimônio é diretamente relacionada à manutenção da identidade.

Uma das maiores metas deste plano refere-se a uma proposta de ação intermunicipal. O PIOTADV trabalha com uma política de gestão integrada dos bens territoriais e os possíveis dividendos que serão gerados nesta região para os municípios.

Tendo em vista que o roteiro turístico do Douro perpassa por um total de 13 concelhos, sendo que cada um possui suas particularidades e interesses, torna-se essencial a tentativa de compor uma política integrada de planejamento territorial para o turismo.

O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro trabalha diretamente com a organização de suas metas tendo como parâmetro os Planos de Desenvolvimento Municipais (PDM) e as demandas que cada município possui. Desta forma, a partir da aprovação dos PDMs, ocorre um estudo por parte da equipe do PIOTADV acerca das características e problemas que cada conselho possuía.

Metodologicamente, a organização do documento em análise se divide em duas etapas: a primeira centrada em um diagnóstico da situação; no segundo momento a orientação estratégica para o ordenamento do território a partir de um programa de ações.

O programa de ações construído a partir do diagnóstico da situação atual, e das orientações estratégicas contempla a definição de propostas de intervenção na paisagem (preservação, recuperação, valorização, minimização de impactos, etc.) assim como os meios humanos, institucionais, técnicos e financeiros de viabilização destas propostas. (PORTUGAL, 2003, p. 07)

A preocupação recorrente ao longo do PIOTADV está centrada no diálogo entre os municípios que compõe a região e a preservação da paisagem que caracteriza o Vale Douro. O debate ao longo do plano procura na consulta pública dos agentes sociais que residem na região compreender as necessidades locais. Do período de 2001 a 2003, foram realizadas reuniões nos concelhos para um possível levantamento das necessidades de cada população.

A demanda trazida pela população que reside nos municípios é essencial para a estruturação de uma política de planejamento, tendo em vista, que “se o preceito comunitário e institucional for a instauração do bem-estar social, não há como evitar o planejamento” (YÁZIGI. 2009, p. 458).

Assim, a ausência de integração das políticas públicas para o planejamento do turismo muitas vezes está relacionada a estruturas administrativas que não pensam na integração intermunicipal, mas sim nos interesses individuais dos municípios ou estados. Podemos aferir então que um planejamento intermunicipal do turismo rural se torna essencial para a

estruturação deste segmento. Marcio Labruna (2015, p. 23) nos lembra a necessidade de pensar o turismo em uma visão mais ampla, integrado ao planejamento urbano e regional, com a possibilidade de dinamizar as estruturas espaciais.

A dinamização destas estruturas a partir do turismo possibilita a criação de novas estratégias de organização regional e atinge diretamente a população residente no espaço rural. A importância do planejamento integrado, defendido pelo autor citado acima parte de uma perspectiva integracionista, a qual possibilitaria um olhar multiescalar sobre o fenômeno turístico.

Em vias de estruturar este planejamento integrado, PIOTADV então se dividiu em duas fases: a primeira centrada no levantamento dos problemas que possibilitam a descaracterização do Douro; a segunda fase visa a criação de ações e medidas que viabilizem uma diminuição dos impactos já existentes.

Os principais problemas levantados são relacionados com a intervenção antrópica que acarretam mudanças paisagísticas naturais e culturais. Destacam-se os seguintes:

- má gestão do solo, gerando erosão;
- destruição de valores paisagísticos ecológicos construídos historicamente (por exemplo, a paisagem criada pelas vinhas que vão sendo substituídas por novas formas de plantio);
- derrubada de árvores e vegetação nativa;
- destruição de patrimônio histórico arquitetônico ou adulteração deste;
- construção de galpões e parque industriais ao longo do Douro; e,
- lixo despejado a céu aberto, construção de barragens ao longo do rio.

Como estratégias para impedir o avanço destes problemas, o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - propõe diversas medidas em conjunto com os municípios para uma política de gestão integrada do território. (PORTUGAL, 2003, p. 07)

Os caminhos teóricos que o planejamento do território na região é estruturado tende a contemplar a imensa heterogeneidade de atores, culturas, paisagens e identidades na região do Alto Douro Vinhateiro.

Apesar de se tratar de uma identidade paisagística singular, a área do ADV não é homogênea. Envolve parte de 13 concelhos e contém cerca

Mesmo na perspectiva de diversos vetores que influenciam o turismo rural, busca-se a partir do planeamento integrado uma orientação que possibilite guiar as políticas dos concelhos que fazem parte da organização turística do Douro. Desta forma, elenca-se determinadas variáveis que seriam a pedra angular da imagem turística da região; entre elas destaca-se a identidade territorial centrada na vitivinicultura.

A partir deste correlação entre atores sociais locais, as políticas de Estado e o setor privado, propõe-se uma possível sincronia com relação a conservação da paisagem cultural e natural (conceitos usados no PIOTADV), a preservação do património histórico e a resignificação da identidade do Douro. Os concelhos que não se adequassem a política intermunicipal na região a partir dos seus planos diretores ficariam fora da área de incidência do PIOTADV.

Como reais ações do Plano analisado, destaca-se que o mesmo enseja propostas de melhorias na infraestrutura urbana e rural em conjunto com a preservação da identidade duriense. Esta última foi estruturada a partir de critérios estabelecidos na primeira fase do plano. As intervenções territoriais teriam como princípio a criação de estruturas que viabilizariam um turismo rural sustentável na região do Alto Douro Vinhateiro.

Efetivamente, o plano buscou e auxiliou em uma estruturação intermunicipal que teve como pressuposto compreender o turismo rural além de uma unidade isolada. Devido a extensão do roteiro e aos diversos agentes envolvidos, a integração regional tornou-se um caminho efetivo para pensar o espaço rural e as políticas intervencionistas.

4.4.2 Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (Proposta técnica)

Após o lançamento do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro - diagnóstico da situação no ano de 2003 - a região buscou desenvolver um estudo que tivesse como base uma proposta técnica. Nasce então, na conjunção entre o setor público e privado, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD)

Diferentemente do plano discutido acima, este possui como princípio uma análise minuciosa do Douro enquanto região turística, tendo como objetivo:

O enquadramento em que se processa a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico no Vale do Douro, aponta para a prossecução de diversos objetivos, que visam, genericamente, estimular e desenvolver o aproveitamento das potencialidades turísticas, através do reforço das suas estruturas, dos recursos humanos e da sua capacidade de promoção integrada, como meio de desenvolvimento económico e social do Douro e regiões envolventes. (PORTUGAL, 2004, p. 05)

Parte-se do pressuposto de compreender o Douro como uma totalidade turística, buscando, a partir de sua delimitação intermunicipal, que já estava em desenvolvimento, potencializar as características locais a partir da identidade e sua relação com a vitivinicultura. Como objetivos secundários, podemos citar as ideias de reforçar e qualificar as infraestruturas e sistemas de serviços públicos no Vale do Douro; atrair investimentos geradores de postos de trabalho e assegurar que o esforço de dinamização e valorização do potencial turístico do Douro seja ajustado às características da Região e aos valores culturais próprios. Estes tem como pressuposto evitar as falsificações turísticas, valorizando a identidade criada a partir dos atores locais em detrimento a mega investimentos de atores exógenos ao território e as demandas da população que ali reside.

O projeto tem como ponto de partida os problemas que o Douro enfrenta, relacionando os diversos investimentos que foram aplicados na região mas que não surtiram efeitos para a população local. Destaca-se que as melhoras na infraestrutura até então feitas tornam-se exclusivas de poucos agentes hegemônicos que concentram capital, deixando as “migalhas” para a população que em péssimas condições busca criar estratégias para se reproduzir socialmente. Milton Santos (2001, p. 80) lembra que no mundo imerso na dita globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos e definições. Dentro desta perspectiva os atores hegemônicos “reservam” os melhores pedaços dos territórios e deixam o resto para os outros.

Os atores hegemônicos no contexto analisado são os grandes comerciantes do Vinho do Porto que hoje expandem seu capital a partir da compra de Quintas na região do Alto Douro Vinhateiro, buscando monopolizar

em grande parte toda a cadeia produtiva regional. A desterritorialização da população tradicional torna-se eminente, a qual é analisada pelo PDTVD.

É sabido que no caso do Douro de há muito se aspira à mudança. Ao longo das últimas décadas, várias foram as tentativas de planeamento do desenvolvimento que ganharam corpo, mas que não tiveram o impacto económico e social desejados na Região. Pese embora os seus recursos de exceção, de que o Vinho do Porto é o expoente máximo, o Douro é das regiões vinhateiras a que continua a apresentar os piores indicadores de desenvolvimento na União Europeia. (PORTUGAL, 2004, p. 05)

Este quadro de contradição entre uma das identidades mais tradicionais da Europa a partir de um produto reconhecido historicamente e a precária estrutura existente na região demonstra a necessária estruturação de planos que visem o controle deste movimento e uma intervenção territorial. O PDTVD surge, segundo análise do mesmo, como uma possibilidade de estruturação económica que pode reverter este quadro, buscando um desenvolvimento rural endógeno a partir das demandas locais.

Como todo planeamento territorial do turismo (ou como deveria ser o planeamento territorial do turismo), no primeiro momento, o projeto criou um diagnóstico minucioso dos bens territoriais existentes a partir de um diálogo com os representantes locais; posteriormente contruíram-se propostas de ações cabíveis para a organização de uma sustentabilidade turística.

Como na organização do PIOTADV, o PDTVD se estrutura na identidade territorial que a região possui vinculada a vitivinicultura. Segundo o mesmo, a singularidade da expressão cultural, a paisagem criada pelos socalcos em conjunto com as vinhas, os muros de suporte em pedra, as escadarias e outros elementos do património vernacular criam uma paisagem de excelência, a qual é reconhecida pela UNESCO como património da humanidade com o estatuto de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva.

À excelência das formas junta-se a grandiosidade do esforço humano e a tranquilidade subjacente ao meio ambiente dá um cunho emocional próprio, donde resulta uma paisagem cultural, viva e de elevado valor cénico e identitário. (PORTUGAL, 2004, p. 31)

A valorização da identidade como uma construção histórica inserida em uma paisagem única da gênese as estratégias criadas pelo turismo para atrair capitais e pessoas. Busca-se então a partir do PDTVD salvaguardar as

características físicas e culturais que configuram o território, sua paisagem natural bem como a arquitetura criada pelos seres humanos. Como destaca o Autor Eduardo Abdo Yázigi (2001, p. 80): “A arquitetura tradicionalmente entendida como vernacular desempenha importante papel na percepção daquilo que admiramos na paisagem cultural”. Esses são pressupostos básicos para a construção do turismo rural.

A valorização da paisagem cultural, construída a partir da materialidade e da imaterialidade referente aos signos sociais identitários, é concebida na estrutura de planejamento como uma das principais estratégias para a organização do turismo no Alto Douro Vinhateiro.

A preocupação com a manutenção da identidade cravada na paisagem cultural está inserida também na relação com a imagem turística regional, ou seja, a percepção que o turista vai construir ao se deparar com o Douro. A identidade territorial em conjunto com a infraestrutura criada na região é que viabilizaria a constituição de um roteiro de turismo.

Conforme o PDTVD (PORTUGAL, 2004, p. 07), os recursos (elementos naturais, culturais, histórico-patrimoniais, econômicos, educativos e institucionais) constituem a principal componente da oferta, que através da sua atratividade, estimulam a procura no mercado.

Assim, o PDTVD justifica a partir deste princípio a preservação da paisagem e da identidade como estruturas para o turismo. Neste âmbito de análise, o plano demonstra a preocupação em construir e manter estruturas regionais históricas. “Para que estes recursos possam constituir um produto turístico, terá de existir um conjunto de infraestruturas básicas e específicas de suporte à atividade turística” (PORTUGAL, 2004, p. 07).

Este conjunto de infraestruturas e atividade turísticas aparecem no PDTVD a partir da parceria com a população que ali reside, seguindo o princípio de que o turismo também deve ser uma prática que desenvolve o local. Os dividendos não podem concentrar-se nas mãos de poucos agentes econômicos, pois, esta prática irá inviabilizar a longo prazo o turismo, gerando um esvaziamento e expulsão da população tradicional de determinadas áreas e o sucateamento das mesmas.

Um adendo a esta discussão torna-se necessário: o fato destacado acima que é elencado dentro do PDTVD no ano de 2004 ainda perdura na estrutura

regional do Alto Douro Vinhateiro. Foi demonstrado nos dados levantados no subtítulo anterior que mesmo com vários planos de desenvolvimento do turismo rural existindo de maneira efetiva e legal, o quadro de decadência regional em termos populacionais agrava-se nos últimos anos. Além disso, a concentração de terras e o abandono de práticas agrícolas aumentam na região norte de Portugal e, por consequência, no Alto Douro Vinhateiro.

Destaca-se, também, que em termos teóricos-temporais de aplicação do PDTVD, o mesmo trabalha com a ideia de médio e longo prazo. Marcelo José Lopes de Souza (2000, p. 73) vai argumenta que apesar de existirem obstáculos e desafios estruturais no curto prazo (que denota atenção e esforço para serem superados) o pensamento a médio e longo prazo não deve ser obscurecido por estes problemas.

Nesta conjuntura de pensamento, o Douro deveria construir estratégias para a superação de sua estrutura deficitária (no ano de 2004) e se organizar para transformar-se a médio e longo prazo, a partir de seu potencial, no principal roteiro de turismo rural de Portugal.

Como possibilidade para tornar este objetivo viável, evidencia-se a necessidade da construção de um conjunto de empreendimentos turísticos âncoras, de natureza privada e pública, os quais deveriam ser a essenciais para a dinamização do turismo. Além disso, aponta-se para o imperativo de ampliar a oferta de hospedagens para os turistas, bem como uma melhoria de estruturas viárias e atrativas⁴⁹.

Com relação a este último tópico, destaca-se a busca pela territorialização das temáticas de atração, de modo a conseguir concentrar fluxos de turistas, viabilizando estruturas de qualidade para os sujeitos que visitam a região. Estas temáticas de atração estão centradas na imagem do turismo a partir da identidade vinícola duriense. Eduardo Abdo Yázigi (2001, p. 48) nos lembra que a ideia identitária de lugar como diferenciação espacial reúne condições fundamentadas desde a geografia física até a vida econômica, social e cultural do lugar.

⁴⁹ Este movimento já vêm acontecendo, como foi explicitado no subtítulo - o Douro em números: atratividade do turismo rural.

Estas diferenciações retratadas dão sentido ao lugar turístico, tendo em vista que é o cotidiano que possibilita a singularidade da vida, e, por conseguinte cria a atratividade a partir da unicidade. O turista busca o autêntico, aquele sentido único que diferencia as regiões e cria no lugar uma identificação do turista com a região sem este sequer conhecê-la ainda. Como destaca David Harvey:

É difícil manter um sentido de continuidade histórica num contexto do efêmero e acumulação flexível. A ironia é que a tradição preserva-se enquanto comercializada e mercantilizada. A busca das raízes termina por produzir uma imagem, um simulacro, um pastiche! (HARVEY, 1989, p. 303)

O autor destaca que manter a identidade territorial estática frente ao movimento da vida torna-se uma tarefa essencialmente impossível. Como discutido no capítulo um, as identidades são construções, e como tais, estão em eterna transformação. Contudo, a grande ironia trazida pelo autor diz respeito que estas imagens contruídas a partir de identidades transforma-se em atrativos comerciais, principalmente para o turismo.

A imagem do Douro comercial centra-se (segundo o PDTVD) na identidade relacionada à vitivinicultura, tendo como “tentáculos” para o desenvolvimento do turismo atrativos secundários, sendo estes fruto da relação direta entre o lugar, a ruralidade, a conspeção de natureza e sustentabilidade, arquivos arqueológicos do Douro, Museus, etc.

Como nos lembra João Simões, professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, (2015, p. 17): “O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), caracteriza-se pelo facto de não ser apenas um instrumento de planeamento, mas também um quadro de ação para o desenvolvimento da região”.

Por fim, o PDTVD aparece como uma proposta de organização territorial efetiva e tecnicista, centrada em um levantamento exaustivo da região e trazendo propostas de intervenções territoriais concretas. A equipe que assinou o plano conta com profissionais multidisciplinares que de maneira minuciosa criaram um diagnóstico detalhado da região. Esse, por sua vez, serviria de base para o Plano De Desenvolvimento Turístico Do Vale Do Douro – PDTVD – 2007-2013, que visa de maneira geral intervir diretamente para construir uma mudança no Douro a partir do Turismo Rural.

4.4.3 Plano De Desenvolvimento Turístico Do Vale Do Douro – PDTVD – 2007-2013

O último documento de análise neste capítulo refere-se ao Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale Do Douro, referente ao ano de 2007 a 2013, sendo este o último lançado até o presente momento. O Plano lançado no âmbito da organização territorial do Douro, tem como princípio norteador para a sua formulação os Planos de desenvolvimento analisados anteriormente.

A premissa básica que serve como ponto de referência para este plano é a sua temporalidade e as bases de estudos anteriores que dão suporte para a sua organização. Desta forma, observa-se a junção entre um trabalho técnico de coordenação do turismo; um estudo de diretrizes e bases para a organização dos roteiros intermunicipais e o terceiro plano, o PDTVD – 2007-2013, que será a tentativa de consolidação dos seus antecessores.

Para tanto, o planejamento se estabelece buscando a base legal para a estruturação do turismo no Douro. Observa-se claramente que a preocupação inicial é de referenciar-se diretamente a estrutura jurídica de Portugal que possibilitará a implementação do planejamento voltado ao turismo rural. A partir deste princípio, o plano cita de maneira meticulosa todas as normativas que regem a instituição do turismo no Douro. Além disso, ressalta que este roteiro foi escolhido pelo governo português como referência, sendo clara a necessidade de operacionalizar todas as diretrizes por ele levantadas. Citamos:

Uma vez que já existem diversos documentos de diagnóstico, caracterização e de natureza estratégica sobre o Turismo no Vale do Douro[...], a estrutura e natureza do presente documento reveste-se, sobretudo, de um carácter eminentemente operacional. Isto é, sem prejuízo de ser apresentado um breve estado de arte (tão atualizado quanto possível) do Turismo na Região, o PDTVD 2007-2013, visa, fundamentalmente, apresentar as medidas e as tipologias de projetos consideradas prioritárias para o desenvolvimento turístico do Vale do Douro. (PORTUGAL, 2008, p. 06)

A preocupação com a operacionalidade do turismo parte do princípio das elaborações e diagnósticos que antecedem o documento que está sendo analisado. Assim, a discussão do estado da arte do Douro como possibilidade

de turismo para a Europa torna-se um pano de fundo para a busca da concretização do turismo rural na região.

Após a estruturação da base legal, o plano vai traçar pragmaticamente estratégias que possibilitem a organização do turismo rural. Para tanto, o mesmo se utiliza de um termo denominado de “intervenção territorial”, o qual permitiria estruturação dos bens territoriais na região.

Para a efetivação desta intervenção, a equipe que elaborou o PDTVD – 2007-2013 usa como parâmetro o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro. Assim, o PDTVD 2007-2013 busca conciliar os planos anteriormente estruturados em conjunto com a operacionalização dos mesmos. A preocupação em trabalhar com pesquisas que antes foram criadas é essencial para o desenvolvimento territorial, pois, não devemos a cada novo plano esquecer toda a construção histórica elaborada pelos planejamentos anteriores, mas sim discutir, melhorar e efetivar que estes planos possam sair do papel.

Assim, o PDTVD 2007-2013 busca romper com um erro comum na estruturação dos planos de desenvolvimento, o qual está ligado a falta de continuidade das políticas de ordenamento territorial. Como afirma Yázigi (1996. p. 94), “Em tempos recentes, tem-se notado que na medida em que as gestões se sucedem, uns planos vão substituindo outros, diametralmente opostos... Muda o Chefe (o partido), muda o cenário”

Desta forma, em concomitância com o objetivo principal (que é Tornar o Vale do Douro um destino turístico de excelência através de um processo de indução de dinâmicas públicas e privadas de desenvolvimento turístico sustentável), a equipe de planejadores criou eixos prioritários para atingir a meta de 450 mil dormidas até o ano de 2015. Os Eixos prioritários são, resumidamente:

- qualificar as Redes e os Sistemas de Serviços Públicos complementares de suporte à atividade turística no Vale do Douro;
- promover a iniciativa empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística no Vale do Douro;
- afirmar, consolidar e melhorar a imagem turística do Douro e promover a Animação e a Excelência turística da Região; e,

-reforçar a capacidade institucional e promover a cooperação transfronteiriça e transnacional.

A tentativa de mesclar o setor público e o privado para construir um planejamento do Douro torna-se um pressuposto teórico basilar. Destaca-se que o mesmo busca incentivar em conjunto com o Estado linhas de crédito e facilidades de financiamentos para empreendedores locais, em detrimento de agentes exógenos.

O setor privado local, principalmente o pequeno empreendedor, deve ser incentivado a criar estruturas de organização territorial que possibilitem o desenvolvimento regional. Por isso, o turismo na região organiza-se a partir da integração entre os bens territoriais básicos, como saneamento, vias públicas, praças, (infraestrutura para a vida cotidiana que são responsabilidades do setor público), em conjunto com ações que visem incentivar o setor privado, como acesso a linhas de financiamentos a quintas, restaurantes, hotéis, etc. Do mesmo modo, também são criadas parcerias públicos/privados para incentivar o turismo, como eventos festivos.

Em termos metodológicos, em cada eixo prioritário criou-se tipologias de projetos que visam atingir o objetivo principal do plano. Assim, temos a estruturação da seguinte forma: eixos prioritários, objetivos operacionais e tipologias de projetos. Cada fase metodológica expressa uma parte do plano, todas elas em concordância com o objetivo geral.

Não cabe ao presente trabalho esmiuçar cada um dos eixos prioritários, tendo em vista que esta análise por si só pode gerar uma pesquisa à parte devido as inúmeras variáveis que cada eixo possui. Contudo, a forma como se estruturou o PDTVD 2007-2013, em termos metodológicos, torna-se interessante tendo em vista que todos os objetivos estão correlacionados a identidade do Douro ligado a vitivinicultura.

Em vias de proteção e melhoria na infraestrutura, para efetivar este planejamento necessita-se de capital para que ocorra a operacionalidade do Plano. Assim, faz-se necessário linhas de subsídios criadas pelo Estado que visem estimular o turismo rural. Como destaca o documento em análise, a concretização do PDTVD 2007-2013 requer necessariamente a existência de instrumentos de financiamento capazes de suportar a estratégia preconizada.

Neste contexto, destaca-se, para o período 2007-2013, o Programa Operacional Regional do Norte, os Programas Operacionais Temáticos (PO Fatores de Competitividade; PO Valorização do Território e PO Potencial Humano), o Programa de Desenvolvimento Rural e, para o período 2007-2009, o Programa de Intervenção do Turismo (PORTUGAL, 2008, p. 48). Estes, evidenciam a preocupação do Estado português com o turismo rural.

Além do capital, o plano traz a necessidade de formar profissionais qualificados para atender o turista e uma estruturação de auxílio técnico (extensão rural) para os agricultores. Desta forma, incentiva-se a criação de escolas técnicas e cursos universitários na região que possam qualificar a população que tiver interesse em trabalhar com o turismo rural. O incentivo a educação para os agricultores, a melhoria na infraestrutura para a população local, a integração rural-urbana, entre outras, são temas importantes quando pensarmos o planejamento do espaço rural.

O turismo, quando planejado não só para o turista mas para a população que reside nesta região, possibilitará uma mudança de paradigma no rural de Portugal. Esta transformação é aclamada no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Vale Douro 2007-2013, o qual ainda não atingiu seus objetivos, mas caminha para tentar mudar uma estrutura deficitária, transformando a realidade do Alto Douro Vinhateiro “pouco a pouco”.

4.5 O Douro em números: a estrutura do turismo rural

A estruturação turística dos Planos anteriormente analisados denota a existência uma linearidade entre os mesmos e as políticas criadas no século XXI para transformar uma situação preocupante no espaço rural Duriense. Os estudos construídos em cada plano inclinaram-se para compreender a realidade local, através de levantamentos de bens territoriais, dialogo entre os municípios, a necessária preservação da paisagem cultural e natural, etc.

É premente que o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro nos últimos anos vem mudando a organização espacial desta região. A atratividade devido a sua historicidade enquanto produtora do vinho do Porto, em conjunto com os Planos de desenvolvimento, transformou a região em um dos principais atrativos do turismo de Portugal e da Europa.

Tendo em vista a importância do turismo nas diversas regiões portuguesas, em vias de organizar este segmento, foi criada a lei 067/2008, a qual busca regionalizar o Estado para fins de organização do turismo.

O turismo como um fator estratégico de desenvolvimento da economia portuguesa e está fortemente empenhado na criação e consolidação de estruturas públicas fortes, modernas e dinâmicas, preparadas para responder aos desafios que o turismo enfrenta. (PORTUGAL, lei nº. 067/2008)

A referida lei cria, a partir da NUTS II, cinco grandes áreas de organização do turismo: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve. Inserido em cada área destacam-se os polos de atratividade. O Vale Douro aparece como um dos polos de desenvolvimento do turismo nacional português na região norte, em conjunto com a cidade do Porto.

O Douro e o Porto constituem um binômio na denominada região norte não só no turismo, mas também na estruturação econômica de toda a região. A cidade do Porto se utiliza em grande parte da imagem centrada na ruralidade da produção vinícola, a partir do modo de vida que foi construído historicamente, para incentivar a prática do turismo e a venda do Vinho. A concentração de casas de exportação vinícola na cidade do Porto e em Vila Nova de Gaia evidenciam esta perspectiva, conforme a tabela (apêndice A) e o mapa a seguir.

Mapa 11: Casas de Exportação do Vinho Porto
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini; LOPES, Ândrea.2016.

Conforme visualizado no mapa, a região do Porto monopoliza a exportação do vinho que é produzido em grande parte nas quintas do Alto Douro Vinhateiro, sendo que estas casas de exportação também são abertas para os turistas visando a compra do produto direto. Devido ao volumoso capital oriundo deste comércio, diversas empresas expandem-se para a região do Douro, visando adquirir propriedades para produção vinícola, monopolizando assim o comércio e a produção.

A relação Douro e Porto no turismo também aparece como estrutura de atratividade, principalmente centrado no vinho enquanto produto detentor de uma identidade e um modo de saber-fazer.

Fica evidente a relevância que o Alto Douro Vinhateiro desperta na econômica de Portugal, pois o mesmo possui uma identidade, como atesta o Estudo de Avaliação da Atratividade dos Destinos Turísticos de Portugal Continental para o Mercado Interno. O Douro tem uma imagem muito forte e própria que facilmente se distingue do resto do Norte e que é evocada quando

se fala no Douro. De fato, as suas características paisagísticas são tão fortes que fazem distinguir a marca Douro de todas as outras e da própria Marca Norte. (PORTUGAL, 2009, p. 20)

A imagem para o turismo rural no Douro está relacionada a identidade territorial que a região construiu ao longo de três séculos. Esta, no século XXI, torna-se um grande atrativo, despertando no seio desta atividade a emergência das ruralidades.

A ruralidade e o turismo têm como materialidade as denominadas Quintas. Estas caracterizam-se como propriedades que simbolizam ao longo do Rio Douro as casas de produção efetiva do Vinho Porto. Desta forma, existem mais de 60 quintas espalhadas pelo Douro que representam a essência desta região enquanto identidade e imagem turística, conforme tabela (Apêndice B) e o mapa a seguir.

Mapa 12: Quintas no Alto Douro Vinhateiro.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini; LOPES, Ândrea. 2016.

A concentração de Quintas dá-se principalmente em dois grandes polos: o denominado Baixo Corgo e Médio Corgo, perdendo densidade à medida que se afasta destes centros no sentido ao Douro Superior. Os dois primeiros

concentram a maioria das propriedades, estruturas turísticas (hotéis, pousadas, vias de acesso – fluvial, ferroviária e rodoviária – e atrações diversas) e infraestrutura logística melhores.

Observa-se que as Quintas acompanham, na sua maioria, os meandros do rio, se utilizando dos diversos modais para acesso as mesmas. Além disso, a maior parte destas estão na denominada área de Incidência Direta do Turismo, sendo patrimônio mundial da UNESCO e fazendo parte da denominação de Origem para a produção do Vinho Porto.

No Alto Douro (conforme mapa acima), evidencia-se a potencialidade do turismo rural na região, tanto explorado como ainda possível. Ressalta-se que a maioria das Quintas é aberta para visitas, sendo que muitas possuem estruturas de alojamentos para turistas, almoços, cafés da tarde, etc.

Assim, ao analisarmos os movimentos populacionais voltados ao turismo na região, constatamos a tentativa de ressignificar o rural. Como destaca o autor Paulo Peixoto (2006, p. 14), professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra:

O turismo em áreas rurais é um dos fatores mais significativos da evolução recente da indústria turística em Portugal. A região Douro, além do carácter pioneiro que assumiu em termos do desenvolvimento do turismo rural, tem vindo a se afirmar enquanto destino de eleição deste segmento da oferta e da demanda turísticas.

A região do Douro nos últimos anos apresenta um crescimento significativo no que concerne ao turismo rural, pautado na identidade, nas melhoras logísticas e nos bens territoriais que são construídos e reconstruídos. Ao analisarmos o número de estabelecimentos hoteleiros na região, evidenciamos esta tendência (gráfico 12).

Gráfico 12: Número de estabelecimentos hoteleiros - Douro
Fonte: INE, 2016. Organizado pelo autor.

A quebra da série do ano de 2012 para 2013 é explicada a partir de uma mudança da metodologia do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, o qual passou a contabilizar dentro dos denominados estabelecimentos Hoteleiros, que abrigavam até o ano de 2012 oito categorias (Hotéis, Pensões, Estalagens, Pousadas, Motéis, Hotéis-apartamentos, Aldeamentos turístico e Apartamentos turísticos) também os estabelecimentos do turismo rural.

Assim, podemos analisar que de um conjunto de 36 estabelecimentos hoteleiros do ano de 2012 para 103 do ano de 2013, mais da metade (aproximadamente 67 estabelecimentos) trabalham diretamente com o turismo rural, o que endossa a atratividade do Douro relacionada a identidade vinícola.

Após a nomeação do Alto Douro Vinhateiro como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, o aumento de turistas, principalmente de estrangeiros, saltando de 17,5 % de dormidas internacionais em 2002 para 27,7% em 2013, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 13: Proporção de hóspedes estrangeiros - Douro
 Fonte: INE, 2016. Organizado pelo autor.

Se anteriormente a esta denominação, os principais centros de atração do Turismo eram as regiões de Algarve, Madeira e Lisboa, tendo como principal atrativo o sol e a praia, observamos hoje uma crescente procura pelo Douro por turistas estrangeiros. O aumento destes na região após a nomeação da UNESCO denota que os mesmos são atraídos pela identidade territorial em conjunto com as belezas naturais, a infraestrutura que possibilita o deslocamento até a região bem como passeios por diferentes modais (hidrovias, ferrovias e rodovias). Deslocar-se até o Porto e embarcar na linha ferroviária, em um barco ou através de ônibus é mergulhar em uma paisagem cultural viva que perdura a mais de três séculos.

Em termos de atratividade, segundo pesquisa realizada no museu do Douro no ano de 2014 (PORTUGAL, 2014, p. 25), é o patrimônio material e imaterial vinícola nas Quintas do Alto Douro Vinhateiro que desponta como principal atrativo. Este interesse em conjunto com diversas programações ao longo do ano e as mais de 60 quintas abertas para visitaço possibilitaram o aumento de turistas, no so de um dia, mas tambm os que buscam ficar mais tempo e se hospedam nas quintas, hotis e pousadas.

Quando discutimos anteriormente o acesso s linhas de crdito a partir dos programas da Unio Europeia, como o LEADER, podemos identificar que grande parte destes investimentos migravam para o turismo rural, sendo utilizados diretamente no aumento de infraestrutura de dormitrios. No ano de

2010, existiam nestes estabelecimentos 1092 quartos disponíveis na região do Alto Douro Vinhateiro para os turistas, sendo 618 em hotéis; já no ano de 2013, temos 1132 quartos disponíveis, sendo 868 em hotéis.

O gráfico 14 demonstra esta tendência nos últimos anos a partir do número de dormidas na região.

Gráfico 14: Número total de Dormidas - Douro
Fonte: INE, 2016. Organizado pelo autor.

O número total comprova a movimentação espacial da população que busca no Douro uma aproximação com um modo de vida particular e uma paisagem única no Mundo. O aumento da demanda turística trouxe transformações na logística dos estabelecimentos hoteleiros, tendência esta que segue na região.

As Políticas de Planejamento do Turismo no Douro e seus planos de desenvolvimento têm um papel importante neste sentido, desde a tentativa de compreender a realidade local, a eleição de uma identidade que é o centro do turismo, a busca por ações de preservação da paisagem natural e cultural, políticas ligadas ao uso e ocupação do solo rural, a intermunicipalidade como um fator de planejamento, etc.

Contudo, mesmo com este movimento de valorização do patrimônio e o aumento de fluxos turísticos, o Douro ainda possui mazelas oriundas do processo de modernização agrícola anteriormente discutidos. Ao analisarmos o índice de população em idade ativa na região (gráfico 15), evidenciamos que a

reprodução socioterritorial da população que vive no espaço rural que compõe a sua alma vem diminuindo.

Gráfico 15: índice de população em idade ativa na região do Douro.
Fonte: INE, 2016. Organizado pelo autor.

O autor Artur Cristóvão (1999, p. 05), discutindo o êxodo rural e o declínio populacional do interior de Portugal, salienta que o Douro não escapou desta realidade que atinge todas as dimensões da vida de um território (social, econômica, política, cultural e ambiental).

A modernização do espaço rural teve como consequências no Douro a concentração de terras em torno do grande capital comercial da cidade do Porto, realçando um aumento significativo das corporações produtoras do vinho. Grandes empresas pressionam o setor no sentido de monopolizar o processo produtivo, ora subordinando o agricultor a contratos de produção, ora criando uma pressão imobiliária que gera o êxodo rural.

Por consequência destes problemas, observamos cada vez mais o abandono do espaço rural, tendo uma significativa diminuição da área voltada a agricultura. A região norte de Portugal, nos últimos 15 anos aponta para uma diminuição da área plantada de modo geral (gráfico 16).

Gráfico 16: Superfície das explorações agrícolas (ha) - Norte de Portugal
 Fonte: INE, 2016. Organizado pelo autor.

A tendência deste declínio da área agricultável é uma consequência das políticas ainda adotadas na década de 1960. O Alto Douro Vinhateiro inserido neste processo tem a sua área agrícola seriamente diminuída e concentrada, gerando cada vez mais o esvaziamento de sua essência turística.

Em concomitância a este processo, demonstra-se que o crescimento efetivo da população também se apresenta como problemático, tendo em vista que não existe uma reposição populacional. No ano de 2014, o “crescimento” foi de -1,10 segundo o Instituto Nacional de Estatística (2016), ou seja, decréscimo populacional. Em anos anteriores, desde 2010, evidenciam-se taxas negativas de crescimento.

Frente a estas dicotomias e contradições espaciais geradas pela territorialização do capital, a região do Douro vem buscando se reinventar para sobreviver a este processo. Os planos, analisados anteriormente, vem demonstrando a preocupação em reestruturar a região, desde políticas de incentivos financeiro aos pequenos produtores para manter-se na região, até a revalorização das identidades locais e melhorias nas infraestruturas.

No Douro o que parece ser paradoxal é a incapacidade para tirar partido da riqueza, fixando as gentes ao território e aumentando o seu bem-estar. Na verdade, como diz Barreto (1993, 104-105), ao analisar a aparente contradição entre o florescente negócio do vinho e a falta de desenvolvimento do Douro: “quase 20 anos de formidável expansão do seu principal produto não criaram, na região, riqueza,

oportunidades, emprego e prosperidade suficientes para inverter a desertificação. (CRISTOVÃO, 1999, p. 05)

Existe, assim, a necessidade de que ocorra mudança na organização do território de ordem estrutural que vise fortalecer o pequeno produtor, pois, é este que compõe a alma do Douro, produto turístico tão requisitado pelas pessoas que se deslocam à região.

A multifuncionalidade, a partir da crise da agricultura nos espaços rurais, tendo como atividade o turismo rural vem diversificando a economia regional e valorizando cadeias produtivas locais em detrimento da ordem global de exportação. Este apresenta-se como um possível caminho a ser trilhado na região, a qual sofre, mas se reinventa; afinal o ser humano frente a dificuldades busca inúmeras maneiras de se reterritorializar.

Contudo, problemas de planejamento ainda são recorrentes na região na atualidade, principalmente relacionados a ausência de infraestrutura básica. Como exemplo, trazemos o descarte de resíduos sólidos nas margens dos rios evidenciado ao longo da pesquisa de campo. Desta forma, estes processos de degradação permitem aqui a crítica direta a má gestão que ainda existe no território por parte dos atores públicos e privados (figura 23).

Figura 23: Lixo na Margem do Rio Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

Como destacava o autor Artur Cristóvão, ainda no ano de 1999 (p. 04): “Quem percorre o Douro encontro múltiplos vestígios daquilo a que podemos, talvez, chamar uma cultura de desordenamento do território e de degradação ambiental”. De lá para cá, 17 anos se passaram, diversos planos foram concebidos, mudanças políticas e econômicas ocorreram no cenário do Douro, mas mazelas sociais ainda fazem parte da realidade local.

Assim, o Douro caminha no sentido de tentar um suspiro, uma mudança que possibilite novas formas de ordenamento territorial, visando uma distribuição mais igualitária dos dividendos que o produto de maior reconhecimento histórico de Portugal gera.

Os Planos, muito além do papel, tentam auxiliar esta perspectiva, pensando em estratégias de ordenamento territorial. Além disso, demonstram a importância do pequeno produtor como uma agente que possuiu uma identidade que é a pedra angular do turismo. Os planos apontam para a necessária mudança estrutural para a população local, a qual depende de inúmeras variáveis, mas é essencial para manter o Alto Douro Vinhateiro vivo.

4.6 Proposições do Douro: uma identidade territorial integrada ao planejamento

O Douro historicamente é caracterizado como uma região de intensos fluxos, constituindo-se como uma área de confluência entre o litoral e o interior; o comércio e a produção. Dentre as mudanças que existiram, destaca-se a intervenção estatal desde os primórdios da Denominação de Origem até os Planos de desenvolvimento do turismo no século XXI, o que demonstra a importância significativa desta região para Portugal.

Compreender o turismo rural no Douro é mergulhar em uma imensidão verde de socalcos e vinhas, fruto do engenho humano e da natureza. A mediterraneidade criou as condições climáticas: o rio, ferro e asfalto as ligações e os atores sociais o típico vinho do Porto.

Nestes meandros entre o rio e as montanhas, foram constituindo-se uma das mais importantes regiões de produção vinícola do mundo, fruto de uma ação histórica imersa em relações de poder e interesses que caracterizam o binômio Porto-Douro.

A região não escapou da era Faústica, da modernização agrícola e do mito denominado de homogeneidade espacial. Estes imperavam ao longo da segunda metade do século XX, destruindo histórias em prol de um desenvolvimento que nunca chegou; como ressalta Eduardo Abdo Yázigi (2009): “tenho saudades do futuro”, fazendo alusão as promessas megalomaniacas de tempos obscuros de nossa existência.

A região sofre hoje com os resquícios de um planejamento territorial que perdurou durante estes anos. Diversas mazelas sociais ainda se encontram vivas e preocupantes, como o descaso com os pequenos produtores, a concentração fundiária, a diminuição da área agrícola, o envelhecimento da população, etc.

Então, se existem estes problemas, que proposições podemos levar do Douro? Levamos a esperança trazida por pesquisas e autores que vem demonstrando a importância do pequeno produtor para a alma do lugar. Estas, no linear da passagem do século XX para o XXI trazem discussões extremamente pertinentes para pensar o turismo rural na região a partir de um desenvolvimento endógeno.

A identidade territorial que foi criada ao longo de séculos, desde o período longínquo do barco Rabelo até as técnicas “modernas” do automóvel, se reinventa a partir da perspectiva turística, possibilitando o reconhecimento desta região como um patrimônio cultural e natural único.

A partir desta identidade territorial relacionada a vitivinicultura e integrada a política de planejamento, o Alto Douro Vinhateiro vem transformando-se em uma região de grande fluxo de turistas que aumenta a cada ano. Para reverter o quadro caótico que ainda existe, as políticas de planejamento devem ser mais incisivas quanto ao ordenamento territorial, principalmente no que concerne a incentivar a manutenção da população que ali reside secularmente, em detrimento do grande capital que se avulta em torno da região.

Ao analisarmos a estrutura de turístico no Douro durante o século XXI, compreendemos que as equipes que constroem os planos de desenvolvimento vêm trabalhando no sentido de criar etapas de planejamento que sirvam de base para a estruturação regional. De maneira sintética, podemos pensar nestas a partir da seguinte estrutura de organização. (Figura 25)

Figura 25: Estrutura do planejamento territorial do turismo no Douro
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

A primeira fase dos Planejamento territorial do turismo rural no Douro centrou-se na produção de um **diagnóstico** que visava elencar as necessidades locais bem como as potencialidades turísticas.

Após este **estudo da Arte** do Douro, que ocasionou um levantamento minucioso das particularidades regionais, elencou-se uma identidade como pedra angular para planejar o turismo. Está, segundo os planos analisados, deveria ser integrada a todas as estratégias de planejamento.

Doravante, foi necessário pensar em uma estrutura política de **ordenamento territorial intermunicipal**, tendo em vista a necessária integração e similaridade nas estruturas administrativas do patrimônio e da identidade duriense ao longo de todo o roteiro. Lembramos que devido a sua extensão, a rota do Alto Douro Vinhateiro ultrapassa os limites administrativos

de um Concelho, sendo necessário pensar o planejamento na escala ne escala intermunicipal.

Em conjunto com estas discussões e a partir do contado com os atores locais possibilitou-se a criação de um **Plano de Ordenamento turístico** que foi apresentado a comunidade. Este tem como intuito planejar de forma pragmática o roteiro, estabelecendo **datas e etapas** de execução. Após intenso debate e votação, temos a **implementação**, ou seja, as ações no território e os possíveis desfechos. Por fim, constrói-se um **prognóstico** do plano a médio e longo prazo e discute-se com os atores locais os possíveis desdobramentos do mesmo.

Esta estrutura de Planejamento não é uma “receita de bolo” aplicável a todas as realidades, mas sim a forma como o Douro a partir de suas demandas e particularidades vem construindo a sua estrutura de planejamento. Outras regiões edificam planos diferentes (e algumas nem planos possuem) adaptando os mesmos as particularidades locais.

Para a presente pesquisa, podemos trazer para a discussão o necessário pensamento regional, as políticas intermunicipais e a identidade territorial como centro das políticas de planejamento do turismo; o que vem a corroborar com a hipótese aqui defendida: Planejar o turismo rural a partir da identidade territorial.

Assim, após a análise do planejamento territorial do turismo rural no Douro e as estruturas de organização deste segmento nas diversas escalas (nacional, regional e intermunicipal), em conjunto com as experiências e proposições que podemos trazer para a discussão desta pesquisa, conduzimos nosso foco para o necessário debate sobre o papel do turismo rural no Brasil.

Capítulo 05:

*Por um planejamento territorial do turismo rural
brasileiro*

Por um planejamento territorial do turismo rural brasileiro.

Figura 26: Esquema síntese do capítulo 05
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

A busca por uma organização na micro e macro escala acompanha o ser humano ao longo da história. O que seria da humanidade sem o mínimo de planejamento? Ao organizarmos nossa vida, desde o café da manhã até a janta criamos metodologias em nosso imaginário a fim de pensar nossa rotina diária.

Ao planejarmos nosso dia-a-dia, mesmo na complexidade da sociedade, invariavelmente fazemos um exercício de imaginar cenários temporais que estão porvir. Neste processo, criamos um diagnóstico de nossa situação e um prognóstico de como realizar as tarefas.

O homem, perante uma situação, debate-se entre dois extremos. Num deles, controla totalmente os resultados de sua prática. Noutro, desafia ou submete-se a processos nos quais é arrastado por circunstâncias que não controla. No primeiro caso, decide, faz e conhece, de antemão, os objetivos que pode alcançar. No segundo, não decide quanto a nada, só pode apostar no futuro e entregar-se ao destino. (MATUS, 2006, p. 115)

Desta forma, avaliamos o espaço e tentamos controlar as diversas variáveis que existem, mesmo tendo consciência que esta ideia apareça como pífia, pois, no jogo da totalidade social e suas incertezas cotidianas, torna-se impossível prever todas as situações. Mesmo tendo esta premissa, buscamos diariamente o planejamento, tendo em vista que esse é essencial para estabelecermos uma rotina. Como nos lembra Marcelo José Lopes de Souza (SOUZA, 2004, p. 48), a todo momento, no cotidiano, as pessoas criam simulações do trânsito, da sala de aula, do supermercado, etc.

O ato de planejar o cotidiano está relacionado a pensar de que forma vamos conduzir nossa existência. Para tanto, utilizamos os preceitos da criatividade visando esboçar um ou vários cenários futuros e assim evitar transtornos. YAZIGI (2005, p. 127) relata que com maior ou menor grau, todo o plano requer uma estratégia e criatividade para executá-lo. Os mesmos revelam a intencionalidade de desenhar o futuro. De certa forma, brincamos de adivinhos.

A peculiaridade desta estrutura é que existe uma diversidade de pessoas, e, por conseguinte, de rotinas. Assim, na microescala do cotidiano, pensar o planejamento como uma unidade passível de ser aplicável a todas as realidades é indubitavelmente impossível. Jaz aí um dos maiores desafios dos planejadores: como estruturar uma política pública de planejamento do turismo rural que contemple esta realidade complexa e que abarque os interesses da maior parte dos atores sociais? Além disso, tendo como princípio que o espaço

é heterogêneo, seria possível criar um planejamento que considere todos os sujeitos históricos sem gerar um processo de exclusão? Estes desafios estão expostos na sociedade contemporânea.

5.1 O planejamento e o território

A ideia de planejamento tem como princípio a criação de diagnósticos e prognósticos sobre as possíveis variáveis da realidade em um futuro próximo ou longínquo. Podemos pensar que existe uma relação entre o ato de planejar e a temporalidade de sua aplicação e efeitos. Desta forma, existem diversas escalas espaço/temporais para a instalação do planejamento no território.

Assim, o planejamento vai desde a escala local e sua relação com o dia-a-dia, ou seja, o planejamento a curto prazo até a escala nacional e o ordenamento territorial a partir do médio e longo prazo. Nesta perspectiva, o espaço e tempo formam binômio essencial para pensar a realidade de um plano.

A formulação de objetivos e sua aplicabilidade implicam diretamente pensar na quantidade de dias, meses ou anos para a execução de uma determinada obra, projeto, etc., “à teoria da decisão tem claro que o tempo requerido para a consecução de objetivos varia do imediato ao se perder de vista” (YÁZIGI, 2009, p. 454).

Ao pensarmos em escalas temporais, podemos dividir, segundo Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 94) estas em quatro dimensões: *curtíssimo prazo*, que se refere a gênese do processo de planejamento, tendo como meta a formulações de projetos e a construção de objetivos; *curto prazo*, o qual tem a efetivação de uma equipe fixa formada pela fase anterior, podendo neste momento pensar em formulações de ações no território como, por exemplo, a revitalização de um centro histórico; *médio prazo*, onde são desenvolvidas as ações apresentadas no momento anterior, sendo possível notar ajustes à realidade que saem do plano teórico para o plano do real *in loco*; e, por fim, *longo prazo*, onde se pode organizar a implementação de infraestruturas mais significativas ligadas ao planejamento, como a estruturação de um roteiro e sua consolidação. Dessa forma, ao elaborar um planejamento territorial é essencial pensar em escalas temporais, pois um plano pode prever algo de rápida execução, como criação de

um serviço eficiente de informação ao público, mas pode também colocar como meta, a longa execução de uma rede ferroviária (YAZIGI, 1996, p. 94).

Assim, processo de planejamento trazido pelo autor torna-se um devir; um eterno movimento de análise e reanálise de objetivos, metodologias, etc. Quando Gilles Deleuze e Felix Guattari (1977, p. 34) analisam o território a partir do ritornelo, a mesma pode ser transposta para a lógica do planejamento, tendo em vista que o movimento de apreciação da realidade e reordenamento das políticas devem ser recorrentes em uma sociedade territorialmente dinâmica.

O ritornelo, assim como o planejamento, é fruto de um eterno repensar, reavaliar e até mesmo reviver! Sempre estamos partindo e chegando; nos reinventando nas mais diversas realidades espaço/temporais.

As políticas de planejamento territoriais podem, a partir do princípio do movimento de construção das identidades, como analisado no capítulo 01, estruturar o ordenamento territorial. Desta forma, pensar neste é refletir sobre o devir dos agentes sociais, e, por conseguinte, lembrar que o planejamento também deve ser dinâmico.

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que tem que ser coordenado para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícito a permanente revisão, a correção do rumo. Exige um repensar constante mesmo após a concretização dos objetivos. (BARRETO, 1991, p. 13)

Partindo da ideia de Carlos Matus (2006), o plano pode ser considerado como uma estrutura de cálculos e apostas, sendo um “produto momentâneo do processo pelo qual um ato seleciona uma cadeia de ações para alcançar seus objetivos” (MATUS, 2006, p. 115). A ideia de momentaneidade do plano demonstra que em determinado espaço temporal existem necessidades, as quais geram ações (controláveis ou não) que visam um determinado objetivo. Desta forma, o ato de planejar também é uma figura de aposta, na qual o ser humano busca de alguma maneira dominar todas as variáveis possíveis.

Contudo, as diversas possibilidades territoriais extrapolam o controle do próprio plano criado. Assim, a reavaliação do plano faz-se necessária, tendo em vista as dinâmicas espaciais incontrolláveis, as quais devem ser levadas em consideração ao organizar uma estrutura de planejamento, buscando de uma forma ou de outra a fuga da improvisação.

O jogo de relações entre os atores sociais e as suas formas de planejar o futuro incide diretamente na constituição territorial. O território não só se compõe como a base natural das construções sociais, mas também é fruto de uma apropriação e organização a partir de símbolos e identidades criadas ao longo do tempo. O autor Rogerio Haesbaert (2007, p. 42) argumenta que o território sempre é um jogo de apropriação simbólica e domínio de um espaço socialmente construído e compartilhado. Destaca-se que o mesmo sempre se constitui a partir de uma evolução temporal, de relações de poder concretas e abstratas.

A apropriação do espaço pelas relações de poder e sua organização requer planejamento, seja este institucional ou não. A forma como cada grupo social se organiza e estrutura-se no espaço denota o princípio do território como uma construção social auto organizada.

Contudo existem mudanças; antes quem organizava o território eram as comunidades locais a partir de suas necessidades, hoje esta organização está cada vez mais centrada na ampliação de uma ótica mercadológica não só do território, mas também do planejamento.

Desta forma, a contradição impera dentro do sistema capitalista nestes tempos conturbados. A ausência de fronteiras rígidas na macroescala do capital, tendo como aporte o aval do Estado abre espaço para a imponência das grandes corporações, as quais usam o território como recurso para a reprodução do capital. Como nos relata a Professora Maria Adélia Aparecida de Souza (2014, p.13), “o território usado torna-se um território recurso nesta contemporaneidade”. O território está cada vez mais nas mãos de poucas empresas que apunham os recursos em prol da sua própria lógica, a qual nada tem a ver com o local de sua instalação.

Não obstante, este mesmo território que hoje é usado pelo grande capital, também se apresenta como o lócus do acontecer solidário, no qual os atores sociais a partir das horizontalidades criam e recriam estratégias para fugir da perversidade de uma globalização econômica.

Estas relações entre os atores constroem territorialidades e identidades que tendem a reinventar formas de ocupação que afrontam muitas vezes a própria lógica imposta pelas políticas dos Estados influenciados pelas empresas. “Tais solidariedades se realizam, evidentemente, em função de interesses e

intencionalidades que qualificarão e definirão o processo de uso do território” (SOUZA, 2014, p.13).

As solidariedades entre os atores sociais na escala do lugar criam apropriações a partir das relações de poder, originando as identidades territoriais que hoje são utilizadas para planejar alguns roteiros turísticos. Desta forma, cria-se uma contradição entre o global e o local analisada pelo autor Boaventura de Souza Santos (2011, p. 35), o qual vai ressaltar que uma das contradições de nosso tempo “globalitário” são as imbricações das escalas geográficas de apropriação territorial.

Segundo este autor, a contradição entre a globalização e a localização surge a partir de um movimento dialético em meio as interdependências dos Estados com o mercado global,

Mas por outro lado, e em aparente contradição com esta tendência, novas identidades regionais, nacionais e locais estão a emergir, construídas em torno de uma nova proeminência dos direitos as raízes. Tais localismos tanto se referem a territórios reais ou imaginados, como formas de vida e de sociabilidade assentes nas relações face-a-face, na proximidade e na interatividade. (SANTOS, 2011, p. 54)

Esta contradição entre o local e o global corresponde novamente à complexidade que o espaço possui e suas diversas formas de apropriação. A autodeterminação do território, bem como o retorno de identidades que anteriormente esvaeceriam devido ao movimento do grande capital apresentam-se hoje como a contraposição e resistência ao movimento do fim dos territórios. Milton Santos na década de 1990 já destacava que a noção de território clássica vinha sendo superada.

O que herdamos da modernidade enquanto território em pleno final do século XX e início do XXI não se aplicava mais a realidade de análise deste conceito. Como afere o autor: “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. (SANTOS, 1994, p. 15). Este uso hoje aparece cada vez mais interligado as redes técnicas que possibilitam diversos atores econômicos utilizarem o território para o seu próprio interesse.

Em conjunto com o discurso da territorialidade e das transfronteiras do capital, surge a ideia da necessária ausência do intervencionismo estatal para o Planejamento territorial. A ótica neoliberal influencia significativamente a tentativa de redução do Estado enquanto agente planejador.

Aparentemente, em um mundo com “fronteiras dinâmicas” e fluxos de informações constantes, tornar-se-ia impossível planejar o território. Dentro desta corrente, principalmente a partir dos ideais neoliberais que assombram nossa era, o Estado seria somente uma figura “representativa” de uma união nacional.

Este discurso que permeia a contradição entre o neoliberalismo e o planejamento do Estado cada vez mais ganha adeptos; seria o fim do planejamento como teoria. Contudo, Marcelo José Lopes de Souza (2000, p. 86) analisa que o Planejamento como ferramenta de organização é utilizado por todas as esferas econômicas, não sendo exclusivo do Estado. Cada estrutura econômica cria suas geoestratégias para estruturar as formas de melhor organizar tempo e espaço para a reprodução do capital.

Assim, os atores detentores de grande capital se organizam e se utilizam de diversas esferas econômicas e políticas para planejar suas ações no território, deste a escala local até mesmo na escala Nacional e internacional. Muitas vezes, o próprio planejamento territorial, que se apresenta como uma ferramenta essencial do Estado, é colocado a serviço exclusivamente do capital. Teimamos ainda em acreditar que somente pensamento econômico por si só resolvera os problemas e as mazelas sociais.

O Estado, pautado na premissa economicista do planejamento, cede significativamente ao grande capital de empresas que se territorializam, usam seus recursos e subordinam os atores sociais da microescala para atender as suas demandas, não só de trabalho, mas também de consumo. Além disso, faz parte do planejamento de grandes empresas o processo de desterritorialização; tendo em vista que caso os seus interesses não sejam atendidos, abandona-se determinadas áreas, deslocando-se geograficamente para novas regiões e deixando a mercê a população local e o próprio planejamento do Estado.

A parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa qualificar se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática (diretamente ou pressionando o Estado). (SOUZA, 2000, p.86)

A partir desta perspectiva, a população local cada vez mais é abandonada por políticas públicas devido a submissão do país ao capital internacional. O discurso faústico do fim do planejamento Estatal e a sua impotência perante as

demandas de uma economia globalizada tende a dismantelar políticas públicas. Ideias como burocratização, demora nos serviços, ausência de dinamismo são corriqueiros dos críticos do Estado.

Esta análise aparece cada vez mais obscura pela lógica mercadológica, que traz o discurso que uma significativa ausência do Estado possibilitaria o desenvolvimento econômico dos territórios. Esta visão neoliberal da economia contrapõe-se ao planejamento central. Nas palavras de Milton Friedman:

A explicação mais simples [...] na política reside no sucesso limitado do planejamento central ou sua incapacidade de alcançar os objetivos estabelecidos. Entretanto, esse fracasso pode ser atribuído, pelo menos em certa medida, às implicações políticas do planejamento central e à inconveniência de seguir sua lógica até o fim. (FRIEDMAN, 1977, p. 20)

O pressuposto trazido pelo autor supracitado acerca do planejamento central e sua incapacidade de alcançar objetivos é contestada quando analisamos o contexto histórico das políticas mercadológicas do planejamento. O fim do Estado enquanto planejador denota a falsa premissa do mercado como agente que possibilitaria o desenvolvimento.

O que observamos na sociedade hoje é que o capital privado se utiliza do planejamento do Estado para se organizar e reproduzir-se. Assim, o território apresenta-se como um recurso indispensável, organizado por políticas públicas que vem beneficiando significativamente a reprodução monetária de grandes empresas. Milton Santos (2001, p. 67) nos lembra que até mesmo a “morte do Estado” não beneficiaria o desenvolvimento do capitalismo, tendo em vista que as empresas necessitam deste agente como organizador das infraestruturas utilizadas por estes atores econômicos.

O que aparece como essencial neste jogo é a subordinação das políticas de planejamento territorial para o capital privado, sendo este um pressuposto essencial para a instalação do grande empresário em determinadas áreas. Assim, o planejamento do Estado e o setor privado caminham juntos. “Ora, a localização de infraestruturas é resultado de um planejamento que sobretudo interessa aos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 203).

Por conseguinte, o território apresenta-se novamente como disputa de poder, não só entre os atores sociais na microescala, mas também uma luta

travada entre os sujeitos históricos locais com suas demandas cotidianas e a lógica imperativa das verticalidades trazidas de “fora” pelos atores hegemônicos. Por conseguinte, defende-se neste momento que imbricamento entre o território e o planejamento deve ser estruturado tendo como objetivo a significativa melhora nas condições de vida dos sujeitos que compõe a alma do lugar em detrimento aos atores exógenos.

Os planejadores devem, na medida do possível, dar voz aos desterritorializados, criando condições de que estas reivindicações sejam pelo menos discutidas e que façam parte das políticas de planejamento. Desta forma, poderemos planejar o território a partir do acontecer solidário, o qual pode servir de base para pensar estas estruturas.

O uso do território se dá pela constituição de lugares, que entendemos como espaços do acontecer solidário. Tais solidariedades se realizam, evidentemente, em função de interesses e intencionalidades que qualificarão e definirão o processo de uso do território [...] O território continua a ser usado como palco de ações isoladas, no interesse de agentes e corporações isoladas, disputando mercados entre si. (SOUZA, 2014, p.14)

Um dos grandes desafios que se apresentam relaciona-se ao planejamento enquanto prática que visa antever o futuro (e suas possíveis variáveis) não só voltado ao setor privado, mas também utilizado pelos Estados visando melhorar as condições de vida da População. Não obstante, como destaca SOUZA (2000, p. 55), “ cada vez mais o Estado abre mão de seu papel regulatório, substituindo largamente o planejamento por um imediatismo mercadológico”.

Nesta conjuntura de interesses políticos, o planejamento territorial aparece como “uma mistura complexa de determinação e indeterminação [...] em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado – o que torna qualquer planejamento algo, ao mesmo tempo, necessário e arriscado. (SOUZA, 2000, p. 51)

5.2 Planejamento territorial e o turismo rural no Brasil

O turismo rural no Brasil apresenta-se hoje como segmento da economia que desponta como uma possibilidade de repensar o rural brasileiro. Não

obstante, este configura-se ainda como uma promessa, tendo em vista que sua organização se encontra em um processo (ainda que minúsculo) de planejamento na escala nacional.

Em razão do caráter dinâmico da atividade turística, somado à necessidade de promoção do desenvolvimento, surgem novos segmentos turísticos, dentre os quais vem despontando, de forma promissora e com incontestável potencial em nosso país, o Turismo Rural. (BRASIL, 2013, p. 05)

Diversas discussões começam a tentar compreender esta prática espacial. O crescimento do setor torna-se significativo ao ponto do Ministério do Turismo lançar alguns documentos que buscam direcionar o turismo rural no Brasil. Entre os documentos destacam-se: BRASIL, Ministério do Turismo - Turismo Rural: orientações básicas, 2008; BRASIL, Ministério do Turismo - Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, 2013.

Mesmo com este movimento e a importância deste em termos de interiorização do turismo no Brasil, ainda existem confusões conceituais em conjunto com ausência de pesquisas neste setor, os quais demonstram a necessária e urgente análise deste segmento. A definição da EMBRATUR sobre o turismo rural, caracteriza o mesmo como uma atividade multidisciplinar que se realiza no ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas.

A problemática conceitual então aparece frente a questões como: que ambiente é este? Quais atividades o turismo rural comporta?

Destaca-se que são poucos os momentos reservados nos documentos oficiais para discutir a ideia do que definisse por turismo rural. Além disso, quando se discute a forma como este segmento deve ser planejado, torna-se evidente as poucas estratégias criadas pelo poder público para abarcar este setor.

Devido à falta de planejamento, ressalta-se uma das problemática que vem sendo debatida ao longo desta pesquisa de doutorado: como pensar um planejamento territorial do turismo rural brasileiro? A partir deste questionamento é que se defende a ideia que o planejamento territorial deste segmento deve diretamente se estruturar a partir da identidade territorial local para pensar o rural e por consequência, o turismo.

Centrada na identidade territorial construída historicamente em cada microescala, o Estado em conjunto com os agentes privados pode criar estratégias que desenvolvam a atividade do turismo rural. Dessa forma, o planejamento deste setor deve pautar-se na construção de políticas públicas que valorizem os atores locais e seus saberes herdados historicamente. “Se assim for, a experiência prática quotidiana e o “saber local” dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporadas à análise planejadora” (SOUZA, 2000, p. 69)

Somente a partir da premissa de ressignificação dos saberes locais e da valorização identitária como estruturadora para olhar o turismo rural é que poderemos pensar em um planejamento territorial que viabilizará o desenvolvimento regional.

Desta forma, com o intuito de compreender o planejamento do turismo rural brasileiro, serão analisados ao longo dos próximos subtítulos as formas como o este setor vêm se estruturando a partir das políticas públicas voltadas para o turismo. Para tanto, utiliza-se como referência os denominados Planos Nacionais de Turismo, os quais tem sua gênese no ano de 2003 e configuram-se como o principal documento no país para reger estas atividades, apontando diretrizes para que os governos estaduais, secretarias e demais atores envolvidos possam nortear suas políticas públicas (KANITZ, 2010, p. 647).

5.3 O rural nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil.

No Brasil, o turismo enquanto política de planejamento tem sua gênese no início da década de 1970.

Somente a partir dos anos 1970 é que a sociedade passou a se dar conta das mazelas inerentes ao turismo, em virtude da fragilidade ou ausência de planejamento de políticas públicas específicas bem como órgãos competentes diretamente ligados ao turismo. (KANITZ, 2010, p. 646)

A negligência com relação ao planejamento do turismo pelo Estado apresentou-se (e apresenta-se) como uma das maiores problemáticas com relação ao desenvolvimento deste segmento. Efetivamente, o ideário de planejar o turismo no Brasil nos remete a década de 1960, com o Decreto nº 48.126, de 19 de abril de 1960, o qual cria a denominada COMBRATUR (Comissão

Brasileira de Turismo), que tinha por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo. O objetivo central seria a necessidade crescente do aproveitamento das possibilidades do Brasil no que respeita ao turismo interno e internacional (BRASIL, Decreto nº 48.126).

O Contexto da criação da COMBRATUR está relacionado à expansão das rodovias, a tentativa de integração nacional e a construção de uma política de planejamento do turismo brasileiro. Já em 1966 (em pleno processo de ditadura militar) será criada a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) a partir do decreto de Lei nº 55 de 1966. Além disso, será instituído o Conselho Nacional de Turismo, que tinha como objetivo formular, coordenar e dirigir a política nacional de turismo.

A vinculação do turismo neste momento estava atrelada ao Ministério da Indústria e do Comércio, sendo este o responsável pela política de planejamento do turismo brasileiro. Os objetivos estavam traçados e a denominada “indústria” do turismo tinha como meta auxiliar no crescimento econômico do país. Não existia neste momento preocupação com o bem-estar das populações locais e seus saberes, quem dera o interesse em utilizar termos como turismo comunitário ou até mesmo o turismo rural.

Em conjunto com a elaboração de políticas para o turismo no Brasil, temos a divisão do setor neste período, fruto principalmente da dualidade como este era pensado; de um lado temos o turismo sob a ótica da indústria, do outro sob o ideário da prestação de serviço. Neste contexto surgem os denominados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que tinham por objetivo desenvolver o país a partir somente do aumento do denominado Produto Interno Bruto, sendo o turismo um destes aportes.

Apresenta-se então para a sociedade o mito faústico acerca do crescimento econômico e sua confusão teórica com o conceito de desenvolvimento. O crescimento a qualquer custo se caracterizou como uma das maiores mazelas sociais e econômicas impostas pelos governos militares; tanto o PND I, II e III não correspondiam a uma premissa básica acerca do planejamento: o seu enquadramento no orçamento.

Desta forma, gastos eloquentes e o endividamento externo e interno foram o grande leme condutor do governo militar. No que tange a política para o turismo rural, observa-se claramente que o rural é encarado como produtor de

alimentos; os pequenos produtores rurais são incentivados a deixar suas propriedades em direção ao espaço urbano para formar um exército de mão de obra excedente para a indústria. Em cada partida, deixava-se um modo de vida, um saber fazer e aos poucos o rural brasileiro se perdia na grande marcha para o “crescimento”.

No Plano Nacional de Desenvolvimento II, aparece pela primeira vez uma alusão ao rural a partir do turismo em zonas de Serra e litoral, referentes a urbanização. O termo utilizado para estas áreas seria o disciplinamento deste segmento (BRASIL, 1975, p. 70). Disciplinar e ordenar o espaço urbano e rural tornava-se um dos princípios básicos para o crescimento econômico. Obviamente que este “desenvolvimento” no espaço rural estaria atrelado a modernização agrícola.

Ao longo da década de 1970 a 1990, o rural brasileiro pouco representava em termos de atratividade do turismo dentro das suas políticas públicas. Com o fim de um dos períodos mais tristes da história do Brasil (ditadura militar) na década de 1990 surge a Política Nacional de Turismo, “homologada por meio do Decreto-Lei 448, de 14 de fevereiro de 1992 é implementada no Governo Fernando Henrique [...] regida pela lógica neoliberal de atração de investimentos. (TRENTIN, 2011, p. 840)

O surgimento desta política demonstra a falta de estrutura do Estado frente a organização de todo o turismo nacional. Com esta falta de integração, em 1994, é lançado a portaria número 130 de 30/03/1994, a qual implica diretamente na organização do turismo a partir da municipalização, visando uma descentralização deste setor. Ciente de suas limitações, o governo federal não teve outra solução senão criar um programa que deixava a cargo do município organizar seu destino turístico. (YAZIGI, 2009, p. 441).

A partir da magnitude dos roteiros e da ineficiência e inexistência de um ministério que planejasse este setor, lançou-se o denominado Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Como destaca o autor Leandro Benedini Brusadin (2005, p. 100), a ideia inicial do programa requeria uma decisão por parte do poder municipal na opção pelo turismo, tendo em vista que na origem este não oferecia apoio financeiro nem linhas de créditos. Com o passar do tempo linhas de crédito foram sendo disponibilizadas para os municípios que se

organizaram para participar do programa. Uma das prerrogativas deste foi o pré-requisito deste segmento estar inserido no Plano Diretor Municipal.

Esta ideia tornou-se pertinente, tendo em vista que existia dentro do PNMT, por exemplo, políticas de desconto no IPTU para a preservação do patrimônio histórico. Não obstante, mesmo que o plano contemple esta discussão, o mesmo não apresentou medidas ou um planejamento para a efetivação desta questão.

Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 441) questiona exatamente este ponto, afinal descentralizar o turismo é essencial, contudo integrar os roteiros a partir de políticas intermunicipais também se apresenta como uma necessidade. Em termos de turismo rural, a municipalização acarretou a ausência de integração de roteiros que até hoje perdura.

Criou-se uma “guerra” de lugares turísticos, cada qual com roteiros únicos que não se integram em escala regional. Frente a estes e outros problemas, na década de 1990, mais especificamente em 1996 é criada a Associação Brasileira das Atividades de Turismo Rural (ABRATUR), a qual possuía participação de diversos atores sociais (proprietários rurais, empreendedores e especialistas oriundos de formações diversas). Em conjunto com esta atividade, observa-se uma maior estruturação deste setor, com o surgimento de diversos roteiros de turismo rural, como, por exemplo, o Roteiro do Vale dos Vinhedos.

A partir de 2003, com a formação do Ministério do Turismo (lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Art. 25) e o crescimento significativo da atratividade do Rural brasileiro em termos de roteiros que já se organizavam, acreditava-se que surgiriam políticas de desenvolvimento para este setor.

5.3.1 O Plano Nacional de Turismo (2003-2007)

O primeiro Plano Nacional do Turismo (PNT - 2003-2007) teve como objetivo principal propor uma mudança de perspectiva ligada ao planejamento deste setor. Nesse plano, a ênfase recaiu na criação de um novo modelo de gestão pública descentralizada e participativa (YAZIGI, 2009, p. 436).

Ao longo de uma análise do discurso percebe-se claramente a menção do turismo enquanto um setor essencial para a economia devido ao seu caráter dinâmico. Já na mensagem do presidente da República no primeiro PNT se

ressalta a diversidade de paisagens que compõe o turismo brasileiro, desde a questão natural a valorização cultural.

Não obstante, trata-se o turismo como uma “vocaço natural do Brasil”; o que evidencia um discurso que deixa subentendido a despreocupao com o planejamento, afinal, ele seria uma “vocao natural”.

Desta forma, a homilia da vocao tenciona o planejamento do turismo a uma abordagem naturalista, deixando de lado a importncia da construo de infraestruturas logsticas que possibilitem o desenvolvimento deste setor. Ressalta-se que no nos adianta possuirmos belezas cnicas se dispomos de infraestruturas precrias para poder desfrut-las.

Um dos problemas do plano de desenvolvimento do turismo est relacionado a ausncia de medidas efetivas de interferncia territorial que possibilitem a gesto deste segmento. A grande preocupao deste primeiro plano incide sobre a necessidade de descentralizar as decises sobre o turismo e a construo de uma gesto essencialmente participativa. “Estamos propondo um sistema de gesto composto no seu nvel estratgico (Uno), o Ministrio, o Conselho Nacional de Turismo e o Frum Nacional de Secretrios e Dirigentes Estaduais de Turismo” (BRASIL, 2003, p. 12).

A tentativa de gesto descentralizada traz consigo a criao de diversas estruturas que visam organizar este setor desde a escala municipal, regional at nacional. O objetivo centra-se na imensido de possibilidades tursticas no territrio brasileiro. Com uma gesto que se descentraliza possvel articular agentes que possibilitem um maior dinamismo do turismo, tendo como princpio um aumento da velocidade nas aes nos diversos nveis escalares do planejamento.

Eduardo Abdo Yzigi (2009, p. 436), analisa que a descentralizao, mesmo que bonita no papel, nos remete a uma problemtica: as novas instancias neste momento histrico no possuem meios para realizar a tarefa que foram designados.

Alm disso, a descentralizao ocorreria em conjunto com a participao popular nas discusses sobre o planejamento do turismo. Ora, aqui aparece a prerrogativa do discurso e da prtica. Mesmo que a palavra participativa aparea diversas vezes no documento, a mesma torna-se vazia de sentido quando o plano no se refere a quais atores podem participar das discusses.

Desejamos desenvolver o turismo com base no princípio da sustentabilidade, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a consequente organização e ampliação da oferta. O efetivo envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental neste processo. (BRASIL, 2003, p. 31)

O própria debate trazida pelo plano é interessante, principalmente sobre a perspectiva de pensar o turismo em conjunto. Contudo, novamente fica o questionamento: a participação de quem? O discurso nos atrai para uma generalização, sem indicar como participar destas discussões; seria dentro no ministério enquanto sociedade civil, no fórum estadual, em reuniões de dirigentes?

Novamente, caímos na generalização. Contudo, fica evidente que a construção do PNT teve como participantes setores exclusivos, com uma pequena (sendo otimista) participação de setores sociais. A constituição deste documento foi estruturada a partir de duas reuniões realizadas com participação de “todas” entidades, secretárias, dirigentes estaduais de turismo, presidentes de empresas públicas de turismo, instituições e empresas de porte nacional e representativas no segmento. (BRASIL, 2003, p. 15)

Assim, observa-se que o termo participação de todos os setores é sinônimo de agrupamento de capitais das empresas privadas do setor turístico e membros do Estado. A “comunidade” como referenciado na página 31 do PNT como essencial para a estruturação do plano ficou de fora da discussão.

O plano foi criado para o setor turístico, pensando no turismo e nos grandes agentes promotores deste segmento. O PNT faz referência a necessidade de consulta aos municípios, pois é nesses que o turismo se efetiva; “O Ministério tem como desafio conceber um novo modelo de gestão pública descentralizada e participativa, atingindo em última instância o município, onde efetivamente o turismo acontece” (BRASIL, 2003, p. 12).

Não obstante a escala local, tornou-se subordinado a escala nacional na hierarquia das decisões. Os atores sociais no qual o turismo se efetiva ficaram sem voz na discussão do Plano. Quem ganhou coro foram os agentes privados. Após as reuniões ditas públicas, a apresentação segundo o PNT novamente se deu a “toda” a sociedade civil. Esta se restringe novamente a agentes dos setores turísticos bem como do governo.

Outras questões ainda são colocadas como problemáticas. Uma delas se refere às metas do Plano. “Um milhão e duzentos mil empregos, nove milhões de turistas e oito bilhões de dólares em divisas” (BRASIL, 2003, p. 23). Ressaltamos que mesmo com mecanismos que funcionassem de forma sincronizada, este número representaria um aumento muito expressivo para se alcançar. Como destaca YAZIGI (2009, p. 436) o que os técnicos nunca demonstram é como chegam a estas cifras.

Se pensarmos o processo de planejamento como um instrumento de compreender o presente para estruturar o futuro observamos uma visão utópica ou “inocente” dos técnicos que construíram o PNT.

O planejamento é um processo científico. Implica um certo grau de precisão baseado no estudo dos fatos estruturais e conjunturais, não devendo ser confundido com profecia, com especulação futurista ou com promessa de palanque eleitoral. [...] O planejamento requer especialistas, pessoas com conhecimento do problema a ser resolvido ou com disposição para obter este conhecimento através da pesquisa. (BARRETO, 2005, p. 31)

A ausência de um plano concreto tornou-se um entrave para o efetivamente do mesmo, desde o sentido ideológico (participação de toda a sociedade civil) até o sentido econômico (empregos, geração de divisas, número de turistas). Os números no ano de 2007, meta do PNT não se confirmaram, demonstrando o “otimismo” que rondava os elaboradores deste documento.

Com relação ao turismo rural, em nenhum momento do PNT existe referência específica a este setor. Todavia, aparece a preocupação com a necessidade de diversificar o setor turístico brasileiro centrado principalmente no binômio “sol e praia”. O texto afirma que os produtos atualmente ofertados não contemplam a pluralidade cultural e a diversidade regional brasileira. Existe um potencial a ser revelado e trabalhado no interior do país, e uma urgente necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2003, p.31)

A necessidade de valorizar a importância do Interior brasileiro se dá perante a grande diversidade cultural que este país possui. Além disso, surge claramente a tentativa de interiorizar a prática do turismo, diversificar a oferta, gerar empregos e a renda de um Brasil que pode e deve ser conhecido pelo turismo.

Tendo em vista a tendência de interiorizar o país, é lançado pelo ministério do turismo, no ano de 2004 o documento denominado Diretrizes Para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Este possui um significativo peso para a estruturação do setor, trazendo à tona discussões e esclarecimentos sobre o turismo rural.

5.3.2 Diretrizes Para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil

O documento denominado Diretrizes Para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil surge como um desdobramento de tendências apontadas pelo PNT 2003-2007, ou seja, a interiorização do turismo. Assim, este documento tem como objetivo

A valorização da ruralidade, a conservação do meio ambiente, os aspectos socioeconômicos do setor, com destaque para a agricultura familiar, e a articulação interinstitucional e Inter setorial, definindo algumas ações norteadoras para o envolvimento do poder público, iniciativa privada, organizações não-governamentais e comunidades. (BRASIL, 2004, p. 05)

Desta forma, invoca-se a ruralidade brasileira a partir de toda sua diversidade para compor um dos principais aportes do turismo no Brasil, sendo este um possível vetor de desenvolvimento do espaço rural, centrando-se principalmente no agricultor familiar.

A partir deste pressuposto, este documento caracteriza como uma “necessidade” do agricultor na atualidade a diversificação de sua função. Emerge teoricamente a ideia de multifuncionalidade da agricultura, contudo, coloca-se como responsabilidade do pequeno produtor a organização deste segmento.

Recai-se sobre o agricultor o encargo de diversificar sua renda. Em nenhum momento, existe a reflexão sobre o processo que leva este agricultor a buscar alternativas além da agricultura para estruturar-se. Nega-se ou negligencia-se o passado histórico que culmina na atualidade com a péssima estrutura social do espaço rural.

Daí impera uma das mais relevantes problemáticas do território nacional no que concerne ao planejamento territorial do turismo rural: como estruturar roteiros que se consolidem ao longo do tempo se o campo do pequeno produtor

foi colocado como segundo plano nas políticas do Estado durante mais de um século?

Mesmo com roteiros que hoje se estruturam de forma significativa, como o Vale dos Vinhedos, muitos ainda carecem de infraestrutura básica para a população que reside no espaço rural; quem dera a criação de infraestrutura para o turismo.

Não somente isso, muito além da infraestrutura, a ausência de uma logística de turismo acaba gerando (em inúmeros casos pelo território nacional) a denominada “política do avestruz” (YAZIGI, 2009, p. 209), a qual caracteriza-se por uma significativa ausência de planejamento territorial que acaba por aumentar a pobreza no rural brasileiro. O autor supracitado demonstra que o sistema político brasileiro não consegue assegurar a estabilidade social e econômica tão necessária para acabar com o drama da miséria. Dentro do turismo, os planos nacionais ignoram a qualidade dos lugares, separando a ideia de paisagem da questão social e cultural.

Dessa forma, a criação de roteiros de turismo rural pressupõe a necessidade de criar uma infraestrutura básica para a população que resida no espaço rural, para somente a partir disso podermos pensar em um turismo consolidado que leve em consideração a identidade territorial dos lugares.

Ressalta-se que o PNT traz a ideia que é um “incontestável potencial em nosso país, o Turismo Rural” (BRASIL, 2013, p. 05). Concordamos com este pressuposto, contudo ainda existe muito a ser feito. Possuímos uma ampla diversidade cultural e paisagística que são literalmente incontestáveis, contudo uma péssima infraestrutura logística e social para o pequeno produtor viver e possivelmente se organizar para o turismo.

Utilizamos teoricamente como centro o pequeno produtor, pois, o grande latifundiário brasileiro além de ter mais acesso a políticas para a sua produção e uma valorização significativa (e demasiada) de sua função econômica, na maioria dos casos não possui interesse em receber turista. Para o latifúndio, a terra é meramente um espaço de reprodução de seu capital e não um modo de vida.

Mesmo com este problema, o documento torna-se interessante a medida que aponta no sentido da própria agricultura em conjunto com a identidade criar

“expressões de uso corporativo do território” (SOUZA, 2014, p.14). Caminha-se para pensar o turismo a partir da autopoieses do espaço rural.

Além disso, as diretrizes para o turismo rural denotam a existência de uma demanda significativa para este setor, tendo em vista que os moradores urbanos buscam reencontrar suas raízes, conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. (BRASIL, 2004. p. 07)

Neste documento, ainda se apresentam as dificuldades teóricas sobre a conceitualização do turismo rural, principalmente em termos legais. Assim, define-se como turismo rural um segmento que trabalha diretamente a partir de

Aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. [...] define-se Turismo Rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (BRASIL, 2004, p. 12)

Adota-se no documento o conceito de meio rural, o qual confunde-se teoricamente nas diretrizes com o conceito de território, o qual é abordado de forma rasa:

A concepção de meio rural aqui adotada baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos (BRASIL, 2004, p. 12)

A redução do conceito de território está intimamente relacionada a compreendê-lo como um espaço físico, delimitado, reduzindo o mesmo ao meio natural. Este por sua vez assume dentro desta conotação uma aproximação maior com o conceito de região, circundando uma visão da geografia tradicional e se aproximando da delimitação a partir de características específicas.

Apesar dos conceituais que permeiam o documento, o mesmo possui méritos relacionados a delimitação das funções que o turismo rural deve possuir bem como a necessidade de manutenção das práticas agrícolas como um atrativo.

As funções que ganham destaque são: hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e

atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visita. (BRASIL, 2004, p. 12)

Ressalta-se que estas delimitações não são arbitrárias e não devem ser confundidas como obrigatoriedades de todos os roteiros de turismo rural. Uma importante constatação das Diretrizes é a necessidade da manutenção da estrutura rural como o principal atrativo; está possibilita além da atração uma revalorização da culinária, das paisagens, das manifestações culturais que vinculadas ao território enquanto espaço de relações de poder e identificação possibilitam a construção de uma imagem do rural que se torna um atrativo turístico.

A imagem do turismo rural não consegue se liberta das construções feitas ao longo dos tempos. É preciso ser entendida segundo histórias, geografias, sociologias, literatura, mitologias, políticas, publicidade e outras informações que dão cor e ânimo aos tipos humanos e lugares. (YAZIGI, 2009, p. 212)

Assim, cada lugar possui uma identidade territorial que se vincula ao modo de vida e cria uma imagem que poderá ser utilizada pelo turismo. Cabe a quem pensa este segmento ter este olhar e reconhecer os padrões e expectativas que os turistas que visitam estas localidades possuem.

Assim se faz um planejamento territorial coerente para o turismo rural, criando infraestruturas para a população que reside no espaço rural, a qual poderá possibilitar a revalorização da sua identidade como atrativo, tendo em vista que o bucólico e a autenticidade das inúmeras ruralidades é que criam no imaginário da população urbano um atrativo essencial.

Por exemplo, uma região que possui como principal forma de ocupação descendentes de quilombolas não pode ter como único atrativo um lago com pedalinho e um pesque pague. Deve-se ressignificar a história deste grupo, as formas de ocupação, sua culinária tradicional, etc. e a partir destas pensar o planejamento territorial do turismo.

Outra problemática que se apresenta nas diretrizes do ano de 2004 e que ainda carece de atenção, além da infraestrutura, é a divulgação do turismo rural. Como pensar em números de turistas, construções de pousadas e atrativos se ninguém conhece a região? No Brasil rural, ainda predomina um processo de

isolamento de informações sobre este segmento. Já existem sites de roteiros para diversas regiões do Brasil, contudo a grande maioria que tenta hoje remar contra a maré ainda carece de investimentos do governo destinado ao setor de marketing.

As amenidades que o turismo rural possui são essenciais, mas não sejamos ingênuos; uma propriedade que se abre ao turismo obviamente quer receber turistas. Para isto acontecer é necessário que existam investimentos em propagandas tanto na escala local, regional e nacional. A valorização deste setor pelo governo e a criação de um Brasil do turismo de “interior” no papel é muito importante, não obstante, na realidade a divulgação principal continua centrando-se no binômio “sol e praia”.

O Brasil ainda carece de uma política pública que contemple o interior, o rural, as amenidades e as identidades. Assim, mesmo as diretrizes apresentando-se como importantes para o turismo rural e demonstrando que existe uma necessidade de estruturação deste segmento, efetivamente ainda pouco tem se feito para acabar com o binômio anteriormente citado. Como nos lembra Eduardo Abdo Yázigi, o turismo rural poderá ser uma estratégia nacional de desenvolvimento para manutenção de áreas a serem preservadas e melhorar a vida no campo. O grave problema advindo da descentralização consiste da falta de amparo com que se veem os agentes responsabilizadores. (YAZIGI, 2009, p. 440)

A descentralização trazida pelo autor está relacionada a ausência de legislação específica para este setor a nível nacional, cabendo somente a câmara municipal o encargo de estruturar este segmento a partir de regulações como uso e ocupação do solo, códigos de edificações, etc. Além disso, esta descentralização acarreta uma confusão, pois, cada municipalidade constrói e desconstrói as práticas voltadas ao turismo rural a seu *bel* prazer.

Como não existe uma regulamentação específica (hoje em fase de elaboração no nível nacional), a descentralização acarreta um descompasso entre os roteiros de turismo que em sua grande maioria extrapolam os limites municipais. Disputas do tipo “de quem será a arrecadação de impostos” e “com quem ficara os dividendos” atravancam o turismo rural.

Mesmo com estas problemáticas, os roteiros de turismo rural começam a aparecer aos poucos e se estruturam visando demonstrar esta potencialidade

que ainda necessita da devida atenção pelos órgãos competentes. O documento “Diretrizes Para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil” caminha no sentido de organizar este setor, embora que de forma muito genérica e pontual. A legislação pertinente está em fase de elaboração e o acesso a créditos, apoio de extensão rural e planejamento ainda está longe de países como Portugal, que vem estruturando seu turismo rural desde a década de 1970 como foi abordado no capítulo quatro.

5.3.3 O Plano Nacional de Turismo (2007-2010)

Diferentemente do primeiro PNT (2003-2007), que visava a estruturação do turismo em nível nacional, o pensamento do segundo Plano Nacional de turismo (2007-2010) tem como meta trabalhar com o turismo de inclusão. Como ressalta o próprio plano, o turismo deve, sobretudo, cumprir sua função social. Esta se daria a partir da inclusão, tanto de novos clientes para o turismo interno, novos segmentos, turistas estrangeiros, novas oportunidades de emprego, etc. Inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos (BRASIL, 2007, p. 08).

Observa-se que são muitas “inclusões”, desde as relações trabalhistas até a tentativa de extinguir as desigualdades regionais. Novamente, os planejadores do turismo criam expectativas e metas surreais para seus planos. Não estamos aqui defendendo que as mesmas não sejam justas, muito pelo contrário; estas são essenciais. Contudo, estabelecer metas que denotam uma mudança estrutural que levaria um longo período de tempo para se concretizar em três anos demonstra uma certa utopia do PNT 2007-2010.

A política de inclusão do turismo, extremamente necessária, é assim construída, entre planos mirabolantes e discursos prontos que fogem muitas vezes a realidade do país.

O plano tem sempre de prever o planejamento e seus desdobramentos até as últimas consequências, mas nisto vem se notando uma total incapacidade de estaduais e federais operarem. (YAZIGI, 1996, p. 102)

Há de se considerar em um Plano Nacional de Turismo, que tem como período de validade três anos, mensurar quais objetivos palpáveis poderão ser

efetivados. Aqui reside então uma das maiores problemáticas com relação ao PNT 2007-2010, a amplitude que o mesmo visa alcançar no seu período de vigência. Mesmo dentro destas metas, observa-se que o plano possui um objetivo central que revela a necessidade do remodelamento do turismo no Brasil: “o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais” (BRASIL, 2007, p. 09)

A importância da ressignificação do território aparece então como uma prerrogativa, tendo em vista que melhorar a qualidade do produto turístico brasileiro implica diretamente melhorias de infraestrutura para a população local. Além disso, a necessidade do reconhecimento da nossa diversidade regional como atrativo turístico também ganha destaque.

Outros objetivos são elencados, como promover o turismo com um fator de inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, inserir esta atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros e fomentar a competitividade do produto turístico no mercado nacional e internacional.

A ideia de inclusão nos remete à lógica que o turismo em sua essência é uma atividade que interfere diretamente no espaço, ocasionando impactos para os atores sociais que residem nestes locais. Assim, o PNT 2007-2010 tem como princípio a ideia que esta atividade deve emergir do local para o turista e não do turismo para a local.

Esta perspectiva, perpassada pelo objetivo geral do documento, nos remete mesmo que implicitamente a importância de levarmos em consideração a identidade territorial como fator de desenvolvimento e planejamento do turismo.

Em termos de estruturação do Plano, o mesmo é delimitado por metas: Meta 1: promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno; Meta 2: criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações (sendo esta cumulativa); Meta 3: estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; Meta 4: gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas (BRASIL, 2007. p. 24)

A partir destas orienta-se o turismo com oito macroprogramas: Informação e Estudos Turísticos, Planejamento e Gestão, Logística de Transportes, Regionalização do Turismo, Fomento à Iniciativa Privada,

Infraestrutura Pública, Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos e Promoção e Apoio à Comercialização. (BRASIL, 2007, p. 37)

Com relação ao turismo rural, destaca-se que só existe menção a este setor uma vez dentro do PNT 2007-2010 no denominado Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos. Desta forma, a referência ao rural aparece inserido na concepção de que existe

Uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. Tais elementos caracterizam os principais segmentos da oferta turística trabalhados pelo programa: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes [...]. (BRASIL, 2007, p. 68)

Assim, o PNT 2007-2010 é o primeiro Plano Nacional a citar o turismo rural como um segmento do turismo. Além disso, o próprio documento traz como necessidade pensar o turismo rural a partir da identidade territorial como forma de planejar este setor.

Os planejamentos do turismo nos programas de governo compreendem a necessidade de levar em consideração a identidade como um fator que poderá consolidar este segmento. Dessa forma, o PNT 2007-2010 vai ao encontro da hipótese defendida nesta pesquisa, a qual centra-se na ideia de criar estruturas de planejamento do turismo rural brasileiro tendo como centralidade a identidade territorial.

Na discussão elencada sobre o planejamento, surge a ideia de turismo social como forma de inclusão de populações até então excluídas das estruturas turísticas. Quando o plano discute a ideia de turismo social, o mesmo busca demonstrar a necessidade de criar oportunidades iguais para todos os sujeitos históricos. Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. (BRASIL, 2007, p. 38)

A ideia de inclusão existe a partir da premissa que dentro do turismo há uma significativa exclusão social de diversos atores, principalmente na microescala. Por conseguinte, os segmentos econômicos que geram riqueza para o país não somente devem ter por objetivo aumentar o Produto Interno Bruto deste, mas também possibilitar a melhores condições de vida para a

população local. O turismo surge como um segmento econômico que poderá transformar os lugares a partir das necessidades locais.

Mesmo dentro desta problemática, diversos fatores específicos do turismo rural não são mencionados, como formas de estruturação, acesso a extensão rural, possíveis linhas de créditos, etc. Como principal documento do turismo brasileiro, objetivando quebrar o binômio sol-praia e interiorizar o turismo, o PNT 2007-2010 ainda carece de programas que visem diretamente este “interior”. Como atesta YÁZIGI (2009, p. 439), questões pendentes à organização do espaço rural para o turismo permanecem desamparadas e sem o grau de ênfase necessário.

Um dos desdobramentos do PNT 2007-2010 é o denominado Programa de Regionalização do Turismo, lançado no ano de 2004 e aprimorado a partir do segundo Plano Nacional de Turismo.

Um dos objetivos do Programa de Regionalização é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo. (BRASIL, 2007, p. 21)

A ideia de estruturar o Planejamento a partir da regionalização é essencial, tendo em vista que pensar no turismo hoje denota criar estruturas que visem compreender este segmento a partir das densidades de redes que extrapolam a dimensão municipal. Daí a necessidade de planejar o turismo a partir da região, a qual necessita de integração a partir de políticas em comum.

Ao analisarmos as 219 regiões turísticas e os 3.203 municípios que compreendem o Programa de Regionalização do Turismo no Brasil, evidencia-se por um lado a magnitude deste programa e de outro a necessária estrutura administrativa de planejamento para pensar e organizar todos estes roteiros. Somente esta problemática já é cabível para uma pesquisa a nível de doutoramento devido a sua complexidade.

De fato, tornou-se um desafio planejar o turismo devido à sua dimensão. Ao analisar o programa a partir de seus destinos (BRASIL, 2007, p. 27), evidencia-se claramente o discurso de interiorizar o Brasil e a necessidade de pensar não só o turismo no espaço rural, mas também o turismo rural.

Tendo em vista a latente demanda deste segmento frente ao objetivo dos dois Planos Nacionais de Turismo já analisados, no ano de 2010 criou-se um programa denominado: “Turismo rural: orientações básicas”, que teria como meta estruturar este segmento.

5.3.4 Turismo rural: orientações básicas

O documento intitulado Turismo Rural: orientações básicas tem como principal objetivo servir como uma cartilha que visa criar linhas de ações para estruturar este segmento e assim possibilitar um ordenamento territorial a nível nacional. Logo, em vias de pensar este setor, o referido documento divide-se em dois capítulos.

O primeiro diz respeito a uma avaliação histórica do turismo rural e sua organização até o presente momento. Para tanto, problematiza-se este setor a partir da crescente demanda pelo rural e a necessidade premente de uma revitalização do turismo rural.

Ressalta-se que é inegável as mudanças que o espaço rural vem sofrendo nos últimos anos, fruto de políticas públicas centralizadoras e voltadas em grande parte a aumentar a produtividade agrícola. Estas políticas ocasionaram uma modernização do rural, problemas relacionados a concentração de terras e ao êxodo rural.

O meio rural passa por grandes transformações, principalmente nas relações de produção e trabalho, decorrentes do processo de intensificação da globalização e modernização da agricultura. Nesse processo, as atividades agropecuárias vêm enfrentando problemas, como a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e uma desvalorização gradativa em relação a outras atividades. (BRASIL, 2010, p. 11)

Frente a esta problemática emerge a multifuncionalidade da agricultura no Brasil e dentro desta perspectiva o turismo rural. Logo, novas estruturas de organização surgem e o supracitado documento caminha dentro desta perspectiva.

Outro fator interessante trazido para a discussão são as novas formas de pensar o rural por parte da população urbana. Esta discussão foi elencada na presente pesquisa no capítulo dois, quando se analisou a ideia de ruralidade a partir dos sabores rurais, do patrimônio ambiental natural e dos modos de vida

que criam a alma do lugar. Todos estes aspectos são trazidos pela discussão acerca das mudanças de olhares que a população urbana lança frente ao rural.

A parte teórica do documento revela uma preocupação significativa com a teoria e a importância do turismo rural enquanto segmento da economia. Novamente aparece a ideia do turismo enquanto possibilidade de melhorar as condições de vida local.

Na segunda parte do documento, caracteriza então as bases para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Desta forma, os autores trabalham com a perspectiva de revalorização da paisagem rural para o desenvolvimento deste segmento.

Aqui cabe algumas considerações ao que vem se convencionando no Brasil acerca da estrutura necessária para o turismo rural. Na página 37 do referido documento, existe a referência que este segmento “Necessita de reduzidos volumes de investimentos em relação a outros segmentos” (BRASIL, 2010, p. 37). É preciso fazer algumas ressalvas:

Como pensar em um turismo rural efetivo sem investimentos significativos em termos de logística e infraestrutura? Os turistas que se deslocam para determinadas áreas necessitam de serviços básicos que facilitem o seu deslocamento e que viabilize a prática do turismo rural. Por quais motivos o turista se deslocaria a longas distâncias para encontrar um roteiro “mal” estruturado?

O discurso da necessidade de poucos investimentos por parte do Estado e dos proprietários vem se apresentando como um mito para negar a importância de investimentos no espaço rural. Além disso, o documento afirma que “Não é preciso, necessariamente, criar estruturas na região” (BRASIL, 2010, p. 37) mas sim adaptar as que existem.

A ideia que o turismo rural não necessita de investimentos é uma ilusão dantesca. O discurso do documento neste momento contradiz a própria teoria que o mesmo defende, ou seja, possibilitar melhores condições e infraestruturas para a população local.

O que leva ao número significativo de pessoas se deslocarem para visitar roteiros de turismo rural como o Vale dos Vinhedos –RS e o Alto Douro Vinhateiro em Portugal está intimamente relacionado à infraestrutura criada, a qual viabiliza a prática turística, tanto no que concerne a estrutura de

deslocamento (afinal turistas não se sentem à vontade tendo que andar 30 quilômetros de estrada de chão batido para chegar a uma propriedade), diversidade de modais de transporte, atrativos paisagísticos materiais e imateriais conservados, pousadas e hotéis rurais, restaurantes de comida típica local, etc.

O próprio documento cita o Vale Douro em Portugal como um roteiro de turismo rural que é exemplo em termos de estruturação.

No Norte de Portugal, na região conhecida como “Vale do Douro”, o turismo nasceu como uma atividade agregada ao seu produto principal, o vinho, vocação confirmada ao longo de centenas de anos. O turismo é visto como alternativa para diversificar as atividades comerciais, ampliar a venda direta ao público, gerar imagem positiva e mídia espontânea ao vinho. São mantidos os processos produtivos, a estrutura rústica das edificações, o estilo de vida, ao que se incorpora, em alguns casos, a adequação de espaços físicos específicos para o atendimento do visitante. (BRASIL, 2010, p. 39)

Manter a estrutura rústica não significa de maneira alguma não investir em infraestrutura. Além disso, a própria adequação de espaços físicos específicos para o turista denota a necessidade de capital. Todas estas infraestruturas significam um elevado investimento por parte do Estado e de agentes privados, sem o qual reduziremos roteiros de turismo rural a política do “pesque e pague”, aumentando o isolamento dos roteiros. Além disso, se pensarmos em toda a cadeia turística, torna-se necessário a construção de escolas de qualificação para a população (visando uma especialização do local com relação a valorização de sua própria história), estrutura modal de deslocamento para os atores locais e turistas, leis municipais e nacionais (e seu cumprimento) de proteção ao patrimônio natural e cultural, leis de uso e ocupação do solo, manutenção da paisagem natural e cultural, etc.

Logo, devemos ponderar o discurso que turismo rural necessita de baixos investimentos; muito pelo contrário, se quisermos interiorizar o turismo brasileiro de forma eficaz, como os Planos Nacionais de Turismo tanto divulgam, obrigatoriamente teremos que pensar em atratividade de investimentos públicos e privados bem como uma legislação específica para este setor.

Em termos de legislação, o documento faz um resgate sobre as possíveis leis que regem a prática do turismo e a evolução da mesma para o turismo rural.

Uma das maiores preocupações no que diz respeito ao Turismo Rural no Brasil é a inadequação da legislação, que não tem acompanhado as transformações ocorridas no meio rural. Ainda faltam instrumentos jurídicos que contemplem as novas atividades assumidas pelos camponeses. (BRASIL, 2010, p. 29)

A ausência de legislação específica acaba por colocar diversos atores que trabalham com o turismo rural na ilegalidade. Uns por não se adequar as normas de higiene e o padrão da legislação geral do turismo e outros por entraves burocráticos para a legalização deste setor.

Em uma análise geral do documento, o mesmo apresenta-se como uma proposta interessante. Propõe a necessidade de compreender a escala local e as redes de cooperativismo que constituem os roteiros de turismo rural. Além disso, trabalha na perspectiva do turismo como um possível vetor de desenvolvimento para o pequeno produtor, demonstrando a premência do governo olhar rural com mais atenção, tendo em vista que o mesmo pode significar uma inversão do êxodo rural e uma revalorização do interior brasileiro.

Para uma retomada geral do “Turismo rural: orientações básicas”, destaca-se que existe ainda um longo caminho nas políticas de planejamento deste setor. O documento no montante trabalha na lógica que o turismo rural não necessita grandes investimentos e que o mesmo pode se estruturar com o que existe no rural. Esta afirmativa denota um desconhecimento do rural brasileiro e das necessidades de reestruturação deste para os pequenos produtores. Desta forma, este setor ainda carece de um estudo aprofundado na escala nacional e um possível Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo Rural.

5.3.5 O Plano Nacional de Turismo – 2013-2016

O mais recente Plano Nacional de Turismo indica que este setor vem se consolidando tanto em termos de dividendos, como no desenvolvimento de políticas de planejamento. A preocupação que cerca este plano, que se encerra neste ano, está intimamente relacionado aos megaeventos esportivos que ocorreram neste período. “O Plano Nacional de Turismo chega em um momento especial para o país. Realizamos a Copa das Confederações e estamos nos preparando para a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro” (BRASIL, 2013, p. 06)

Centralizar os esforços de um Plano Nacional de Turismo pautado principalmente em megaeventos torna-se problemático, tendo em vista a concentração de atenção e capital que estes acarretam. O ideal do turismo como um vetor de inclusão social é transposto pelo caráter centralizador deste documento, entrando em contradição com o PNT 2007-2010. Criou-se um discurso da centralidade de investimentos em contrapartida a descentralização. As cidades sedes receberam volumosos investimentos em contrapartida ao interior do Brasil.

Em termos de organização do PNT 2013-2016, o mesmo busca demonstrar a consolidação do turismo na escala nacional. Para tanto, a primeira discussão elencada neste documento se dá a partir da análise econômica do turismo no Brasil tanto na perspectiva internacional como nacional. A participação do turismo na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do nosso país. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (BRASIL, 2013, p. 63).

Em termos de objetivos, o mesmo elenca como principais:

- (I) preparar o turismo brasileiro para os megaeventos;
- (II) incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;
- (III) incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; e
- (IV) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro. (BRASIL, 2013, p. 64)

Mesmo que figure a descentralização tão defendida pelos planos anteriores e o atual, observa-se claramente que neste momento temos uma “descentralização do turismo centralizada” nas cidades sedes e alguns roteiros específicos. A ideia de interiorizar o Brasil a partir do turismo é deixada de lado.

No que concerne ao turismo rural, em nenhum momento do PNT 2013-2016 faz referência ao setor. Mesmo este se consolidando em termos nacionais e evidenciando a necessidade de pensar o rural, o plano infelizmente não faz alusão a este segmento.

A envergadura está, principalmente, no denominado turismo de massa, tendo como escopo a centralidade que os megaeventos acabam acarretando. Assim, o território que tornar-se-á usado pelo turismo figura em torno de atrativos

para estes eventos, sendo apropriado por determinados agentes econômicos. O acesso e uso do território torna-se restrito a empresas que detêm capital e influenciam o cenário nacional para captar créditos e vencer licitações.

Como destaca a professora Maria Adélia de Souza (2014, p. 12), o território por mais que tenha como primazia o uso comum a todos os cidadãos é apropriado por um punhado de empresas que monopoliza seu uso. O direito ao uso do território que todos têm é cerceado pelos usos das empresas, sujeitos da produção e reprodução capitalistas. Para as empresas o território não é abrigo, mas recurso.

No setor do turismo, a apropriação não é diferente. Os agentes econômicos usam da atratividade que alguns lugares possuem para aumentar seus dividendos. A políticas de interiorização e o turismo de inclusão dão lugar ao turismo de massa e a semi-monopolização de acesso a créditos por determinadas empresas.

O terceiro objetivo do PNT 2013-2016 diz respeito a mobilidade espacial nacional, a qual denota que estes deslocamentos serão orientados, principalmente, em direção as sedes dos megaeventos e a alguns roteiros pré-determinados. Do mesmo modo, podemos observar que existe um território usado para o turismo e um território negligenciado dentro deste Plano. “ De um lado, enquanto se prioriza os territórios eleitos pelo turismo com obras e normalizações de uso, se negligencia outras porções de território, não raras vezes abandonadas à própria sorte” (CRUZ, 2005, p. 39). A negligencia com políticas de turismo para roteiros em processo de consolidação denota a centralidade que este Plano Nacional de Turismo carrega.

Conclui-se que o PNT 2013-2016, de maneira geral, influenciou as políticas que visavam a atratividade centrada nos eventos de massa que ocorreram no território nacional. As perspectivas em termos de números se consolidaram. A meta de chegadas internacionais que no Plano apresentava-se em torno de 7,9 milhões de turistas (BRASIL, 2013, p. 73) foi superada, atingindo o número de 10,5 milhões de desembarques internacionais no ano de 2015 (BRASIL, 2016).

Contudo, em termos de receitas, observa-se um decréscimo significativo no ano de 2015 frente a retração da economia brasileira (BRASIL, 2016). Com relação ao de desembarque nacional observa-se a maior queda em termos de

meta do PNT 2013- 2016, evidenciando que o incentivo central para o turismo foi de fato o turismo internacional.

A meta total de desembarques nacionais que era de 250 milhões em 2016 evidencia-se pouco acima dos 94 milhões de desembarque nacionais do ano de 2015 (BRASIL, 2016), perspectiva esta que corrobora com o objetivo de atrair turistas internacionais.

Portanto, cabe a sociedade civil a partir de discussões retomar a ideia de turismo enquanto fator de desenvolvimento socioespacial que visa uma melhoria na qualidade de vida da população residente, principalmente na microescala. O PNT 2013-2016, contudo, demonstra um movimento contrário à ideia de inclusão tão defendida no plano anterior. Em termos sociais, podemos concluir que infelizmente ocorreu um retrocesso.

No que concerne ao turismo rural, evidencia-se a necessidade latente de desenvolver uma legislação pertinente a este setor (fato este ainda não existente) e uma política nacional de planejamento do turismo rural que compreenda esta pratica como locus de desenvolvimento. Este por sua vez deve ser entendido não somente como um gerador de riqueza, mas também a partir de uma “mudança social positiva”, a qual “precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade”. (SOUZA, 2008, p. 60)

5.4 Por um planejamento do turismo rural

Como foi evidenciado nas análises dos Planos Nacionais de Desenvolvimento do Turismo, são insuficientes as políticas voltadas ao turismo rural tanto no que concerne a escala nacional, regional e municipal. Muito além disso, as poucas políticas que existem para este segmento acabam não dialogando entre si. Esta ausência de interconexão acaba por barrar projetos de turismo rural, seja pela demora, pela burocracia do sistema de planejamento ou até mesmo pelo desconhecimento por parte dos organizadores dos projetos.

A dificuldade de encontrar informação acaba por dificultar que municípios e até mesmo agricultores tenham acesso a linhas de incentivo do Estado ao turismo rural. Desta forma, diversos roteiros surgem a partir da espontaneidade e vontade particular de determinados grupos de produtores, os quais em muitas

vezes não contam com auxílio de políticas, incentivos e planejamento do governo.

Além disso, a ausência de uma legislação específica que possa reger este setor acaba por dificultar a consolidação de projetos de turismo. Destaca-se que a deficiente estrutura de planejamento do turismo rural em conjunto com leis municipais desconexas e sem o amparo legal de um plano nacional de turismo rural cria desordenamentos territoriais. O Autor Eduardo Abdo YÁZIGI, discutindo a ausência de parâmetros e de planejamento para o turismo vai destacar que:

A imaginação anda solta; constrói-se de tudo: bangalôs modernos e modernosos; arquitetura americana, francesa, colonial brasileira... qualquer *dernier cri*. [...]. Mediocre também é o empresário do lazer, que já tem pronta a mesma lista dos equipamentos que rendem e que é aplicada a qualquer lugar. É a mesmice dos pedalinhos sobre lagos barrentos, os tobogãs azuis, os ranchinhos de sapê, a música de ambiente, as fontes luminosas, a roda gigante. (YÁZIGI, 2011, p. 16)

A ideia de que tudo vai ficando com a mesma fisionomia está intimamente relacionada no espaço rural a uma desconformidade do planejamento territorial e políticas municipais que possibilitem uma estrutura turística. É neste hiato existente no planejamento do turismo rural que se defende a ideia de construir um planejamento que tenha como pedra angular a identidade territorial.

Observamos que existe, até mesmo em regiões consolidadas em termos de turismo rural, problemas relacionados a expansão de condomínios residenciais em áreas de turismo, falsificação das identidades, leis de uso e ocupação do solo que são disformes, ausência de integração intermunicipal, destruição do patrimônio arquitetônico histórico (não estamos falando em adaptação para o turismo, mas sim de sua destruição total para a construção de novas estruturas sem nexo com o local), etc.

Ainda é ineficiente no Brasil as políticas públicas, as legislações e o planejamento do turismo rural. Estes problemas têm como consequência o desordenamento territorial de áreas turísticas que cada vez mais artificializam o turismo a partir de modismos pré-estabelecidos; os quais não duram mais que uma década.

Para sanar estes problemas e pensar o turismo como uma estratégia de revalorização do rural brasileiro torna-se necessário construir um Plano Nacional

de Turismo Rural que sirva como base para a estruturação deste setor. Este por sua vez deve ser pensado a partir da identidade territorial de cada lugar em conjunto com uma legislação específica que de conta da realidade do turismo rural.

5.4.1 A legislação do turismo rural brasileiro

A organização de roteiros de turismo rural no Brasil é caracterizada como uma prática econômica recente em termos históricos. Existe ainda uma significativa dificuldade em datar os primeiros roteiros deste segmento, tendo em vista que ao longo do tempo diversos foram as regiões que atraem turistas para o espaço rural devido ao modo de vida e as amenidades deste segmento.

Não obstante, a maioria das pesquisas (em termos históricos) estabelece como marco do turismo rural no Brasil a década de 1980. O primeiro município a ofertar esta atividade foi Lages, localizado no estado de Santa Catarina. “Com o rótulo de turismo rural sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais, em escala estadual, ocorreram no município de Lages, localizado no planalto catarinense, na fazenda Pedras Brancas”. (RODRIGUES, 2000, p. 52)

Quando pensamos em um marco legal do turismo podemos fazer referência a constituição de 1988, a qual estabelece no artigo nº 180 que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988, art. nº. 180). Assim, o turismo surge como um setor na constituição brasileira que possibilita o desenvolvimento do país.

Mesmo partindo deste princípio, no que concerne ao turismo rural, a legislação para este setor ainda se apresenta como deficitária tanto com relação a questão trabalhista, previdenciária, acesso a linhas de créditos, etc.

Apesar de considerada, constitucionalmente, uma atividade aceleradora de desenvolvimento, no que tange ao Turismo Rural não tem recebido dos governantes a disposição necessária para implementar políticas específicas, de modo que tal atividade realmente contribua, como ocorre em outros países, para o desenvolvimento esperado por aqueles que têm na lida rural o suporte de sua subsistência. (ARNS, 2006, p. 04)

Este segmento carece de uma legislação específica que possibilite uma organização legal para que o turismo possa cumprir a sua função promulgada na constituição de 1988. Além disso, as dúvidas acerca do enquadramento legal deste segmento geram uma ineficiência deste setor, tendo em vista que o produtor rural que trabalha com o turismo acaba não usufruindo de linhas de créditos e benefícios que o mesmo possui.

Além disso existe uma significativa dificuldade em compreender os parâmetros legais o enquadramento do turismo rural nas leis trabalhistas e tributárias. No que concerne as leis trabalhistas, o maior problema centra-se na contratação de empregados. A legislação trabalhista rural é regida pela Lei 5.889 de 1973 e considera como empregado rural “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário” (BRASIL, 1973, Lei 5.889. art. 02). A referida lei, no artigo 3º destaca que “Considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados” (BRASIL, 1973, Lei 5.889. art. 02).

O entrave centra-se principalmente na carga horária, a qual é diferente da jornada aplicada a lógica urbana, pois a demanda desta atividade está centrada em horários de trabalho que não coincidam com as práticas agrícolas, sendo reservados principalmente finais de semana, feriados e horários alternativos. Desta forma, esta atividade legalmente caracteriza-se dentro da conjuntura acima como uma dupla jornada de trabalho, o que inviabiliza em muitos casos a contratação de funcionários.

Do ponto de vista da legislação, estas características envolvem a dupla jornada de trabalho e a necessidade do pagamento não mais do piso de trabalhador rural, mas do piso do trabalhador do turismo, que é ainda maior. Atualmente, as contratações de trabalhadores para as atividades de Turismo Rural, à luz da legislação trabalhista, são irregulares ao se configurar dupla jornada (e isto confere diferenciação de direitos trabalhistas). (ARNS, 2006, p. 04)

Com relação aos tributos, destaca-se que uma das necessidades centra-se na unificação das leis entre produtor rural e atividade de turismo rural. O empregador rural hoje tem o direito de criar uma microempresa, transformando-

se em pessoa jurídica, o que facilita significativamente a contratação de empregados. Contudo, os estraves burocráticos a esta contratação devido a inexistência de uma similaridade de leis entre produtor rural e turismo dificulta a contratação. Uma das facilidades conquistadas é poder utilizar o SIMPLES nacional, o qual caracteriza-se como “um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”. (BRASIL, 2006). Este facilita a estruturação do turismo rural em pequenas propriedades.

Tendo em vista estes problemas, começam a ser construídos projetos de lei (PL) que visam modificar algumas leis para inserir o turismo rural e até mesmo criar uma legislação específica para este setor. A primeira tentativa de mudanças de leis para enquadrar o turismo rural em uma normativa é centrada no projeto de Lei nº 5.797, de 2001. A proposta tem como proposta uma mudança na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que rege a Política Agrícola brasileira.

Essas alterações têm por objetivo estender ao turismo rural os regimes tributário, trabalhista e previdenciário, aplicáveis às atividades agropecuárias. A mudança propõe dar nova redação ao art. 01 da Lei nº 8.171, de 1991. O artigo citado trata da política agrícola e das suas atividades da seguinte forma:

Art. 1º Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. (BRASIL, 1991, Lei nº 8.171, art. 01)

A mudança proposta pelo Projeto de Lei está situada na inserção do turismo rural no primeiro artigo desta lei, tendo em vista que o mesmo rege toda a política agrícola nacional.

Art. 1º Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira, florestal e de agroturismo ou turismo rural (BRASIL, 2001, Projeto de Lei nº 5797)

Além disso, propõe-se a criação de um segundo parágrafo do presente artigo que visa definir o que se entende por turismo rural, tendo em vista que em

toda a lei nº 8.171 de 1991 não existe uma definição do que trata esta atividade. Inserção do Art. II – turismo rural: conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, paralelamente à atividade agrícola, agregando valor a produtos e serviços resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (Projeto de Lei nº 5797, 2001).

Observa-se que o PL busca assegurar o ideal do turismo rural enquanto uma atividade que é auxiliar a produção agrícola, caracterizando a multifuncionalidade da agricultura.

Contudo, como destaca o autor Enzo Arns (2006, p. 22), o Projeto de Lei 5.797 de 2001 não dá o devido tratamento ao empreendedor rural como pessoa física e nem traz preceitos expressos sobre as formas cooperada e consorciada de iniciativa privada e seus tratamentos tributários e previdenciários.

Dois anos após estas discussões serem elencadas, é criado o Projeto de Lei nº 1.043, DE 2003. A conjuntura da criação deste está centrado na prerrogativa de transformar o Brasil em uma potência turística, ideal este suscitado a partir do Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Este projeto tem como princípio definir os objetivos e as competências institucionais relativamente às atividades de planejamento do agroturismo ou turismo rural.

Define-se então turismo rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (BRASIL, 2003, Projeto de Lei nº 1.043). Dentro do Projeto de Lei, busca-se criar uma paridade entre as políticas trabalhistas, previdenciárias e tributárias dos produtores rurais e do turismo rural. Para tanto, a atividade agrícola e a prática turística teriam os mesmos regimes legais.

A partir destas discussões é aprovada a primeira modificação das leis brasileiras sobre o turismo rural no ano de 2008; esta alteração está inserida na legislação que rege a política agrícola e o acesso ao crédito fundiário. O adeto dá-se na lei Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991, a qual acrescenta artigo a partir da lei nº 11.718, de 2008. Por conseguinte, modifica-se o parágrafo primeiro do artigo 48 da referida lei, o qual viabiliza a possibilidade de acesso a crédito fundiário por agricultores que trabalhem com o turismo rural.

§ 1º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (BRASIL, 1991, lei nº 8.171)

A mudança aparece então a partir da introdução das atividades não agropecuárias. A discussão da mudança de lei centra-se na ideia do turismo rural enquanto atividade relacionada a agricultura, mas independente desta como estrutura econômica.

Outra mudança na estrutura legal acerca do turismo rural ocorre a partir da inserção de artigos, parágrafos e incisos na lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio. A primeira mudança insere-se no parágrafo 09 da referida lei, o qual rege as atividades que não descaracterizam a condição de segurado especial⁵⁰. O Inciso II compreende que não descaracteriza o acesso a condição de segurado especial a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.

Além disso, o parágrafo 14 coloca que o empreendedor de turismo rural como empresário individual ou como titular de empresa individual de responsabilidade limitada de objeto ou âmbito agrícola, agroindustrial ou agroturístico, considerada microempresa nos termos da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não o exclui de tal categoria previdenciária, desde que, mantido o exercício da sua atividade rural. (BRASIL, 1991, Lei nº 8.212)

A preocupação geral da referida lei está ligada a manutenção do produtor rural e das práticas agrícolas como base necessária para não perder a condição de segurado especial. Assim, busca-se criar estruturas legais que visam a manutenção das atividades rurais, as quais não devem ser abandonadas, tendo em vista que estas são a base do turismo rural.

No que concerne a arrecadação e recolhimento das contribuições do produtor e empreendedor do turismo rural fica estabelecido a taxa de 2% da

⁵⁰ Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1991, Lei nº 8.212)

receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. Ressalta-se dentro desta taxa os serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais. (BRASIL, 1991, Lei nº 8.212).

No ano de 2009, buscando resolver este problema, é criado o Projeto de Lei nº 5.077-G, de 2009, que vai dispor sobre o papel do empregador rural. O projeto parte do princípio da multifuncionalidade da agricultura como uma possível complementaridade de renda, na qual se encaixa o turismo rural.

Tal complementação de renda – que em alguns casos pode significar a diferença entre a continuidade da atividade rural ou seu abandono – encontra-se hoje prejudicada exatamente pela falta de norma que regule a matéria. (BRASIL, 2009, Projeto de Lei nº 5.077-G)

Para regulamentar principalmente no que concerne a tributação da atividade, o presente projeto de lei busca modificar a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, considerando-se atividade rural econômica:

Inclui-se na atividade econômica, referida no caput deste artigo, além da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho, a exploração do turismo rural auxiliar à exploração agroeconômica. (BRASIL, 2009, Projeto de Lei nº 5.077-G. 2009.)

Assim, o Projeto de Lei passa a considerar o turismo rural como atividade rural, incluindo a administração de hospedagem, organização de visitas, exploração de vivência de prática do meio rural, dentre outras. O presente projeto foi aprovado e hoje figura como Lei Ordinária nº. 13.171/2015.

No ano de 2011, é criado o Projeto de Lei nº 1.435/2011, o qual busca dispor sobre os fundamentos e a política do agroturismo ou turismo rural e outras providências. O presente projeto possuiu em seu conteúdo uma confusão teórica acerca do que é o turismo rural e o ecoturismo, usando os mesmos como sinônimos.

O objetivo do referido projeto é assegurar o mesmo regime tributário, trabalhista e previdenciário que se aplica às empresas agropecuárias, resguardando o direito de opção, quando possível, pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições para Microempresas e

Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para tanto seria modificada a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (lei que define a Política Agrícola) a partir de alterações nos Art. 1º e parágrafo único, o art. 48 e § 1º e o art. 49.

Assim, o turismo figuraria como uma atividade agrícola, o que aliviaria a carga tributária do produtor que optar em trabalhar com o este setor. A pressão exercida por este e outros projetos culminou com a Lei Ordinária nº. 13.171/2015 mencionada anteriormente.

No avançar das discussões, no ano de 2012, é apresentado ao Senado nacional Projeto de Lei nº 45, o qual busca modificar as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973. As mencionadas leis são responsáveis pelo regime tributário, previdenciário e trabalhista do espaço rural.

Novamente, existe um esforço no sentido de vincular o empreendedor do turismo rural ao produtor rural, visando proporcionar uma equidade as políticas rurais, as quais são essenciais para estimular o turismo.

Além disso, pela primeira vez busca-se alterar a Lei nº 11.771, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e que em nenhuma passagem (até o presente momento) faz referência ao turismo rural. Desta forma, o projeto de lei nº 45 busca inserir no art. 21 - que diz respeito a prestação de serviços – que os meios de hospedagem classificados como de turismo rural poderão ser administrados indistintamente por pessoa física ou jurídica. Esta intenção está relacionada a viabilizar que o pequeno produtor (pessoa física), desde que não extrapole os 120 dias por ano expressos na lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, possa também gerir um empreendimento de turismo rural.

Além destas proposições, o referido projeto ainda vai qualificar o

Empreendedor desse setor como empregador rural para todos os efeitos trabalhistas, por meio de alteração do art. 3º da Lei nº 5.889, de 1973, ainda que os seus empregados exerçam atividades tipicamente urbanas, como as de garçons, recepcionistas, arrumadeiras, secretárias, entre outras, desde que, evidentemente, exerçam seus ofícios no contexto do turismo rural” (BRASIL, 2012, Projeto de lei Nº45)

Esta discussão atrela-se à ideia de tributação e legislação trabalhista. Desta forma, o Projeto de Lei nº 45 salienta a importância do empreendedor

poder contratar um trabalhador rural por pequeno prazo. A justificativa centra-se na ideia já mencionada da atividade do turismo rural ser secundária às práticas agrícolas. Assim sendo, a mesma é exercida em finais de semana e horários não convencionais, o que inviabiliza a contratação de funcionários em períodos integrais. Assim, busca-se alterar a lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. O projeto de lei hoje ainda se encontra em tramitação, sendo já aprovado pela comissão no governo, aguardando parecer da Comissão de Assuntos Sociais e pela comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Ainda no ano de 2008 é proposto um Projeto de Lei referente ao turismo rural. O Projeto de Lei nº 46 que rege sobre a tarifação da energia elétrica para as propriedades com turismo rural, visando equivaler à aplicada para classe rural e suas subclasses. Este projeto de lei foi barrado pela comissão econômica no ano de 2015 devido à crise na economia que o Brasil estava passando. A justificativa centra-se na ideia que a redução da tarifa poderá impactar em uma elevação da mesma para outras camadas da sociedade.

Contudo, como pensar em superar uma crise econômica somente contendo gastos, sem incentivar a economia do país, principalmente na microescala. Caminhamos então em uma contracorrente; taxamos pequenos empreendedores e abrimos o mercado para o grande capital turístico – vide, por exemplo, os megaeventos. Nós nos direcionamos no sentido contrário a modelos de turismo rural de países que vem consolidando esta prática.

Se partirmos da Lei Ordinária nº 13.171/2015, a qual considera o turismo rural como atividade rural (incluindo hospedagem, organização de visita, exploração de vivência, entre outras), denota-se que o projeto nº46 do ano de 2012 teria todas as prerrogativas para avançar. O parecer contrário não possui fundamentos teóricos e legais para se estruturar. Não obstante, o referido projeto foi arquivado.

No mesmo ano, foi proposto o Projeto de Lei nº 65 que Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural. (BRASIL, 2012, Projeto de Lei nº 65)

O projeto tem como justificativa os objetivos do Plano Nacional de Turismo do ano de 2007-2010, o qual destaca a importância do turismo e a necessidade de promover vários segmentos visando a inclusão social. Desta forma, o mesmo

tem como objetivo reduzir a alíquota do turismo rural, fixando a mesma em 3% sobre serviços de qualquer natureza dentro deste segmento.

Por fim, no ano de 2015, foi aprovada a lei nº 13.171 que altera as Leis nº 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973. A referida mudança incide nas relações trabalhistas rurais, inserindo no parágrafo primeiro do art. 03 que rege sobre o que se considera como empregador rural. Desta forma, inclui-se nesta categoria “além da exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a exploração do turismo rural ancilar à exploração agroeconômica. (Redação dada pela lei nº 13.171, de 2015). (BRASIL, 1973, lei nº 5.889). Esta lei torna-se de suma importância devido ao reconhecimento legal do turismo rural e apresenta-se um possível caminho para uma legislação trabalhista que contemple esta atividade.

Ao longo desta discussão sobre leis e projetos acerca do turismo rural, podemos observar que existe a partir da criação do Ministério do Turismo maior preocupação sobre o papel deste segmento na economia e sociedade brasileira. Diversos projetos, leis complementares, leis ordinárias e alterações na constituição evidenciaram-se durante este processo.

Mesmo observando esta evolução jurídica, fica claro que ainda não existe uma legislação específica que contemple esta atividade, a qual apresenta-se como uma estratégia econômica e social da população residente no espaço rural e que necessita deste amparo jurídico para se estruturar.

Não obstante, na contracorrente discursiva dos Planos Nacionais de Turismo, evidenciamos uma preocupação dos planejadores estatais em incentivar o turismo na macroescala, a qual torna a microescala submissa, gerando muitas vezes desordenamentos territoriais e expulsando famílias do espaço rural.

A partir desta problemática, buscamos nas próximas discussões chegarmos em um momento importante de nossa proposta de planejamento: Analisar os desordenamentos territoriais que existem e os caminhos que poderemos traçar para pensar um turismo rural na esfera nacional centrado na identidade territorial.

5.4.2 O ordenamento territorial

Conceitualmente, quando pensamos em desordenamento territorial, na primeira instância, temos que definir o que entendesse por ordenamento territorial. A autora Bertha Becker destaca os inúmeros entendimentos que este conceito possui:

Campo relativamente novo de reflexão, sem conteúdo claramente definido, portanto, objeto de várias interpretações, é um conceito ainda em construção de caráter. É grande a variação de concepção quanto à sua natureza: interdisciplinar e prospectiva, com propósito de transformação ótima do espaço regional; técnica de administração, com preponderância da articulação institucional entre instâncias decisórias refletindo, como um corte transversal, todas as decisões públicas com repercussão territorial; política, de planejamento físico com viés regional, em que certos eixos têm papel estruturante nos territórios; ciência, abrangendo métodos de análise e modelagem do território cuja aplicação prática seria o planejamento territorial. (BECKER, 2005, p. 72)

Assim, para analisar este conceito necessitamos no primeiro momento pensá-lo dentro de escalas de análise; na macroescala das políticas governamentais, o ordenamento do território aparece como uma ferramenta essencial do Estado Nacional. Segundo o professor Antônio Carlos Robert Moraes (2005, p. 43), o ordenamento territorial está ligado à visão macroespacial, possuindo interesses estratégicos e usos especiais do território, tendo como premissa a escala do planejamento nacional em sua integridade.

Podemos pensar no ordenamento territorial como uma estrutura de planejamento que incide indiretamente na organização do território. Mesmo, como afirma o autor supracitado, o ordenamento territorial possuindo uma escala de planejamento que aborda na macroescala, a forma como este é idealizado incide diretamente na microescala, influenciando significativamente a vida local.

Ao pensarmos nas políticas de ordenamento territorial no Brasil não podemos deixar de lado todo o caráter ideológico que as mesmas possuem. Ao construir leis, políticas de planejamento, secretarias, obras, entre outras macroestruturas, o Estado demonstra o seu posicionamento ideológico acerca do tipo de desenvolvimento que o mesmo deseja.

Cada um dos conteúdos acima citados expressa uma distinta intenção e atuação do Estado (ou da União de estados), sendo reconhecidos seus propósitos como legítimos para a nação, ou para o conjunto de cidadãos que têm com um dado território uma relação de identidade,

de possuir e pertencer. Todos refletem intensa carga ideológica compatível com a “sua marca de nascença”, ou seja, “política típica do Estado do bem-estar. (SANTOS, 2005, p. 50)

O ordenamento territorial possui então um forte caráter político e ideológico que de um lado pode viabilizar o desenvolvimento do país e de outro a manutenção de um *status quo*, servindo para a reprodução do grande capital. Ressalta-se que o progresso material obtido nos últimos anos tem como máxima a aceitação de uma racionalidade econômica centrada nas grandes corporações internacionais, tendo no Estado um dos seus principais propulsores. (SANTOS, 2002, p. 15)

Portanto, devemos pensar políticas de ordenamento territorial que permitam “uma instrumentalização do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa” (SANTOS, 2002, p. 18). É papel das políticas de ordenamento territorial pensar no bem-estar da população e não somente na reprodução do grande capital.

Neste enquadramento teórico, constata-se que o turismo rural no Brasil ainda está longe de satisfazer os preceitos elencados pelas políticas de ordenamento territorial do turismo nacional. A ausência de legislação em conjunto com a incompatibilidade da integração regional e intermunicipal vem ocasionando problemas significativos na microescala.

Ao analisarmos que o ordenamento territorial tem como princípio pensar as macropolíticas que possibilitam a instrumentalização do território, observa-se que a ausência do mesmo ou seu antagonismo com a realidade social do rural ocasiona um desordenamento territorial.

Por conseguinte, o turismo rural vem sofrendo de maneira intensa com estes desacordos territoriais; não só em roteiros já consolidados, mas também nos que estão em construção. Verificam-se na realidade *in loco* problemas de ordem legal e estrutural que vem inviabilizando e destruindo a sua organização, contribuindo para a descaracterização do rural.

5.4.3 possíveis caminhos para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil

O turismo rural como segmento da economia tem como um dos atrativos principais a ruralidade. Esta por sua vez possui de um lado a base material (a terra e seu uso) e de outro a própria vida rural construída ao longo de anos de história dos agentes sociais que ali se territorializaram. De acordo com WANDERLEY:

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência "identitária") e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p. 31)

O rural apresenta-se com uma simbologia quase que litúrgica no imaginário social dos cidadãos que buscam neste espaço a autenticidade de modos de vida e paisagens que lhe são muitas vezes negadas no espaço urbano. Esta unicidade e a autopoiesis rural evidenciam-se como atrativos. Contudo, o mesmo encanto que atrai turistas pode, quando não planejado, transformar-se em desordenamentos territoriais.

Para pensar esta estrutura de ordenamento e desordenamento territorial na conjuntura do turismo rural, trazemos como fundamento teórico de análise a perspectiva do autor Richard W. Butler, o qual tem como princípio compreender o ciclo de vida dos destinos turísticos, desde sua gênese até o seu fim ou recomeço.

O denominado "tourist area cycle of evolution" busca demonstrar que as áreas que trabalham com o turismo são dinâmicas e que evoluem ao longo do tempo.

There can be little doubt that tourist areas are dynamic, that they evolve and change over time. This evolution is brought about by a variety of factors including changes in the preferences and needs of visitors, the gradual deterioration and possible replacement of physical plant and facilities, and the change (or even disappearance) of the original natural and cultural attractions which were responsible for the initial popularity of the area. (BUTLER, 1980, p. 05)

O autor destaca a possível evolução das áreas turísticas a partir de fases de desenvolvimento que podem culminar com o desaparecimento das mesmas

ou sua resignificação. O autor sintetiza a estrutura de evolução na seguinte figura:

Figura 27: Tourism Area Cycle of Evolution
Fonte: BUTLER, 1980, p. 07

Observa-se que uma determinada região perpassa por momentos de organização. De maneira hipotética, é construída uma relação tempo versus números de turistas. As etapas apresentadas acima buscam compreender os diferentes momentos que uma região que se abre ao turismo vai atravessar⁵¹.

No Primeiro recorte, (exploration e involvement), o autor caracteriza este como um momento de pequeno número de visitantes que se deslocam de maneira esporádica para determinadas regiões.

Se transpormos esta ideia para o turismo rural, podemos analisar que neste momento alguns agricultores começam a receber turistas de maneira pontual, abrindo suas “portas” e seu modo de vida para o turismo ainda de

⁵¹ Quando analisamos a teoria evidenciamos que o autor deixa claro que este modelo não é preciso e que existem diversas outras variáveis que podem ser colocadas.

maneira rudimentar. Com o passar do tempo este processo começa a crescer gerando um maior envolvimento da comunidade. Desta forma, na fase do envolvimento, cria-se a pedra angular para o turismo. Esta centra-se na ruralidade, dotada de suas paisagens e composta por uma identidade territorial única, a qual servira como base para o futuro desenvolvimento turístico.

A partir deste momento, com a construção de uma identidade turística calcada na identidade territorial, o fluxo de turistas tende a aumentar significativamente, entrando neste período em uma nova fase: Development.

A demanda turística em conjunto com a oferta de mais estabelecimentos que trabalham com este setor cresce. Campanhas de publicidades começam a surgir trazendo à tona os roteiros turísticos e dão visibilidade a região. Contudo, muitas vezes, devido à ausência de políticas orientadoras e leis que assegurem a manutenção da identidade territorial como atrativo, surgem na fase do desenvolvimento inúmeros estabelecimentos que não condizem com a alma do lugar.

Como nos lembra Yázigi (2014, p. 478), é comum no país que muitos lugares extrapolem na oferta de serviços, explorando no início equipamentos que são agradáveis na sua instalação, mas que a longo prazo obscurecem a alma do lugar. A crescente oferta e importância do turismo a nível regional e nacional acaba atraindo macroatores dotados de grande capital. A população local tende a participar cada vez menos das decisões.

this stage progresses, local involvement and control of development will decline rapidly [...] Natural and cultural attractions will be developed and marketed specifically, and these original attractions will be supplemented by man-made imported facilities. Changes in the physical appearance of the area will be noticeable, and it can be expected that not all of them will be welcomed or approved by all of the local population. (BUTLER, 1980, p. 08)

Podemos trazer como exemplo da subordinação da população local ao grande capital do turismo a pesquisa realizada pela professora Margarita Barreto sobre as ilhas do Hawai - localizadas nos EUA; a autora problematiza o esquecimento da cultura local em detrimento do turismo dito dos “ricos”.

A especulação imobiliária expulsou os agricultores de sua terra, secou suas fontes de água potável, e o dinheiro público foi investido na construção de infraestrutura para os turistas ricos. Ao mesmo tempo em que campos de golfe e urbanização turística tomavam conta do

território, uma sociedade que era autossuficiente em matéria de alimentos passou a depender das grandes multinacionais para o seu abastecimento. Enquanto os jovens havaianos estavam desempregados, os empresários de turismo traziam mão-de-obra clandestina e mais barata. O turismo sem planejamento, neste caso, foi o vetor da dependência e da involução do Saber-local. (BARRETO, 2005, p. 95)

O que pode “desenvolver” o território aos olhos do capital também é capaz de destruir as relações cotidianas. Na fase de desenvolvimento do turismo citada por Richard W. Butler, observa-se para quem e como se planeja o turismo. No caso supracitado, optou-se (tanto em termos de planejamento do Estado como do setor privado) pela consolidação do turismo de exclusão, no qual os moradores locais pouco ou nada fazem parte da divisão do capital. Assim, a ausência de um planejamento que leve ao desenvolvimento social do turismo acaba criando um processo de eliminação da cultura local.

Ao pensarmos na estrutura do turismo rural tanto no Vale dos Vinhedos como no Alto Douro Vinhateiro, observa-se que ambos roteiros estão na fase superior do ciclo de evolução das áreas turísticas. Ao nos depararmos com esta perspectiva, algumas análises acerca do planejamento do turismo rural no caso do Vale dos Vinhedos⁵² devem ser problematizadas para pensarmos em uma Política Nacional para o turismo rural.

5.5.4 Entre vinhedos e condomínios: desordenamentos territoriais e a descaracterização da ruralidade

Tradicionalmente ambos roteiros analisados nesta pesquisa se utilizam de uma identidade baseada na vitivinicultura construída secularmente para atrair turistas. A Imagem do rural nos dois casos é trazida à tona a partir de um resgate da história e uma supervalorização da paisagem. O Alto Douro Vinhateiro se utiliza da imagem do barco Rabelo, do Rio Douro, dos degraus criados que assentam as parreiras, da produção do vinho do Porto, etc.

O Vale dos Vinhedos, por sua vez, utiliza a imagem do imigrante italiano, as estações vinícolas, as festas (Vindima), a culinária típica, a paisagem dos vinhedos, entre outros. Ao observarmos as imagens abaixo de reportagens e

⁵² Analisamos o caso do Vale dos Vinhedos devido ao mesmo estar inserido no Brasil, sendo hoje o principal roteiro de turismo rural no território nacional. Além disso, as considerações sobre os problemas que o Alto Douro Vinhateiro enfrenta hoje já foram discutidas no capítulo 04.

campanhas publicitárias sobre o Vale dos Vinhedos, percebe-se a imagem do turismo centrada na identidade territorial criada a partir da vitivinicultura. (Figura 28)

Uso da imagem turística do Vale dos Vinhedos

Reportagem "A rota do vinho na Serra Gaúcha" revista Veja viagem, 2014.

Reportagem "cosa nostra" revista Companhia Aérea Azul, 2014

Campanha Publicitária Shopping Iguatemi, 2012

Reportagem "Deguste os sabores da Itália pelo Vale dos Vinhedos". Site UOL Viagens, 2016

Reportagem do blog viagens, 2015.

Figura 28: Uso da imagem turística do Vale dos Vinhedos.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2015.

Esta ambiência e ruralidade que se encontra na fase de consolidação, trazido pelo autor Richard W. Butler (1980), hoje sofre significativamente com a ineficácia de políticas de planejamento territorial na região. Podemos constatar um processo de urbanização crescente no Vale dos Vinhedos e a pressão gradativa deste processo no rural.

Destaca-se que desde a gênese do processo de consolidação do roteiro Vale dos Vinhedos e após galgar a indicação de procedência no ano de 2002 (INPI, 2016), o valor dos imóveis evidenciam um aumento significativo, conforme tabela a seguir.

Década	Hectare	Valor
1990	1 ha.	70 mil reais
2000	1 ha.	100 mil reais
2010	1ha.	300 mil reais

Tabela 08 – Valor dos imóveis no Vale dos Vinhedos ao longo de três décadas.

Fonte: GIORDANI, 2013. p. 157. Adaptado pelo autor.

O aumento exponencial da valorização do solo ocasiona diversas problemáticas: a primeira está relacionada a dificuldade em expandir a área vinícola na região, o que origina a migração de empresas para outras áreas, destacando-se a denominada campanha gaúcha.

Ao observar o mapa abaixo, percebe-se que as empresas com uma maior consolidação em termos de capital vêm deslocando-se geograficamente para a região sul do Rio Grande do Sul em busca de terras com um menor valor e que possibilitem uma boa qualidade da uva. As novas regiões que atraem as empresas vinícolas são denominadas de Campanha – microrregião de expansão das vinícolas compreendendo os municípios de Santana do Livramento, Dom Pedrito, Candiota e Bagé; e Serra do Sudeste abarcando os municípios de Encruzilhada do Sul e Pinheiro Machado. (Mapa 13)

Migração das empresas Vinícolas

Mapa 13: Novas áreas de expansão do capital vinícola.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2013.

O cultivo da uva nestas regiões não começa com a chegada das grandes corporações vinícolas, contudo é a partir da expansão deste setor para estes municípios que teremos o aumento e a especialização desta produção.

O fortalecimento e o estabelecimento de bases para a vitivinicultura na campanha gaúcha ocorrem concomitantemente ao período de expansão e modernização da produção gaúcha de vinho principalmente a partir do ingresso de empresas multinacionais na serra gaúcha na década de 1970. (ENGELMANN, 2009, p. 40)

Diferentemente da produção da serra gaúcha, baseado na pequena propriedade, a produção na Campanha e na Serra do Sudeste torna-se atraente devido a base fundiária centrar-se em médias e grandes propriedades com a inserção de grande capital tecnológico na plantação, características da expansão capitalista de mercado. Grandes empresas se direcionaram para diversos municípios destas regiões em busca de uma expansão da área de plantação em concomitância com o menor custo dos hectares em relação, por exemplo, ao Vale dos Vinhedos.

Mapa 14: Localização das empresas vinícolas nas novas regiões produtoras.
FONTE: DUARTE, Tiaraju Salini. 2013.

Os principais empreendimentos realizados na Metade Sul, com exceção dos mais antigos em Santana do Livramento, foram desenvolvidos por empresas vitivinícolas sediadas na Serra Gaúcha (FERREIRA, 2005, p. 50). Interessadas principalmente na questão da terra para a plantação (latifúndios com um relevo aplainado propício para mecanização e produção em massa), no clima, na questão pluviométrica e na média térmica⁵³, as empresas vinícolas visualizam estes municípios como um forte potencial de expansão para seus negócios. Essas mudanças implicam um rearranjo espacial nestes municípios bem como no próprio Estado. Estabelecem-se conexões entre a “Serra Gaúcha” e a metade sul, o que muda a organização espacial do estado.

Este processo, contudo, relaciona-se somente, no caso de empresas do Vale dos Vinhedos, as que detêm capital para tal deslocamento. Os pequenos produtores que não possuem capital para tal movimento territorial acabam muitas vezes sofrendo com a sobrevalorização do solo devido ao turismo.

⁵³ Para mais dados agroclimáticos ver: FERREIRA, 2005.

A valorização da venda direta da uva para empresas e a produção vinícola não acompanham o sobrevalor que os imóveis começam a adquirir, o que dificulta a expansão da área plantada ou até mesmo sua manutenção. Esta eloquente especulação sem uma normativa intermunicipal acarreta um impacto na paisagem do turismo rural que tem como um dos principais atrativos os vinhedos.

Dessa forma, um dos problemas que se apresenta é a ausência de uma legislação intermunicipal sobre o uso do solo e sua ocupação. Como destaca a autora Giordani (2013, p. 175):

Em razão de o Vale dos Vinhedos ser um Território Vinícola Certificado, que abrange áreas dos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul, não há um planejamento conjunto com o objetivo de proteger o território de construções inapropriadas dentro de seus limites e em seu entorno.

Além disso, a referida autora destaca a implementação de diversas indústrias na região, o que contribui para o “fim do silêncio rural”, das amenidades bem como uma mudança na própria organização para o turismo.

O autor Carlos Fernando de Moura Delphim ressalta que a introdução de pavilhões industriais cria uma dinâmica urbana no espaço rural, tendo em vista que atrai moradores que, por conseguinte, constroem comércio local, modificando a paisagem, o fluxo de veículos, etc.

Uma indústria exige uma infraestrutura muito maior do que uma propriedade rural. Ao se implantar uma fábrica em uma zona rural, destrói-se inicialmente o testemunho da atividade agrícola original do terreno. Em seguida, dos terrenos contíguos, cujos plantios, formados, sobretudo por pomares e vinhedos, vão dando lugar a novas indústrias. Funcionários vão se instalando nas imediações, os terrenos vão se tornando um arremedo do meio urbano, com muitas desvantagens e poucas vantagens para quem quer ali permanecer. Pode ocorrer que os novos moradores, muitas vezes sem qualquer ligação com a cultura e as tradições locais, venham a tratar os plantios como se fossem fundos de seus quintais, colhendo frutas, praticando atos de depredação e prejudicando as safras de uva. (DELPHIM, 2013, p. 156)

A ausência de políticas regulatórias tanto no âmbito municipal como intermunicipal desenvolve transformação espaciais que incidem diretamente na identidade territorial. Ao realizarmos um paralelo entre o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro e no Vale dos Vinhedos a partir desta problemática, evidencia-se diferenças relacionadas principalmente ao planejamento territorial.

Ressalta-se que historicamente a região tradicional da produção de vinho do Porto tem seu turismo em fase de desenvolvimento e organização tendo como base a elaboração de Planos de Turismo que visam estruturar a região. A construção deste planejamento no Alto Douro Vinhateiro demonstra uma preocupação significativa com a preservação do roteiro, da identidade territorial e da paisagem natural. Como já salientado, para fazer parte do denominado roteiro do Alto Douro Vinhateiro todos os municípios devem possuir em seus planos diretores uma legislação comum a região turística.

Esta por sua vez compreende uma regularização de uso e ocupação do solo rural, proteção da paisagem natural, manutenção e regularização do patrimônio arquitetônico, legislação para a instalação de indústrias, uso de outdoors na região do ADV, atividades de pedreiras, saneamento básico, acessibilidades, etc. Para chegar a este ponto, foram criados estudos de Planejamento territorial por uma equipe multidisciplinar composta por pesquisadores, representantes de órgãos competentes e a comunidade local.

Lembramos que compreender a necessidade de planejar o turismo rural de forma intermunicipal é essencial, tendo em vista que os roteiros de turismo rural muitas vezes extrapolam os limites políticos administrativos dos municípios. Se cada município individualmente possuir um Plano Diretor que incide sobre a área turística que não dialogue com os outros, a região tornar-se-á “uma bagunça”, fadando este roteiro ao declínio dentro da perspectiva dos Ciclo de Evolução do turismo (BUTLER, 1980). Muito além, é necessário que exista uma legislação nacional que sirva como base para a estruturação dos diversos roteiros de turismo rural na macroescala e na microescala do território.

O turismo - como uma das formas possíveis de organização do território - é planejado setorialmente, operacionalmente. E se planejar o território é lidar com a totalidade, a contradição fica flagrante. Não é possível uma organização do turismo no território brasileiro com 'políticas setoriais que nascem e terminam com caráter autônomo' (YÁZIGI, 2009, p. 51).

O Vale dos Vinhedos vem hoje sofrendo significativamente com as políticas municipais setoriais. Como BUTLER (1980, p. 08) destaca, a fase superior do modelo de evolução das áreas turísticas apresenta-se como a mais problemática, principalmente frente aos desafios de planejamento que os municípios terão que enfrentar.

Na sua fase de desenvolvimento e consolidação, o Vale dos Vinhedos demonstra que diversos atores sociais fazem parte de uma disputa territorial na região turística. Como o roteiro possui na sua totalidade três municípios que não possuem uma integração de políticas voltadas ao turismo rural a partir de um plano intermunicipal, diversos conflitos sociais começam a surgir.

Aqui reside um dos problemas clássicos que culmina, a partir da fase de consolidação do esquema do Autor Richard W. Butler (1980), com a decadência do turismo. Alguns roteiros de turismo rural acabam perdendo-se nesta fase, tendo em vista que existem atritos e confusões dos diversos interesses envolvidos na região. Podemos pensar que há uma “guerra” de roteiros turísticos, que muitas vezes, ao invés de se complementarem, disputam territórios.

Os lugares vão se especializando em virtude de condições naturais, técnicas, sociais e de infraestruturas. Contudo, esta diferenciação deve levar os roteiros de turismo rural a busca pela complementaridade. Afinal de contas, quanto maior a diversidade de atrativos que um roteiro puder disponibilizar, mais tempo o turista permanecerá na região. As disputas entre os roteiros culminam com uma fragmentação regional, fruto principalmente da ausência de diálogo entre as secretarias de turismo com os atores que vivem este processo.

Hoje, a região possui dois roteiros de turismo rural: O denominado Vale dos Vinhedos, o qual possui um maior apelo turístico e número de visitantes e a “Estrada do Sabor”, roteiro que abrange a região do Vale dos Vinhedos localizada na área rural do município de Garibaldi. Esta disputa pelos turistas demonstra a ausência de uma política de integração que viabilize a todos os municípios participarem e construïrem roteiros em conjunto⁵⁴.

Outra problemática frente aos impactos da ausência de um plano de turismo, tanto na escala regional como diretrizes na escala nacional, diz respeito ao uso e ocupação do solo. Ao analisarmos o Vale dos Vinhedos, observamos que a especulação imobiliária começa a transformar esta região que vive em grande parte do turismo em um bairro de segunda residência ou de residência

⁵⁴ Mesmo existindo uma tentativa de integração regional a partir da denominada - Associação de Turismo da Serra (Atuaserra), ainda é incipiente a mesma na região a partir de políticas regulatórias para o turismo rural.

fixa (para quem tem capital para tal). A construção de condomínios residenciais fechados e loteamentos apresenta-se hoje como uma realidade.

Este fenômeno também foi evidenciado pelo Professor Eduardo Abdo Yázigi (2014) ao pesquisar o turismo rural do denominado Roteiro do Vinho do município de São Roque – São Paulo. Com uma estrutura semelhante ao Vale dos Vinhedos, o Roteiro do Vinho está localizado a 100 quilômetros da capital do estado de São Paulo e caracteriza-se por abarcar quatro municípios (São Roque, Jundiaí, Louveira e Valinhos), sendo o principal São Roque.

Agora atentem para o caso de São Roque, SP, cuja fama é puramente local, mas também possuía várias vinícolas, conquanto de vinho padrão interiorano, isto é, bem 'docinho'. A própria Cinzano lá possuía sua vinícola, mas eis que a demanda do crescimento metropolitano de São Paulo ensejou alta procura de áreas próximas para construção de residências secundárias. (YÁZIGI, 2014, p. 476)

O crescimento de residências em concomitância com uma ausência de políticas intermunicipais acabou por reduzir drasticamente o movimento do turismo. A população local aos poucos foi se esvaindo e a “alma do lugar” se perdendo. Os residentes que ali permaneceram, na contracorrente, ainda preservam uma identidade territorial que busca ressignificar “uma gama de tradições cheia de vida [...] entre os residentes e não em turistas de um dia” (YAZIGI, 2014, p. 476). Não obstante, segundo o autor supracitado, o movimento do turismo neste roteiro raramente passa de um dia.

Este esvaziamento da “alma rural” em detrimento do crescimento de residências que nada tem a ver com a identidade territorial local vem sendo evidenciado também no Vale dos Vinhedos a partir de Condomínios fechados e loteamentos residenciais.

O contexto é turbulento, tendo em vista os diversos atores sociais que disputam territorialmente a região do Vale dos Vinhedos. Como a mesma encontra-se perto do centro urbano dos três municípios (Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul) e detêm uma infraestrutura significativa (além da paisagem exuberante), o Vale vem atraindo uma série de empreendimentos urbanos. Mesmo possuindo características que dão a região o título da única Denominação de Origem do Brasil e sendo um dos 65 destinos indutores do turismo no território nacional, o uso do solo vem revelando novas funções.

Foi observada, no entanto, uma reversão do uso do solo, com apelos imobiliários que exploram a paisagem cultural como fator de venda e, ao mesmo tempo, traz para o lugar habitantes estranhos a um território vinícola produtivo e certificado. (GIORDANI, 2013, p. 179)

O Vale dos Vinhedos possui hoje condomínios residenciais fechados e loteamentos já prontos ou em construção. No município de Bento Gonçalves, existe somente um exemplar (condomínio Parque dos Vinhedos) de alto padrão. Os valores do solo (tabela 09) nesta área demonstram por que a região hoje torna-se uma das áreas com maior especulação imobiliária de Bento Gonçalves.

Terreno / m ²	Valor / Reais
800 m ²	450.000
2000 m ²	1.000.000

Tabela 09: Valores dos terrenos – Parque dos Vinhedos
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

Não obstante, a partir deste movimento de capital, o município dentro dos parâmetros legais do Plano Diretor instituiu o que se denomina de Área de Preservação do Vale.

ZONA DE PRESERVAÇÃO A PAISAGEM DO VALE DOS VINHEDOS URBANA: Art. 69 - A ZPPVV (urbana) tem como características as áreas hoje destinadas à viticultura. Art. 70 - Estas zonas serão protegidas e preservadas, incentivando a vitivinicultura". (BENTO GONÇALVES, 2015)

Mesmo com a preocupação dada a salvaguardar a região do Vale dos Vinhedos pelo plano diretor municipal de Bento Gonçalves, observa-se que há nesta lei municipal a utilização do termo "Vinhedos Urbanos". Desta forma, existem muitos atores do setor imobiliário que buscam mudar e até mesmo encontrar meandros legais dentro desse documento que viabilize sua territorialização. Uma destas mudanças impactou diretamente na região, transformando parte do Vale dos Vinhedos (eminentemente rural) em área urbana.

A lei complementar nº 142 de 2009 trouxe parte do espaço urbano para dentro do distrito do Vale dos Vinhedos pertencente a Bento Gonçalves, possibilitando a construção de condomínios residenciais dentro da atual zona de preservação da paisagem do Vale dos Vinhedos.

Suas tratativas de implantação iniciaram em 2006 (neste ano foi aprovado o Plano Diretor do Município em vigor). Sua primeira aprovação ocorreu em 2008, e no ano de 2011 foi expedido pelo Instituto de Planejamento Urbano (IPURB) o alvará de execução. Em 2013 foi expedido pelo mesmo órgão municipal de Bento Gonçalves o Alvará de Habite-se, iniciando, deste modo, no segundo semestre de 2013 a entrega dos terrenos (GIORDANI, 2013, p. 185)

A referida lei faz parte de um processo corrente no ministério público alusiva à modificação legal para a territorialização do capital imobiliário na região. O inquérito civil nº 00722.00069/2009 que investiga a mudança da legislação do espaço urbano e rural possuiu um relatório que demonstra a inviabilidade da lei complementar.

A zona de uso do solo que melhor se aplicaria seria a que foi suprimida, ou seja, a zona de uso rural do Vale dos Vinhedos. Considerando o Vale dos Vinhedos como um todo, como uma área com Indicação de Procedência – reconhecida pelo Mercado Comum Europeu –, e que em planejamento urbano as áreas/zonas não devem ser consideradas isoladamente (pois sempre há interação entre elas), a modificação da parte do Vale dos Vinhedos para zona urbana ocasionará a fragmentação da mesma. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, Inquérito civil nº 00722.00069/2009)

O inquérito destaca que o Vale dos Vinhedos possuiu características rurais que ao transformar-se em urbano descaracterizaria significativamente a região da Indicação de Procedência e Denominação de Origem. Não obstante, mesmo com esta importância, a prerrogativa da lei complementar se baseia na necessidade da expansão urbana do município devido ao crescimento que o mesmo evidencia. Neste ponto, o inquérito é taxativo:

Ampliar a zona urbana de uma cidade se justifica em um caso: quando a cidade está crescendo e necessita de mais áreas para urbanização. Talvez Bento Gonçalves até esteja crescendo e necessitando ampliar sua área urbana, o que não será examinado aqui. Porém, caso esta premissa seja verdadeira, existem outras áreas rurais que deverão ser urbanizadas antes do Vale dos Vinhedos. Seja porque não tem os atributos, vocação, potencial turístico e identidade do Vale dos Vinhedos, seja porque estão mais próximas da área urbana do que o Vale dos Vinhedos. Ainda neste sentido, seria mais apropriado – caso houvesse a imperiosa necessidade de ampliar a área urbana da cidade – antes de transformar em urbana uma parte do Vale dos Vinhedos, o fazer com a “Zona Urbana de Preservação Paisagem do Vale dos Vinhedos”. Nem esta deveria ser utilizada para isto, pois ainda há outras áreas urbanas subaproveitadas para serem urbanizadas primeiro. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, Inquérito civil nº 00722.00069/2009)

A presente análise deixa claro que a modificação da região não vem de base técnica, mas sim de ordem econômica do capital especulativo que muitas vezes não possui ligação nenhuma com a lógica local, modificando significativamente as dinâmicas sociais e impactando na paisagem. O território evidencia-se então a partir de relações de poder que irão gerar disputas pelo uso do solo. Como destaca o professor Milton Santos: “O território é a arena da oposição entre o -mercado - que singulariza com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. (SANTOS, 2006, p. 175).

Assim, buscam-se imperativos legais para estruturar as mudanças no Vale dos Vinhedos, contudo:

Considerando o artigo 165 do plano diretor de Bento Gonçalves, o código florestal e a lei de loteamentos (6766/1979), quase a totalidade da área transformada em urbana, não poderá ser urbanizada, uma vez que sede de viticultura, de APPs (Áreas de Preservação Permanente), ou de condições urbanísticas inapropriadas (encostas com caimentos acentuados), além da questão preservação da linha do horizonte, que demanda estudo caso a caso. A demais não tem disponibilidade de serviços de infraestrutura urbana, como água encanada, energia elétrica e esgoto cloacal. Não parece que seja racional interligar a infraestrutura da cidade com a destas zonas. Até mesmo a acessibilidade a algumas áreas desta zona é muito difícil, devendo passar pela zona rural do Vale dos Vinhedos para ser efetivada. E isto inclui, além do acesso viário dos eventuais futuros moradores e usuários, os serviços públicos de coleta de lixo, transporte coletivo, correios, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, Inquérito civil nº 00722.00069/2009)

Como destaca o parecer final, do ponto de vista técnico do planejamento urbano, não se vislumbra qualquer aspecto que justifique a transformação da área em exame; de rural para urbana. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, Inquérito civil nº 00722.00069/2009)

Não obstante, no caso do Distrito Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves a construção de moradias urbanas nesta localidade tornou-se uma realidade. A aprovação da lei possibilitou a construção de um Condomínio residencial que diretamente altera a paisagem do lugar. (Figura 29)

Figura 29: Foto do Condomínio residencial fechado no Vale dos Vinhedos
 Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

Entre os muros levantados e os vinhedos, emerge um impacto na paisagem do Vale dos Vinhedos. A territorialização destes condomínios que mesmo com a lei aprovada, a mesma:

Encontra-se sub judice do Ministério Público, impedindo, deste modo, que o IPURB forneça Alvarás de Licença dessa área [...] De acordo com a análise dos pareceres contidos nos relatórios de vistoria, foi observado desconhecimento técnico das autoridades e dos técnicos solicitados, que deveriam aplicar seu conhecimento e formação para o bem-estar da coletividade. Há outros objetivos rondando as modificações do Plano Diretor, propostas como ampliação da área urbana, suprimindo áreas rurais como a do Vale dos Vinhedos, baseados exclusivamente na especulação imobiliária. A preocupação do Ministério Público Estadual permanece premente. (GIORDANI, 2013, p. 190)

Este problema não é evidenciado somente no município de Bento Gonçalves; como inexistente um planejamento territorial intermunicipal do Vale dos Vinhedos, cada município cria suas próprias leis referentes a área utilizada para o turismo. No caso de Garibaldi, analisou-se a ampliação do espaço urbano para a área rural tendo em vista a construção de loteamentos populacionais urbanos de alto padrão na região.

O artigo nº 49 do plano diretor municipal de Garibaldi institui que

Os loteamentos, desmembramentos, fracionamentos e condomínios de lotes por unidades autônomas para fins urbanos, somente serão permitidos dentro do espaço urbano e deverão obedecer às disposições da presente Lei e das demais disposições pertinentes. (GARIBALDI, 2014)

Tornou-se necessário para a construção de loteamentos e condomínios no Vale dos Vinhedos de Garibaldi transformar parte da zona rural em urbana a partir do plano diretor. No mapa de zoneamento do município (figura 30) fica evidente a criação de uma “ilha” urbana no meio do espaço rural.

Localização do Residencial Vale dos Vinhedos - Garibaldi/RS

Figura 30: Localização do residencial Vale dos Vinhedos.

Fonte: Plano Diretor do município de Garibaldi, 2014. Adaptado pelo autor.

Esta área é denominada como “Zona Residencial Vale dos Vinhedos: que se caracteriza predominantemente pela atividade residencial, com lotes grandes e baixíssimas densidades” (GARIBALDI, 2014, p. 50). Desta forma, temos a ampliação do espaço urbano do município tendo como prerrogativa da expansão e crescimento que o mesmo vem evidenciando. Contudo, novamente este pressuposto é derrubado, pois, a ausência de uma malha urbana e infraestrutura

visível nas imagens de satélite deixa claro o interesse não na expansão urbana, mas sim no Vale dos Vinhedos enquanto área de elevada especulação imobiliária.

Infelizmente, a área hoje vem sendo impactada pela criação de uma zona urbana dentro de um dos principais roteiros turísticos do Brasil com o aval dos legisladores municipais. Como ressalta DELPHIM (2013, p. 34)

É lamentável que representantes do povo se mostrem mais comprometidos com o capital privado do que com o interesse coletivo, e que isto se faça à custa da destruição dos mais significativos valores culturais e naturais locais.

A partir deste princípio legal temos a instalação de loteamentos residenciais como o Alto das Videiras, que foi o primeiro de porte significativo a se instalar no Vale. Com muros e divisórias cortando áreas de produção vinícola, o impacto na paisagem cria no rural uma paisagem eminentemente urbana em meio a ruralidade. Outro projeto que está previsto para a instalação é denominado *terroir* do vinho, o primeiro Condomínio residencial vitícola do país que será localizado no município de Garibaldi. Em uma primeira fase, serão 58 lotes de 1.000m² em média.

No caso de Monte Belo do Sul, município mais afastado e menor, o problema incide diretamente sob a expansão das indústrias locais. O crescimento das mesmas e os impactos visuais, sonoros e ambientais começam a preocupar quem trabalha com o turismo na região.

Desta forma, a partir da análise dos três planos diretores, demonstra-se que ausência de proteção a questão imobiliária por parte destes documentos em conjunto com a falta de um planejamento na escala nacional deste setor vem propiciando a alteração da paisagem de um dos roteiros mais importantes do turismo rural brasileiro.

Este movimento denota que é só uma questão de tempo para transformar o Vale dos Vinhedos de uma ruralidade a uma “urbanidade”. Hoje, como nos lembra Carlos Fernando de Moura Delphim (2013, p. 34), uma das maiores ameaças no espaço rural a perda de identidade é o avanço da urbanização que vem destruindo o patrimônio desta região. Torna-se necessário preservá-lo antes que desapareça.

Com o fluxo maior de carros, impactos na paisagem, redução de área para vinhedos, construções que não possuem uma característica da arquitetura local, etc. altera-se consideravelmente a alma do lugar. Em meio a vinícolas e parreirais, já é possível visualizar o crescimento urbano ordenado pelo capital que vem desordenando territorialmente o Vale.

Apesar de os municípios citados desenvolverem um discurso de valorização da identidade e do vinho na região (dentro dos Planos Diretores), na dura realidade estão contribuindo para a instalação de redes de capital que modificam o local.

Ademais, hoje a especulação imobiliária cerca espacialmente o Vale dos Vinhedos; Destaca-se como exemplo o denominado Mirante do Vale, analisado pela autora Marilei Elisabete Piana Giordani (2013, p. 183)

O Condomínio Mirante do Vale está localizado em área urbana de Bento Gonçalves, em uma área quase limítrofe com o Vale dos Vinhedos. Sua localização está totalmente voltada para a paisagem e seu nome referência a paisagem do Vale dos Vinhedos como diferencial.

Além da questão imobiliária visível, outras formas de impacto no turismo vêm apresentando-se como problemáticas, como o crescente número de outdoors e propagandas no Vale dos Vinhedos que estão diretamente incidindo na paisagem. Imagine o turista admirando as belezas do Vale dos Vinhedos e repentinamente ser surpreendido por uma propaganda de condomínios residenciais ou de ofertas de serviços escancaradas na paisagem.

Quando afirmamos isso temos como base que em nenhum momento é discutido nos planos diretores dos municípios que abrangem o roteiro uma normativa que estabelece parâmetros para a instalação de propagandas nas regiões ditas turísticas. Assim, destaca-se que seria necessário a construção de uma política em comum entre os municípios visando criar uma legislação acerca dos outdoors bem como das placas de ofertas de serviços, visando um melhor aproveitamento da imagem e da paisagem vinícola.

Além das propagandas, uma das descaracterizações mais visíveis vem sendo a construção de aparelhos turísticos que não representam a alma do lugar, mas que hoje se territorializam nas suas bordas do Vale. (Figura 31)

Figura 31: Novos atores hoteleiros nas “bordas” do Vale dos Vinhedos.
Fonte: JORNAL PIONEIRO, 2015. Adaptado pelo autor.

São “monstruosidades” arquitetônicas que territorializam-se e modificam completamente a paisagem. Recentemente instalou-se na região um Hotel de uma grande rede hoteleira que impacta diretamente na paisagem, pois, traz como estrutura a velha lógica do “padrão de atendimento” e uma arquitetura de blocos lineares padronizados.

Primeiramente temos um problema devido a padrão arquitetônico; com uma estrutura pré-pronta e que possui a mesma “silhueta” de outros lugares, o mesmo destoa completamente da região vinícola. Em segundo lugar, com a instalação deste modelo rompe-se completamente com a ideia da ruralidade, do atendimento personalizado, da unicidade local frente a uma ótica global.

Hoje em dia, até cidadãos comuns já notaram que muitos lugares do mundo estão ficando com a mesma cara, não só em razão da consciência da globalização, mas já antes (sem que dela se falasse) pela força da evolução de tecnologias e modismos – que eram etapas do mesmo processo. (YAZIGI, 2001, p. 11)

Não defendemos que as estruturas não devem se modernizar, contudo, romper com a identidade territorial para instalar um modelo padronizado de atendimento ao turismo é transformar o Vale dos Vinhedos em “mais um roteiro turístico igual aos outros”.

É absolutamente natural que as pessoas queiram desfrutar do conforto que a modernidade oferece. No entanto, há quem prefira essas casas de madeira com aquecimento de fogão chapeado a acalantar frias noites regadas de brodo – sem excluir o gás ou a eletricidade. Mas quem se contenta só com o padrão high-tech, que procure então gastar o suspiro maravilhado do mundo do eletrônico, cada vez mais rotineiro nas próprias casas - encontráveis em qualquer bom shopping do Ocidente. (YAZIGI, 2014, p. 475)

Além do mais, a concorrência de uma grande rede hoteleira com as pousadas locais impacta diretamente na procura e oferta de dormitórios. Deve-se refletir quanto as consequências deste em termos de dormidas em pequenas instalações que trabalham com o turismo rural e os problemas que serão gerados ao pequeno empreendedor, agora possível refém de uma lógica global.

5.5 Propostas para um Plano Nacional de Turismo Rural

A partir dos problemas evidenciados, como ausência de legislação para o turismo rural, falta de planejamento territorial tanto a nível nacional como municipal (e porque não intermunicipal), entre outros, faz-se necessário criar pensar as estruturas de Planejamento do turismo rural nacional.

Para tanto, a presente pesquisa baseia-se nas problemáticas levantadas e no arcabouço teórico-metodológico construído ao longo da mesma para referenciar possíveis propostas para o turismo rural. Logo, centra-se em pilares do planejamento territorial do turismo sem a pretensão de esgotá-los, mas sim de problematizar questões que se apresentam como pertinentes para a consolidação deste setor no Brasil.

5.5.1 A identidade territorial como principal aporte

Como pensar o turismo rural sem considerar que os atores sociais que disponibilizarão serviços a turistas possuem uma identidade “fincada” e construída territorialmente ao longo de décadas ou até mesmo séculos? Será

que estamos fadados a substituir a identidade por um turismo fantasioso e importado?

Quando pensamos especificamente no turismo rural devemos pensar nos modos de vida que ali se constituíram a partir de práticas agrícolas, da “lida” com a terra e das microterritorialidades que foram se estabelecendo ao longo dos anos. Estas relações cotidianas que tanto encantam os turistas e que constituem a ruralidade não podem simplesmente ser esquecidas para se construir no seu lugar um projeto megalomaniaco de turismo que possui como égide a lógica do pré-fabricado.

São estas Unidades espaciais que dão sustentáculo a roteiros consolidados (como o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro) que trabalham com turismo rural. As singularidades espaciais que extrapolam o turismo convencional são criadas a partir de identidades territoriais. O professor Eduardo Abdo Yázigi nos lembra que:

A afirmação da personalidade do lugar, composta do arranjo de múltiplas identidades humanas e do mundo natural, se justifica como significativos referenciais para a vida cotidiana; como meio de vida e de sentimento de pertença que permitem resistir a diversos aspectos da globalização. (YAZIGI, 2001, p. 44)

Esta forma de resistência citada pelo autor demonstra que a força do lugar e das identidades territoriais vem construindo estratégias que possibilitam a ressignificação de culturas que, quando planejadas de maneira concreta, constituem a pedra angular para o turismo rural.

Ao analisarmos exemplos como o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro e no Vale dos Vinhedos, observamos claramente que o turismo rural é nutrido pela ruralidade dos produtores que secularmente foram territorializando-se. Como destaca Rogério Haesbaert (2007, p. 41): “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico”.

Este espaço apropriado pelas relações sociais passa a possuir um significado histórico indissociável ao turismo rural. O Douro atrai visitantes (seja por terra, pelo rio ou por ferrovias) devido a suas particularidades. Os produtos da Denominação de Origem do Alto Douro Vinhateiros possibilitaram que o

Vinho ganhasse um mundo de simbologias locais que ao longo do tempo tornaram-se atrativos.

Ao analisarmos o Vale dos Vinhedos, podemos constatar que os processos que constituíram esta região como um dos roteiros mais famosos de turismo rural no Brasil são frutos de um retrato da simbologia construída por um grupo social que se territorializou neste espaço e ali se reproduziu. O denominado “Mundo do Vinho” e suas Denominações de Origem e Procedência são oriundos de processos históricos nos quais os “jardineiros” construíram terraços de vinhedos, plantaram suas uvas, produziram seus vinhos e cultivaram uma identidade que está cravada no território.

Mais do que isso, para o turismo, foi oferecido um ‘mundo do vinho’ constituído de suas ramificações: as feiras comerciais desta temática; as vinícolas abertas ao visitante, assim como a possibilidade de participar das colheitas; as belas pousadas rústicas dotadas da gastronomia italiana, inseparável do lugar; um artesanato que concilia o Estado do Rio Grande do Sul com a produção vinícola, etc. A região, com sua agricultura e vida urbana exala, se assim podemos dizer, um hálito que é só seu. (YAZIGI, 2014, p. 477)

Mesmo com processos distintos de estruturação social, o Vale dos Vinhedos e o Alto Douro Vinhateiro constituem-se como roteiros de turismo rural centrados na identidade territorial. Ambos possuem diversos problemas que foram evidenciadas e analisados em capítulos e discussões anteriores. Contudo, podemos constatar que o chamariz para o turismo nestas regiões é a vida cotidiana, a ruralidade e os produtos originados desta relação entre o ser humano e a natureza.

Propomos então que a constituição de Políticas a nível nacional e municipal para o turismo rural tenham como um dos pilares do seu planejamento a identidade territorial. Pensar o rural sem levar em conta as inúmeras identidades, suas belezas e peculiaridades é descaracterizar completamente a própria ruralidade do turismo.

Contudo, ressalta-se que não se busca tencionar a ponto de criar uma identidade montada ou até mesmo uma representação factual, mas sim potencializar a região para o turismo rural a partir da lógica local.

Para incentivar e criar roteiros torna-se necessário planejar as etapas que possibilitem o entendimento da identidade territorial a partir da comunhão de conhecimentos, tanto por parte de planejadores como por atores sociais que

representem a cultura local. É de se estranhar, como ressalta YAZIGI (2001, p. 45), que agentes externos ao lugar gerenciem os roteiros sem o mínimo conhecimento da região. “Não me parece que uma cultura possa ser ‘gerenciada’ por agentes estranhos ao grupo. Os tais agentes culturais devem, no máximo se limitar a facilitar o acontecimento cultural”.

Para tanto, é necessário criar uma força tarefa no âmbito de políticas territoriais que congreguem estes diversos atores. Aqui busca-se aplicar uma estrutura de planejamento que tenha por base uma visão crítica e que se constitua como uma das estruturas de um Plano Nacional de Turismo Rural.

A ideia de um planejamento crítico, segundo Marcelo José Lopes de Souza (2002, p. 87) tem como princípio estar sempre vigilante diante do senso comum, “buscando “ultrapassá-lo” ao interrogar o não interrogado e duvidar de certezas não-questionadas; ao mesmo tempo, um planejamento crítico não-arrogante não pode simplesmente ignorar os “saberes locais” e os “mundos da vida”.

Assim, tendo como base as ideias do autor Marcelo José Lopes de Souza e Eduardo Abdo Yázigi busca-se estabelecer uma estrutura de planejamento do turismo rural na esfera local e nacional. O primeiro questionamento deste planejamento dentro da perspectiva da identidade territorial é: qual é a identidade será a referência para o turismo? Não esqueçamos que todo o processo de identificação também se conjuntara como exclusão, ou seja, dentro de uma espacialidade da identidade existiram grupos que não serão representados pela mesma. As próprias regiões analisadas em capítulos anteriores não são homogêneas em suas estruturas de produção e ocupação territorial.

Contudo, em face da necessidade de criar-se uma imagem para o turismo rural nas regiões analisadas tornou-se necessário elencar uma identidade de significativa representatividade social que irá se constituir como a pedra angular para planejar o turismo. Para chegar a este processo, torna-se necessário realizar um diagnóstico territorial que possibilite construir um panorama histórico/cultural/arquitetônico/paisagístico regional.

A construção deste tem como princípio compreender a região a partir de múltiplos olhares, não só de atores exógenos, mas também da população que reside neste local. Este tem como objetivo realizar um levantamento dos bens

territoriais que ali existem bem como identificar as particularidades do lugar. Para a realização desta etapa, é imprescindível que existam bases nacionais para o turismo rural, desde legislações, linhas de créditos, planos de desenvolvimento, metodologias, etc. que sirvam de sustentáculo para os futuros roteiros.

Cabe ao poder público, em conjunto com a sociedade civil, pensar nestas estruturas de ordenamento territorial, tendo em vista que é a partir destas que os pesquisadores, em conjunto com a população local, poderão construir planos de turismo rural que fujam da mesmice que em grande parte assola o turismo rural brasileiro.

Este mais do mesmo que já vem embutido nas ideias de planejamento do turismo rural ou nos processos de consolidação/decadência do turismo segundo BUTLER (1980) cria brechas para a denominada tragédia dos comuns.

Como nos lembra o professor Eduardo Abdo Yázigi (2009, p. 51), “um lugar turístico que se deixa abrir a qualquer iniciativa receptiva, sem o rigoroso controle oficial [...] cai inevitavelmente na tragédia dos comuns”. Esta tragédia que se manifesta a nível local está intrinsecamente relacionada a ausência políticas de ordenamento territorial na esfera nacional. Por isso a tão necessária relação local/regional/nacional a partir de uma visão integracionista.

Com a consolidação de uma política de turismo que vise o diagnóstico local para compreender a identidade territorial, poderemos com o aporte da construção de planos de desenvolvimento pensar em proposta de intervenção no território.

Esta não recorre de uma visão vertical, mas sim de um debate significativo entre pesquisadores e os atores locais.

Devido ao seu cunho prático-político, as propostas de intervenção, mesmo tendo a sua formulação baseada em diagnósticos que incorporam a dimensão (inter)subjéctiva dos agentes sociais envolvidos, necessitam ter a sua implementação submetida a escrutínio popular, ocasião em que poderão ser calibradas e corrigidas. (SOUZA, 2002, p. 88)

A intervenção passa diretamente pelo crivo da população que vive o cotidiano. Com o apoio e a discussão sobre a proposta de intervenção cria-se um debate público para a deliberação e efetivação do plano de turismo rural local tendo como base as diretrizes do Plano Nacional de Turismo Rural. Os

atores sociais “detém a palavra final sobre os fins e os meios do planejamento e da gestão” (SOUZA, 2002, p. 09)

É somente a partir do local e de suas especificidades que poderemos pensar um turismo consolidado. Devemos dar um basta a políticas exógenas ou atores que visam somente o lucro em determinadas regiões, construindo estruturas de turismo à revelia, sem uma análise da necessidade dos municípios e da população que ali reside. Se o turismo rural tem como princípio uma prática de inclusão, o mesmo não pode culminar com o aumento da expulsão dos atores sociais do espaço rural que produzem a alma do lugar.

5.5.2 A multifuncionalidade do espaço rural como estratégia essencial

O segundo aporte essencial que propomos para um Plano Nacional de Turismo Rural deve centrar-se na multifuncionalidade. Como já discutido teoricamente, este segmento enquadra-se na ideia de uma atividade secundária a agricultura. Por conseguinte, um Plano Nacional de Turismo Rural deve abordar esta temática e incentivar a manutenção das práticas agrícolas.

Os documentos oficiais que discutem a questão do turismo rural caracterizam o mesmo como uma atividade do setor terciário dependente do setor primário. No Brasil, é crescente atividades não agrícolas que são desempenhadas nas propriedades a partir de atividades alternativas que corroboram com a renda familiar. Como destaca SCHNEIDER (2004, p. 92):

O rural deixa de ser o locus específico das atividades agrícolas, e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não-agrícolas permite que a renda de muitas famílias que residem no meio rural se estabilizem ao longo do ano e que os filhos não precisem mais deixar o meio rural para achar emprego.

A multifuncionalidade torna-se uma possibilidade significativa de reprodução dos atores sociais no espaço rural. Assim, tendo em vista principalmente a falta de incentivo a pequenas propriedades por parte de políticas públicas, os agricultores buscam criar novas atividades para se estruturar. Estas estratégias são discutidas pelo pesquisador Ademir Antônio Cazella, o qual vai destacar a importância da multifuncionalidade para a reprodução socioeconômica da população rural. Afirma o autor que a

Reprodução socioeconômica das famílias rurais: diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais se manterem no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de baixa renda para amplos segmentos da população. A agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil (CAZELLA, 2009, p. 49)

A agricultura enquanto estrutura produtiva continua a figurar como central para a família, contudo outras atividades são criadas para auxiliar a renda, entre elas destacar-se-ia o turismo rural. Por conseguinte, um Plano Nacional de Turismo Rural deve levar em consideração as estruturas multifuncionais que as propriedades rurais começam a construir, incentivando não só o turismo, mas também a produção familiar.

Ao compreendermos estas estruturas e levarmos a mesma como uma proposta de política para um possível Plano Nacional de Turismo Rural, estamos diretamente corroborando com o incentivo a atividade agrícola, possibilitando a manutenção do tecido social e cultural do espaço rural.

Muito além, quando se valoriza a multifuncionalidade da agricultura estamos diretamente criando estruturas para o desenvolvimento territorial rural. Este relaciona-se a construção de um planejamento que possibilite a manutenção de agricultores no espaço rural (tendendo a inverter a curva do êxodo rural), a revalorização de práticas agrícolas tradicionais e a ressignificação da cultura a partir de valores simbólicos construídos historicamente.

O Brasil rural necessita de políticas que não só contemplem as práticas agrícolas, mas também as novas atividades que estão emergindo no rural brasileiro. A autora Carneiro (1997, p. 56) ressalta que existe uma tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral.

Há tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. (CARNEIRO, 1997, p. 56)

Esta reorientação da atividade produtiva quando planejada de forma a valorizar os pequenos produtores coloca em cheque o discurso do extermínio do rural. Uma das características destas novas atividades não agrícolas no espaço

rural está relacionada a priorização dos mercados e redes de abastecimentos locais.

Assim, reconhecer e incentivar a multifuncionalidade da agricultura pode transformar-se em uma estratégia para romper o paradigma do rural essencialmente como produtor de alimentos e olhar o mesmo a partir de uma análise múltipla, a qual busca visualizar este como heterogêneo, fruto de relações sociais e territoriais que cultivam muito mais do que alimentos; cultivam modos de vidas.

5.5.3 as regiões turísticas e a intermunicipalidade

A terceira proposta que se elenca como essencial para o turismo rural a partir da identidade territorial é centrado no conceito de intermunicipalidade regional. A construção do turismo rural perpassa pela lógica de extrapolação dos limites políticos administrativos criados pelos municípios. Desta forma, torna-se necessário pensar este setor a partir desta perspectiva.

Não é de hoje que a regionalização aparece no Brasil como um possível caminho para o turismo na esfera nacional. A existência de um “Programa de regionalização do turismo” demonstra que os municípios por conta própria não teriam estrutura de planejamento para pensar na integração entre as redes que compõe os territórios.

Mesmo os municípios incentivando que o turista se estabeleça somente em um determinado lugar e ali permaneçam, o mesmo desloca-se pelo espaço extrapolando limites municipais em busca de atratividades. Como nos lembra YAZIGI (2009, p. 475) “o turista não deve fidelidade exclusiva ao lugar de hospedagem”. Para tanto, a regionalização é sem dúvida indispensável para este setor, tendo em vista que o mundo se organiza em redes e o deslocamento torna-se cada vez mais facilitado pelos meios de transporte.

O que se apresenta como problematização é pensar um planejamento do turismo rural a partir da identidade territorial que possibilite a construção de uma região turística. Esta corresponde a uma área com densidade de frequência, serviços, equipamento turísticos e uma imagem que lhe caracteriza. (YAZIGI, 2011, p. 33)

Em tempos remotos, a ideia de região era discutida a partir da continuidade que configurava o espaço geográfico. Contudo, observa-se que hoje esta visão já foi superada, tendo em vista que está se constitui a partir de arranjos espaciais muitas vezes longínquos, mas que possuem uma interligação; aquilo que Milton Santos denominou de coerência funcional.

O que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua coerência funcional. É isso que a distingue das entidades congêneres, vizinhas ou não [...] Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas, como nas regiões do passado, através de figuras formadas por pontos contínuos e contíguos. (SANTOS, 1999, p. 07)

Este espaço de fluxos interligados por diversos arranjos deve caracterizar uma análise regional, a qual possibilita pensar uma escala de planejamento mediadora entre a visão nacional e local. “À região é um nível intermediário indispensável entre o poder central e os organismos locais. Ela é o quadro territorial no qual se aplicam as decisões, para qual são estudados os programas de ação” (KAYSER, 1966, p. 284).

A região enquanto estrutura de organização para um Plano Nacional de Turismo Rural é uma possibilidade, pois a mesma apresenta-se como um arranjo contínuo espacial de resistência frente aos discursos globalitários de homogeneização. A análise regional para o planejamento deve pensar a mesma com base na diversidade enquanto unidade diferenciadora para o turismo. Esta unidade diversa e organizacional está relacionada a símbolos e identidades territoriais construídas historicamente que possibilitam a diferenciação espacial.

A partir desta premissa podemos analisar os diversos aspectos culturais que compõe a construção regional e assim pensar no turismo rural. Destaca-se dentro desta abordagem que a região a partir da cultural pode ser compreendida apoiada tanto na base material, como também na simbologia imaterial do espaço.

A análise regional tendo como estrutura os aspectos materiais e imateriais que configuram uma unidade diferenciadora no espaço geográfico para o turismo rural apresenta-se como uma estrutura essencial para o planejamento deste segmento, necessitando levar em consideração a identidade como o sustentáculo para pensar este segmento. Como ressalta Eduardo Abdo Yázigi, torna-se necessário reinventar as relações que compõe uma região, afim de conceber uma identidade que seja a base para o turismo. “Identidade aqui como

sinônimo de perfume, isto é, algo que não é somente lavanda ou violeta, mas uma nova entidade. (YAZIGI, 2011, p. 219)

Não obstante, para estruturar o turismo a partir de uma regionalização torna-se necessário criar parâmetros que possibilitem compreender a representatividade regional a partir dos atores locais e suas identidades. Ao analisarmos o caso da Região do Alto Douro Vinhateiro, constatamos que existe a consolidação de um Plano Regional de Ordenamento Territorial que busca trabalhar com a intermunicipalidade, objetivando compreender esta região a partir de uma unidade diferenciada que pode atrair turistas devido a uma identidade territorial consolidada e elencada pelos planejadores e atores sociais.

Ao compreendermos os discursos existentes dentro do Plano de Desenvolvimento Turístico na região mencionada, constatamos a existência da construção de uma regionalização do Alto Douro Vinhateiro. Quando se planejou o turismo na região, subdividiu-se a mesma em duas áreas para que incidisse territorialmente a intervenção do Plano.

A primeira é denominada de “**zona de incidência direta**”, a qual é centrada sobre o Vale do Rio Douro, seus principais afluentes e zonas mais características, onde se existem os ditos valores excepcionais. Nesta, criou-se políticas públicas intermunicipais e normativas que pretendem reforçar as medidas de apoio direto a projetos que possibilitem a valorização turística da área.

O segundo recorte regional é denominado de “**Uma área de influência alargada**”, a qual contempla a região envolvente (de manifesta conexão com os fluxos turísticos do Vale do Douro). Nesta, as políticas e normativas anteriores vão incidir de maneira indireta mas poderão criar impactos positivos. (Mapa 16)

Mapa 16: Zona de Incidência e área de Influência do PDTVD
Fonte: PDTVD, 2004.

Na denominada “zona de incidência direta” do PDTVD, após um estudo regional por parte de planeadores do Estado português em conjunto com a população local, desenvolveu-se um Plano Intermunicipal para a preservação do património históricos material e imaterial, bem como o uso do solo e a busca pela manutenção das práticas agrícolas tradicionais. Para chegar a este ponto, existe a obrigatoriedade dos concelhos de discutir e aprovar no âmbito municipal políticas para o turismo rural no Alto Douro Vinhateiro que tivessem uma similaridade. Só poderiam fazer parte da região turística os municípios que aprovassem estas leis e inserissem em seus denominados planos diretores.

Tendo como base o exemplo do Alto Douro Vinhateiro, podemos observar que a região enquanto estrutura de planejamento se constituiu como um dos aportes essenciais para pensar o turismo rural.

Considerando-se a região, do ponto de vista mais epistemológico, como um recorte espacial, essa se torna uma escala intermediária de análise, mais precisamente aquela existente entre o local e o nacional [...] A região enquanto escala intermediária está bastante vinculada ao plano político-administrativo, ligada ao planejamento. (LABRUNA, 2015, p. 123)

No Brasil, este caminhar acerca do turismo rural ainda está muito aquém do que o setor precisa. Como destaca o pesquisador Márcio Labruna (2015, p. 114), a falta das políticas de integração espacial vem proporcionando ações isoladas e esporádicas, desvinculadas da de uma necessária visão ampla do território no qual o fenômeno turístico se insere.

Esta ausência de integração do turismo rural entre os municípios que fazem parte de roteiros que extrapolam o limiar administrativo apresenta-se como um empecilho para o desenvolvimento deste setor. Anteriormente analisamos a ausência de planejamento intermunicipal do turismo rural no Vale dos Vinhedos; região com o maior fluxo de turistas para o espaço rural no Brasil e que carece ainda de um plano de desenvolvimento intermunicipal que leve em consideração a região turística.

Emerge então a necessidade dentro de um possível Plano Nacional de Turismo Rural diretrizes que trabalhem na perspectiva do desenvolvimento deste setor a partir da criação de regiões e políticas intermunicipais. Podemos inclusive, a partir da ótica da teoria do autor Eduardo Abdo Yázigi (2009) criar uma região que possua níveis de densidade turísticas, tendo como base o número de visitas, a infraestrutura, os bens territoriais, etc.

Ao criar um Plano Regional Intermunicipal de turismo rural tendo como alicerce os níveis de densidades dos bens territoriais, deve-se pensar políticas de planejamento que regulamentem a região a fim de desenvolver o turismo e proteger os agentes locais. Uma análise a partir desta ideia possibilitaria diminuir ou até mesmo extinguir o fenômeno da expansão urbana evidenciado no exemplo do Vale dos Vinhedos, pois existira uma legislação intermunicipal que poderia regular o uso e ocupação do solo na região turística. Poder-se-á

controlar e “regular a linha de urbanização, num jogo de alta, média e baixa densidades” (YAZIGI, 2011, p. 191).

Metodologicamente, a divisão nestes três recortes pode apresentar a partir dos seguintes pontos⁵⁵:

- Alta densidade: centra-se na área de maior concentração de bens territoriais e fluxo de atração turística.
- Média densidade: área envolvente a principal, que se utiliza da estrutura da primeira e possuiu um número significativo de turistas.
- Baixa densidade: área de baixa densidade com uma infraestrutura ainda em consolidação.

Para as três áreas dentro da região turísticas, criam-se políticas específicas que visam o desenvolvimento regional. Para tanto, deve-se partir de um princípio integracionista de planeamento territorial que vise não a exclusão das áreas de médias e baixa densidade, mas sim sua inclusão para fortalecer o roteiro. Para tanto pode-se criar projetos que tenham como objetivo potencializar as particularidades de cada área bem como a criação de infraestruturas para a população local e turistas. Ressalta-se que quanto maior o número de atrativos de um roteiro, não só o turista ficará mais tempo na região, mas também existirá uma maior atratividade na escala local, regional, nacional e internacional.

Portanto, um Plano Nacional de Turismo rural necessita contar em suas diretrizes a região e as políticas intermunicipais como um dos grandes aportes para pensar o turismo. A partir destas diretrizes, cada região poderá não só elencar seus bens territoriais, mas também criar dinâmicas turísticas e legislações que visem a proteção bens, da identidade local e dos atores sociais para que permanecem no rural.

5.5.4 área de proteção do turismo rural (APTR)

O quarto ponto aqui elencado está centrado na necessidade de preservação da ruralidade e da identidade territorial para o turismo rural a partir de uma legislação específica. Para tanto, trazemos como discussão a

⁵⁵ Modelo de regionalização do turismo rural a partir de áreas de densidade não é fechado, mas apresenta-se como uma proposta que deve ser levada em consideração para estrutura uma região turística.

possibilidade legal da criação de áreas de proteção do turismo rural (APTR) no âmbito federal e intermunicipal.

Quando analisamos o ciclo de evolução do turismo elencado por BUTLER (1980) observamos que a consolidação do turismo rural traz consigo uma série de atores econômicos que visam a partir deste segmento gerar dividendos. Muitas vezes, os agentes públicos acabam cedendo ao setor privado, o que leva o turismo rural a perder a sua essência.

Doravante, propomos que exista dentro do Plano nacional de Turismo Rural uma legislação que vise o incentivo a criação da APTR, a qual deve ser inserida não só na legislação nacional, mas também nos planos diretores municipais e na esfera regional a partir da intermunicipalidade.

Com relação a proposta da criação de Áreas de proteção no Brasil, as mesmas constituem-se como mecanismos legais para a preservação de um patrimônio natural ou cultural. A discussão acerca das áreas protegidas no território nacional tem sua origem a partir da preservação do patrimônio natural nos anos de 1930.

Apesar da proteção da natureza em escala global ter se dado, principalmente, a partir da década de 1960, no Brasil, o início dos primeiros parques se deu a partir da década de 1930. Nesse período, tivemos também a criação de instrumentos legais e de uma estrutura administrativa para gestão das áreas protegidas. (LABRUNA, 2015, p. 83)

No que concerne ao turismo, a elaboração de uma legislação para a proteção das denominadas Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico ocorre na década de 1970 a partir da Lei nº 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977. Esta incide sobre a eleição e posterior proteção das “Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico”.

Esta legislação distingue no seu artigo terceiro a diferença entre Áreas Especiais, que são definidas como “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico” (BRASIL, 1977, Lei nº 6.513, art. 03); e locais de interesse turísticos – “trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas” (BRASIL, 1977, Lei nº 6.513, art. 03).

Cabe, dentro das normativas legais, ao Ministério do Turismo (MTur), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em conjunto com diversos órgãos nacionais eleger e fiscalizar estas áreas visando a proteção e conservação dos bens culturais e naturais. Após eleger as áreas, torna-se responsabilidade dos proprietários que residem neste local bem como o poder público municipal a conservação de sua integridade. (BRASIL, 1977, Lei nº 6.513, art. 08).

Para o estabelecimento destas, define-se parâmetros que visem a possibilidade da mesma se tornar uma área especial ou um local de interesse turístico, como, por exemplo, - os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; as paisagens notáveis, as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer; as fontes hidrominerais aproveitáveis; as localidades que apresentem condições climáticas especiais.

Ao pensarmos a constituição de uma Área de Proteção do Turismo Rural, a existência de uma legislação voltada a construção de áreas de proteção para o turismo pode servir como base legal e dar suporte a constituição destas leis tanto no âmbito nacional como intermunicipal. A partir disso, destaca-se que a APTR busca salvaguardar uma área de identidade territorial única, relevante patrimônio cultural material e imaterial do espaço rural, práticas agrícolas tradicionais, o ambiente natural e uma paisagem significativa.

Se além do significado perceptivo admitirmos a paisagem como um inquestionável valor turístico, nela se impõe, antes de tudo, a necessidade do bem comum. É que, composta por propriedades particulares e bens domináveis, ela tanto se presta ao desenvolvimento social como, uma vez deteriorada, torna-se um empecilho ao desenvolvimento social. (YAZIGI, 2011, p. 193)

A preservação desta paisagem rural torna-se essencial, tendo em vista que mesma é um bem comum para os agricultores, turistas e para a sociedade como um todo, sendo a APTR uma legislação que visa protegê-la. Tendo em vista a importância das áreas que trabalham com o turismo rural, a APTR deve ser uma normativa de ordenamento territorial da escala nacional que esteja

correlacionada aos planos diretores intermunicipais e a região do turismo rural a partir das densidades analisadas anteriormente.

Cabe aqui uma ressalva de fundamental importância para estruturar a APTR: esta legislação deve ter como apoio proteger os atores locais que residem no rural, a partir da ressignificação cultural em detrimento ao grande capital turístico que busca se instalar na região. Desta forma, a partir de um turismo rural de inclusão, os atores de menor poder capital/territorial poderiam manter-se no espaço rural, invertendo o êxodo e valorizando as práticas agrícolas.

Não defendemos que não devam ser criadas infraestruturas que possibilitem o desenvolvimento do turismo, mas estas devem ser cunhadas na conjuntura entre o Poder público e os agricultores⁵⁶, visando originar um processo de desenvolvimento endógeno e não um turismo rural que falsifica identidades e ruralidade para a simples reprodução do capital.

A APTR torna-se uma ferramenta de ordenamento territorial na esfera nacional que incide diretamente na escala regional e local, buscando proteger uma determinada área que possui um valor histórico, cultural e paisagístico. A mesma deve regulamentar a ocupação do solo, a implementação de grandes empreendimentos turísticos, as estruturas de *outdoors* e propagandas, o descarte de resíduos, a implementação de indústrias no espaço rural, as estruturas de exploração agrícola e as normas para a preservação do patrimônio material e imaterial.

Compete, então, aos planejadores do Estado, em conjunto com as comunidades locais, estruturar estudos que visem a construção de planos e legislações que regulem principalmente a territorialização do capital externo no espaço rural. A mercantilização da cultura apresenta facetas insustentáveis, sobretudo quando é manipulada pelo grande capital. (YÁZIGI, 2011, p. 45). É neste sentido que se deve preservar de forma significativa as identidades territoriais, os agricultores que ali estão inseridos e a ruralidade, pois, estas estruturas é o que fundamentam a alma do turismo rural.

⁵⁶ Esta é uma das principais críticas ao PDTVD, tendo em vista ao pequeno diálogo entre poder público e agricultores e a efetivação das políticas contidas no Plano a favor dos últimos.

5.6 Entre ambição e necessidade

É possível e urgente construir uma alternativa estratégica que seja, a um só tempo, pragmática e ambiciosa.
(SOUZA, 2002, p.96)

A ideia de construir uma Política Nacional de Turismo Rural pode ser encarada como ambiciosa por parte do Planejamento do Turismo, mas apresenta-se hoje como uma necessidade, tendo em vista que o turismo rural é uma estratégia que cresce significativamente no Brasil e que ainda carece de maior atenção. Este setor pode auxiliar a interiorizar este país e romper com o famoso binômio sol e praia; além de incentivar o rural, as práticas agrícolas e a manutenção das identidades territoriais.

O Brasil vai muito além da monocultura, do estancieiro e das belíssimas praias. Como diz a famosa frase do autor Câmara Cascudo: “o melhor produto do Brasil é o brasileiro”; este deve ser valorizado dentro da complexidade espacial que o território nacional possui. Se o melhor do Brasil são os atuais 204 milhões de brasileiros, é para estes atores sociais, seus papéis e as relações espaciais existentes entre eles que a geografia deve olhar. Assim, é dever primordial da ciência geográfica não só analisar, mas também propor novas alternativas estratégicas para gestão do território.

É dentro desta perspectiva que o quadro síntese a seguir busca propor uma estrutura baseada nos autores, nas problemáticas e nas discussões elencada ao longo desta tese, podendo ser encarada como uma estratégia ambiciosa, pragmática e necessária de planejamento do turismo rural a partir da Identidade territorial. (Figura 32)

Figura 32: quadro síntese da estrutura para o Planejamento do Turismo Rural.
Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2016.

Não visamos a partir deste quadro excluir outras discussões⁵⁷ e fechar o mesmo em um modelo pronto aplicável a todas as realidades, mas sim problematizar o turismo rural brasileiro e criar alternativas ainda muito pouco analisados, tanto pelo turismo como pela própria geografia. Sobre os alicerces dessa alternativa pode-se contribuir para construir uma estrutura de planejamento dotada de vitalidade, a qual, em uma democracia genuína, fará a ponte entre a esfera privada e pública. (SOUZA, 2002, p. 96)

Para finalizar, como destaca o professor Eduardo Abdo Yázigi (2011, p. 254) “onde há uma vontade há um caminho”. A vontade existe e o caminho deve ser trilhado a partir de discussões, debates e possíveis mudanças. Não existem modelos prontos que abarquem a complexidade espacial, mas é nosso papel no mínimo tentar compreendê-la. É a partir de uma destas tentativas que as propostas aqui analisadas foram apresentadas.

⁵⁷ Além das discussões elencadas, outras mais específicas podem e devem ser analisadas, como, por exemplo, a própria legislação para o turismo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui apresentada circundou as diversas percepções sobre as construções identitárias que constituem o espaço rural. Compreendeu-se que este é fruto de uma autopoiese que configura a organização dos atores sociais que ali se inserem, criando modos de vida e dando origem a alma do lugar.

A ideia de auto-organização parte do princípio que os agricultores não estão isolados do sistema mundo, mas sim que se constituem como atores ativos neste, dando origem a formas de apropriação que constroem objetos e ações que ao longo do tempo configuram-se como símbolos para determinados grupos. Esta construção simbólica não é independente; a mesma apresenta-se conectada a partir de redes à espaço próximos e longínquos.

As autopoiese demonstram que existe no rural unicidades espaciais que se estruturam como um contraponto frente a égide da globalização econômica. Mesmo com este contexto, o mito da modernização do espaço rural enquanto subsidio teórico de um modelo criado para a territorialização do capital trouxe ao longo dos anos de 1960 a lógica fáustica de um rural homogêneo, o qual teria como única função a produção de alimentos. Nesta perspectiva, a obra de Goethe apresentou-se como uma metáfora para compreendermos o inevitável desfecho do modelo de desenvolvimento rural denominado de revolução verde.

Assim, alinhado a este discurso, o rural tornar-se-ia um vazio de histórias, culturas e identidades; seria o fim do rural brasileiro. Não obstante, com o virar da ampulheta, tautócrono a este movimento de homogeneização surgem as ruralidades como formas de resistência, demonstrando as singularidades espaciais. Este processo evidencia que existe uma revalorização do rural a partir das inúmeras identidades territoriais que o constituem.

Observamos ao longo da pesquisa que existe o surgimento de um significativo movimento contrário ao “racionalismo progressista”, apresentando-se como uma nova forma de olhar o mundo rural. Nesta pesquisa, abordamos este contexto a partir de três olhares:

- a alquimia de sabores esquecidos e o sentir da ruralidade, no qual analisamos a perspectiva da alimentação não só como ingestão de determinados nutrientes, mas também a partir da ideia que o ato de se alimentar é carregado de simbolismo que configuram o imaginário social da população;

- a ruralidade tendo como princípio o patrimônio ambiental natural e o discurso preservacionista, o qual hoje manifesta-se como um pressuposto necessário para a sustentabilidade ambiental;
- o terceiro ponto abordado centrou-se na alma do lugar, nos modos de vida e na ruralidade edílica. Esta perspectiva teve como principal aporte a ideia que o lugar, a partir das singularidades espaciais dos seus atores sociais, cria um modo de vida que compõe a sua alma.

Estes três pilares na contemporaneidade cunham uma ambiência no espaço rural para a população citadina que urge como um atrativo para o turismo rural. Nesta tese optou-se metodologicamente por compreender este segmento tendo como princípio que o mesmo se configura como uma subcategoria do turismo no espaço rural.

Nesta lógica, o turismo rural é apresentado como uma atividade eminentemente espacial no qual o principal intuito é deslocar-se para o ambiente rural tendo como foco participar ativamente ou como observador de determinadas práticas agrícolas, vivenciando o modo de vida construído a partir das identidades territoriais.

Com esta ideia, a hipótese aqui elencada permeou o pressuposto que a organização adotada para o turismo rural no Brasil não está suprimindo as demandas necessárias para a consolidação deste setor. Este contexto vem contribuindo para a manutenção de um modelo imediatista que pode ser superado se utilizarmos como princípio de planejamento as identidades territoriais.

Tais identidades configuram-se teoricamente como um processo de apropriação espacial dos atores sociais ao longo do tempo, os quais constroem símbolos e significados históricos. Desta forma, as identidades territoriais se estruturam como uma busca, significativa, “pela unidade na diversidade”, ou seja; os grupos sociais encontram nas práticas culturais e na sociabilidade formas de construir as identidades com o território. Assim sendo, estes atores em conjunto, emergidos neste processo constante e dialético de identificação em torno de objetivos comuns ou de um algum atributo específico, procuram delimitar suas ações e, desta forma, se territorializar.

A territorialização dos atores pode ser compreendida a partir das relações de poder (simbólico-culturais) estabelecidas no espaço e das interações entre os grupos nesta delimitação, produzindo, no limite, dinâmicas socioprodutivas específicas e identitárias.

Dessa forma, as relações de poder são de fundamental importância para a concepção do conceito de território. Estas podem não conter um significado apenas de dominação, mas sim estar conectadas a uma ordem cultural de interrelações sociais, ou seja, relações criadas por grupos com identificações semelhantes e que por um processo de similaridade se coligam. É interessante observar que muitas vezes são “símbolos e signos” que conectam estes atores sociais, os quais são construídos historicamente e, ao atribuir um significado comum a eles, tornam-se marcos de identidade para uma determinada sociedade.

É dentro deste contexto de identificação territorial que a presente pesquisa construiu seu objetivo principal: analisar, a partir das regiões representativas do Vale dos Vinhedos e Alto Douro Vinhateiro, se as construções identitárias contribuem para planejamento territorial do Turismo Rural no Brasil. Com esta delineação teórica e a pesquisa de campo *in loco* em ambas regiões, compreendemos a estruturação do turismo rural, a partir do levantamento dos bens territoriais que se constituem como atrativos e analisamos os problemas que são gerados por este movimento.

Na primeira região de análise, observou-se que o roteiro denominado de Vale dos Vinhedos está inserido em uma área de interconexão entre três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Este, utiliza-se de uma identidade territorial criada a partir da desterritorialização dos emigrantes italianos e da sua reterritorialização na denominada “serra gaúcha”.

Não obstante, observou-se que não são apenas os atributos étnicos que, na atualidade, conformam a unidade deste território. O que promove a coesão identitária entre os grupos sociais é uma prática (e um processo de saber-fazer) herdada dos antepassados e que ainda hoje se mantém, relacionando os traços culturais entre as gerações, desde a primeira que se (re) territorializou neste espaço.

Assim, demonstra-se que um grupo pode se identificar no espaço a partir de aspectos materiais e simbólicos. Pela pesquisa de campo, foi possível observar as relações dos produtores não somente com o território, no sentido de “*terra-territorium*”, apresentado por Haesbaert (2008, p. 20), mas também, no sentido abstrato da realidade na qual estão inseridos, constituída pela simbologia em torno do vinho, bebida pela qual os mesmos se identificam subjetivamente.

Por conseguinte, o planejamento territorial deste roteiro combina uma paisagem natural exuberante e a composição desta com as construções socioespaciais dos imigrantes italianos, desde os parreirais até a produção vitivinícola. Logo, a identidade destes atores compõe uma paisagem material e imaterial que hoje desponta como um atrativo turístico. Este roteiro, como evidenciou a pesquisa, apresenta números de turistas por ano que variam de 300 a 400 mil, sendo um dos principais destinos de turismo rural do Brasil.

O que se ressalta no roteiro é sua juventude enquanto estrutura de planejamento para a atração de turistas. Como foi demonstrado, o Vale dos Vinhedos possui uma organização para o turismo rural que tem origem a partir da associação privada denominada de APROVALE, criada no ano de 1995. O roteiro então possui apenas 21 anos de existência e já desponta como um dos principais destinos do turismo rural nacional.

Surge, portanto, o questionamento: como este conseguiu e outros não? A resposta vai muito além de pensar que o planejamento do Vale dos Vinhedos “caiu do céu”. A estruturação do turismo rural neste roteiro assenta-se na construção histórica de uma identidade territorial que possui como primazia a elaboração de um produto típico.

A forma como o Vale dos Vinhedos foi planejada territorialmente corrobora para a defesa da tese aqui elencada; a identidade territorial como uma estratégia de planejamento do turismo rural.

Além disso, no Vale dos Vinhedos foram criadas e reinventadas estruturas turísticas extremamente necessárias para a práticas desta atividade, como, por exemplo: a abertura de vinícolas para visitas, pousadas, restaurantes, estrutura viária (asfalto), lojas de artesanato, etc. Outra importante composição é a construção de centros de pesquisa (EMBRAPA e UCS), que embora anteriores ao processo de consolidação do roteiro, possibilitaram a elaboração de um vinho com melhor qualidade ao longo da segunda metade do século XX

(dando origem as indicações geográficas do Vale dos Vinhedos) e estruturando o desenvolvimento de uma mão de obra qualificada para o turismo.

Para ir além do Brasil, buscamos subsídios teóricos para defender nossa tese no roteiro denominado de Alto Douro Vinhateiro, localizado na região norte de Portugal. Como já mencionado, a escolha deste baseia-se no mesmo ser considerado um dos principais roteiros de turismo rural da Europa, além de constituir-se como a primeira região de denominação de origem do mundo.

O que analisamos ao longo da pesquisa de campo e das discussões teóricas é que a região do Alto Douro Vinhateiro foi construída historicamente centrada na dicotomia entre o rural (produtor) e urbano (comerciante). O principal produto, o vinho do Porto é oriundo de um saber-fazer histórico que ultrapassa séculos de existência, vivendo de maneira consolidada no imaginário social da população tanto do Porto como da região do Douro.

Ao longo das análises podemos criar um paralelo entre a modernização da agricultura trazida pelo capítulo dois da presente tese e a forma como está se estruturou na região. O mito da homogeneização do rural também existiu em Portugal, tendo como principal objetivo as pequenas e médias propriedades, as quais até hoje sofrem com problemas relacionados a “desruralização” e a concentração de renda nos últimos anos.

Ressaltamos que o Douro é fruto de uma construção histórica intimamente relacionada aos meios de transporte: desde o barco Rabelo até a ferrovia e rodovia. A ligação feita pelos modais citados centra-se na forma como as técnicas vão se territorializando no espaço geográfico e modificando a lógica local ao longo do tempo. Contudo, a reinvenção dos mesmos para o turismo rural demonstra que as rugosidades espaciais se configuram como forte atrativo regional.

O Alto Douro Vinhateiro, diferentemente do Vale dos Vinhedos, possui uma estruturação turística centrada em Planos de Desenvolvimento que tem como principal agente de organização o Estado. Assim, o planejamento deste centra-se em estudos minuciosos de equipes interdisciplinares contratadas pelo governo português que visam pensar a região turística.

O turismo rural no Alto Douro Vinhateiro ergue-se como uma estratégia para inverter tendências nefastas deixadas pela revolução verde. Os planos de desenvolvimento, reconhecendo esta problemática, buscam criar não só

parâmetros, mas também propostas e ações específicas que visam reestruturar o rural da região.

Dentro dos Planos de Desenvolvimento analisados foi comprovado que a pedra angular para pensar o turismo rural centra-se nas necessidades locais, no processo de preservação da paisagem material e imaterial e na unicidade do modo de vida do Alto Douro Vinhateiro criado pela construção histórica da identidade territorial.

Após a análise das identidades territoriais nas regiões representativas, visando corroborar para a hipótese aqui discutida, nos centramos nas estruturas de planejamento do turismo rural no Brasil. Compreender o turismo rural neste país ainda se apresenta como um desafio, tendo em vista que as discussões sobre este setor estão no início.

O planejamento territorial, enquanto uma prática necessária para o turismo rural, esporadicamente é discutido em documentos oficiais. Nos PNTs, documentos basilares para a estruturação do turismo, o rural aparece somente uma vez. Analisamos que a passagem do primeiro PNT para o segundo é marcado pelas discussões sobre a necessária interiorização do país; processo no qual o turismo rural seria uma das ferramentas de excelência. O PNT (2007-2010) surge então como um plano de organização do turismo que possui como princípio trabalhar com o turismo de inclusão, incentivando sobretudo o interior do Brasil. É a partir desta problemática que é lançado o documento intitulado Turismo Rural: orientações básicas, 2008. As intenções são excelentes, contudo a superficialidade com que este documento é discutido e os problemas conceituais que o mesmo possui demonstram o grande caminho que existe para planejar este setor.

Entretanto, destaca-se que o documento supracitado avança no sentido de compreender o turismo rural a partir dos atores locais e da ruralidade. Esta ideia caminha ao encontro de nossa proposta de planejamento. No decorrer das discussões teóricas, analisamos um retrocesso com relação a política de interiorização do país nos Planos subsequentes, fruto principalmente da centralidade dos megaeventos que o Brasil sediou.

Quando partimos para as discussões sobre a legislação do turismo rural, constatamos que ainda existem confusões teóricas que vão desde compreender turismo rural e ecoturismo como sinônimos, até medidas que já demonstram uma

evolução nas discussões sobre relações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

Estes meandros que confluem no sentido da falta de uma legislação específica, em comunhão com a ausência de um planejamento territorial do turismo rural nas diversas escalas (nacional, regional e municipal) vem contribuindo para o estabelecimento de um modelo imediatista. Observamos então dois pontos nefrágicos deste setor.

O primeiro diz respeito ao turismo rural no seu processo de instalação: quando se inicia a atividade do turismo rural, observa-se que as confusões teóricas acerca deste e a ausência (ou negligência) por parte do Estado coopera para a estruturação de roteiros assentados em estruturas turísticas que muitas vezes não possuem uma ligação direta com o lugar e sua identidade. Não somos contra estas atividades, contudo pensar um circuito de turismo onde todas as propriedades aparecem com a mesma proposta torna o este vazio de sentido, tendendo ao desaparecimento. Além disso, a ausência de extensão rural e as confusões legais sobre os regimes mencionados anteriormente estão colaborando para este setor não se consolidar em termos nacionais.

O segundo e a falta de planejamento quando o roteiro de turismo rural está na fase de desenvolvimento e consolidação. Quando este setor se encontra neste momento, diversos atores econômicos disputam a região em busca de uma maior reprodução de seu capital; sem escrúpulos. Observamos *in loco* está problemática ao longo das pesquisas de campo.

No denominado Alto Douro Vinhateiro, a valorização do espaço rural a partir do turismo em concomitância com a pressão exercida pelos grandes comerciantes do Vinho do Porto colaboram para o êxodo rural. Além disso, evidenciamos a tendência ao envelhecimento da população da região, a qual vem contribuindo para concentração fundiária.

No Vale dos Vinhedos, a expansão urbana a partir de condomínios residenciais e loteamentos criam uma pressão nos atores locais, supervalorizando o uso do solo e, por conseguinte, contribuindo para a denominada “desruralização”. Infelizmente, observou-se que os agentes públicos, que teriam como primazia regularizar e proteger a região, acabam sendo coniventes com esta situação.

Outro problema evidenciado na região do Vale dos Vinhedos é a inserção de agentes econômicos turísticos com grande capital que se territorializam na região, criando estruturas que não possuem ligação com a identidade territorial. Estes surgem com uma arquitetura de blocos pré-moldados prontos, padrão de atendimento e uniformização. Além disso, como a legislação municipal não possui regularizações como padrão arquitetônico para a região; o espaço vai ficando com a “mesma cara”, originando a falsificação das ruralidades.

Quando entramos nas discussões sobre as leis municipais deste roteiro observamos os desordenamentos territoriais que surgem pela falta de uma legislação e de um planejamento tanto na escala nacional, regional e municipal para o turismo rural. Outro problema centra-se na inexistência de um plano intermunicipal de turismo rural na região do Vale dos Vinhedos, o que vem contribuindo para os desacordos entre os três municípios que compõe este roteiro.

Todos estes processos de estruturação e os problemas que o turismo rural vem enfrentando demonstram que existe a necessidade de planejar este setor. O Brasil possui um significativo potencial para o turismo rural centrado nas diversas identidades territoriais. Contudo, como afirma o autor Eduardo Abdo Yázigi (2014, p. 479), “carecemos desesperadamente de clarões sobre nosso território, essa coisa que renova o ar de nosso respiro”.

Para tanto, é necessário que existam propostas de planejamento territorial que viabilizem pensar este setor para criar estes clarões territoriais. Como proposta de análise, esta tese traz como possibilidade três esferas que se integram:

- Um possível Plano Nacional de Turismo Rural estruturado na identidade territorial como principal aporte de planejamento e tendo como bases secundárias a multifuncionalidade, a regionalização do turismo e a criação da Área de Proteção do Turismo Rural.

- Um Plano Regional de Turismo rural que vise criar um levantamento dos bens territoriais e a delimitação da região a partir das densidades.

- Um Plano Intermunicipal de Turismo rural que vise na escala local a integração entre os planos diretores municipais visando regulamentação da região turística, integrando-se ao plano regional.

Estes três aportes não são fechados ou modelos prontos, mas sim princípios que podem estruturar uma discussão que leve em consideração o necessário planejamento do turismo rural no Brasil. Infelizmente, ainda não estamos preparados em termos de planos de desenvolvimento para compreender e pensar nossas áreas de turismo rural.

Portando, o caminho ainda está sendo trilhado em termos de planejamento territorial do turismo rural no Brasil. Dificuldades teóricas e legais apresentam-se como realidades; atores dos mais diversos interesses disputam as regiões em busca de dividendos para seu *bel* prazer. Nesta perspectiva, é premente pensar um turismo que possibilite a ressignificação dos lugares.

Este pode ser alcançado ao planejarmos o turismo rural a partir da identidade territorial dos grupos que ali estão inseridos. Este processo é capaz de revalorizar práticas socioespaciais locais, suas histórias e geografias; “disso tudo pode resultar um encantamento” (YAZIGI, 2015, p. 83) que tenha como pressuposto um turismo rural socialmente justo para os atores locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

- AB'SÁBER, AZIZ. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALENCAR, Debora Brito de. **A fotografia como fonte de informação**. Juazeiro: editora da UFC, 2011.
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- ARNS, Enzo. **Proposta de adequação da legislação federal que afeta o turismo rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- AROSO, Alberto. A Importância da Interoperabilidade dos Transportes Ferroviário e Fluvial na Estratégia de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Douro. Lisboa: Transportes em revista, nº. 30, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1985.

B

- BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Paris: Puf, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo, GEIC/Cabral, 1995. 272 p.
- BARRETO, António. **O vinho do Porto e a intervenção do Estado**. Porto: Análise Social, vol. 100, 1988.
- BARRETO, Margarida. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991. 115 p.
- BARRETO, Margarida. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. Campo-território. Uberlândia, v. 1, n. 2. 2006 p. 123-151.
- BECKER, Berta K. **Síntese das Contribuições da Oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial**. In: Para Pensar uma Política de Ordenamento Territorial. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.

Brasília: Ministério da Integração Nacional /Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

BENTO GONÇALVES. **Plano Diretor Municipal**, 2015.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. In: GERARDI, Lucia de O. (Org.) Ambientes: estudos de geografia. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BRASIL. **Boletim de desempenho econômico do turismo**. v.01, nº 43. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2014. 62 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 180, 1988.

BRASIL. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 48.126**, 1960.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, 2006

BRASIL. **Lei nº 55**, 1966.

BRASIL. **Lei nº 5.889**, 1973.

BRASIL. **Lei nº 6.513, art. 03**, 1977.

BRASIL. **Lei nº 8.171**, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.212**, 1991.

BRASIL. **Lei nº 10.683**, Art. 25, 2003

BRASIL. **Lei Ordinária nº 13.171**, 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento II. Brasília, 1975.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2003-2007)**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010)**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2013-2016)**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.435**, 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 45**, 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.077-G**, 2009.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.797**, 2001.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 65**, 2012.

BRASIL. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo. 2. Ed. 2010. 68 p.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**: diferentes visões. In: II Seminário da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Turismo. Balneário Camboriú: UNIVALE, 2005.

BUTLER, Richard W. **The concept of a tourist area cycle of evolution**: implications for management of resources. Ottawa: Canadian Geographer, nº XXIV, 1980.

C

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, J.; M. RIEDL(Orgs.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p.145-180

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis: Texto Contexto Enferm, vº 15, p. 679-84. 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Jorge de Jesus. **Patrimônio ambiental urbano e requalificação**: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos. São Paulo: USP/PPGGH, 2007. Tese – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo. 2007.

CARDOSO, Antônio M. De Barros. **Estrada fluvial nos alvares do século XVIII**. Porto: Douro - Estudos & Documentos, Vol. 05, 1998.

CARMO, Renato Miguel. **A construção sociológica do espaço rural**: da oposição à apropriação. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 252-280, 2009.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, p. 53-75. 1997.

CARNEIRO, Maria José. **"Rural" como categoria do pensamento**. Ruris, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.

CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. New York: Houghton Mifflin, 1962.

CERQUEIRA, Fábio V. **Imigração Italiana**. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

CRISTÓVÃO, Artur Fernando. **Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais**: O caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. V.01. Nº01. 2000.

CRISTÓVÃO, Artur Fernando. **Para a Valorização dos Recursos Naturais do Vale do Douro**. DOURO: Estudos & Documentos: Ano 04. Nº 08, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: território usado, território negligenciado. Santa Catarina: Editora da UFSC, Geosul (Revista do Departamento de Geociências), 2005.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CLIMENT, María Paz Such; CARRETERO; del Mar García. **Turismo en espacios rurales**. Geografía Mundial del turismo. Madrid: Síntesis, 2009. p. 186-222.

CONTI, J.B. e FURLAN, S.A. **Geoecologia**: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP. 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de. (Org). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Sousa. **Milagres de Portugal**: D'entre Minho e Algarves. In: O tempo e o Vinho: recreações vinárias. São Paulo: Senai – SP, 2012.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CAZELLA, Ademir Antônio (Org.). **Agricultura Familiar**: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. 2009.

D

DA COSTA, Luciano Bedin. **O ritornelo em deleuze-guattari e as três éticas possíveis**. Santa Maria: GPFORMA, 2011.

DE BONI, L. A; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul:EDUCS, 1984.

DELÉAGE, Estelle. **La fin des paysans: mythe ou réalité?** Rennes: Colloque Faire Campagne. 2005. Págs. 17-23.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia?** 2. ed. São Paulo: editora 34, 1993.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G.Deleuze. Editoração: Brasília, Ministério da Educação, TV Escola, 2001.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves, RS**: impacto cultural e proposta de gestão. Brasília: IPHAN, Coord. de Patrimônio Natural, Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2013.

DUMAZEDIER, Joffre. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

D

ENGELMANN, Daniel. **Da estancia ao parreiral**: Um estudo de caso sobre a vitivinicultura em Santana do Livramento. Porto Alegre: Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Rio Grande do Sul /UFRGS, 2009.

F

FALCADE, Ivanira. **O espaço geográfico e o turismo na Região da Uva e do Vinho no nordeste do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco. **Vale dos Vinhedos**: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: EducS, 1999.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial**: a paisagem vitícola como símbolo das indicações geográficas de vinhos Vale dos Vinhedos,

Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

FERNANDES, B.M. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J.E (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular/UNESP, 2008.

FERREIRA, Felipe Ghuteil. Estratégias de produção das empresas vitivinícolas da serra gaúcha investidoras em vitivinicultura na metade sul do rio grande do sul. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2005.

FORRESTER, J. James. **Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto dirigidas ao Público Britânico em geral, e com especialidade aos particulares**; mostrando como e por que é adulterado, e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze anos. Porto: Typografia Commercial Portuence, 1844.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2003

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1974

G

GARIBALDI. **Plano Diretor Municipal**, 2014

GEIGER, Pedro P. **Des-territorialização e espacialização**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A; SILVEIRA, Maria L. (Orgs). Território Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GIORDANI, Marilei Elisabete Piana. **Por trás dos parreirais**: embates da paisagem cultural vinícola e a urbanização - Vale dos Vinhedos / Bento Gonçalves – RS. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: polity Press, 1990.

GRAZIANO, José da Silva. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.19, n1, p37-67, jan./abr.2002.

GRAZIANO, José da Silva. **Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil.** In: Almeida, J.; Froehlich, J; Riedl, M., (orgs). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria: Editora da UFSM, 1998.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia** – primeira parte. Apresentação de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Ed. 34, 2011.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia** – segunda parte. Tradução de Jenny Klabin Segall São Paulo: Ed. 34, 2011.

GOLDWASSER, Maria Júlia **“O príncipe”**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antonio Carlos. **A Geografia e a teoria da complexidade:** racionalidades, transmutação molecular, diferenciação de áreas e hibridismo na construção de uma nova matriz espacial. Revista Geonorte, Manaus, V.8, N.1. p.1-19, 2013

GOMES, Vanderlisa Ferreira. **História e cultura dos italianos e seus descendentes:** o costume do filó em localidades do Vale do Taquari/RS. Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado, Ano 2, nº. 2, 2010.

GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Kafka.** Por uma literatura menor. Trad. Júlio Castanõn Guimarães. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1977

H

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. da; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais.** In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 284p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrandt Brasil, 2007.

HEIDRICH, Álvaro L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEISE, Hélia. **Fausto: a busca pelo absoluto**. Revista CULT, São Paulo: Ed. 130. 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HARVEY, David. **The condition of posmodernity**. New York: Blackwell, 1989.

HOBBSAWM Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

I

IVDP. **Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto: Comunicado de Vindima 2012**. Porto: Instituto do Vinho do Douro e do Porto, 2012.

J

JOLIET, F. **Typologie plastique des paysages de vigne**. In: Conseil International Des Monuments Et Des Sites (Icomos). Les paysages culturels viticoles dans le cadre de la convention du patrimoine mondial de l'UNESCO. 2005.

JEAN, Bruno. **Les représentations de la ruralité dans la littérature scientifique recente**. Centre de recherche sur le développement territorial. Chaire de recherche du Canada en développement rural: Université du Québec à Rimouski, Rimouski, 2006.

K

KANITZ, Heidi Gracielle. **Perspectivas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: avanços ou utopias?**. São Paulo: Revista Turismo em análise. Vol. 21, n. 03, 2010.

KASTENHOLZ, Elisabeth (Cord). **Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis**. Aveiro: UA Editora, 2014.

KAYSER, B. **A Região como objeto de estudo da geografia.** In: GEORGE, Pierre. Geografia Ativa. São Paulo: DIFEL, 1966

L

LABRUNA, Marcio Bahia. **Governança regional em áreas protegidas:** ecofronteiras e turismo no planejamento territorial do Mosaico Bocaina SP/RJ. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, 2015.

LAMARCHE, Huges. Agricultura familiar: Comparação Internacional. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993. 336p.

LEITE, Francisco Tarcisco. **Metodologia científica:** métodos e técnicas de pesquisa: Monografias, dissertações, teses e livros. APARECIDA: Idéias & Letras, 2008.

LEITÃO, João Carlos Farinha. **A cultura da vinha em Portugal e as consequências da adesão à União Europeia Caso de estudo:** A Região Demarcada do Douro. Lisboa: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Planejamento Regional / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** 4 ed. Paris: Éditions Anthropos. 2000.

LEFÉBVRE, Henri. **Espacio e política.** Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LOCATEL, Celso Donizete. **Mudança de paradigma e a nova concepção de desenvolvimento rural.** Uberlândia: II Encontro de Grupos de Pesquisa. Universidade de Uberlândia. 2006.

LOCATEL, Celso. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP. 423f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias/UNESP/Campus de Presidente Prudente, 2004.

M

MACIEL, Maria Eunice. **Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin.** Horizontes antropológicos, Porto Alegre, 2001, n. 16, p. 145 – 156.

MATUS, Carlos. **O plano como aposta.** In: GIACOMONI, James (org). Planejamento e orçamento governamental. Brasília: ENAP, v. 02, 2006.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MANDELLI, F.; TONIETTO, J.; ZAT, D.A. **Mesoclimas vitícolas da Serra Gaúcha.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, XVI, 2009. Anais... Sociedade Brasileira de Agrometeorologia, Belo Horizonte: 2009.

MARCHIOR, José Newton Cardoso. **O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do rio grande do sul** - vegetação regional e subsídios dendrológicos. Santa Maria: BALDUINIA. n.14. p. 2008.

MARTINS, Conceição Andrade. **Os ciclos do vinho do Porto:** ensaio de periodização. Porto: Análise Social, vol. 100, 1988.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A relação campo-cidade e as “novas” ruralidades.** Para Onde!?, Porto Alegre, Volume 5, Número 1. 2011.

MATURANA, R. Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Organização e tradução Cristina Magro, Victor Paredes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto R. **A ontologia da realidade.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco; URIBE, Roberto. **Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a mode.** Amsterdam: North Holland Publishing Company. 1974

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepção do rural a mesa. Ruris, Campinas, Volume 3, Nº 02. 2009. p. 195 – 218.

MORAES, Roque; GALIAZZI Maria do Carmo. **Análise textual discursiva:** processo reconstrutivo de múltiplas faces análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciência & Educação, Bauru. v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MIELE, Alberto; MANDELLI, Francisco. **Sistemas de condução da videira – Latada.** Embrapa Uva e Vinho, 2015. Disponível em:

<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/latada.html>. Acessado no dia 05 de julho de 2015.

MIELE, Alberto; MANDELLI, Francisco. **Sistemas de condução da videira Espaldeira**. Embrapa Uva e Vinho, 2015. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/espald.html>. Acessado no dia 05 de julho de 2014.

MONNET, J. **La symbolique des lieux**: pour une géographie des relations entre espace, pouvoir et identité, Cybergeog, nº 56, 1998.

MONZONÍS, Javier Solsona. **EL TURISMO RURAL EN EUROPA**. Aportes y Transferencias, Vol. 10, Núm. 2, 2006. Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**: processo construído de múltiplas faces. Ciência & Educação, v.12, n.1, p.117-128, 2006

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, São Paulo, 2000.

MORAES, Antônio Robert. **Ordenamento Territorial**: Uma conceituação para o Planejamento Estratégico. *In*: Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. 2012, 337p. Tese. (Doutorado em Geografia.). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente. 2000.

MORIN, Edgar. **O Método I**: a natureza da natureza. 2ª ed. Tradução: M. G. De Bragança. Portugal: Europa – América, 1977.

N

NASCIMENTO, André R. Terra. **Estrutura e padrões de distribuição espacial de espécies arbóreas em uma amostra de floresta ombrófila mista em nova prata, RS**. Ciência Florestal, Santa Maria, v.11, n.1, p.105-119. 2001

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p. 195-251.

P

- PANIS, Marcelo. **O turismo na perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural**: O Caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS. 2007, 119 p. Monografia em Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2007.
- PEIXOTO, Paulo. **O Douro a todo o vapor**: Alegorias do turismo rural. *In*: ALMEIDA, Joaquim Anécio (org). Turismo Rural. Patrimônio, Cultura e Legislação. Santa Maria: Editora Facos, 2006.
- PÉREZ, Javier Esparcia. **LEADER en España**: desarrollo rural, poder, legitimación, aprendizaje y nuevas estructuras. Barcelona: Doc. Anàl. Geogr. Nº 37. 2000.
- PEREIRA, Gaspar Martins. **O Vinho do Porto: entre o artesanato e a agroindústria**. Porto: Revista da Faculdade de Letras, vol. 06, 2005.
- PESAVENTO, Sandra J. RS: **Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PHILLIPS, Rod. **Uma breve História do vinho**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PINA, Maria Helena Mesquita. **Algumas reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro**. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Vol. XII/XIII, 1996/7.
- POLITA, F. **O processo de desenvolvimento do vale dos vinhedos (Bento Gonçalves-RS)**. 2006. 156 p. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento. Unijui, Ijuí. 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- PORTUGAL. **Estatísticas de Turismo**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2015.
- PORTUGAL. Decreto de Lei nº 169/97, 1997.
- PORTUGAL. Decreto de Lei de nº 256/86. Art. nº. 03, 1986
- PORTUGAL. Decreto de Lei n.º 251/86, 1986
- PORTUGAL. Decreto Regulamentar 14/78, 1978.
- PORTUGAL. Decreto Regulamentar 251/84, 1984.

PORTUGAL. Lei nº. 067/2008.

PORTUGAL. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro - Proposta técnica.** 2004

PORTUGAL. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro.** 2004

PORTUGAL. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – 2007-2013, 2008.**

PORTUGAL. **Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro** - diagnóstico da situação, 2003.

PORTUGAL. Relatório anual do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. 2014.

PORTUGAL. **Estudo de Avaliação da Atractividade dos Destinos Turísticos de Portugal Continental para o Mercado Interno.** LISBOA: Brandia Central, 2009.

R

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **El Territorio, la sociedad y el Estado.** In: MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs.) El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antologia de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982

RIBEIRO, José Alves. **Caracterização genérica da região vinhateira do Alto Douro.** Porto: Estudos e documentos, Vol. 10, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Vistoria.** Inquérito Civil nº 00722.00081/2010. Investigado: Modificações do Plano Diretor de Bento Gonçalves, 2011.

ROCA, Zoran. **A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento.** Anais do X Colóquio Ibérico de Geografia "A Geografia Ibérica no Contexto Europeu" Évora, Universidade de Évora. Portugal, 2005

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. Turismo rural – ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru/SP: Edusc, 2000.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A sociedade industrial e o ambiente**. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp.

RUSCHMANN, Dóris Van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.) Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas: PAPIRUS, 2000.

S

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília- DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar**: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável—o exemplo de Santa Silvana— Pelotas— RS. 2000. 331p. Tese. (Doutorado em Geografia.). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

SANTOS, Milton. **Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial**. Revista Território, nº 06, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 260 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses Do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 178 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil, Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: Formação Espacial como Teoria e como Método. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SANTOS, Thereza Carvalho. **Algumas considerações preliminares sobre ordenamento territorial**. *In*: Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. *In*: SAQUET, M.A., SPOSITO, E. S.(Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos (Org's). São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAWAIA, Bader Burihan. **As Artimanhas da Exclusão**: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 4ª. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

SCHLUTER, Regina G. **Turismo e patrimonio gastronómico**: una perspectiva. Buenos Aires: Centro de investigaciones y Estudios turísticos, 2006.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SCHNEIDER, Sergio; VERARDI, Marco Antônio Fialho. **Atividades não agrícolas e turismo rural no rio grande do sul**. *In*: ALMEIDA, J.A; RIEDL, M (Orgs). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. **Território, Ruralidade e Desenvolvimento**. *In*: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro. (Orgs.). Las Configuraciones territoriales. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Jones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI. 2009.

SHNEIDER, SÉRGIO; **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre; Sociologias, nº 11, 2004.

SILVA, Felipe. **Navegação fluvial, turismo e planejamento**: as possibilidades de circulação material no território nacional o caso das hidrovias do Tietê, Paraná e Paraguai. São Paulo: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP, 2015.

SILVA, Luís. **Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal**. Lisboa: Outro país – novos olhares, terrenos clássicos, Nº 04, 2009.

SILVA, Manuel Carlos. **A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC europeia**. Lisboa: Sociedade e Cultura 1- Cadernos Do Noroeste, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. **Uma situação geográfica: do método à metodologia**. São Paulo: território, Ano IV, nº 06, 1999. p. 21-28.

SOUSA, Carlos Alberto Fernandes de. **Impacto no Turismo da Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro após a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO**. Bragança: Dissertação de Mestrado - Instituto Politécnico de Bragança, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de. (Org.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa**. Terra Livre, São Paulo, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 08, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Planejamento integrado de desenvolvimento natureza, validade e limites**. São Paulo: Terra Livre, nº 10, 1992.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 3ª Edição. 1938. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Maria Adélia de. **América Latina: Território, Integração e Liberdade - O futuro como possibilidade**. Revista de estudos ibéricos IBEROGRAFIAS Centro de Estudos Ibéricos N º 10, 2014,

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Conceitos geográficos: concepções e significados**. III seminário de pós-graduação em geografia da UNESP de Rio Claro. (Palestra).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. Nº 93, 15 de Júlio de 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes FUJIMOTO, N. S. V. M. **Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul**. In: VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Orgs.) Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SUZUKI, Júlio César. **Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras**. Espaço & Geografia, São Paulo. Vol.16, Nº 2, 2013.

T

TORRES-GARCÍA, J. **Universalismo constructivo**. Buenos Aires: Poseidón, 1941.

TRENTIN, Fábila. **Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização**. Algave, n.01, 2011.

U

UNIÃO EUROPEIA. **Política Agrícola Comum: Uma parceria entre a Europa e os agricultores**. Luxemburgo: União Europeia, 2012.

UNIÃO EUROPEIA. **Abordagem do programa LEADER: um guia básico**. . Luxemburgo: União Europeia, 2006.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. Madri: Published by the World Tourism Organization, V. 14, p. 06, Julho de 2016.

UNWTO, World Tourism Organization. **Annual Report 2015**. Madrid: Published by the World Tourism Organization, 2015. 95 p.

V

VALDUGA, Vander. **O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos**. 151 p. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/Brasil).** 2011. 219 p. – Porto Alegre: UFRGS/PPGGea, 2011. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre. 2011.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação.** Brasília: Plano Editora, 2003.

Y

YAZIGI, Eduardo Abdo. **A alma do Lugar: Turismo, Planejamento e cotidiano em litorais e montanhas.** São Paulo: Contexto, 2001. 301 p.

YÁZIGI, Eduardo Abdo. **Criatividade ou Inovação?** Espaço e Cultura do Gênio Gaúcho. Caxias do Sul: Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, v. 06, nº. 02, 2014.

YAZIGI, E. A. **Deixe sua estrela brilhar: Criatividade científica na ciências humanas e no planejamento.** São Paulo. PLÊIDEIA, 2005.

YÁZIGI, Eduardo Abdo. **Genética da ideia de Plano no Brasil: Legados políticos.** Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, Vol.10. 1996. p. 91-103

YÁZIGI, Eduardo Abdo. **Patrimônio - patinho feio e enfeitado: sugestões metodológicas para a geografia.** Espaço & Geografia, Vol.16, Nº 2, 2013.

YAZIGI, Eduardo Abdo. **Reencantamento das cidades: Miudezas geográficas e devaneio.** São Paulo: Scortecci, 2013. 390 p.

YÁZIGI, Eduardo Abdo. **To be or not to be: sobre o autêntico e o falsificado nas construções do turismo.** Santa Cruz: CULTURA, n. 03, 2009.

YAZIGI, Eduardo Abdo. **Saudades do Futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo.** São Paulo: Plêiade, 2009.

W

WAIBEL, LEO. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: Estudos da sociedade e da agricultura, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS. 2009.

U

UNIÃO EUROPEIA. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias.** Regulamento Nº 797/85; Conselho das Comunidades Europeias, 1985.

UNWTO. **World Tourism Barometer.** Madri: UNWTO. V. 14, p. 06, Julho de 2016.

APÊNDICES

Apêndice A: Localização das Casas de Exportação do Vinho Porto.

Ponto de Localização	Bens territoriais	Descrição
1	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto	Caves de vinho do porto
2	Museu do Vinho do Porto	Caves de vinho do porto
3	Port Wine Cellars in Porto - Taylor's Port Wine Cellars in Porto - Taylor's	Caves de vinho do porto
4	Croft Port - Vinhos, Lda.	Caves de vinho do porto
5	Churchill Graham Lda.	Caves de vinho do porto
6	Symington-vinhos S/A	Caves de vinho do porto
7	Taylor's	Caves de vinho do porto
8	Croft Port	Caves de vinho do porto
9	Quevedo Port Wine	Caves de vinho do porto
10	Rozês	Caves de vinho do porto
11	Vinko-companhia De Vinhos Lda	Caves de vinho do porto
12	Porto Poças	Caves de vinho do porto
13	J H Andresen Sucessores Lda.	Caves de vinho do porto
14	Gran Cruz Porto-sociedade Comercial De Vinhos Lda	Caves de vinho do porto
15	Cálem	Museu e Caves de vinho do porto
16	Sandeman	Caves de vinho do porto
17	Ramos Pinto	Caves de vinho do porto
18	Quinta Do Noval-vinhos As	Caves de vinho do porto
19	Cockburn's Port Lodge	Caves de vinho do porto
20	J.W.Burmester	Caves de vinho do porto
21	Offley	Caves de vinho do porto
22	Real Companhia Velha	Caves de vinho do porto
23	Caves Vasconcellos	Caves de vinho do porto
24	W.& J. Graham's	Caves de vinho do porto
25	Quinta and Vineyard Bottlers - Vinhos, AS	Caves de vinho do porto

Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

Apêndice B: Localização das Quintas – Alto Douro Vinhateiro.

Ponto de Localização	Bens Territorial	Descrição
1	Quinta da Canameira	Quintas de vinho do Porto
2	Quinta do Vesúvio	Quintas de vinho do Porto
3	Quinta da Sequeira	Quintas de vinho do Porto
4	Quinta de Vargellas	Quintas de vinho do Porto
5	Quinta dos Canaes-Bartol	Quintas de vinho do Porto
6	Quinta da Fonte Nova	Quintas de vinho do Porto
7	Quinta de Malvedos	Quintas de vinho do Porto
8	Quinta da Senhora do Convento	Quintas de vinho do Porto
9	Quinta de Roriz	Quintas de vinho do Porto
10	Quinta da Romaneira	Quintas de vinho do Porto
11	Caves de Santa Marta	Quintas de vinho do Porto
12	Caves da Rapozeira	Quintas de vinho do Porto
13	Caves Vale do Rodo	Quintas de vinho do Porto
14	Caves da Murganheira	Quintas de vinho do Porto
15	Armazém de Envelhecimento de Vinhos	Quintas de vinho do Porto
16	Quinta do Vale de Bragão	Quintas de vinho do Porto
17	Morgadio da Calçada	Quintas de vinho do Porto
18	Quinta da Cavadinha	Quintas de vinho do Porto
19	Quinta do Junco	Quintas de vinho do Porto
20	Quinta Nova de N. Sra. do Carmo	Quintas de vinho do Porto
21	Quinta da Carregosa	Quintas de vinho do Porto
22	Quinta do Infantado	Quintas de vinho do Porto
23	Quinta de Ventozelo	Quintas de vinho do Porto
24	Quinta do Pessegueiro	Quintas de vinho do Porto
25	Quinta da Esteveira	Quintas de vinho do Porto
26	Quinta da Roêda	Quintas de vinho do Porto
27	Quinta do Passadouro	Quintas de vinho do Porto
28	Quinta do Cruzeiro	Quintas de vinho do Porto
29	Wine & Soul	Quintas de vinho do Porto
30	Quinta do Noval	Quintas de vinho do Porto
31	Quinta do Bomfim	Quintas de vinho do Porto
32	Quinta das Carvalhas	Quintas de vinho do Porto
33	Quinta da Foz	Quintas de vinho do Porto
34	Quinta de La Rosa	Quintas de vinho do Porto
35	Quinta do Pégo	Quintas de vinho do Porto
36	Quinta da Boavista	Quintas de vinho do Porto
37	Solar dos Caiados	Quintas de vinho do Porto
38	Catedral de Baco	Quintas de vinho do Porto
39	Quinta do Côtto	Quintas de vinho do Porto
40	Quinta das Torres	Quintas de vinho do Porto
41	Quinta da Casa Amarela	Quintas de vinho do Porto
42	Quinta da Pacheca	Quintas de vinho do Porto
43	Quinta de São Domingos	Quintas de vinho do Porto
44	Quinta de Cevêr	Quintas de vinho do Porto
45	Quinta da Gaivosa	Quintas de vinho do Porto

46	Quinta da Cumieira	Quintas de vinho do Porto
47	Quinta do Vallado	Quintas de vinho do Porto
48	Quinta dos Poços	Quintas de vinho do Porto
49	Quinta de Marrocos	Quintas de vinho do Porto
50	Quinta das Brôlhas	Quintas de vinho do Porto
51	Quinta de Santa Eufémia	Quintas de vinho do Porto
52	Quinta Seara D'Ordens	Quintas de vinho do Porto
53	Quinta do Tedo	Quintas de vinho do Porto
54	Quinta de Nápoles	Quintas de vinho do Porto
55	Quinta do Crasto	Quintas de vinho do Porto
56	Quinta de S. Luiz	Quintas de vinho do Porto
57	Quinta do Pôpa	Quintas de vinho do Porto
58	Quinta do Monte Travesso	Quintas de vinho do Porto
59	Quinta do Panascal	Quintas de vinho do Porto
60	Quinta do Seixo	Quintas de vinho do Porto
61	Quinta do Porto	Quintas de vinho do Porto
62	Wine House Quinta Nova de N. Sra. do Carmo	Quintas de vinho do Porto
63	Vinhos Óscar Quevedo	Quintas de vinho do Porto
64	Quinta da Zaralhôa	Quintas de vinho do Porto
65	Quintas abertas ao público	Quintas de vinho do Porto
66	Quinta do Vale Meão	Quintas de vinho do Porto
67	Quinta de Vila Maior	Quintas de vinho do Porto
68	Quinta das Aveleiras	Quintas de vinho do Porto
69	Maritávora	Quintas de vinho do Porto
70	Aveleda, SA	Quintas de vinho do Porto
71	Museu do Douro	Quintas de vinho do Porto
72	Vinho & Companhia - Wine House	Quintas de vinho do Porto
73	Casa do Douro	Casa Douro
74	Núcleo Museológico do Vinho - Oficina Vinária	Museu do vinho do Porto

Fonte: DUARTE, Tiaraju Salini. 2014.

ANEXOS

ANEXO 01 - instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Fonte: Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, 2014.

Porto. POMBAL, Marquês de. (1757)

Fonte: Disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa, 2014.

ANEXO 03 - Marco da demarcação do território para a produção do vinho do
Porto - 1761

Fonte: Museu do Douro, 2014.

ANEXO 04 - Estrutura do turismo fluvial – Rio Douro

Fonte: Plano Nacional de desenvolvimento turístico do Vale Douro, 2004.